

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Ana Beatriz Nogueira Pereira

“SOZINHA EU NÃO VOU, MAS JUNTAS NÓS VAMOS”: práticas políticas e pedagógicas de cuidados da Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra,
Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte

2024

Ana Beatriz Nogueira Pereira

“SOZINHA EU NÃO VOU, MAS JUNTAS NÓS VAMOS”: práticas políticas e pedagógicas de cuidados da Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra,
Belo Horizonte/MG

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAN) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Érica Renata Souza

Coorientadora: Prof.^a Sabrina Deise Finamori

Belo Horizonte

2024

306 Pereira, Ana Beatriz Nogueira.
P436s “Sozinha eu não vou, mas juntas nós vamos” [manuscrito].;
2024 práticas políticas e pedagógicas de cuidados da Coletiva Mulheres da
 Quebrada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG / Ana
 Beatriz Nogueira Pereira. - 2024.
 248 f.
 Orientadora: Érica Renata Souza.
 Coorientadora: Sabrina Deise Finamori.

 Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
 Inclui bibliografia.

 1. Antropologia – Teses. 2. Feminismo – Teses. 3. Periferias –
 Teses. 3. Mulheres – Condições sociais – Teses. 4. Coletiva
 Mulheres da Quebrada - Teses I. Souza, Érica Renata . II.Finamori,
 Sabrina Deise. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
 de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

**ATA DA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA DE ANA BEATRIZ
NOGUEIRA PEREIRA (MATRÍCULA N.º 2019665071)**

Aos 09(nove) dias do mês de outubro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), reuniu-se às 13:00 horas, na Sala da Congregação da FAFICH, a Comissão Examinadora para julgar em exame final a Tese intitulada: **“Sozinha eu não vou, mas juntas nós vamos”: práticas políticas e pedagógicas de cuidados da Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte/MG**, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia, área de concentração: Antropologia Social - linha de pesquisa: Sistemas simbólicos, Socialidades e Gênero. A Comissão Examinadora foi composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **Erica Renata de Souza (PPGAn/UFMG) – Orientadora, Sabrina Deise Finamori (PPGAn/UFMG) - Coorientadora, Paula Rita Bacellar Gonzaga (DPSI/UFMG), Simone de Oliveira Mestre (UFSCar), Camila Fernandes Pinto (CCi - Cebrap), Alinne de Lima Bonetti (UFSC)**. A Comissão Examinadora teve ainda como convidada, **Sandra Sawilza, liderança e co-fundadora da Coletiva Mulheres da Quebrada**. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Erica Renata de Souza, após dar a conhecer aos(às) presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à doutoranda, Ana Beatriz Nogueira Pereira para apresentação da sua Tese. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores(as), com a respectiva defesa da candidata. Logo após a arguição dos(as) examinadores(as), a Comissão se reuniu, sem a presença da doutoranda, para julgamento e expedição do resultado final. Concluída a reunião, os membros da Comissão Examinadora aprovaram a Tese por unanimidade e o resultado foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Os membros da Comissão Avaliadora recomendaram, por unanimidade, a publicação da tese no formato de artigos e/ou livro, dada a originalidade, qualidade e contribuição do trabalho para a Antropologia e para os estudos do feminismo negro. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 09 de outubro de 2024.

Membros da Comissão Examinadora:

Erica Renata de Souza (PPGAn/UFMG) – Orientadora
Sabrina Deise Finamori (PPGAn/UFMG) - Coorientadora
Paula Rita Bacellar Gonzaga (DPSI/UFMG)
Simone de Oliveira Mestre (UFSCar)
Camila Fernandes Pinto (CCi - Cebrap)
Alinne de Lima Bonetti (UFSC)



Documento assinado eletronicamente por **Alinne de Lima Bonetti, Usuária Externa**, em 31/10/2024, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Deise Finamori, Professora do Magistério Superior**, em 04/11/2024, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Oliveira Mestre, Usuário Externo**, em 06/11/2024, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Rita Bacellar Gonzaga, Professora do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erica Renata de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 06/11/2024, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Fernandes Pinto, Usuária Externa**, em 08/11/2024, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3606501 e o código CRC C22BECAA.

Às mulheres do Aglomerado da Serra

AGRADECIMENTOS

O caminho para chegar até aqui não foi rápido e definitivamente, não foi fácil. Atravessamos uma longa pandemia e, no meio do caminho, muitas pedras, muitas perdas, muitas dores, mas também muitas flores e delícias. Gostaria de abraçar e agradecer pessoalmente a cada pessoa que fez parte desse caminho. Sabendo que é impossível nomear todos aqueles que vieram antes ou durante, e que de alguma forma me guiaram até aqui, trago alguns agradecimentos em especial.

Às mulheres da Coletiva, junto às quais foi tecida cada linha, cada ponto que costura essa tese. Agradeço a todas pela partilha, aprendizados, parceria e amizade, em especial Scheylla Bacellar, Simone Sigale, Sandra Sawilza, Fabiana Matias, Aline Carolina, Aline Alvarenga, Paula Gonzaga, Karla Carvalho, Bárbara Godinho, Agnes, Tati Silva, Jéssica e todas as mulheres do Aglomerado da Serra, com as quais tive a alegria de cruzar nessa caminhada.

À minha família por ser matéria concreta do que sou, minha base, meu apoio, proteção. Minha mãe, Rose, meus irmãos Samuel e Daniel, agradeço por tudo e por tanto! Ao meu querido pai Olímpio (*in memoriam*), que, com seu olhar de menino curioso, me deu de presente a vontade de desbravar o mundo. Meu pai sempre será referência, de quem carrego orgulho, admiração e muita saudade. Mesmo não estando mais aqui fisicamente, permanece presente em mim, na minha memória, na minha escrita.

À Alice, minha filha, por me ensinar diariamente sobre a delicada trama entre cuidado e amor, na prática, do jeito mais intenso, desafiador e bonito possível. Pela parceria nas calmarias e tempestades da vida, pela compreensão nas minhas ausências ou presenças pela metade, por me acompanhar nessa tentativa de construir uma maternagem possível e cuidadosa, nas frestas do sistema.

À Nany pela partilha cotidiana, repleta de cuidado, parceria e amor. À amiga-irmã Verônica, por ter sido tantas vezes farol na minha vida e por ter me falado pela primeira vez sobre a existência da Coletiva. Às amigas e amigos que de muitas formas e em diferentes tempos, fizeram parte desse processo, me escutando nos momentos de angústia, trazendo alegria e leveza, apoiando nas demandas da vida cotidiana, ajudando a equilibrar os muitos pratinhos durante essa jornada. Isabela Furtado, Lunia Dias, Mayara Mattos, Paula Pimenta, Claudia Mesquita, Simone Mestre, Gabi Almeida, Gabi Azevedo, Amanda Gonçalves, Victoria, Marina

Abreu, Aninha Mercês, Aiano Mineiro. À querida Flavia (*in memoriam*), que foi embora cedo demais, pelas mãos da violência que atravessa nosso tempo, com quem partilhei tanta amizade, ideias, reflexões, risos e choros em boa parte desse caminho.

Aos colegas de trabalho, pela compreensão, sensibilidade e apoio nas fases mais intensas da escrita.

À Amanda, que me acompanhou no percurso psicoterapêutico que seguiu em paralelo ao percurso do doutorado, ajudando a encontrar os arranjos possíveis da vida cotidiana.

Não poderia deixar de mencionar as parcerias não-humanas, os gatinhos Mel e Luni que, entre carinhos, ronrons e pisadas no teclado do computador, fizeram do processo de escrita algo um pouco menos solitário.

À Érica, por generosamente topar me orientar e me acolher em um momento de crises pessoais e sociais, rupturas e mudanças de rotas acadêmicas, ajudando a abrir novas possibilidades e caminhos.

À Sabrina pela coorientação atenciosa e cuidadosa, por me apontar caminhos concretos, com serenidade e objetividade. Por me apresentar a todo um campo de conhecimento e trazer novas perspectivas éticas e políticas sobre a produção de saberes.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o curso de Doutorado em Antropologia no PPGAN/UFMG.

*Ressuscitei memórias na manhã de ventos
E abrasei-me de um sol sem arvoredos
Vi mulheres e aves e a mim mesma revi
(Hilda Hilst)*

RESUMO

Este trabalho é construído com base em etnografia realizada junto à Coletiva Mulheres da Quebrada, um movimento de mulheres localizado no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte/MG. A tese pretende trazer reflexões sobre como essas mulheres, em meio a estruturas interligadas de poder e opressão, com profundas raízes sócio-históricas, agenciam múltiplas formas de produção de cuidados coletivos, produzindo efeitos concretos sobre as vidas umas das outras e sobre o lugar que habitam. Através de metodologias, práticas e estratégias políticas e pedagógicas de cuidados, a Coletiva Mulheres da Quebrada questiona as dinâmicas desiguais de poder que relegam às mulheres negras e periféricas a maior parte da exploração e sobrecarga pelo trabalho de cuidar, contrastando com a falta de cuidados vivenciada por essas mulheres. A pesquisa busca compreender a constituição das experiências e subjetividades dessas mulheres não apenas a partir das violências experimentadas, mas sobretudo das formas de reparação da vida cotidiana, da busca pelo bem viver, além de meramente sobreviver, por meio do cuidado de si e umas com as outras. As práticas de cuidados coletivos mobilizadas por esse movimento subvertem lógicas dualistas e dicotômicas, aliviam a (sobre) carga e chamam a atenção para a potencialidade da democratização e politização das práticas de cuidado, baseadas no reconhecimento da interdependência entre os sujeitos e na necessidade de reciprocidade nas suas relações. Com base em uma lógica autodefinida e emancipatória, as práticas da Coletiva constituem um território de cuidados, seguro, feito por e para mulheres periféricas, contando com alianças, conscientes do lugar na diferença. Além de produzir efeitos sobre a constituição e reconfiguração de subjetividades, experiências e trajetórias de vida, as práticas de cuidados coletivos desse movimento, ancoradas em saberes ancestrais, inventividade e aspirações por transformações, contribuem para um alargamento do entendimento dos cuidados como um conceito prático, político e epistemológico.

Palavras-chave: cuidado; cuidados coletivos; mulheres negras; feminismo; território; periferias.

ABSTRACT

This work is grounded in an ethnography conducted with the Coletiva Mulheres da Quebrada, a movement located at the Aglomerado da Serra, in Belo Horizonte, state of Minas Gerais, Brazil. The thesis aims to reflect on how these women, amidst interconnected structures of power and oppression with deep socio-historical roots, enact multiple forms of collective care production, generating concrete effects on each other's lives and the place they inhabit. Through methodologies, practices, and political and pedagogical strategies of care, the Coletiva Mulheres da Quebrada challenges the unequal power dynamics that relegate to Black and marginalized women the majority of the exploitation and overburden of care work contrasting this with the lack of care experienced by these women. The research seeks to understand the constitution of these women's experiences and subjectivities not only from the perspective of the violence they experienced but, above all, the ways in which they repair their lives every day, trying not just to survive but also seeking well-being, through self-care and care for one another. The collective practices mobilized by this movement subvert dualistic and dichotomous logics, alleviate the (over)burden and draw attention to the potential for democratizing and politicizing care practices, based on recognizing the interdependency among people and the need for reciprocity in their relations. The Coletiva's practices constitute a safe territory of care, based on a self-defined and emancipatory logic, made by and for marginalized women, relying on alliances and conscious of their place within difference. In addition to producing effects on the constitution and reconfiguration of subjectivities, experiences and life trajectories, the collective care practices of this movement - anchored in ancestral knowledge, inventiveness and aspirations to transformation - contribute to a broader understanding of care as a practical, political and epistemological concept.

Keywords: care; collective care; Black women; feminism; territory; peripheries.

RESUMEN

Este trabajo se construye a partir de una etnografía realizada con la Coletiva Mulheres da Quebrada, un movimiento ubicado en el Aglomerado da Serra, en Belo Horizonte, Minas Gerais, en Brasil. La tesis busca reflexionar sobre cómo estas mujeres, en medio de estructuras interconectadas de poder y opresión, con profundas raíces sociohistóricas, gestionan múltiples formas de producción de cuidados colectivos, generando efectos concretos en las vidas de unas y otras, así como en el lugar que habitan. A través de metodologías, prácticas y estrategias políticas y pedagógicas de cuidado, la Coletiva Mulheres da Quebrada cuestiona las dinámicas desiguales de poder que relegan a las mujeres negras y periféricas la mayor parte de la explotación y sobrecarga por el trabajo de cuidar, contrastando con la falta de cuidados que estas mujeres experimentan. La investigación busca comprender la constitución de las experiencias y subjetividades de estas mujeres no solo a partir de violencias experimentadas, sino sobre todo de las formas de reparación de la vida cotidiana, de la búsqueda del buen vivir, más allá de la mera supervivencia, a través del cuidado de sí mismas y entre ellas. Las prácticas de cuidados colectivos movilizadas por este movimiento subvierten lógicas dualistas y dicotómicas, alivian la (sobre)carga y llaman la atención sobre la potencialidad de la democratización y politización de las prácticas de cuidado, basadas en el reconocimiento de la interdependencia entre los sujetos y en la necesidad de reciprocidad en sus relaciones. Con base en una lógica autodefinida y emancipatoria, las prácticas de la Coletiva constituyen un territorio de cuidados, seguro, hecho por y para mujeres periféricas, contando con alianzas y conscientes de su lugar en la diferencia. Además de producir efectos en la constitución y reconfiguración de subjetividades, experiencias y trayectorias de vida, las prácticas de cuidados colectivos de este movimiento, ancladas en saberes ancestrales, inventiva y aspiraciones de transformación, contribuyen a una ampliación de la comprensión de los cuidados como un concepto práctico, político y epistemológico.

Palabras clave: cuidado; cuidados colectivos; mujeres negras; feminismo; territorio; periferias.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APCBH - Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

CRAS - Centros de Referência em Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS - Organização Mundial de Saúde

PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

ProUni - Programa Universidade para Todos, do Governo Federal

UDH - Unidade de Desenvolvimento Humano

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visão da chegada ao Aglomerado da Serra, a partir da Avenida do Cardoso. Foto da autora, fevereiro de 2024. (p. 60)

Figura 2 - Vista da cidade de Belo Horizonte, do alto do Aglomerado da Serra. Foto da autora, 2022. (p. 63)

Figura 3 - Ação pelo Dia Internacional da Mulher, mobilizada no grupo Parças pela Coletiva Mulheres da Quebrada. Foto da autora, 07 de março de 2021. (p. 117)

Figura 4 - Ação pelo Dia Internacional da Mulher, mobilizada no grupo Parças pela Coletiva Mulheres da Quebrada. Foto da autora, 07 de março de 2021. (p. 117)

Figura 5 - #8M na Quebrada, evento promovido pela Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra. Foto da autora, 12 de março de 2022. (p. 122)

Figura 6 - Material produzido pela equipe de comunicação da Coletiva para divulgação de encontros do Gotas de Cuidado. 2022. Fonte: Instagram. (p. 161)

Figura 7 - Material produzido pela equipe de comunicação da Coletiva para divulgação de encontros do Gotas de Cuidado. 2022. Fonte: Instagram. (p. 161)

Figura 8 - Encontro do Gotas de Cuidado. Foto da autora, 2022. (p. 161)

Figura 9 - Corredor do afeto. Dinâmica realizada no encontro do Gotas de cuidado. Foto da autora, 2023Foto da autora, 2023. (p. 161)

Figura 10 - Encontro de fim de ano da Coletiva Mulheres da Quebrada. Foto da autora, 09 de dezembro de 2021. (p. 162)

Figura 11 - Material produzido pela equipe de comunicação da Coletiva Mulheres da Quebrada para divulgação das oficinas de dança. 2022. Fonte: Instagram. (p. 177)

Figura 12 - Material produzido pela equipe de comunicação da Coletiva Mulheres da Quebrada para divulgação das oficinas de dança. 2022. Fonte: Instagram. (p. 177)

Figura 13 – Oficina de dança. Coletiva Mulheres da Quebrada. 2022. Foto: Aline Carolina. Fonte: Instagram. (p. 177)

Figura 14 - Piquenique da Coletiva no Parque das Mangabeiras. Foto da autora, 2024. (p. 180)

Figura 15 - Piquenique da Coletiva no Parque das Mangabeiras. Foto: Nany Mata, 2024. (p. 180)

Figura 16 - Visita da comitiva da Caravana das Periferias e do projeto Mulheres Negras pelo Clima à Coletiva Mulheres da Quebrada. 2024. Fonte: Instagram. (p. 187)

Figura 17 - Equipe da Coletiva Mulheres da Quebrada, em encontro de autocuidado. 2023. Fonte: Instagram. Foto: Coletiva Mulheres da Quebrada. (p. 235)

SUMÁRIO

Prelúdio (ou, abrindo caminhos).....	17
Introdução.....	20
Apresentação da pesquisa e do contexto sócio-histórico de sua construção	20
Nota metodológica sobre anonimato, citações e caracterização das interlocutoras	26
Meu encontro com a Coletiva: a etnografia e o lugar da diferença.....	31
Caminhos metodológicos e a vida concreta da pesquisa.....	46
Organização e estrutura da tese.....	58
1. A Quebrada.....	60
1.1. Favela, comunidade, periferia: representações e práticas.....	63
1.2. Entre Serras e Horizontes, o Aglomerado	69
1.3. Serrão caldeirão cultural.....	84
2. As Mulheres, a Coletiva.....	90
2.1. Três rios de águas inquietas: as mulheres.....	90
2.2. “ <i>Tá acontecendo um burburinho ali</i> ”: a Coletiva.....	96
Cena 1: um incômodo	96
Cena 2: uma responsabilidade.....	100
Cena 3: uma sobrecarga	104
Cena 4: alguns recuos e mudanças de rota.....	112
Cena 5: quem cuida de quem cuida?.....	113
2.3. Grupo <i>Parças</i> : mulheres conectadas em rede.....	115
2.4. Mulheres, crises sociais e cuidado.....	123
3. “ <i>Não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras</i> ”: metodologias e práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos no Aglomerado da Serra.....	129
3.1. “ <i>Cuidado é uma palavra muito grande...</i> ”	129
3.2. <i>Gotas de cuidado</i> : saúde mental como questão individual e coletiva	151
3.3. Encontros em roda	162
3.4. Corpo e movimento	172
3.5. Gestão coletiva.....	180
3.6. ‘Cuidar junto’	188
4. “ <i>Ser mulher, ser território próprio</i> ”: efeitos dos cuidados coletivos na vida cotidiana de mulheres periféricas.....	191
4.1. Experiência, linguagem e a constituição dos sujeitos.....	194
4.2. O cuidado como fio condutor da vida: Ana Davenga	198
4.3. O ativismo de Luamanda pela libertação de si de outras mulheres	206
4.4. Zaíta e sua análise crítica sobre as estruturas de opressão do povo periférico	214

4.5. A inquietação de Duzu-Querença na construção de práticas éticas de cuidados .	221
4.6. (Re)definições de si e da vida cotidiana a partir dos cuidados.....	226
4.7. A gente toca e é tocada por esse movimento	233
Considerações finais.....	236
REFERÊNCIAS	241

Prelúdio (ou, abrindo caminhos)

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever. (Anzaldúa, 2000, p. 4)

Era um dia ensolarado e frio de julho, em 2023, eu estava viajando de férias para Alterosa, minha cidade natal, no Sul de Minas e resolvi visitar a cidade onde fiz minha graduação, onde tenho amigas queridas e para onde volto sempre que posso. A cidade é Poços de Caldas, onde cursei Turismo, começando em 2006, antes mesmo de completar 18 anos, não exatamente por escolha, mas pelas circunstâncias. Sonhava desde a adolescência em ser jornalista, talvez por deslumbre e influência do sonho do meu irmão mais velho que desejava o mesmo, mas as condições financeiras da família me impeliram a fazer o curso que era possível com bolsa integral do Pro-Uni – Programa Universidade para Todos, do governo federal - naquele momento, numa cidade mais próxima à dos meus pais, então foi assim. Nunca vou me esquecer de quando, eu ainda com meus 17 anos, viajando tecnicamente pela primeira vez à praia (a primeira, com 9 anos de idade, foi um bate-volta que durou poucas horas, de São Paulo a Santos) recebi do meu irmão mais velho uma mensagem de texto com o resultado da seleção do Pro-Uni: “Deu turismo na PUC”. Era minha segunda ou terceira opção de curso, mas sim, eu tinha conseguido uma bolsa integral para fazer uma faculdade, e isso, naquele tempo, no meu contexto familiar e socioeconômico, parecia um sonho.

Me mudei para Poços de Caldas, com a missão de conseguir um emprego porque eu teria que bancar meu aluguel e outras despesas enquanto fazia faculdade. Foi uma época de

muitos estranhamentos, ao que me lembro, fui da segunda turma de bolsistas do programa no Brasil e isso causava burburinho e muitos preconceitos entre os estudantes que pagavam mensalidade e que tinham estudado em escolas privadas a vida toda. Diziam que os bolsistas fariam a qualidade e o nível do curso cair, dentre outras falas carregadas de elitismo que circulavam vez ou outra sem muito pudor pelos corredores. Quando se tratava de colegas que ingressaram por meio de cotas raciais então, o grau de violência das falas triplicava. A ironia é que muitos desses estudantes pagantes de mensalidade demorariam ao menos dois anos a mais para se formar, com notas muito inferiores do que praticamente todos os bolsistas, que concluíram o curso no tempo previsto. Venci. Vencemos, de alguma forma, eu acho. As cotas sociais e raciais se ampliaram, viraram regra, chegaram às universidades públicas, por séculos reduto da elite, apenas. Os “burburinhos”, digo, as violências, seguem imperando e se propagando (que o digam as redes sociais virtuais) por uma elite que, por mais que atravesse pandemias e apocalipses enriquecendo cada dia mais, não sabe lidar com o desconforto de dividir espaços com os seus “outros”, pessoas pobres, pessoas negras, a não ser em relações de poder e subserviência.

Conto essa breve história porque ela deixa marcas que só pude perceber anos depois, e naquele dia ensolarado e frio de 2023, em Poços de Caldas, eu visitei a PUC, vazia, pois era um período de férias. A universidade onde me graduei, onde eu me questionei diversas vezes eu era digna de estar, porque as escolas públicas em que estudei não me forneceram uma base tão sólida como meus colegas pareciam ter. Aquele nunca pareceu o meu lugar, não porque o rejeitava, sempre me encantei com o espaço da universidade, das bibliotecas, dos laboratórios, das salas de aula. Mas porque alguns sinais (sutis?) pareciam me negar o tempo todo pertencimento a uma universidade. Minha autoestima baixa não ajudava, mal havia saído da adolescência, fase em que uma espécie de auto-ódio latejava no meu corpo. Alisava meu cabelo e evitava o sol para me parecer um pouco mais com as minhas colegas e para me tornar mais aceitável. Mas as diferenças de origem e de classe que sutilmente se inscreviam no meu corpo, sempre existiram. Afinal, eu nasci no Sul de Minas Gerais, “moreninha” e com cabelos cacheados demais para ser definida como (suficientemente) branca, ainda que minha pele fosse clara e com traços finos demais para ser lida como negra. Eis um lugar de ambiguidade velado que me suscitou guerras internas por décadas, e tentei silenciosamente adequar de muitas formas para me fazer pertencente a alguma categoria. Ambiguidades dificilmente se resolvem, então em algum momento passei a aceitar as minhas como possibilidade de construção, como uma “fronteira” (Anzaldúa, 2021) que, por vezes se fecha, por outras se abre ao encontro. E

esse talvez seja um ponto que, ainda que pareça desconexo ou íntimo demais, permeia grande parte das entrelinhas desta tese.

Enfim, voltando àquele dia, lembrando a minha chegada na universidade, a minha permanência e conclusão, meus outros movimentos e descobertas, acadêmicas, filosóficas, sociológicas, antropológicas, meu percurso na UFMG, um mestrado, um doutorado em curso... estava quase! Faltava apenas escrever a tese. Mas a escrita parecia bloqueada pela mesma sensação de incapacidade, inadequação, de não merecimento. Naquele dia, com muitas lágrimas nos olhos, depois de um longo tempo pensando em desistir do doutorado, decidi que concluiria a qualquer custo. Chego aqui em partes por obstinação e teimosia, superando adoecimentos, rupturas drásticas na vida pessoal e acadêmica, perdas dolorosas, autoboicotes e outras intempéries do caminho árduo que se tornou esse processo de doutoramento. Mas também e principalmente, chego aqui reconciliando-me com meu amor pela escrita, uma escrita engajada e posicionada, que se pretende aliada em lutas coletivas por transformações de estruturas, uma escrita libertadora, ainda que um pouco engessada pelos limites pessoais e da própria academia. Uma escrita que de alguma forma é uma tentativa de dar forma a indignações, afetos, utopias, costurar uma alça para carregar meu mundo, organizar o caos observado e sentido em palavras. Palavras que contam histórias que podem afetar pessoas, assim como as histórias aqui contadas me afetaram, profundamente.

Introdução

Apresentação da pesquisa e do contexto sócio-histórico de sua construção

Este trabalho foi tecido a partir de pesquisa etnográfica realizada no período de outubro de 2020 a maio de 2024 junto à Coletiva Mulheres da Quebrada, um movimento de mulheres periféricas e majoritariamente negras, que se situa territorialmente no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte/MG. A tese busca compreender esse movimento a partir de suas estratégias, metodologias e práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos e os efeitos que produzem sobre trajetórias de vida e subjetividades dessas mulheres. Tais práticas de cuidado, articuladas com a noção de afeto, são construídas sob uma perspectiva territorializada e autodefinida (Collins, 2016 2019), voltadas à emancipação das mulheres negras e periféricas e à busca pela transformação das estruturas de poder e opressão interseccionais, sobretudo aquelas de raça, classe, gênero e territorialidade. Estão baseadas na produção de formas de ‘cuidar junto’, questionam e desafiam as dinâmicas desiguais de poder que estabelecem e naturalizam posicionalidades relacionais dualistas – racializadas e generificadas - entre quem deve cuidar e quem pode receber cuidados. Também podem ser compreendidas como ‘pedagogias de cuidados’, tomando como referência a perspectiva de Catherine Walsh, que compreende as lutas sociais coletivas de povos subalternizados como espaços pedagógicos onde os sujeitos exercem aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação (Walsh, 2013), com vistas à emancipação e à transformação das bases sociais hegemônicas de poder. Desta forma, produzem novos marcos políticos, conceituais e epistemológicos. Os efeitos das práticas de cuidados coletivos aqui descritas, inserem-se na vida cotidiana dessas mulheres, entrelaçando-se a trajetórias marcadas por violências e resistências, produzindo novas experiências, reconfigurando subjetividades e identidades individuais e coletivas.

A Coletiva Mulheres da Quebrada¹, como abordaremos detalhadamente ao longo deste trabalho, tem início em 2018, a partir do encontro de inquietações, incômodos e desejos de três mulheres negras, Scheylla Bacellar, Simone Sigale e Sandra Sawilza, lideranças, artistas e ativistas do cenário cultural de Belo Horizonte, nascidas e criadas no Aglomerado da Serra, um dos maiores conjuntos de vilas e favelas da América Latina. A partir de encontros nas ruas da favela para conversar sobre suas experiências de opressão, aspirações por transformações

¹ Por vezes, na tese, me referirei ao grupo apenas como “Coletiva”.

sociais referentes à saúde física e emocional das mulheres periféricas, insatisfações relacionadas aos movimentos feministas hegemônicos e outras questões, nasce a semente da Coletiva - uma insurgência contra hegemônica territorializada, localizada, pautada no cuidado coletivo produzido entre mulheres periféricas, uma estratégia coletivizada de resistência enfrentamento a violências históricas e estruturais, como veremos adiante. Em 2019, essas três mulheres se unem a amigas psicólogas e se organizam em um projeto - fomentado por edital da Prefeitura de Belo Horizonte - que envolve algumas dezenas de mulheres em atividades artísticas e culturais, tendo como foco o debate sobre saúde mental das mulheres periféricas, a necessidade de promover lugares e políticas de cuidados para aquelas que cuidam de todos mas são muitas vezes privadas de cuidados e de condições adequadas para o autocuidado. Esse projeto reúne um grupo de algumas dezenas de mulheres em atividades artísticas e culturais diversas, tendo como um dos principais focos o debate sobre a saúde mental das mulheres negras periféricas e a necessidade de promover lugares e políticas de cuidados para aquelas que cuidam de todos o tempo todo e ao mesmo tempo são muitas vezes privadas do recebimento de cuidados e das condições adequadas para o cuidado de si.

Pouco tempo depois, sobretudo nos anos de 2020 e 2021, as ações daquelas lideranças começam a se transformar em um movimento social de mulheres periféricas, com grande alcance territorial, ampliando a equipe de gestão e rede de apoiadores. Isso porque um evento histórico marcante, a pandemia de Covid-19 afetou de forma crítica as vidas das mulheres do Aglomerado da Serra e, conseqüentemente, a Coletiva Mulheres da Quebrada, que além de estabelecer uma rede de atendimentos psicológicos gratuitos para as mulheres locais, passa a ter a demandada de direcionar sua atuação para ações socioassistenciais, como distribuição de centenas de cestas básicas e outras doações. Em um período marcado pela impossibilidade de grandes encontros presenciais, a Coletiva ganha ampla visibilidade através das redes sociais virtuais e da mídia tradicional. Embora não seja o foco principal deste trabalho - pois muita coisa aconteceu de lá para cá - é relevante trazer uma contextualização sobre as nuances desse período emblemático historicamente, e suas implicações, não apenas sobre as condições de realização desta pesquisa, mas também sobre a própria história da Coletiva Mulheres da Quebrada, como veremos adiante.

A Covid-19, causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, tornou-se conhecida em dezembro de 2019, quando os primeiros casos de uma pneumonia ainda desconhecida foram identificados em Wuhan, na China. A doença rapidamente se espalhou pelo mundo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a pandemia em 11 de março de 2020. A

pandemia de Covid-19 causou milhões de mortes e infecções, levando os países a estabelecerem medidas drásticas de isolamento e distanciamento social, quarentenas, restrições de deslocamento e viagens, uso obrigatório de máscaras e álcool 70%, cancelamento de eventos e atividades presenciais, dentre outras ações com a intenção de conter o avanço do vírus, com alta transmissibilidade e taxa de mortalidade, especialmente para pessoas idosas e com comorbidades.

Nesse período, iniciou-se em nível global uma corrida pela criação de vacinas, considerada a única forma de conter o avanço do vírus, além das medidas de distanciamento social. Em dezembro de 2020, houve a aprovação emergencial e distribuição das primeiras doses de vacinas, começando de forma mais intensa em países ricos do Norte global. No início de 2021, teve início em diversos países a vacinação da população, levando gradualmente à redução das mortes e hospitalizações. Novas variantes do vírus já começavam a se desenvolver pelo mundo, que ainda contava com baixa cobertura vacinal.

No Brasil, os efeitos da pandemia foram catastróficos, com a intensificação de desigualdades e opressões estruturais, e o colapso do sistema público de saúde. Em dezembro de 2021 o país contabilizava o assombroso número de 600 mil² mortes declaradas oficialmente pela doença. É significativo dizer que uma das primeiras vítimas fatais da Covid-19 foi Cleonice Gonçalves, mulher negra de 63 anos de idade, trabalhadora doméstica desde os 13, contaminada por sua patroa, que havia voltado recentemente de viagem internacional. Mesmo com sintomas da doença, a empregadora não liberou a trabalhadora de suas atividades e, após a apresentação dos sintomas por Cleonice, sua família foi contactada pela patroa, para que a buscassem. “No dia seguinte, já em sua cidade (distante cerca de 120km da capital do Rio de Janeiro), Cleonice foi internada, mas não resistiu.” (Lacerda, 2022). A pandemia evidenciou abismos sociais de raça, classe e território, sobretudo nas formas com que as pessoas seguiam suas vidas cotidianas, suas formas de trabalho (remoto, presencial ou desemprego), na possibilidade ou não de manter distanciamento social, no acesso ou não aos serviços de saúde. Enquanto as famílias de classe média se isolavam em suas casas e apartamentos, trabalhando ou estudando remotamente, fazendo compras ou pedidos de comida pela internet, famílias de classes mais baixas, sobretudo aquelas pessoas habitantes de vilas e favelas, tinham poucas condições de manter o isolamento ou distanciamento social, seja pela proximidade das casas, pelas famílias numerosas dividindo

² Número oficial, porém, sujeito a subnotificação devido à falta de acesso de muitas pessoas a testagem e aos serviços de saúde.

poucos cômodos, pela falta de acesso à internet e pela impossibilidade de trabalhar remotamente.

A maioria das mulheres moradoras do Aglomerado da Serra são trabalhadoras informais, de serviços precarizados. Alguns desses serviços eram considerados “essenciais”³ naquele período de pandemia, e mesmo com as medidas de distanciamento social, continuaram sendo realizados, expondo essas mulheres ainda mais ao risco de contaminação. Outros, por serem precarizados e sem proteção legal, simplesmente foram cortados, deixando muitas dessas mulheres sem trabalho e renda por meses a fio. Muitas mulheres periféricas tiveram que contar com o auxílio emergencial⁴ do governo federal e doações de cestas básicas por instituições governamentais e movimentos sociais como a Coletiva, para sustentar a si e às suas famílias, vivenciando situações de grande vulnerabilização.

Nesse ponto, é importante uma breve reflexão sobre as distintas formas pelas quais os territórios periféricos lidaram com os riscos relacionados à contaminação pela Covid-19 em relação a populações de bairros de classe média, por exemplo. Havia as condições territoriais, moradias extremamente próximas, famílias numerosas dividindo espaços restritos e sérios problemas de saneamento básico e acesso de muitas famílias a água potável e itens fundamentais no contexto da pandemia, como máscaras e álcool 70%. Soma-se a isso o fato de que os trabalhadores e trabalhadoras desses territórios, em sua grande maioria, não puderam parar de trabalhar presencialmente ou manter o isolamento social, pois seus ofícios – geralmente precarizados - eram considerados serviços essenciais: diaristas, faxineiras, agentes de coleta de

³ A definição de "serviços essenciais" no Brasil foi estabelecida principalmente por meio de decretos e normas federais, estaduais e municipais, que variaram em detalhes, mas geralmente seguiram diretrizes comuns. A definição visava garantir o funcionamento de atividades consideradas pelo poder público como fundamentais para a manutenção da vida e da saúde da população, como atividades relacionadas à saúde e atendimento médico, segurança pública, transporte, comércio de alimentos e produtos de necessidade básica, serviços de limpeza e saneamento.

⁴ O Auxílio Emergencial foi um programa de transferência de renda implementado pelo governo federal do Brasil em 2020 como uma resposta à crise econômica causada pela pandemia de COVID-19. O objetivo do programa era fornecer apoio financeiro temporário a trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais (MEIs), e pessoas desempregadas que foram afetadas pela perda de renda durante a pandemia. O programa foi lançado em abril de 2020 e inicialmente previa o pagamento de R\$ 600,00 por mês para pessoas elegíveis, por um período de três meses. Mulheres provedoras de famílias monoparentais tinham direito a uma cota dupla, de R\$ 1.200,00. Devido à persistência da pandemia e à crise econômica, o programa foi prorrogado diversas vezes ao longo de 2020, totalizando cinco parcelas de R\$ 600,00 até agosto daquele ano. Em setembro de 2020, o governo anunciou uma nova prorrogação do Auxílio Emergencial, mas com um valor reduzido para R\$ 300,00 por parcela, que foi pago até dezembro de 2020. Em 2021, o programa foi retomado com um valor ainda menor, variando entre R\$ 150,00 e R\$ 375,00, dependendo da composição familiar. Esses pagamentos ocorreram entre abril e outubro de 2021, quando o programa foi finalmente encerrado.

lixo, caixas de supermercado ou farmácias, cuidadoras de idosos, empregadas domésticas, motoristas, dentre outros. Nesse sentido, ouvimos relatos de moradoras, de que *no morro as pessoas não faziam isolamento, porque ninguém podia parar*. Outras pessoas do próprio território, reproduzindo discursos estigmatizantes, diziam que “*no morro ninguém tá nem aí, não tem cuidado nenhum*” consigo e com os outros. A questão é que a pandemia, *no morro*, era muito diferente da pandemia *do asfalto*.

*Sendo bem sincera, isolamento é para quem tem dinheiro. Para quem não tem, fica complicado fazer um isolamento. Como fazer um isolamento numa casa de poucos metros quadrados onde vivem, cinco, dez pessoas? A cesta básica também não é suficiente. Então essa fala, sobre como lidar com o enfrentamento da pandemia, a gente não vai ter resposta, e eu acho que nem precisa ter resposta, é uma construção coletiva.*⁵ (Scheylla Bacellar, 2021)

Os efeitos da pandemia de Covid-19 no Brasil se relacionam, além da excepcionalidade e gravidade da crise sanitária global em curso, com a forma com que essa crise foi gerida pelo governo federal brasileiro naquele período. O então presidente era Jair Bolsonaro, militar e político de extrema-direita, cujo mandato teve início em 2019, e foi marcado por uma série de ações e narrativas sexistas, racistas, homofóbicas, e contrárias às ciências e aos direitos humanos básicos e políticas de equidade e justiça social. Durante a pandemia, Bolsonaro minimizou a gravidade do vírus, chamando-o de “gripezinha”⁶ e se posicionando contra medidas de isolamento social, frequentemente desconsiderando recomendações de especialistas em saúde pública e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Seu governo também promoveu o uso de medicamentos sem eficácia comprovada como tratamentos para a Covid-19, apesar da falta de evidências científicas que sustentassem essa prática. A gestão desastrosa da crise sanitária e humanitária foi destacada por muitos movimentos políticos e sociais como “genocida” e ainda provocou efeitos críticos sobre a vacinação da população. O presidente, que inúmeras vezes se pronunciou contrário aos estudos científicos que sustentavam a defesa da vacinação como a única forma de conter a crise, atrasou a compra e a distribuição de vacinas no país, prolongando a propagação do vírus, os adoecimentos e mortes, além dos efeitos sociais em cadeia mais amplos decorrentes da pandemia.

⁵ Scheylla Bacellar, em live promovida pela Fundação João Pinheiro. “O impacto da pandemia na vida das mulheres – quem cuida de quem cuida?” (live). Youtube, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8mxVpnmPJs> Acesso em: 02 abr. 2024.

⁶ “Na TV, Bolsonaro faz pouco caso do coronavírus e pede volta à normalidade” Matéria do Jornal Brasil de Fato, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/na-tv-bolsonaro-faz-pouco-caso-do-coronavirus-e-pede-volta-a-normalidade> Acesso em: 18 ago. 2024.

Sabemos que as crises econômicas, sociais e políticas produzem efeitos mais agravados sobre sujeitos já vulnerabilizados historicamente. Destaco especialmente os efeitos críticos da pandemia sobre as vidas das mulheres negras e periféricas. Tal contexto impulsionou a Coletiva Mulheres da Quebrada, que até então se organizava em um pequeno grupo de mulheres, aumentando seu alcance e repercussão, como veremos em detalhes adiante. Foi neste contexto de reverberação virtual do movimento e no auge do isolamento social da pandemia, que eu, em vias de elaboração de um projeto de pesquisa, soube da existência da Coletiva e decidi conhecer esse trabalho mais de perto, enquanto pesquisadora. A pandemia, portanto, é elemento onipresente nesta tese: no meu encontro com esse “campo”; nas experiências e histórias se que desenvolveram na vida das minhas interlocutoras e na minha; no formato em que a etnografia se desenvolveu por mais de um ano, virtualmente e com poucos contatos presenciais; na exacerbação das diferenças entre as vivências de uma pesquisadora acadêmica de classe média em relação às mulheres com as quais constrói a pesquisa. Nesse ponto, vale dizer que meu isolamento social como medida de proteção da contaminação pelo vírus, durou quase dois anos. O retorno das atividades presenciais da UFMG ocorreu de forma gradual, voltando ao pleno funcionamento apenas no início do primeiro semestre letivo de 2022. Tudo isso contrasta fortemente com o fato de que as lideranças da Coletiva - como a maioria das mulheres do Aglomerado da Serra - sempre estiveram expostas à contaminação, apesar das medidas básicas de proteção, atuando no combate à insegurança alimentar, à violência doméstica e ao adoecimento mental de mulheres periféricas durante a pandemia.

A primeira versão do projeto para esta pesquisa tinha a pandemia de Covid-19 como questão central e norteadora das relações de cuidado para as mulheres desse território. Intencionava investigar algo em torno das experiências relacionadas a cuidado, saúde e gênero no âmbito da pandemia, a relação com os riscos de contaminação, a intensificação de vulnerabilidades sociais pré-existentes a partir da precarização de serviços e direitos. Porém, o campo e o tempo salientaram outras questões, e a vivência do trabalho da Coletiva me fez perceber que a pandemia, ainda que tenha sido um elemento organizador da vida e das relações sociais durante um período e ponto de partida da constituição da Coletiva enquanto um movimento – e, portanto, algo de grande relevância para a minha pesquisa - deixou de ser o foco analítico. A partir do que observei como mais relevante para as interlocutoras em campo, minha escolha foi pelo foco nas práticas de cuidados coletivos articulados com a noção de afeto, e sobre os efeitos que essas práticas produzem nas trajetórias de vida e nas subjetividades de mulheres no Aglomerado da Serra. Portanto, ainda que seja imprescindível abordar

experiências de sofrimento social, violências e opressões que marcam historicamente a vida dessas mulheres, intensificadas no contexto de crise política, social e pandêmica, pretendo destacar principalmente as estratégias de resistência e ativismo dessas mulheres, pautadas em práticas de cuidado coletivo, como ecoa em uma das primeiras falas que ouvi de Scheylla virtualmente, e que não me esqueço mais: “*queremos viver bem e não meramente sobreviver*”.

A partir do final de 2021 e início de 2022, com o avanço da vacinação e redução da transmissão do vírus da Covid-19, a Coletiva, já constituída enquanto um movimento, com sede própria e uma organização mais ampla, com uma equipe gestora dividida em frentes de atuação, volta a se organizar a partir de uma série de ações focadas em uma rede de atendimento psicológico gratuito e continuado, encontros presenciais em rodas de mulheres, oficinas de dança, fotografia e outras práticas artísticas, passeios e práticas de lazer, eventos festivos, atos políticos em torno das lutas das mulheres negras e periféricas, dentre outras. Esta tese pretende trazer reflexões e análises de algumas dessas ações enquanto práticas políticas e pedagógicas de cuidado, que possuem efeitos sobre as trajetórias de vida de todas as mulheres envolvidas, além de produzir efeitos sobre o próprio território.

Nota metodológica sobre anonimato, citações e caracterização das interlocutoras

Claudia Fonseca (2008), em texto que aborda a questão do anonimato em etnografias realizadas em contextos de proximidade, pontua que um dos principais dilemas éticos e políticos dessa escolha reside no equilíbrio entre proteger a privacidade dos participantes e manter a autenticidade da pesquisa. Fonseca demonstra que o uso de nomes fictícios não necessariamente garante a proteção da privacidade dos interlocutores, sobretudo em etnografias realizadas em pequenos grupos ou com figuras públicas, visto que a riqueza de detalhes que caracteriza a descrição densa etnográfica muitas vezes evidencia quais são os sujeitos por trás de determinadas citações, revelando sua identidade para um leitor atento. A decisão pelo anonimato, também pode ser tomada como apagamento dos sujeitos e suas histórias. Informações que, muitas vezes, os próprios sujeitos gostariam que se tornassem públicas, com as suas assinaturas, especialmente em contextos de ativismo social. Fonseca destaca, por outro lado, os riscos da utilização dos nomes reais, refletindo que a responsabilidade ética pela decisão deve ser do pesquisador, que possui um olhar específico do campo antropológico e sobre as possíveis implicações e efeitos que um texto etnográfico pode ter. Claudia Fonseca aponta, por fim, que não há uma solução simples para os dilemas da escolha pelo anonimato

nas etnografias, e que cada contexto de pesquisa possui suas particularidades, demandando do pesquisador, ponderações orientadas pelas particularidades do contexto na tomada de uma decisão.

Neste trabalho, a escolha foi por uma solução híbrida em relação à utilização do anonimato. Opto pela utilização dos nomes reais⁷ das três lideranças fundadoras da Coletiva Mulheres da Quebrada, Scheylla Bacellar, Sandra Sawilza e Simone Sigale⁸, reconhecendo a importância de sua atuação pública, identidades sociais e políticas e visibilidade enquanto mulheres que estão à frente da Coletiva. Meu trabalho possui um viés posicionado e engajado com o movimento social que essas mulheres produzem, e busca ecoar suas vozes, destacar suas identidades pessoais, ancestrais, históricas e políticas. Portanto, seria contraditório ocultar seus nomes e identidades, que estão amalgamados com suas narrativas e práticas. Entendo também que essa escolha confere maior legitimidade, precisão e longevidade às reflexões aqui propostas, visto que futuros pesquisadores, incluindo as próprias interlocutoras, podem se apropriar do texto etnográfico, ou tomá-lo como ponto de partida para tecer suas próprias reflexões, críticas e desdobramentos intelectuais e científicos. Utilizo ainda os nomes reais para outras duas interlocutoras, Fabiana Matias e Karla Carvalho, ambas psicólogas e membros da equipe gestora ampliada da Coletiva Mulheres da Quebrada, com atuações sociais, comunitárias, políticas e acadêmicas de grande alcance, nos campos da saúde, pesquisa e Psicologia Social e que, portanto, configuram também lideranças e referências profissionais e intelectuais, com visibilidade nos diversos territórios que ocupam.

Por outro lado, minha escolha é pelo uso de nomes fictícios para as quatro outras mulheres entrevistadas, frequentadoras dos encontros da Coletiva Mulheres da Quebrada e cujas trajetórias de vida são analisadas em relação às práticas e efeitos desse movimento. Nesse caso, a perspectiva analítica passa por questões de maior intimidade e subjetividade, o que impõe a necessidade de proteção de suas identidades e privacidade. Como a utilização de nomes fictícios implica algum grau de inventividade da pesquisadora, e tentando trazer algum sentido - nesse caso, literário, mas também político – para essas escolhas arbitrárias, tomo emprestado

⁷ Todas as interlocutoras entrevistadas foram consultadas e autorizaram verbalmente na gravação, o uso de seus nomes reais e uso de citações de trechos das entrevistas na tese. As fotos em que aparecem pessoas foram retiradas com autorização de divulgação, sendo que a maioria delas também teve sua publicação com amplo alcance nas redes sociais virtuais da Coletiva Mulheres da Quebrada.

⁸ Os segundos nomes *Sawilza*, de Sandra e *Sigale*, de Simone, são nomes artísticos e é dessa forma que elas se apresentam publicamente na maior parte das vezes. Trata-se de uma junção de sílabas de partes dos nomes de seus filhos.

de Conceição Evaristo (2016) os nomes de algumas das mulheres personagens do maravilhoso livro de contos “Olhos D’Água”: Ana Davenga, Luamanda, Zaíta e Duzu-Querença.

Utilizarei ainda nomes fictícios devidamente indicados em nota, ou apenas referências indiretas (por exemplo, “uma mulher”, “uma senhora”, “uma participante”) quando se tratar de citações relacionadas a falas mais gerais enunciadas nos grupos virtuais ou nos encontros em roda da Coletiva. Nesses casos, há uma implicação ainda maior da necessidade do anonimato, pois são falas enunciadas em espaços seguros e restritos, e as falas aqui analisadas não pretendem se referir diretamente àquelas mulheres que a enunciaram, mas são utilizadas como forma de captar ideias mais gerais, formas de organização das ações e práticas de cuidado da Coletiva, além de evidenciar uma espécie de clima desses grupos e das atividades da Coletiva em momentos e contextos específicos. Essas narrativas, trazidas de forma genérica e despersonalizada, são importantes para compreensão mais ampla das práticas políticas e pedagógicas de cuidado da Coletiva. Porém, a forma de sua utilização pretende resguardar completamente o anonimato e a privacidade daquelas mulheres que ali estiveram.

A opção pela abordagem híbrida do uso do anonimato nesta tese - escolha bastante difícil e permeada por dúvidas, conversas, acordos, reflexões e riscos - demonstra a complexidade da pesquisa, realizada em momentos sócio-históricos distintos, como por exemplo um contexto de isolamento social imposto pela pandemia e a necessidade de conexões exclusivamente por meios virtuais, seguida de uma abertura gradual, com o acompanhamento de muitos momentos de encontros presenciais, em condições e lugares bastante diversos. Evidencia ainda a trama complexa de costura de tempos, histórias, práticas, narrativas e vozes na artesanaria desse texto.

Opto pelo uso do itálico nas citações de trechos de entrevistas, trechos de falas públicas, e no uso, ao longo do texto, de palavras, expressões e termos utilizados pelas minhas interlocutoras de pesquisa. O uso do itálico, nesse caso, tem a intencionalidade de marcar visualmente as narrativas, ideias, insights, termos nativos, gírias, frases de efeito comumente utilizados no contexto da Coletiva, nomes dados a atividades, eventos, grupos virtuais, frentes de atuação do movimento, dentre outras particularidades, que destacam as formas de pensar e produzir conhecimento a partir da perspectiva das minhas interlocutoras. Algumas citações de mensagens virtuais e falas espontâneas foram selecionadas para a composição desta tese, por suscitarem algumas discussões relevantes para esta pesquisa, mas, metodologicamente, busco privilegiar na composição da escrita, as citações de falas públicas ou aquelas enunciadas no contexto das entrevistas. Utilizo muitas vezes citações mais longas no sentido de evidenciar a

construção narrativa, o contexto e as formas com que as entrevistadas organizam o pensamento em suas falas. Nas citações das entrevistas, utilizo entre parêntesis nome e sobrenome e o ano de realização. Importante destacar que que uma parte das citações e narrativas presentes neste texto, são trechos de vídeos, entrevistas e *lives*, das minhas interlocutoras e de outros sujeitos atuantes no território, e estão disponíveis como materiais públicos na internet, devidamente referenciados.

Abaixo, apresento uma breve caracterização inicial das minhas principais interlocutoras de pesquisa, tomando como referência o ano de 2024. Ao longo da tese, aprofundarei no detalhamento e caracterização em relação a suas trajetórias de vida, trazendo novos elementos.

Scheylla Bacellar se apresenta enquanto uma mulher cisgênero, preta, tem 36 anos, nascida e criada no Aglomerado da Serra, artista, ativista. É dançarina, agente cultural e arte educadora, profissional autônoma. Desde a adolescência, atua em diversos projetos sociais relacionados à arte e à educação na cidade de Belo Horizonte. É cofundadora da Coletiva Mulheres da Quebrada e dedica boa parte de seu tempo ao planejamento, avaliação e gestão das ações da Coletiva, voluntariamente.

Sandra Sawilza se apresenta enquanto uma mulher cisgênero preta, tem 43 anos, é atriz, artista e ativista, nascida e criada no Aglomerado da Serra. É atriz de teatro, fundou importantes grupos teatrais e circula em projetos artísticos da cidade de Belo Horizonte. Possui formação tecnológica em redes de computadores e pós-graduação em Docência Tecnológica. Trabalha como funcionária pública do Estado de Minas Gerais, como técnica educacional da Secretaria de Educação. É cofundadora da Coletiva Mulheres da Quebrada e dedica boa parte de seu tempo ao planejamento, avaliação e gestão das ações da Coletiva, voluntariamente.

Simone Sigale se apresenta como uma mulher cisgênero, preta, tem 44 anos, é atriz, ativista, nascida e criada no Aglomerado da Serra. Possui formação em Administração e Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. Atua como profissional autônoma, produtora e gestora cultural de importantes grupos artísticos de Belo Horizonte. É cofundadora da Coletiva Mulheres da Quebrada e dedica boa parte de seu tempo ao planejamento, avaliação e gestão das ações da Coletiva, voluntariamente.

Karla Carvalho se apresenta como uma mulher cisgênero, preta, tem 29 anos, é psicóloga comunitária e clínica, pesquisadora acadêmica, mestre em Psicologia Social pela UFMG. Nascida em uma pequena cidade do Vale do Jequitinhonha, interior de Minas Gerais, vive atualmente em Belo Horizonte. Atua como colaboradora da Coletiva Mulheres da

Quebrada, como parte da equipe de gestão ampliada, coordenando encontros em roda, com temáticas voltadas à emancipação e ao empoderamento de mulheres negras, voluntariamente.

Fabiana Matias se apresenta como uma mulher cisgênero preta, tem 41 anos, é psicóloga comunitária de clínica. Fabiana se juntou às atividades da Coletiva ainda em 2019 e iniciou com outras profissionais a rede *Gotas de Cuidado*, de atendimento psicológico gratuito a mulheres do Aglomerado da Serra. Trabalha como psicóloga em um Centro de Saúde de Belo Horizonte. Atua como colaboradora da Coletiva Mulheres da Quebrada, como parte da equipe de gestão ampliada, coordenando a frente Gotas de Cuidado e mediando encontros em roda, voluntariamente.

Ana Davenga (nome fictício) se apresenta como uma mulher cisgênero, preta de 45 anos, nascida e criada na favela. É mãe, tia e avó de muitas pessoas, tendo um filho biológico e muitos filhos de criação. Trabalha há 23 anos como agente de um centro de saúde no Aglomerado da Serra. Passou a vida cuidando de muitas crianças e pela primeira vez está morando sozinha e reaprendendo a cuidar de si.

Luamanda (nome fictício) se apresenta como uma mulher cisgênero, parda, tem 28 anos de idade. É mãe de 3 filhos, uma menina de seis anos e meninos gêmeos de dois anos de idade. Nasceu no interior de Minas Gerais e vive em Belo Horizonte com o marido, há dez anos. É de religião evangélica, mas está afastada da igreja há algum tempo. É casada com o pai de seus três filhos desde os 16 anos de idade. Seu marido trabalha fora muitas horas por dia e ela cuida sozinha das crianças e da casa, sendo o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado sua principal ocupação atualmente.

Zaíta (nome fictício) se apresenta como uma mulher cisgênero, parda e tem 50 anos. É servidora pública municipal, trabalha como auxiliar administrativo escolar. Mora desde os quatro anos de idade no Aglomerado da Serra, quando se mudou com os pais, vindos do interior de Minas Gerais. Com o auxílio de políticas públicas de acesso ao ensino superior, através de cotas socioeconômicas, Zaíta se graduou em Terapia Ocupacional na UFMG em 2010, mas ainda não conseguiu trabalhar em sua área de formação.

Duzu-Querença (nome fictício) se apresenta como uma mulher cisgênero, preta, e tem 65 anos. Possui formação como técnica em enfermagem, ocupação na qual trabalhou por muitos anos, e está aposentada há cinco anos. Nasceu no interior de Minas Gerais, no Vale do Mucuri, e de lá, veio para Belo Horizonte, com vinte anos de idade. Nunca se casou e não tem filhos,

por questões de saúde. Vive há cerca de 45 anos no Aglomerado da Serra, em casa própria, onde já morou com pai e irmãos, e hoje vive sozinha.

Meu encontro com a Coletiva: a etnografia e o lugar da diferença

O Aglomerado da Serra, também referido como *Serra* ou *Serrão*, é um dos maiores complexos de vilas e favelas da América Latina, localizado na região centro-sul de Belo Horizonte, fazendo divisa com bairros de classe alta e média alta. É formado por oito vilas, totalizando, de acordo com lideranças locais, cerca de 100 mil habitantes. Assim como outras *quebradas*, o Aglomerado da Serra é lócus de relações sociais, produção de identidades culturais e arranjos próprios, em um movimento dialético entre opressões e resistências, exclusão e afirmação política, social e identitária. As pessoas organizam-se e articulam-se territorialmente de diversas formas, em relações cotidianas de vizinhança e parentesco marcadas comumente pela constituição de famílias estendidas, pelos cuidados compartilhados, pelo protagonismo das mulheres chefes de família, das “mães de criação” (Collins, 2019; Fonseca, 2002), dentre outras configurações. Nesse território, reconhecido como um importante *caldeirão cultural* de Belo Horizonte, há diversos grupos e redes de arte e cultura, como blocos de carnaval, grupos de teatro e dança, grandes eventos como os bailes funk, grupos de poesia marginal, MCs e rappers, alguns artistas com projeção nacional. Há instituições voltadas a ações socioassistenciais como doações de cestas básicas, apoio a pessoas em situação de rua, projetos sociais voltados para crianças e adolescentes, com foco em esporte, cultura e educação. Equipamentos públicos como os CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, Centros Culturais, Centros de Saúde, Escolas públicas e programas estatais, como o Mediação de Conflitos. Com efeitos bastante concretos nas dinâmicas locais também estão as articulações relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas e as inúmeras igrejas evangélicas, constituindo agenciamentos territorializados que passam pela questão do poder, das ajudas, das redes de sociabilidade e da movimentação da economia local. Adiante na tese, focalizaremos na caracterização mais geral do território e como a Coletiva se situa nele, principalmente, na figura de suas fundadoras e suas relações com projetos sociais e movimentos artístico-culturais. É nessa quebrada, a partir do desejo e do encontro de Sandra, Simone e Scheylla, mulheres negras artistas e lideranças que lá nasceram e viveram a maior parte de suas vidas, que se constitui a Coletiva Mulheres da Quebrada.

*A Coletiva Mulheres da Quebrada nasce em 2018, quando Scheylla Bacellar faz um convite aberto a quem pudesse e quisesse estar sentando uma do lado da outra, e conversar sobre esse universo feminino, nesse território dessas mulheres do Aglomerado da Serra. A ideia inicial era falar dos nossos atravessamentos, falar sobre a questão do adoecimento, da saúde mental das nossas mulheres, das nossas mães, das nossas vizinhas, e do nosso mesmo, e pensar estratégias com relação ao enfrentamento da violência doméstica, do racismo e de tantas outras coisas que atravessam esse nosso universo. A gente começa a fazer reuniões semanais com essas mulheres, a partir dessas mulheres mesmo do território. Ora eram artistas que estavam com a gente, ora eram mulheres que traziam seu conhecimento empírico para apresentar pra outras nessa troca de saberes. A gente acabou fazendo muito intuitivamente.*⁹ (Sandra Sawilza, 2023)

Meu primeiro contato com a Coletiva foi através de uma *live*¹⁰ que tinha a presença de Scheylla Bacellar, uma das fundadoras da Coletiva e também personagem fundamental na construção e sustentação deste trabalho. Ela trazia em sua fala eloquente, muita potência narrativa, forte crítica social carregada de indignação, sobretudo em relação ao racismo e sexismo articulados na vida das mulheres da favela. Falava sobre o que é ser *mulher preta favelada*, e como essa experiência se intensificava em um contexto de crise aguda como uma pandemia e seus efeitos em cadeia. Tecia críticas aos movimentos feministas hegemônicos, de classe média e academicistas, que *não sobem o morro*, e não contemplam a realidade das mulheres negras periféricas, empregadas domésticas, faxineiras, mães solo, mulheres que enfrentam há séculos a precariedade ou ausência de serviços públicos de qualidade, mulheres que padecem de sofrimento mental sem atendimento adequado, vivenciam a falta de atendimento médico, transporte de qualidade, enfrentam condições precárias de moradia e saneamento básico, e, principalmente, são “mulheres que cuidam de todos o tempo todo e raramente têm condições de cuidarem de si ou receberem cuidados”. Ela explicava em sua fala que a Coletiva nascia da necessidade de uma articulação que olhasse de fato essas experiências, para essas faltas, que fosse voltada à promoção do cuidado para mulheres desses territórios, e a forma que encontraram era fazendo algo, *nós por nós mesmas*.

Nós estamos vivendo? [pausa] Nós estamos vivendo? Essa é a pergunta. Meu sonho, eu falo muito isso com a Coletiva... a gente está numa loucura de tentar sair de um lugar de sobreviver e tentar viver. Mas quando a gente se depara com essa situação

⁹ Entrevista concedida à Alessandra Dantas. Rádio UFMG Educativa, Belo Horizonte, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://soundcloud.com/radioufmgeducativa/parceria-da-ufmg-com-a-coletiva-mulheres-da-quebrada-leva-psicologia-comunitaria-a-periferia-de-bh>. Acesso em 10 mar. 2024

¹⁰ Abreviação de *live streaming*. É um tipo de transmissão ao vivo de áudio e/ou vídeo pela internet, permitindo que o conteúdo seja assistido em tempo real por uma audiência online. Durante a pandemia de Covid-19, devido às restrições de contatos presenciais, diversos eventos, shows, palestras, aulas e outros tipos de interação foram feitas nesse formato.

*política, com a situação social, a gente está indo para um lugar muito abaixo do que a gente está tentando construir.*¹¹ (Scheylla Bacellar, 2021, grifo nosso)

Estávamos em meados de 2020, auge da pandemia de Covid-19 e das medidas de isolamento social, ainda sem perspectivas de vacinação no Brasil e diante da perplexidade do mundo com a gravidade da doença e sua alta transmissibilidade. Eu me encontrava em transição de tema da pesquisa e orientação acadêmica, vinda de uma defesa de dissertação de mestrado (2019) focada na intersecção entre memória, identidades e territorialidade de um povoado rural atingido severamente pelo desastre sociotecnológico decorrente do rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro em Minas Gerais. A perspectiva territorial ainda me interessava bastante em um processo de doutorado, assim como contextos sociais de crise e o trabalho com as histórias, trajetórias e experiências produzidas pelas/nas “margens” (Das e Poole, 2008). Porém, buscava compreender os entrelaçamentos entre gênero e cuidado em cenários marcados por processos de vulnerabilização e crises sociais. Decidi buscar um contexto urbano próximo para a realização da minha etnografia, que possibilitasse tomar o cuidado como discussão central, atravessado por marcadores de classe, gênero, raça, território. Tomei conhecimento da existência da Coletiva Mulheres da Quebrada, uma iniciativa de mulheres, situada no Aglomerado da Serra e que tinha como lema *a promoção do cuidado e do afeto por e para mulheres periféricas*, que despertou meu interesse de pesquisa.

Depois daquela primeira *live*, que me guiou por outros tantos conteúdos, decidi me apresentar ao grupo como pesquisadora e manifestar meu desejo em estabelecer uma interlocução de pesquisa e envolvimento político-pessoal com esse trabalho. Os primeiros contatos duraram algumas semanas, tendo início por mensagens nas redes sociais, reuniões *online* e apoio em algumas demandas cotidianas. Por volta de novembro de 2020, comecei a participar das reuniões remotas mensais da equipe de gestão da Coletiva Mulheres da Quebrada. Ao final daquele ano, já havia consolidado minha participação como membro da gestão ampliada da Coletiva, formada pelas três fundadoras (o núcleo gestor principal), algumas psicólogas e outras voluntárias. Importante destacar aqui que minha entrada como pesquisadora foi acompanhada de uma proposta que apresentei logo nas primeiras conversas e que veio ao encontro de uma condição colocada pelas minhas interlocutoras-parceiras, de que fosse uma

¹¹ Scheylla Bacellar, em live promovida pela Fundação João Pinheiro. “O impacto da pandemia na vida das mulheres – quem cuida de quem cuida?” (live). Youtube, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8mxVpnmPJs> Acesso em: 02 abr. 2024.

atuação não apenas como pesquisadora, mas como colaboradora voluntária, apoiando na gestão, planejamento, proposição e execução das atividades.

Ainda me situando neste duplo lugar de pesquisadora e colaboradora, sendo que o maior desafio era entender o que poderia de fato oferecer à Coletiva, eu basicamente registrava as discussões das reuniões online em caderno de campo, contribuía com a redação de atas de reuniões e elaboração de textos para redes sociais e, eventualmente, ajudava nos contatos telefônicos para a entrega das cestas básicas. Em março de 2021, comecei a fazer parte também do grupo de mensagens no aplicativo de mensagem instantânea *whatsapp* denominado *Parças*, nome que remetia ao lema da Coletiva: “*não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras*”. Esse canal, do qual falaremos mais adiante na tese, foi criado em setembro de 2019, na época dos primeiros encontros de formação da Coletiva e se tornou uma importante ferramenta, principalmente durante a pandemia de Covid-19, focada no acolhimento, comunicação e sociabilidade em contexto de distanciamento social, agenciamentos de ajudas, doações, conscientização política, trocas afetivas e apoio mútuo entre essas mulheres.

Foi no *Parças* que articulamos a ação que culminaria em meu primeiro contato presencial com o Aglomerado da Serra e com as mulheres da Coletiva, simbolicamente, na data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. A ação começou com um convite às mulheres do grupo para que escrevessem ou mandassem por áudios e vídeos, frases sobre o que é ser mulher na *quebrada*. A partir do conteúdo enviado por elas, confeccionamos cartazes que colamos em postes em diferentes pontos do Aglomerado, no dia 07 de março de 2021. Nos encontramos na Praça do Cardoso e de lá saímos com os cartazes, pincéis e cola caseira, andando pelas ruas e becos da Serra, *morro acima*. Esse primeiro contato presencial me trouxe a sensação de finalmente ter começado minha etnografia, já que os contatos virtuais me pareciam um tanto quanto limitados - ainda que muito potentes, haja vista o crescente número de ótimos trabalhos etnográficos sendo realizados nessas condições. Mas para uma pesquisadora que gosta de livros físicos e faz fichamentos com papel e caneta, ainda era muito cara a interação próxima, olho no olho, falar e ouvir minhas interlocutoras sem a mediação das telas. Desde esse dia me senti ainda mais acolhida por essas mulheres, com histórias tão diversas da minha, mas ainda com muitas convergências.

Começou a fazer mais sentido a frase que elas sempre me diziam: “*você agora é parte da Coletiva*”. Frase que ecoava na minha cabeça com tensionamentos, talvez por eu não compartilhar a mesma experiência racial, territorial e de classe, talvez porque, de certa forma, carregava comigo o peso simbólico do nome de uma universidade que historicamente negou acesso à maioria dessas mulheres. Havia entre nós diferenças significativas nas experiências de

vida, por questões de raça, classe, territorialidade. Tudo isso me gerava inquietação, mas o fato é que estava ali, junto com elas, sendo acolhida como *parte* de um grupo, compartilhando sonhos, trabalhos, narrativas, afetos, apesar das diferenças, sempre muito bem demarcadas por elas. Levei muito tempo para entender também que não precisamos ser exatamente iguais para *sermos parcerias*, para construirmos pontes e alianças (Lorde, 2019; Anzaldúa, 2021) e que a ação poderia surgir a partir das nossas diferenças e semelhanças, da indignação comum pelas desigualdades estruturais. Alianças conscientes dos limites da partilha, e de que há lugares e experiências que jamais compreenderei totalmente, mas sobre os quais é possível produzir reflexões, ações e conhecimento científico a partir das minhas perspectivas situadas.

No decorrer do ano de 2021, participei ativamente de muitas atividades virtuais e algumas presenciais da Coletiva. Lia todos os dias as centenas de mensagens do grupo *Parças*, por vezes sistematizando, a pedido da gestão da Coletiva, demandas e encaminhamentos que ali surgiam e que poderiam embasar diálogos com instituições públicas. Começava também a contribuir mais ativamente na escrita de projetos para editais¹², bem como na escrita de outros textos para redes sociais, ofícios, campanhas de doações, entre outros. Em julho de 2021 realizamos uma importante reunião presencial da equipe de gestão da Coletiva, com cerca de dez pessoas naquela época, com a intenção de nos conhecermos melhor, consolidarmos disponibilidades para os trabalhos, avaliarmos o trabalho no último ano, planejar ações futuras e ainda, definirmos um posicionamento oficial da Coletiva sobre questões políticas latentes, como o feminismo e os movimentos sociais de esquerda¹³.

Nessa ocasião, ao serem questionadas por uma feminista negra convidada, que mediava uma parte dessa reunião, muitas mulheres da equipe da Coletiva disseram que não se reconheciam enquanto feministas, porque não se sentiam contempladas pelo que o movimento representava. Apesar disso reconheciam práticas feministas em suas mães, tias, avós, pois lutavam pelos direitos das mulheres e quebravam padrões familiares patriarcais. Uma delas disse que a Coletiva não deveria se envolver com movimentos políticos, porque o foco do grupo seria *apenas a promoção do cuidado e do afeto*. Houve muitas ponderações sobre a premissa básica do movimento feminista, de que o pessoal é político, *tudo é político, inclusive os nossos*

¹² Editais geralmente propostos por instituições governamentais ou do terceiro setor, de caráter social, cultural, relacionados a direitos humanos, políticas voltadas aos territórios de favela, a mulheres e à população negra.

¹³ Como apontado anteriormente, naquele período, o Brasil era governado por um presidente de extrema direita, e a evidenciação de posicionamentos políticos era demandada a todo o tempo aos movimentos sociais. Sobre a questão do feminismo, surgiu entre as mulheres da gestão, uma necessidade de definição sobre a Coletiva Mulheres da Quebrada se declarar ou não um movimento feminista.

corpos. Uma das mulheres da equipe, moradora do território e envolvida em movimentos sociais e acadêmicos defendeu a necessidade de organização política do grupo e posicionamentos enquanto um *movimento feminista, antirracista e contra as opressões do governo federal vigente*, evitando assim a perda de mais direitos. “*O que vocês chamam de afeto eu chamo de direito. Comida, saúde, educação, emprego, tudo isso é pauta feminista porque atravessa a vida das mulheres.*” (Notas de caderno de campo, 2021)

Ao final desse encontro, as mulheres chegaram à conclusão de que a Coletiva deveria se posicionar como um movimento de mulheres negras periféricas, que possui ações relacionadas a diversas lutas pelo bem viver das mulheres do território, e, ainda que tais experiências não sejam contempladas pelo feminismo hegemônico, sobre o qual lançam diversas críticas e há cisões muito evidentes, a ideia de outros movimentos intelectuais e políticos como os feminismos negros, indígenas e decoloniais, de certa forma se aproximam do que a Coletiva entende como um posicionamento político coerente. Mas, para além disso, a Coletiva define-se naquele momento como um movimento calcado no território, nas práticas de cuidado e acolhimento entre mulheres vulnerabilizadas, como práticas ancestrais e formas de sobrevivência e busca por *viver bem* em meio a estruturas de poder elitistas, racistas e sexistas.

Ainda em 2021, diante de uma sobrecarga da Coletiva com as demandas que chegavam cotidianamente das mulheres e a impossibilidade de atendê-las, foram realizadas algumas audiências públicas, uma na Assembleia Legislativa Estadual de Minas Gerais e uma Câmara Municipal de Belo Horizonte, para discutir a situação das mulheres nas periferias de Belo Horizonte e o quanto redes como a Coletiva estavam sobrecarregadas tentando, nas palavras das lideranças, *suprir a ausência do estado*. Em uma dessas audiências, diante da indisponibilidade e cansaço das fundadoras da Coletiva, fui convidada a fazer uma fala representando a Coletiva, o que me gerou inicialmente um estranhamento e uma recusa. Elas insistiram sobre a importância de alguém que estava trabalhando cotidianamente junto à Coletiva e reforçaram que, mesmo não sendo moradora do Aglomerado da Serra, naquele momento importava que eu era *parte da Coletiva* e minha fala seria importante para publicizar a situação e demandas das mulheres do território naquele contexto de intensificação das vulnerabilidades diante da pandemia. Aceitei o convite e dividi a fala com outras duas mulheres da Coletiva, ambas mulheres nascidas no território, o que amenizou um pouco meu desconforto, por não estar naquele espaço falando por elas, mas falando com elas.

Esse fato, apesar de ter transcorrido de forma tranquila, me trouxe algumas reflexões a partir de inquietações que, em maior ou menor grau, permearam todo meu processo etnográfico. Essas inquietações têm a ver com uma certa mistura e ambiguidade de papéis e agenciamentos dentro da Coletiva, visto que sou *de fora* do território (ou de qualquer outro território de favela), e ao mesmo tempo estava sendo reconhecida pelas minhas interlocutoras, desde o momento do nosso acordo de realização de uma pesquisa articulada com trabalho e colaboração, como *parte da Coletiva*. Fui compreendendo que *ser parte* da Coletiva tinha a ver com compartilhar decisões e responsabilidades, tarefas e trabalho, e significava assumir um compromisso ético e político com esse movimento e suas ações cotidianas, para além de um compromisso igualmente ético e político com a pesquisa etnográfica. Mas ser acolhida e anunciada como *parte da Coletiva* não significa que minha presença deixa de ser signo do lugar da academia, um lugar de “saber-poder” que remete a uma espécie de suspeição compreensível por parte de sujeitos que estão cansados de acolher pesquisadores, gastar tempo e energia com pessoas que querem se beneficiar/apropriar intelectualmente de suas histórias e experiências de vida sem uma relação de reciprocidade ou sempre em vias de *sumir sem dar satisfações* após alcançados seus objetivos acadêmicos. Lembrando as colocações precisas de Grada Kilomba (2019), a academia não é um lugar neutro, mas um lugar de reprodução de múltiplas violências sociais, raciais e de gênero. Lugar onde as decisões sobre quem fala e o que se fala, parte ainda de lógicas coloniais eurocentradas, as quais, apesar das lentas mudanças e variações no espaço-tempo, continuam sendo reproduzidas. Minha presença na Coletiva, tampouco, deixa de representar, para minhas interlocutoras, um lugar de branquitude e de privilégios, que diz sobre uma organização das relações baseadas em estruturas sociais de poder e desigualdade de oportunidades baseada em raça, classe e território, e isso muitas vezes foi evidenciado, de forma sutil ou bastante direta em nossas interações, sobretudo aquelas fora dos espaços mais formais de reuniões ou rodas de conversas, mas forjadas nas esquinas e mesas de bar. Todas essas questões atravessaram minha pesquisa e não seria possível deixar de mencioná-las pois são constitutivas, junto com muitas outras faces desse encontro, daquilo que escrevo.

Ao discorrer criticamente sobre a noção clássica e positivista da Ciência, Donna Haraway (2019) nos convida a assumir um posicionamento diante de nossa produção de saberes. Essa posicionalidade do conhecimento desafia a falsa imagem de um olhar (científico) como “truque de deus”, que tudo vê, de todos os lugares e de lugar nenhum. A autora nos propõe assumir que todo conhecimento parte de algum lugar, de uma perspectiva corporificada, de um olhar situado social e historicamente, e, portanto, parcial. A parcialidade corporificada, para

Haraway, é produzida a partir de corpos diversos, localizados em diferentes perspectivas, portanto, distintas formas de conhecer e apreender o mundo. Ao invés de sacrificar a objetividade científica, a parcialidade corporificada a qualifica, adiciona responsabilidade sobre aquilo que vemos, escrevemos, produzimos. Responsabilidade sobre as “conexões parciais” que estabelecemos, ao passo que nos posicionamos criticamente diante do mundo.

Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de **conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece**. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. (Haraway, 2019, p. 33, grifo nosso)

Partindo desse pressuposto, da responsabilidade com a minha produção de saber, comprometida com uma objetividade posicionada e crítica, situo meu lugar junto ao campo e minhas interlocutoras, ao mesmo tempo, como pesquisadora e como *parte da Coletiva*. Ao falar da Coletiva Mulheres da Quebrada, falo, então, de uma posição que é ao mesmo tempo de proximidade e distanciamento. Distanciamento porque conheci as mulheres que fundaram e sustentam essa rede desde o lugar de pesquisadora acadêmica, de forma virtual e em meio a uma pandemia, tempo no qual me coloquei em um lugar de distanciamento social enquanto elas semanalmente entregavam cestas básicas e auxiliavam em situações de emergência no território, como casos de violência doméstica e tentativas de autoextermínio. Distanciamento por sermos atravessadas por muitas “diferenças”, entendendo a “diferença como relação social”, que aponta para como as estruturas estão organizadas e moldam as experiências, mas também diz sobre sistemas de significação e representação que constroem categorias (Brah, 2006).

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. (Brah, 2006, p. 374)

Situo-me, pois, partindo dessa compreensão que a diferença não necessariamente está pautada por essencialismos, mas cria possibilidades de ação e enunciação. Sou uma mulher cisgênero, mãe, bissexual, lida socialmente como branca (em alguns contextos “moreninha”, “bronzada”, “encardida”, “quase branca”), de origem familiar de classe média baixa, nascida na zona rural de uma pequena cidade do interior, oriunda de escolas públicas, com graduação possibilitada por uma bolsa integral do ProUni, atualmente pós-graduada pela UFMG e

compondo a classe média brasileira. Apesar de ter vivenciado opressões interseccionais ao longo da minha vida, reconheço que gozo de muitos privilégios de classe e raça em relação à experiência das minhas interlocutoras. Mesmo entendendo que tais privilégios e lugares sociais são contextuais e relacionais, são também concretos e produzem efeitos práticos nas relações sociais. Como pontua Leandro Oliveira (2017) “nossas localizações não são impostas ou permanentes”, mas sim constituídas a partir de contingências, passíveis de movimento ao longo da nossa vida. Ainda assim, importante dizer que no meu encontro com a Coletiva há diferenças profundas em nossas subjetividades e experiências de classe, raça, território, e essas diferenças informam grande parte das relações construídas em campo.

Por outro lado, falo também de um lugar de proximidade, de dentro, porque fui acolhida na Coletiva enquanto mulher - compartilhamos o marcador social de gênero, que sem dúvidas foi um fator decisivo na abertura para a realização da pesquisa -, mãe, ativista, feminista, pesquisadora, *colaboradora*, *parceira*, aliada, como *parte* de um grupo e de um movimento de mulheres, uma relação que foi crescendo e se consolidando nas interações cotidianas. A minha dedicação pessoal e disponibilidade para as mais diferentes tarefas, contribuindo para a expansão das atividades, sustentação de ações cotidianas, aprovação de projetos em editais e trazendo novos olhares sobre algumas questões, fortaleceu essa relação. Tornei-me de certa forma mais um dos muitos elos da trama que tece a Coletiva, a partir de uma aliança, uma coalizão, e como toda coalizão, pautada em semelhanças e diferenças, tensionamentos e pontos de conexão.

Escrevo, portanto, a partir de interações e relações sociais marcadas por diferenças e similaridades, por aproximações e distanciamentos, por conexões parciais, “pontes” (Anzaldúa, 2021), assumindo os riscos inerentes às travessias. Nas interações cotidianas, de trabalho, pesquisa, parcerias e amizades agenciadas durante esse processo, por mim e pelas minhas interlocutoras-parceiras, mobilizamos nossas histórias, memórias, trajetórias de vida, experiências que produzem nossas múltiplas identidades, por vezes sobrepostas, justapostas, entrelaçadas, contrastantes. “Experiências” (Scott, 1999) e “identidades” (Brah, 2006), nesse caso, não devem ser tomadas como dados auto evidentes, mas como produtos e relações sociais diversas, localizadas historicamente e que dialogam a partir do encontro. Encontro que, nesse campo, se faz entre “mulheres”, não como um “grupo natural” (Witting, 2019), mas entendidas enquanto categorias políticas que dizem acerca de sujeitos históricos marcados por constructos de sexo-gênero (Lauretis, 2019), e, em maior ou menor medida, conscientes dessas implicações a partir de nossas perspectivas feministas. Eu, a pesquisadora, carregando minhas identidades

e experiências, cada uma de minhas interlocutoras-parceiras, carregando as suas. O encontro é o momento da partilha de alegrias e dores, da construção de passagens entre diferentes mundos, de tensionamentos e ruídos também, mas é principalmente o momento da construção de algo novo.

Em sua tese de doutorado, Paula Gonzaga (2019) apresenta a noção do “encontro” como metodologia de pesquisa, pois se via, diante de suas interlocutoras, tal qual diante de um espelho que ativava memórias de vivências marcadas por racismo, sexismo, gordofobia, lesbofobia. A autora diz que, mesmo sem se conhecerem previamente, aqueles corpos-subjetividades partilhavam memórias, dores, resistências, estratégias, vivências e estar diante desse espelho do encontro, trazia algo de muito profundo e marcante da própria pesquisadora. Entendo que meu encontro com as minhas interlocutoras-parceiras na Coletiva Mulheres da Quebrada parte de um lugar distinto, marcado por partilhas e algumas fraturas, em um corpo coletivo e diverso, do qual fui aprendendo a tornar-me parte, participante, agente de manutenções e transformações.

Esse encontro produziu efeitos sobre a Coletiva e, sem dúvida, profundos efeitos sobre minha trajetória pessoal e acadêmica. Sinto que, de diversas formas, não diferente de muitas outras antropólogas que escrevem sobre como se permitem “afetar-se” (Favret-Saada, 2005) pelas experiências relacionais ao longo de suas pesquisas, venho me transformando a partir desse encontro, não apenas intelectualmente, no âmbito das reflexões acerca da temática que permeia meu trabalho, mas também na minha própria subjetividade e nas minhas relações cotidianas. Jeanne Favret-Saada (2005) em clássico texto sobre etnografia, fala da sua experiência de pesquisa com feitiçaria com camponeses franceses. Ela argumenta que deixar-se afetar não se confunde com empatia, pois esta implicaria uma ideia ou de “distanciamento” ou de completa “fusão” em relação ao que o outro sente. A experiência de “ser afetada” não estaria ligada a nenhum desses movimentos, mas sim a “intensidades específicas” vivenciadas nessas interações, refere-se àquilo que escapa à racionalidade do pensamento científico tradicional e que muitas vezes é intraduzível em palavras ou explicações. Ocupar o lugar do afeto, em campo, não se trata de saber com precisão sobre quais são os afetos do outro, mas sim de deixar-se tocar, transformar a própria perspectiva e as próprias representações do mundo. A autora defende que deixar-se afetar pode ser um instrumento de conhecimento específico, abrindo uma forma característica de comunicação com o outro. (Favret-Saada, 2005).

Nesses momentos, se for capaz de esquecer que estou em campo, que estou trabalhando, se for capaz de esquecer que tenho meu estoque de questões a fazer... se for capaz de dizer-me que a comunicação (etnográfica ou não, pois não é mais esse o

problema) está precisamente se dando, assim, desse modo insuportável e incompreensível, então estou direcionada para uma variedade particular de experiência humana – ser enfeitado, por exemplo – porque por ela estou afetada. (Favret-Saada, 2005, p. 160)

De forma semelhante, guardadas as devidas especificidades (e intensidades), deixei-me afetar, e por diversas vezes ao longo desses anos de interlocução-parceria, estive engajada nas vivências estabelecidas, “sem procurar pesquisar, nem mesmo compreender e reter” (Favret-Saada, 2005), esquecendo-me incontáveis vezes, que estava ali (também) como pesquisadora. Essa forma com que o processo de ‘pesquisa-parceria’¹⁴ se constituiu, por escolhas conscientes ou inconscientes, não se traduzem em menor precisão ou objetividade, mas em uma “objetividade relativa” (Haraway, 2009), em uma pesquisa engajada e também marcada pelos afetos, por vezes resgatados de registros detalhados em cadernos de campo, por outras, interpretados apenas a partir da memória dos acontecimentos, revividos e ressignificados tempos depois, durante a escrita. Importante dizer sobre o caráter de abertura ao risco que constitui uma etnografia marcada pelos afetos. Abertura que, por sua vez, pode ser elemento constitutivo de uma etnografia mais fértil e menos mediada por convenções, enrijecimentos e *modus operandi* que muitas vezes nos impedem de ver além do óbvio. Favret-Saada diz que

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assumo o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (Favret-Saada, 2005, p. 160)

As ambiguidades entre os lugares de pesquisadora, colaboradora e mulher que se afeta por um encontro pautado em dinâmicas de cuidado produzido por/entre/para mulheres, encontro que mobiliza camadas subjetivas profundas, ainda gera alguns tensionamentos internos, mas sigo comprometida com a responsabilidade que assumo enquanto pesquisadora parceira de um movimento político de mulheres, evidenciando minha parcialidade crítica, corporificada, localizada (Haraway, 2009) e que, por isso, se pretende objetiva na contribuição

¹⁴ Utilizo essa expressão, ‘pesquisa-parceria’, como uma tentativa de dar sentido ao estabelecimento de uma relação de pesquisa comprometida com a produção de conhecimento científico tanto quanto com o engajamento político-afetivo com o movimento de mulheres junto ao qual a pesquisa se constrói. A Coletiva Mulheres da Quebrada possui uma frase-lema, reafirmada constantemente junto a todas as mulheres que se somam na construção do movimento: “não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras”. A noção de pesquisa-parceria também é uma forma de trazer ao texto etnográfico essa perspectiva das interlocutoras, reforçando o caráter engajado do meu posicionamento múltiplo em campo. Os lugares de pesquisadora e colaboradora do movimento estão a todo tempo articulados.

com a produção (também coletiva) de conhecimento. Um campo prático, político, afetivo, concreto, afetado por mim, e que também me afeta, todos os dias.

Gloria Anzaldúa (2021), poeta, escritora e teórica cultural chicana e lésbica, ao refletir sobre os feminismos atravessados, por um lado, pelo compartilhamento da condição de gênero e sexualidade e, por outro, por diferenças raciais, afirma que fazemos alianças porque “estamos em busca de experiências poderosas, que façam sentido” (p. 91). Defende a construção de pontes (ou pontes levadiças, por vezes ilhas, ou bancos de areia) nas construções a partir das nossas diferenças, convocando-nos a lidar com a *mierda* que perpassa por essas diferenças e não deixando que se tornem cisões irreparáveis.

País de terremotos, esses feminismos. Como uma fratura na crosta terrestre partindo a rocha, como a rocha partindo-se a si mesma, os abalos alternam diferentes categorias de mulheres passando umas pelas outras, para que deixemos de nos encontrar, e fiquemos eternamente desalinhadas – as de cor das brancas, as judaicas das de cor, as lésbicas das héteras. Se é fato que não compartilhamos, mesmo, nenhum território em comum, mas apenas enredos cambiantes, como vamos conseguir trabalhar e viver e amar juntas? Então, não podemos esquecer la mierda entre nós, uma montanha de caca que nos impede de vermos umas às outras, estar umas com as outras. (Anzaldúa, 2021, p. 92)

Reconheço as partilhas e as diferenças que são reveladas nesse meu encontro com a Coletiva Mulheres da Quebrada, e nossa escolha de construir alianças e coalizões, inclusive entre diferentes linguagens, saberes e intelectualidades. Essas alianças não são livres de desconfortos, incômodos, tensões, mas elas são ainda mais, potência que só a confluência de águas de diferentes rios é capaz de ter. Alianças são feitas entre pessoas que são diferentes, mas que têm uma consciência similar (Anzaldúa, 2021), evidenciam questões de intimidade, emoções, estranhamentos e afetos.

Me parece que através de coalizões vastas várias hermanidades podem ser criadas – não uma sororidade, mas muitas. Não precisamos todas nós estar juntas sempre (unidade total pode ser outro mito utópico). (Anzaldúa, 2021, p. 111)

Assumo, portanto, a ambivalência, a opacidade, a confusão, a impossibilidade de cabimento em categorias fixas. Talvez seja um traço da minha personalidade, isso de estabelecer pontes entre mundos diferentes, de contra intuitivamente buscar lugares desconfortáveis. Talvez a minha própria sensação de conforto esteja no costume antigo de habitar as fronteiras, de estar estrangeira e transitando por entre lugares. Minha trajetória de pesquisa e minha escrita não poderiam ser diferentes.

No âmbito dessa escrita, a Coletiva se constitui como lugar de encontros, partilhas e afetos, como nos mostram as companheiras, também pesquisadoras da UFMG e colaboradoras da Coletiva, Paula Gonzaga¹⁵, Karla Carvalho e Grazielle Souza. Em artigo sobre a experiência de construção de projeto de extensão ancorado em uma Psicologia social feminista e antirracista na Coletiva Mulheres da Quebrada, elas traduzem esse lugar como um “espaço de acolhida” que

permite que as mulheres, ao **se enxergarem umas nas outras** (Gonzaga, 2019) falem de suas vivências num espaço onde se sentem seguras para fazê-lo, e o fazem de certa forma através de uma lógica freiriana, **alfabetizando-se e aprendendo a ler a realidade e escrever suas próprias histórias** (Martín-Baró em 1996, citando Freire). Tal movimento acontece com as diferentes mulheres que frequentam o espaço da Coletiva, mães solas, filhas, sobrinhas, avós, tias, mulheres com idade entre os 17 aos 78 anos, artistas, pedagogas, estudantes, donas de casa, psicólogas, empregadas domésticas, aposentadas, babás, catadoras, fotógrafas, cabeleireiras, cozinheiras e outros infinitos rótulos que as/nos acompanham, **todas se colocando como aprendizes, ouvindo umas às outras e dando novas significações à própria realidade.** (Gonzaga, Carvalho e Souza, 2023, grifos nossos)

Ao me colocar também como aprendiz, como quem cuida e também como quem precisa de cuidados, nesse movimento que enuncia sua principal razão de existir como sendo o acolhimento, o afeto e o cuidado feito por mulheres e para mulheres, em uma relação contínua e mútua de escuta, de ensinamentos, aprendizados e ressignificações de si e do mundo, eu soube imediatamente que era sobre isso que gostaria de escrever. Quando e como, eu ainda viria a descobrir. Mas permaneço com a sensação de que esse encontro foi e tem sido potência e que a minha ferramenta principal pra traduzi-lo são as palavras, ou a alquimia de transformar as palavras sentidas (no corpo) em palavras escrita (através do corpo).

De acordo com Feltran (2017), as posições das pessoas no mundo são marcadas por fronteiras, sendo que estas constituem o próprio sujeito. Em nossas redes de interações sociais cotidianas, independente de nossa vontade ou consciência, estamos sempre inseridos em múltiplas categorias, mais ou menos flexíveis de acordo com o contexto social. Para o autor, “categorias são difíceis de comparar, porque os sentidos que expressam remetem, invariavelmente, a séries de interações situadas, portanto sempre distintas umas das outras” (Feltran, 2017, p. 9). Minhas interlocutoras-parceiras, assim como eu, nos posicionamos socialmente a partir da categoria “mulher”, que permeia desde a própria nomeação do

¹⁵ Paula Gonzaga, além de importante referência intelectual para a construção das reflexões presentes nesta tese também é colaboradora da Coletiva Mulheres da Quebrada, coordenando uma parceria entre a UFMG e esse movimento de mulheres, a partir de projeto de extensão em atuação desde 2022, sobre o qual abordaremos mais adiante. Paula é professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, doutora em Psicologia Social (UFMG), coordenadora do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes (UFMG).

movimento no qual atuamos juntas, à nossa própria autoidentificação e representação social. Nesse sentido, se faz relevante trazer alguns elementos à reflexão de como mobilizo tal categoria ao longo desse texto, suas instabilidades e incoerências constitutivas e também sua força enquanto mote político no contexto em que a pesquisa se situa.

Partindo do pressuposto que as “categorias analíticas feministas devem ser instáveis”, pois “teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (Harding, 2019), proponho uma abordagem das categorias e identidades agenciadas nesse contexto etnográfico, de forma situada, e não como fixas ou naturalizadas. Quando falamos das “mulheres” que animam a Coletiva Mulheres da Quebrada, que confrontam as opressões sofridas por “mulheres negras periféricas” nas dinâmicas sociais e que se propõem a contrapor as lógicas estruturais a partir de um espaço de acolhimento, cuidado e afeto feito “por mulheres” e “para mulheres”, compreendemos a complexidade das representações sociais relacionadas ao gênero - articulados com outras categorias tão importantes quanto. Portanto, é importante dizer que o uso do termo “mulheres” nesta tese, parte primeiramente da mobilização que as minhas interlocutoras fazem desta enquanto uma categoria política, que marca um lugar social circunscrito de gênero articulado com outras categorias como raça, classe e território, produzindo assim uma experiência e perspectiva localizada. *Mulheres periféricas*, ou *mulheres da quebrada*, descreve um lugar social que pode demarcar distâncias e diferenças, em relação, por exemplo, aos homens periféricos, ou às mulheres brancas de classe média. É o lugar a partir do qual elas vivem, falam, se movimentam e buscam promover transformações estruturais.

O gênero pode ser entendido enquanto um sistema que organiza as relações sociais a partir de outro constructo social normativo que produz subjetividades e experiências específicas, o sexo (Butler, 2000). O sistema sexo-gênero, segundo Lauretis (2019), “é um sistema de relações produtivas que operam simultaneamente”, a partir de representações e autorrepresentações. A autora faz uma diferenciação entre “Mulher” como representação e “mulheres” seres reais, históricos e que são definidos por uma ideologia que organiza as relações sociais e as experiências concretas dos sujeitos. Para ela, o sujeito do feminismo estaria ao mesmo tempo dentro e fora dessa ideologia, visto que são mulheres sujeitos históricos, conscientes de sua intrínseca relação com as representações de feminilidade. Joan Scott (2019) defende o uso da perspectiva historicizada e desnaturalizada do gênero como uma categoria de análise relevante, pois traz luz sobre um “sistema de relações”, que também são “sistemas de significados” que articulam regras de relações sociais e constituem experiências (2019). Para

ela, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 2019, p. 67)

Todas essas categorias (instáveis e relacionais) que estruturam experiências situadas e perspectivas diante do mundo podem produzir identidades políticas e sociais, a partir das quais os sujeitos reivindicam lugares, direitos, reconhecimento, transformações. Quando pensamos em um movimento constituído por mulheres negras e periféricas, articuladas politicamente a partir de um posicionamento contrário a um “sistema de opressões interligadas” (Collins, 2016) vislumbramos os agenciamentos das categorias e identidades em favor de um desejo de transformação social feminista e antirracista. Birman (2008) problematiza a naturalização das identidades como se fossem pontos fixos de onde se parte e traz os aspectos construídos das identidades, incluindo as técnicas de identificação como instrumentos de poder. No mesmo sentido, Scott (1998) defende uma historicização do próprio conceito de experiência, que produz tais identidades. Segundo a autora, a experiência não deve ser algo que “apresentamos” em nossas análises sobre as posições dos sujeitos.

Não são os indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência, nessa definição torna-se então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz. (Scott, 1998, P. 304)

Um dos esforços deste trabalho é trazer elementos que possam historicizar e situar as experiências, práticas, narrativas e saberes que produzem e são produzidos por essas mulheres. Creio não ser equivocado dizer que me somo enquanto pesquisadora-parceira na produção coletiva de uma pequena parte desse movimento amplo e complexo, constituído por mulheres enquanto sujeitos históricos e políticos, organizadas a partir de pressupostos éticos e posicionados.

As mulheres aqui descritas são diversas e estão inseridas em sistemas articulados marcados por sexismo, racismo, elitismo e outras opressões interligadas. Sistemas construídos histórica e socialmente e que definem a produção dos sujeitos e suas posicionalidade, mas também suas resistências, em redes de relações de poder, trabalho, afeto, cuidado, dentre outras. Assim como a categoria mulher estrutura uma determinada forma de existir no mundo, quando articulada nesse contexto, as *mulheres da quebrada* estão conscientes das opressões às quais estão submetidas e se valem dessas categorias para agenciar suas lutas coletivas por

autodefinição e empoderamento (Collins, 2019). Minhas interlocutoras-parceiras me ensinam que ser mulher negra favelada (periférica, da quebrada) lhes conferem experiências particulares, muitas delas dolorosas e traumáticas, mas também lhes conferem potencialidades e pontos de vista epistemológicos próprios e bastante ricos (Collins, 2016; Kilomba, 2019) e é nessa base que se constrói o movimento *Coletiva Mulheres da Quebrada*.

Caminhos metodológicos e a vida concreta da pesquisa

Escrever sobre os percursos metodológicos para a construção desse trabalho é uma tentativa de ordenar algo de uma lógica não apenas acadêmica, mas da matéria concreta da própria vida cotidiana, pautada em se virar e dar conta de muitas coisas ao mesmo tempo. Essa lógica, na qual a maioria das mulheres, especialmente as mães, são especialistas, é muito praticada, porém pouco descrita em textos acadêmicos. As dinâmicas da “vida privada”, ou todos os caminhos e perrengues que trilhamos para estar aqui, a postos na “vida pública”, são sistematicamente suprimidas, invisibilizadas, até mesmo nos mais progressistas dos empregos e programas acadêmicos. Talvez seja porque a gente evita (querem que a gente evite) falar sobre a nossa exaustão e sobrecarga, falar sobre o fato de que nós mulheres mães trabalhadoras e acadêmicas, nunca estamos inteiras em um lugar de cada vez, porque não é bom para a imagem (pública), para a carreira, não pega bem nas entrevistas de emprego ou bancas de seleção de pós-graduação. Falando por mim, esse meu longo tempo de doutoramento foi marcado por muitos percalços, uma dose cavalariça de crises da vida real. Uma separação conflituosa culminou na minha responsabilização pelos cuidados praticamente integrais com minha filha, uma criança pequena. Nós duas passamos por quatro mudanças de apartamento, com pouca rede de apoio e me deparei com a necessidade de trabalhar uma jornada de 44 horas semanais, para além do Doutorado, na reta final da escrita da tese e conciliando com duas disciplinas de estágio docente. Passei durante esse período por uma pandemia que durou e impactou muito mais do que os meses protocolares de prorrogação de prazo, vivenciei uma mudança drástica de orientação e de temática de pesquisa, permeada por violências e constrangimentos (nem tão sutis) no meio acadêmico. Experimentei um adoecimento grave por Covid-19 de minha mãe seguido do meu próprio adoecimento, físico e mental. Algum tempo depois, passamos pela perda repentina e dolorosa do meu pai. Mesmo com o luto imenso eu tinha que seguir, cuidando, trabalhando, escrevendo, pouco descanso ou tempo para elaborações.

A vida real também trouxe coisas boas, conquistas, bons encontros, amores, uma relação bonita com minha filha, descobertas e aprendizados importantes (para não dizer que não falei das flores). Mas menciono tudo isso e destaco as muitas pedras no curso dessa tal vida real (a vida privada), não no sentido de elencar sofrimentos que justifiquem ou que antecedam o meu próprio texto. Como nos convoca Gloria Anzaldúa (2000), escrevo isso porque preciso. É preciso falar das estruturas e lógicas coloniais e heteropatriarcais do mundo acadêmico, sobre as condições e bases concretas da vida sobre as quais as pesquisas são feitas. Quando trato analiticamente sobre práticas de cuidados, sobre o cuidar na prática, é preciso dizer o óbvio: minha pesquisa não se faz em um terreno neutro ou inerte da intelectualidade cristalizada nas torres de marfim, pautada na lógica de gênero e classe do homem branco médio que não precisa lavar pratos ou cozinhar seu próprio alimento enquanto produz uma tese. Como aponta Dell’Aglío (2023) “as tarefas diárias, da “rotina”, a artesanaria do cotidiano, falam, a uma só vez, do cuidado e dos modos de pesquisar (p. 196). Minha pesquisa e escrita são entrecortadas por infinitos chamados de “mãe!”, “ai!”, “por que?”, “quero!”, “não quero!”, “vem aqui!”, casa suja, roupa por lavar, estender, guardar, comida por fazer, coisas para catar em um *looping* infinito. Uma criança companheira que me dá muita força e potência de vida (sem a qual eu desconfio que nem chegaria até aqui), que me acompanhou inúmeras vezes nas atividades da Coletiva, tornando-se de certa forma, também parte ativa do processo etnográfico. Mas como qualquer criança demanda muitos cuidados, precisa ser amparada, ouvida, curada, limpa, alimentada, medicada.

Quero enfatizar que esse não é apenas um “pano de fundo” da pesquisa, não se trata de um cenário, que por vezes tentamos esconder, feito sujeira embaixo do tapete, de nossos trabalhos acadêmicos, públicos, oficiais. Este é também e principalmente o lugar a partir de onde eu escrevo, o lugar que ocupo no mundo. Essas práticas, as mais banais e cotidianas, compõem esse trabalho do início ao fim, e não é de meu interesse suprimi-lo, pois são também potência. O privado comumente guardado e invisível, os sacrifícios que fazemos até chegar sobreviventes, minimamente saudáveis e apresentáveis em nossa vida pública, em nossas produções acadêmicas, geralmente é suprimido, assim como todo o trabalho de cuidado invisibilizado que sustenta o nosso mundo. Por quê? Moralidade cristã? Os sacrifícios – especialmente o das mulheres - devem ser feitos em silêncio e a vida privada que sustenta a pública (insistindo de forma caricata nessa divisão que rechaço) deve ser apagada dos registros. A que isso serve? À lógica de que as coisas brotam do nada, que toda atividade produtiva e masculinizada, que é a que importa de fato, se faz sozinha e está pronta para brilhar e receber

todos os louros e aplausos, enquanto alguém limpa a sujeira, serve o prato quentinho aos convidados, humildemente.

Minha proposta aqui é trazer também o lado sujo da escrita e da produção acadêmica, porque a pesquisa também é feita de fluidos, feridas, cicatrizes, dores. Dizer e repetir até que alguém se convença, o óbvio, de que a produção (a acadêmica também) não existe sem reprodução da vida e que não há, ou não deveria haver, separação entre essas esferas. É preciso alguém para parir, alimentar, cuidar, limpar, fazer brotar, regar, crescer. Quem cozinhou a comida dos grandes autores que escreveram os clássicos textos aos quais nos reverenciamos? Eu preparei a minha e a de minha filha diariamente, enquanto cozinava essa tese, em fogo baixo, geralmente, porque o risco de derramar o leite da panela era grande. As dinâmicas da vida (dentro e fora da academia) quase me fizeram desistir, incontáveis vezes. O discurso da diversidade e inclusão não condizia com as práticas que pareciam significar que um doutorado não é lugar para uma pessoa que cuida de outras pessoas. A academia exige um nível de excelência e “dedicação exclusiva” incompatível com o curso da vida, da correria, do malabarismo de ser mulher, mãe, pesquisadora, trabalhadora, engajada em questões sociais coletivas, que não deu conta de tudo, de ler todos os filósofos, de entender todas as escolas sociológicas ou toda a conjuntura política com riqueza de detalhes. Chego aqui faltante, cheia de lacunas. Mas tentando me reconciliar com essa falta, tirando-a do lugar da insuficiência.

Meu exercício, aqui já bastante entranhado em questões subjetivas e psicologizantes, é superar a ideia de falta e entendê-la enquanto potência de criação e escrita etnográfica. Assim como a minha condição de mulher mãe trabalhadora multitarefas, por um lado me deixa em falta com algo que para a academia é muito caro (a dedicação exclusiva que leva à excelência), por outro, me potencializa e me traz perspectiva epistemológica, parcialidade objetiva, “objetividade relativa” (Haraway, 2009), um ponto de vista singular e plural, pois também somos muitas. Nessa tentativa de tradução de algo que se faz no corpo (a mente também é corpo) para a linguagem escrita (e limitada), busco partilhar com outras pessoas que talvez sintam o mesmo, sentiram o mesmo, e até já disseram o mesmo, confluindo nossas vozes-rios nessa produção que não é uma autoria individual, mas uma partilha intersubjetiva que se propõe a trazer alguma contribuição com a intelectualidade que esperamos que seja cada dia mais diversa, colorida, manchada de experiência, de vida que se faz no corpo, um corpo que cuida e precisa ser cuidado, um corpo que está em um mundo físico, concreto e instável.

Nesse cabo de guerra desigual entre produção e reprodução (Federici, 2017; Fraser, 2020; Vergés, 2020; Tronto, 2007) convido as leitoras, de dentro e de fora da academia (espero), a trazer à tona a sujeira debaixo do tapete, a colocar lado a lado a produção dos textos acadêmicos e a sustentação física, emocional da vida, o trabalho minucioso, cotidiano, por vezes repetitivo, mas essencial que é cuidar das existências de corpos que pensam, que escrevem, que produzem. Dito isso, resta dizer sobre os demais caminhos metodológicos desta pesquisa.

A etnografia com a Coletiva Mulheres da Quebrada tem início em meados de 2020 e se realiza de forma “multissituada” (Marcus, 1995) a partir do acompanhamento cotidiano das suas diversas práticas, como reuniões *online*, participação em reuniões com órgãos públicos, audiências públicas, acompanhamento e interação em grupos de aplicativos de mensagens, acompanhamento de atividades presenciais como entrega de cestas básicas, rodas de conversa, participação em atos e manifestações públicas nas ruas da cidade, organização e participação em festas e churrascos nas ruas do Aglomerado da Serra, elaboração de textos para mídias sociais, elaboração de projetos para editais, acompanhamento de encontros terapêuticos conduzidos por psicólogas no espaço da Coletiva, participação como condutora de um cineclube seguido de rodas de conversa com as mulheres do território, participação de *encontros de autocuidado* com a equipe gestora, auxílio nos eventos como Bazar da Coletiva, que reúne centenas de mulheres. Apoio em atividades como carregar caixas, cadeiras, limpar o chão, organizar livros, buscar e entregar doações, dentre outras muitas outras que permeiam a construção desta etnografia ao longo de quase quatro anos.

Me situo como uma pesquisadora parceira, social, política e afetivamente engajada, em um processo etnográfico que também é um movimento social de mulheres do qual escolhi fazer parte e doar parte do meu tempo e energia, para além da própria atividade de pesquisa em si. Importante dizer que meu envolvimento pessoal nesse movimento, em muitos momentos, tomou o protagonismo, em relação ao lugar da pesquisa. Os cadernos de campo foram utilizados ao longo de todo o processo de pesquisa, sendo mais constantes e fartos na primeira metade da pesquisa, período de chegada em campo e muitas descobertas, com registros sistemáticos, detalhados e longos das interações em meio virtual, reuniões das quais participei, reflexões e análise sobre vasto conteúdo online produzido pela Coletiva no período da pandemia de Covid-19. Nos encontros e atividades presenciais, também me utilizei desse instrumento de pesquisa, embora seja importante dizer que o enorme volume de atividades das quais eu participei não possibilitou que todas fossem registradas com o mesmo nível de detalhamento. Muitas das

experiências vivenciadas junto às mulheres da Coletiva se misturaram a uma dinâmica da “vida normal”, por exemplo, uma reunião intensa repleta de narrativas pessoais, onde me colocava, assim como outras mulheres presentes, enquanto um sujeito de cuidados, compartilhando dores e lágrimas, seguida de conversas despreziosas em mesas de bar, interações nas redes sociais, a retomada no dia seguinte das demandas cotidianas e outros trabalhos. O lugar de pesquisadora se mesclava com o de amiga, parceira de trabalho, ouvinte, ou de alguém que oferecia ou recebia um aconselhamento em alguma situação difícil. O que diferencia a vida da etnografia? Hoje, pouco mais de três anos depois do início dessa imersão pessoal-etnográfica, escrevendo, rememoro e miro essas vivências como quem olha de fora, registrando muitas das coisas vividas-observadas a partir da memória fragmentada, principalmente aquelas que não registrei imediatamente em um caderno de campo. Mas, afinal, tudo é uma tradução, tudo é perspectiva, inclusive o que emerge de um processo etnográfico marcado por encontros diversos, virtuais, presenciais, em diferentes tempos e com diferentes intencionalidades. Resta, na escrita, o trabalho de reelaboração da experiência etnográfica, vivida, que se faz pelos movimentos (não lineares) de olhar, ouvir e escrever (Cardoso de Oliveira, 1996), a partir de fragmentos de memória e registros em cadernos e documentos, transcrições e gravações. Como aponta Le Ven

A memória não é cronológica nem linear e a percebemos como um conjunto de experiências que ocorreram num espaço e num tempo diversos do tempo presente - o tempo do ‘rememorar’. E o instante do rememorar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços destas experiências podem ser resgatados; elas nunca serão representadas - trazidas para o presente de novo - tais como ocorreram no passado. Além disso, por mais que se possa resgatar do passado, há sempre lacunas de lembrança: a memória do esquecimento. (Le Ven, 1996, p. 59)

É possível dividir o processo etnográfico em dois tempos, sendo o primeiro entre outubro de 2020 a janeiro de 2022, com uma pesquisa que se deu principalmente de modo virtual, com poucas incursões presenciais em campo, e um segundo momento, a partir de janeiro de 2022 até meados de 2024, em que a pesquisa priorizou as incursões presenciais, participando de diferentes tipos de atividades. Nos primeiros meses, tempo das primeiras aproximações, assistia a todos os conteúdos publicados pela Coletiva Mulheres da Quebrada nas redes sociais, dentre gravações de lives, participação em aulas públicas, postagens nas redes sociais, fotos, entrevistas para programas de TV ou jornais escritos. A partir de novembro de 2020 comecei a participar, como parte da equipe de gestão da Coletiva, das reuniões de planejamento e avaliação das atividades. As primeiras reuniões eram focadas em ações virtuais do grupo, arrecadação de recursos e distribuição de cestas básicas, organização da rede de atendimentos

de saúde mental, planejamento de campanhas temáticas no território, em datas como Dia das Mães, Dia das Crianças, Natal, Dia Internacional das Mulheres, dentre outros. As reuniões também tratavam de organizar as demandas das mulheres e levá-las em articulações com instituições públicas. Definíamos a divisão das tarefas a partir das disponibilidades das mulheres que compunham essa equipe. Algumas reuniões foram mais enfáticas nas discussões sobre posicionamentos políticos e epistemológico da Coletiva. Ainda na fase da pesquisa mais focada no meio virtual, comecei, em março de 2021, a participar do grupo virtual denominado “*Parças*”. Na parte inicial da pesquisa, entre março e abril de 2021, analisei mensagens trocadas virtualmente entre essas mulheres, selecionando trechos conforme questões suscitadas pelas discussões relevantes à pesquisa.

Na fase presencial da pesquisa, com duração de cerca de dois anos e meio, participei de muitas reuniões presenciais de equipe, entregas de cestas básicas, cadastramento de mulheres no banco de dados da Coletiva, encontros e rodas de conversa com temas diversos como empoderamento, autoestima, luto, violência doméstica, saúde mental, racismo, dentre outros. Participei de atividades do bazar da Coletiva, churrascos com temas como combate à violência doméstica e outras celebrações voltadas ao lazer e confraternizações, atividades de exibição de filmes seguidos de rodas de conversa, oficinas de dança, organização da participação das mulheres do território em exposições teatrais ou de cinema, acompanhamento de mulheres da Coletiva em eventos e premiações públicas, auxílio com transporte em meu carro, de doações de alimentos, móveis, cobertores, roupas, dentre outras coisas. Há também outros encontros que não são possíveis de descrever metodologicamente como parte da pesquisa, e, mesmo que não tivessem intencionalidades acadêmicas, misturam-se ao tecido de relações e construções entre pesquisadora e interlocutoras, como festas de aniversário, conversas em bares e eventos do cenário cultural de Belo Horizonte.

Na fase final de minha pesquisa, a partir de meados de 2023, em meio a um ano intenso de trabalho, não foi possível acompanhar tantas atividades da Coletiva como nos anos anteriores. Me senti em falta, menos com a etnografia e mais com meu compromisso com as mulheres. Consegui ainda suprir um pouco dessa falta escrevendo projetos para editais, participando e organizando algumas ações presenciais, como um cineclubes quinzenal. Nesse tempo, comecei também a me preparar para as entrevistas e para a finalização do processo de escrita.

Após conversas de orientação, elaboração de roteiros, elaboração de cartas-convite e a realização de contato com as mulheres, iniciei o período de realização das entrevistas. Foram

realizadas oito entrevistas semiestruturadas com roteiros flexíveis, nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, com duração de cerca de uma hora cada uma delas. As entrevistas foram combinadas previamente por telefone, realizadas presencialmente ou virtualmente, de acordo com escolha das entrevistadas, com o auxílio de um gravador que possibilitou a posterior transcrição e análise a partir das questões norteadoras da tese. As entrevistas seguiam algumas perguntas como referências gerais, focalizando as trajetórias de vida dessas mulheres e sua relação com o território e em como as práticas da Coletiva possuem efeitos sobre essas trajetórias, além de buscar compreender noções de cuidado a partir da perspectiva dessas mulheres. Apesar do roteiro base, cada entrevista seguiu um percurso particular, de acordo com os interesses, o enfoque e acentuação dado por cada interlocutora em algum assunto específico.

As mulheres entrevistadas, conforme descrito acima, foram Sandra Sawilza, 44 anos, Simone Sigale, 45 anos, mulheres pretas nascidas no Aglomerado da Serra e fundadoras da Coletiva Mulheres da Quebrada; Karla Carvalho, 29 anos e Fabiana Matias, 41 anos, mulheres pretas, psicólogas colaboradoras que conduzem encontros e rodas terapêuticas e também fazem parte da equipe de gestão da Coletiva; Zaíta (nome fictício), se identifica como uma mulher parda, de 50 anos; Ana Davenga (nome fictício), se identifica como uma mulher preta, de 45 anos; Luamanda (nome fictício), se identifica como uma mulher parda, de 28 anos; Duzu-Querença, se identifica como uma mulher preta, de 65 anos, nascidas em diferentes cidades do interior de Minas Gerais, moradoras do Aglomerado da Serra, que frequentam as atividades da Coletiva, como os encontros e rodas terapêuticas, sendo que algumas delas desde as primeiras atividades em 2019, outras com entradas mais recentes. Importante situar as entrevistas como interações ou relações sociais nas quais eu vejo e também sou vista, nas quais há algum nível de mediação, pelas expectativas e por uma forma de produzir conhecimento bastante específico, o acadêmico. Trata-se ainda de um momento importante na elaboração mais prolongada de narrativas e histórias focadas em determinadas questões. Um momento fora da lógica e da temporalidade que marca outros momentos da etnografia, como encontros em roda, onde as narrativas se constroem a partir de muitas vozes simultaneamente. O tempo de realização da entrevista é um tempo de interação mais íntima e exclusiva entre pesquisadora e interlocutora e traz elementos importantes que, articulados com os demais processos de observação e participação ativa e engajada da etnografia, revelam elementos de grande importância para as reflexões aqui propostas.

A escolha das entrevistadas passou por critérios como as relações de proximidade constituídas ao longo da pesquisa, a relevância de ouvir as lideranças e fundadoras sobre o

processo de constituição desse movimento, o olhar das psicólogas que conduzem atividades como os encontros em roda, e a escolha de mulheres que frequentam esses encontros e outras atividades, e são de alguma forma, afetadas por essas práticas. As entrevistas buscaram abordar a relação dessas mulheres com o território e com a questão do cuidado em suas vidas cotidianas, além disso, traz a relação dessas mulheres com a experiência de cuidados coletivos na Coletiva e como essas experiências afetam suas vidas. Não estava no escopo deste trabalho um aprofundamento mais detalhado nas biografias ou histórias de vida dessas mulheres. Trata-se, pois, de entrevistas temáticas, com objetivo de refletir acerca do cuidado na vida das interlocutoras e da relação com o cuidado e consigo mesmas a partir das práticas políticas e pedagógicas da Coletiva Mulheres da Quebrada.

As perspectivas teóricas que orientam essa tese perpassam o pensamento de autoras que abordam a noção de “cuidado” (Tronto, 1997; 1993; Hirata e Guimarães, 2012; Molinier, 2014; Hirata, 2016; Araujo, 2019; Hochschild, 2019; Mol, 2018; Fietz, 2019; Fazzioni, 2021; Fernandes, 2021; Puig de la Bellacasa, 2023; Fraser, 2020; Debert e Pulhez, 2017; Drotbohm, 2022; Soares, 2012; Guimarães, 2019; Georges, 2017; Fisher e Tronto, 1991; Finamori, 2018), suas práticas e significados, sob múltiplos aspectos, éticos, morais, profissionais, filosóficos, políticos, raciais, de gênero, dentre outros. Articulo às abordagens sobre cuidado com outras correntes teóricas críticas do pensamento feminista (Haraway, 1995; Butler, 2019 e 2020; Scott, 1998; Fraser, 2019; Federici, 2017 2019; Witting, 2019; Lauretis, 2019; Harding, 2019), que nos ajudam a refletir sobre experiências sociais produzidas a partir de constructos de gênero, como por exemplo a divisão sexual e racial do trabalho de cuidados, com efeitos concretos na vida de mulheres. Essas articulações entre gênero, cuidado, capital, trabalho, estado, afetos, problematizam dicotomias como público/privado, trabalho produtivo/reprodutivo, autonomia/dependência, dentre outras. As perspectivas de mulheres negras (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2011 e 2019; Kilomba, 2019; Collins, 2016 e 2019; Hooks, 2017 e 2020; Davis, 2016; Nascimento, 2021; Gonzaga, 2019; Lorde, 2019;) são referências potentes para as discussões que compõem essa tese, trazendo elementos sobre a natureza interligada das opressões de raça, gênero, classe, territorialidade, dentre outros marcadores sociais da diferença que agenciam experiências, identidades e resistências. A interseccionalidade (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002; Collins, 2019), nesse sentido, se mostra uma importante ferramenta teórico-metodológica que nos permite analisar as estruturas sociais de forma articulada, entendendo a intersecção como algo que “forja experiências particulares em contextos específicos”, produzindo “não apenas identidades, mas situando perspectivas epistemológicas” (Collins, 2016). Importante

salientar que a mirada interseccional não hierarquiza opressões, mas visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural e, portanto, analítica, do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p.177)

Dentro da vasta produção intelectual de mulheres negras que dão norte a esse trabalho, situo as minhas interlocutoras da Coletiva Mulheres da Quebrada, com menção especial às lideranças Sandra Sawilza, Simone Sigale e Scheylla Bacellar, suas práticas e metodologias, narrativas e posicionamentos diante do mundo, como referências intelectuais, para além de focos de análise desta pesquisa. Destaco também a importância das trocas intelectuais, interpessoais e acadêmicas com as parcerias que estabeleci junto à Coletiva, como Paula Gonzaga e Karla Carvalho. Referencio ainda autoras críticas às lógicas coloniais (Anzaldúa, 2021; Lugones, 2015; Curiel, 2019; Paredes, 2019; Barragán, A.; Lang, M.; Chávez, D.; Santillana, 2019; Da Graça Costa, 2019; Diaz-Benitez, 2019, Vergés, 2020) e às articulações entre Estado, capital, gênero e cuidado, que propõem outras práticas, representações e narrativas científicas, éticas e políticas, a partir de mulheres racializadas e do terceiro mundo, contrapondo-se à lógica capitalista patriarcal e neoliberal, focalizando as práticas de cuidados coletivizados e comunitários. Tomo ainda como referência autoras que focalizam questões relacionadas a mulheres e cuidados em territórios periféricos e como essas experiências se articulam com territorialidades, gênero, estado, violências, vulnerabilizações, corpo, linguagem (Fazzioni, 2021 2023; Fernandes, 2021; Vianna e Lowenkron, 2017; Das e Poole, 2008). A perspectiva de Veena Das (2008 2015 2020), além de propiciar reflexões sobre os entrelaçamentos entre gênero, corpo e linguagem, a partir de contextos de violência e precariedade, e nos movimentos de habitar e reparar o mundo através da vida cotidiana, nos convida a construir uma etnografia comprometida com a descida ao ordinário.

Adiantando uma discussão que tomará corpo ao longo do texto, chamo a atenção para a utilização que farei da noção de “cuidado”, assumindo riscos que a polissemia do termo suscita, mas buscando recuperar sua força enquanto categoria teórica, social e política. Fischer e Tronto (1997) definem cuidado como

uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável (Fischer e Tronto, 1997, p. 287).

Essa clássica definição, bastante ampla e elástica, possui bases filosóficas e sociais ancoradas em um contexto histórico de ampliação das teorias críticas feministas (brancas e centradas no norte global, vale ressaltar) em torno do conceito de “*care*” e sua ascensão enquanto categoria científica. Trata-se de um importante ponto de partida analítico para pensar sobre os aspectos éticos e políticos do cuidado e em como seus desdobramentos se refletem em teorias sobre uma “ética do cuidado” capaz de quebrar dicotomias relacionadas a desigualdades e opressões de gênero, como público/privado e trabalho produtivo/reprodutivo. Tronto (2007) defende que a ética do cuidado seja levada ao campo da política, orientando práticas e políticas institucionais, democratizando e politizando o debate e as práticas de cuidado. Essa ideia aponta para um entendimento do cuidado como um direito social, que deve ser valorizado e garantido também por instituições públicas. O debate acadêmico sobre cuidados sai da esfera privada e deixa de ser essencializado como uma predisposição moral de mulheres, passando a ser entendido como um conjunto de práticas que permeiam toda a vida social e suas relações, destacando a inseparabilidade das esferas pública e privada.

O caráter aberto e polissêmico da definição de cuidado da qual partimos, que parece englobar uma infinidade de aspectos e possibilidades de sustentação, manutenção e reparação da vida e do nosso mundo, possui, segundo Puig de la Bellacasa (2023), uma “abertura especulativa” que nos interessa para lidar com um mundo instável, carregado de ambiguidades, contradições, incertezas, tensionamentos. Abertura especulativa que deve permitir a necessária complexificação, racialização, territorialização dessa discussão. Deve estar comprometida com a inseparabilidade da noção de cuidado e de suas práticas, realizadas por sujeitos históricos, localizados socialmente. Essa abertura também deve abrir espaço para o reconhecimento dos aspectos contraditórios em torno das práticas e discursos de cuidado, para além de uma visão normativa e com conotação moral positiva do “cuidado como reparo” (Drotbohm, 2022). Importa para essas análises, pensar também os aspectos ambivalentes do cuidado e das práticas relacionadas ao cuidar, que podem também ser permeadas por relações de poder, dominação e violências.

É importante deixar claro que o conceito de cuidado não é, de forma alguma, parte de uma visão de mundo bondosa, ou mesmo inocente, capaz de corrigir ou de aliviar o sofrimento do mundo. Pelo contrário: **o cuidado é uma lente incômoda para se**

analisar seriamente a natureza contingente das transformações e das persistentes instabilidades da vida. (Drotbohm, 2022 p. 13, grifo nosso)

Puig de la Bellacasa (2023) aponta para três importantes dimensões do cuidado, ofício/trabalho, afeto/afeições, ética/política, agrupadas e articuladas em diferentes situações relacionais repletas de tensões e contradições, por exemplo, entre reivindicações pela profissionalização do trabalho de cuidados e as dimensões afetivas desse trabalho, que podem comprometer sua valorização no campo profissional. Entre as contradições e tensionamentos dessas múltiplas dimensões, afetivas, políticas, profissionais, a autora defende permanecermos com a ambivalência. Importante ressaltar que a dimensão afetiva do cuidado, não necessariamente positiva, é intrinsecamente ligada às relações de cuidado, e pode se manifestar como carga opressiva, como a alegria ou como o tédio (Puig de la Bellacasa, 2023).

O cuidado é onipresente, inclusive através dos efeitos da sua ausência. Como um sentimento de falta que emana dos efeitos da negligência, ele passa dentro, através, por todas as coisas. Sua falta desfaz, permite que se desemaranhe. Cuidar pode nos fazer sentir bem; também pode nos fazer sentir péssimas. O cuidado pode fazer o bem; também pode oprimir. Seu caráter essencial para os seres humanos e os inúmeros seres vivos faz com que todas sejam suscetíveis a ceder a esse controle. Mas o que é o cuidado? É um afeto? Uma obrigação moral? Trabalho? Um fardo? Uma alegria? Algo que podemos aprender ou praticar? Algo que simplesmente fazemos? Cuidado significa todas essas coisas e coisas diferentes para pessoas diferentes, em situações diferentes. Assim, embora as formas de cuidado possam ser identificadas, pesquisadas e compreendidas concreta e empiricamente, o cuidado permanece ambivalente em seu significado e ontologia. (Puig de la Bellacasa, 2023, p. 109)

Apesar de (e talvez, também, por causa de) sua multivocalidade linguística e conceitual, opto pela utilização do termo “cuidado” ao longo da tese, tanto como um conceito científico profícuo quanto categoria nativa utilizada amplamente pelas minhas interlocutoras. A Coletiva Mulheres da Quebrada surge de um questionamento das opressões estruturais sofridas pelas mulheres negras a partir da exploração e sobrecarga de cuidados, contrastada por uma unilateralidade nessa relação, onde aquelas que mais cuidam dos outros são aquelas que menos recebem cuidados. Essa experiência é localizada e corporificada, desdobrando-se muitas vezes em adoecimentos físicos e emocionais. Se a opressão passa pelas dinâmicas corporificadas de cuidado, é também a partir dessa noção que a Coletiva elabora suas estratégias e práticas de resistência. O termo “cuidado”, na Coletiva Mulheres da Quebrada, muitas vezes é mobilizado em conjunto com a noção de afeto, trazendo uma ideia de que as práticas de cuidado ali agenciadas são produzidas afetivamente. Pensar o afeto nesse contexto, assim como o cuidado,

é tomar como ponto de partida as faltas, dores e ausências sentidas por essas mulheres - como por exemplo a solidão, a privação de relações amorosas, o abandono parental ou a violência doméstica por vezes enunciada como amor – e subverter essa lógica a partir da proposição ética e política de que as mulheres ali “*precisam ser parceiras*” e que o cuidado e afeto entre elas se faz pelo acolhimento, escuta, do amparo, abraço. Tais práticas produzem afetações entre as mulheres que a compartilham.

A vinculação entre “cuidado” e “afeto”, nas narrativas e práticas da Coletiva Mulheres da Quebrada, parece estar ligada a uma ideia de afeto distinto do amor romântico (familiar, materno, afetivo-sexual, cristão), estando mais próxima a uma ideia de afeto como uma necessidade humana básica, um direito humano fundamental, presente nas relações sociais, porém, de muitas maneiras negada a mulheres negras e pobres. A Coletiva se enuncia então como uma “*rede de cuidado e afeto*”, que se faz a partir de práticas diversas, que passam pela corporalidade, pela subjetividade, pela linguagem (quando as mulheres podem falar e serem ouvidas), pela conscientização e educação política voltada ao combate a opressões interligadas, pela autodefinição e empoderamento (Collins, 2016 2019) a partir de um corpo coletivo. O *cuidado* e o *afeto* agenciados na Coletiva são, portanto, coletivizados, com implicações individuais e subjetivas.

Pensar e produzir conhecimento certamente afeta aqueles que estão pesquisando sobre o cuidado. Puig de la Bellacasa (2023) nos interpela a “pensar com cuidado” acerca de nossos contextos de pesquisa, através de uma ética-política no fazer cotidiano das práticas de conhecimento, de forma densa e não inocente acerca dos mundos interdependentes e ambivalentes (Puig de la Bellacasa, 2023). “Pensar com cuidado” relaciona-se com a produção de um conhecimento comprometido, nesse caso, com uma construção coletiva feminista e posicionada, relaciona-se ao conhecimento atento a tudo aquilo que observamos e a partir do qual escrevemos.

Como ressalta Annemarie Mol (2023 p.), “palavras sem histórias problemáticas simplesmente não existem” e quando tratamos do terreno dos cuidados, o verbal é insuficiente para dar conta de algo que, assim como o próprio corpo, não está dado a priori, tampouco se trata de simples escolha, mas é produzido na organização prática. Nas práticas relacionadas ao que chamamos de “ética do cuidado”, dificilmente podemos partir de pressupostos, mas lidamos com o desenvolvimento constante de “soluções locais para problemas específicos” (Mol, 2023, p. 11). Nessas situações, a ambivalência não deve ser considerada uma falha analítica ou conceitual. Se o cuidado está relacionado a uma busca por constituir um mundo tão bom quanto

possível, precisamos nos atentar para o fato de que estamos em constante negociação quanto ao que é “bom”. Cuidados, segundo Mol (2023) implica ainda na negociação sobre “como diferentes bons podem coexistir” nas situações concretas, como por exemplo, nas práticas relacionadas ao corpo, saúde e doença. Para a autora, os bons cuidados podem ser descritos como “ajustes persistentes em um mundo cheio de ambivalências complexas e tensões mutáveis” (Mol, 2023). É a partir dessas bases, instáveis e ambivalentes, e ao mesmo tempo, ética, prática e política, que se constrói essa pesquisa. Busca ainda “colocar a prática na teoria” (Mol, 2023), alargando horizontes conceituais, éticos e políticos sobre os cuidados e o cuidar.

Organização e estrutura da tese

O texto que se segue está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta o Aglomerado da Serra como o território onde se situa e a partir do qual a Coletiva Mulheres da Quebrada se organiza, trazendo reflexões teóricas sobre os processos de urbanização e as representações, políticas e práticas sociais que estruturam a formação das favelas brasileiras e apresentando alguns processos sócio-históricos de constituição desse território e sua relação com a formação de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Traz ainda elementos sobre o lugar social das mulheres dos territórios periféricos, cujas experiências estão marcadas por estruturas de opressão interseccionais de raça, classe e gênero, e que de alguma forma, são o ponto de partida da construção da Coletiva e de suas práticas. O capítulo traz ainda alguns discursos e descrições, a partir da perspectiva dos sujeitos que habitam o Aglomerado da Serra, apontando para outras construções e narrativas sobre esse lugar a partir de suas resistências e potencialidades, centradas nas artes e em movimentos culturais, na memória coletiva e afetiva acerca do território, contrapondo-se a representações do território a partir de imagens de controle estigmatizantes.

O segundo capítulo apresenta as três mulheres, artistas e lideranças comunitárias que, a partir de incômodos, vivências e críticas sociais, iniciam uma movimentação que culmina na constituição da Coletiva Mulheres da Quebrada. Entrelaçada com as histórias de vida dessas três mulheres está a história da constituição da Coletiva, organizada no capítulo em algumas “cenas”, ou momentos principais. Essa história é atravessada pela crise social decorrente da pandemia de Covid-19, que traz demandas específicas e impulsiona algumas das práticas coletivas de cuidado que analisaremos ao longo da tese, como a constituição de um grupo virtual como rede de socialização, acolhimento e politização entre mulheres periféricas, e ações

socioassistenciais como formas de cuidado em meio a crises sociais. Por fim, faz uma discussão sobre as articulações entre cuidado, gênero e crises sociais.

O terceiro capítulo tem início com uma discussão teórica acerca do conceito de cuidado, articulado com os tópicos subsequentes, que trazem descrições etnográficas e análises acerca de uma série de ações e formas organizativas da Coletiva Mulheres da Quebrada. Estas, entendidas como estratégias, metodologias e práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos, que produzem uma espécie de território de cuidados com base nos preceitos da autodefinição e da emancipação, contribuindo para o alargamento da própria noção de cuidado. Dentre essas práticas, também compreendidas como pedagogias de cuidados, estão a rede *Gotas de Cuidado*, que trata a saúde mental como questão a um só tempo individual e coletiva, atravessados por estruturas sociais de opressão; os *encontros em roda* como práticas terapêuticas pautados nas premissas da autodefinição e emancipação, marcados também pela parceria entre movimento social e universidade pública, a partir da perspectiva da Psicologia Social e dos feminismos negros; as dinâmicas de cuidado a partir das corporalidades e do movimento; as formas de organização da equipe de gestão da Coletiva, e os caminhos encontrados pelo grupo na busca por promover práticas de autocuidado para mulheres que atuam como lideranças desse movimento.

O quarto e último capítulo analisa e tece reflexões a partir de entrevistas com quatro mulheres moradoras do Aglomerado da Serra que participam das atividades da Coletiva, sobre como essas pedagogias de cuidados coletivos produzem efeitos e constituem suas subjetividades, trajetórias de vida e identidades. Busca entender como as dinâmicas sociais de cuidados atravessam a vida dessas mulheres, tanto como um fator de opressão e sobrecarga, como de produção de identidades e transformação. Compreende o papel das ações de cuidado coletivo no processo de reparação e cura de mulheres, e como essas práticas de cuidado são absorvidas a partir da vida ordinária de mulheres comuns. Veremos como a indignação e crítica social muitas vezes pode ser transformada em ativismo, o silêncio transformado em ação. Ouviremos, a partir da perspectiva dessas mulheres, uma análise crítica acurada sobre as violências sofridas pelas mulheres periféricas, localizando estruturas que originam adoecimentos, silenciamento e exclusão. Outras trajetórias nos apontam para a construção de um processo de aprendizagem e construção coletiva em torno de uma noção ética e crítica de cuidado. Mulheres que redefinem suas perspectivas sobre si mesmas e sobre o mundo através da partilha de cuidados com outras mulheres.

1. A Quebrada



Figura 1 - Visão da chegada ao Aglomerado da Serra, a partir da Avenida do Cardoso. Foto da autora, fevereiro de 2024.

Esse capítulo pretende abordar a constituição e as formas de organização da Coletiva Mulheres da Quebrada, situando-a territorial, histórica e socialmente como um movimento de mulheres negras periféricas, um movimento produzido a partir de/em um lugar: a quebrada, a favela. Ao passo que o lugar situa as perspectivas e práticas desse movimento, tais práticas também produzem efeitos sobre esse lugar, afetando os sujeitos que o habitam e suas redes de relações. A Coletiva Mulheres da Quebrada é um movimento territorializado que se faz a partir de esforços coletivos e políticos de afirmação de identidades, “autodefinição” (Collins, 2019) e resistências a opressões marcadas por gênero, raça, classe, território. O movimento mobiliza esses marcadores sociais da diferença como categorias políticas que orientam ações práticas, contradiscursos que buscam subverter lógicas e estruturas de opressão a partir das noções de cuidado e de afeto. Produzido por e para mulheres negras e periféricas contrapõe-se às lógicas hegemônicas naturalizantes, historicamente produzidas e reiteradas ao longo de gerações, em que cuidado é tido como uma ação unilateral, uma função social delegada a mulheres, com peso e sobrecarga maior sobre mulheres negras e pobres (Gonzalez, 2020; Carneiro, 2011), em uma estrutura social marcada por relações desiguais. A desigualdade das práticas de cuidados faz

com que determinados sujeitos sejam condicionados histórica e socialmente a realizar muito mais ações de cuidado do que recebem, seja na lógica do trabalho, do afeto ou da obrigação, nos âmbitos familiares, comunitários ou profissionais. A Coletiva, através de discursos e práticas organizadas, produz uma espécie de ‘território de cuidados’, onde esses sujeitos históricos, as mulheres negras periféricas, recebem cuidados e se voltam ao cuidado de si, são convidadas a olhar para si, desafiando as dinâmicas e relações estruturais.

Para falar sobre como a Coletiva se constitui, a partir de quais motivações e *incômodos*, se faz importante trazer ao (con)texto o território no qual essa semente é germinada, onde as mulheres que iniciaram esse movimento nasceram, cresceram, onde elas aprendem, ensinam, se movimentam, de onde *partem, e para onde retornam*, o lugar sobre o qual, e a partir do qual, elas falam. Como as minhas interlocutoras-parceiras dizem, seus passos vêm de longe, vêm de suas mães, avós, tias, bisavós, vizinhas, amigas, colegas, de outras lideranças comunitárias e movimentos de mulheres, movimentos artísticos, culturais e de resistência que, de alguma forma, moldaram social e criticamente aquelas que viriam a fundar a Coletiva Mulheres da Quebrada. Após tentativas frustradas de se juntar a movimentos relacionados ao feminismo hegemônico e tentar fazer com que os movimentos de mulheres brancas de classe média *subissem o morro*, após entender que elas deviam reconhecer, honrar e seguir os passos daquelas que vieram antes, *das suas*, e depois de sair da favela, para estudar, trabalhar, se apresentar artisticamente, dialogar com a universidade e outros movimentos, elas sentiram que precisavam (era inevitável) voltar. *Sankofa*, como elas dizem. Literal ou simbolicamente, elas saem e depois retornam a esse território diferentes, com outras bagagens, em um desejo de movimentar as estruturas da sociedade a partir de uma ação centrada na perspectiva de mulheres negras organizadas coletivamente. Como aponta Sandra Sawilza, em entrevista: “*a gente mexeu num lugar da gente e de outras pessoas, que é existir a partir de um movimento. Quando a uma mulher preta se movimenta toda essa estrutura também está se movimentando, e ela foi movimentada.*”

Os termos *quebrada, favela, periferia, morro* e suas variações (*favelada, periférica, da/na quebrada*), são utilizados ao longo da tese de forma polissêmica, com significações múltiplas que não devem ser tomadas como auto evidentes. Informam categorias que representam e produzem experiências e ações concretas, a partir de uma rede complexa de significados, que podem ser complementares, semelhantes ou até mesmo opostos. Sentidos e representações que, por um lado, orientam ações de Estado, das elites, dizem sobre a organização do espaço urbano, sobre ações de segregação, relações de poder, desigualdade e

opressão, mas também sobre afirmações positivas, resistências diversas, construções identitárias e contradiscursos que buscam subverter lógicas de opressão. Esses termos e seus múltiplos significados dizem sobre identidades produzidas e transformadas pelos sujeitos, categorias que articulam questões de raça, classe e gênero, memória, cultura, *ativismo*, produção de lugar, território, comunidade. Importante destacar que tal utilização dos termos como categorias políticas e identitárias não pretende criar uma falsa ideia romantizada de harmonia e ausência de conflitos ou violências. Reconhecer esses lugares e sujeitos como agentes na constituição da sociedade (inclusive do próprio Estado) é entender também a complexidade de suas relações, seus conflitos, incoerências, violências e contradições. Na quebrada coexistem diferentes movimentos e formas de organização social e de poder, contrastantes ou complementares, como projetos sociais, grupos artísticos, igrejas evangélicas e redes complexas de agenciamento do tráfico de drogas. Há inúmeros casos de violência doméstica e feminicídio, alguns ligados ao tráfico, outros ao consumo abusivo de drogas e álcool, geralmente atrelados a processos de vulnerabilização social. A violência coexiste com redes de ajuda mútua e solidariedade. Os *meninos do tráfico*¹⁶ muitas vezes auxiliam as moradoras financeiramente ou com alguma demanda de transporte, saúde, carregando cestas básicas ou fornecendo outras ajudas pontuais, como fechar um portão esquecido aberto ou apagar um incêndio. Ao longo da etnografia também soube, pelas mulheres da Coletiva, de casos de feminicídios praticados por traficantes, ou ameaças de morte a mulheres trans, que desencadearam em uma articulação de redes de proteção entre mulheres até que ela estivesse segura e fora do território. As igrejas evangélicas produzem um outro tipo de poder e controle sobre os corpos e as subjetividades nesse território, não estando totalmente desvinculadas das dinâmicas territoriais relacionadas ao tráfico, ao passo que também apoiam os moradores em situações de insegurança alimentar e outras vulnerabilizações. Boa parte das mulheres que frequentam a Coletiva são evangélicas neopentecostais, e conciliam os encontros da Coletiva com os cultos semanais, ainda que muitas vezes os discursos desses dois espaços possam ser contrastantes. As ruas que abrigam os cultos exaltados e barulhentos são as mesmas que recebem os *bailes funk* na madrugada, principal forma de lazer e divertimento de adolescentes e jovens, onde se produzem narrativas de afirmação racial e territorial, liberdade sexual, ostentação financeira. É a favela que pulsa, em um *caldeirão cultural* com suas dinâmicas particulares. É nesse território, ambivalente e potente, inscrito nos corpos das pessoas que o

¹⁶ Uma forma de fazer referência aos rapazes que atuam no tráfico de drogas, nas bocas de fumo, em diferentes funções. São chamados também de *meninos da boca*, *meninos da boca de fumo*.

habitam, que as minhas interlocutoras e parceiras de pesquisa se situam, articulam-se politicamente. A partir desse lugar, com todas as suas contradições, vulnerabilidades, potencialidades e práticas de resistência, que elas buscam construir experiências de *viver bem*, coletivamente, para mulheres.

1.1. Favela, comunidade, periferia: representações e práticas



Figura 2 - Vista da cidade de Belo Horizonte, do alto do Aglomerado da Serra. Foto da autora, 2022

Trazendo uma importante abordagem histórica e sociológica acerca dos usos do termo “favela” e suas implicações práticas, políticas, imagéticas, Valladares (2015) mostra, a partir de uma análise das favelas cariocas, as múltiplas imagens e representações sobre esses lugares, a partir de diferentes agentes como a mídia, estado, escritores, médicos sanitaristas, engenheiros e urbanistas, e os próprios moradores desses territórios urbanos. São muitas as narrativas que historicamente foram e continuam sendo produzidas sobre as favelas, quase sempre associadas à “desordem”, a uma ideia de “oposição à cidade”, um “problema a ser resolvido” a partir da lógica tecnicista, sanitarista e intervencionista do estado. Valladares (2015) aponta para uma

periodização da história da reflexão sobre a favela que parte de um mito de origem, relacionado ao povoado de Canudos, conforme descrito por Euclides da Cunha. Esse mito estaria ligado à primeira nomeação de um lugar como “favela”, o Morro da Favella no Rio de Janeiro, no início do século XX. Segundo a autora, esse lugar foi povoado por antigos combatentes da guerra de Canudos, com o objetivo de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados. Com o tempo, a nomeação passou a designar qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. (Valladares, 2015, p. 26)

A autora aponta que, após esse primeiro momento de “descoberta da favela” pelo restante da cidade, por volta dos anos 1920 tem início um período de transformação na representação desses espaços como “problema social e urbanístico a ser resolvido”. Atrelado a um crescimento populacional desproporcional ao número de moradias no Rio de Janeiro, então capital federal, esse período é marcado por discursos médico-higienistas reforçados por engenheiros e urbanistas em torno de uma crise urbana que teria como um dos temas centrais as favelas e suas mazelas. Valladares (2015) aponta que essa “problematização” ocorreu quando o “processo de favelização”, ainda não havia se generalizado na capital. Há nesse período uma responsabilização desses espaços e seus habitantes pelas epidemias e doenças da cidade e a favela é representada no imaginário social, estatal e científico, associada a uma “patologia social a ser combatida” (2015).

Os anos 1940 marcam um período em que as ações e políticas de estado se voltam aos esforços de produção de saberes e técnicas intervencionistas para lidar com esse “problema”, ainda no sentido de eliminação das favelas ou “habitações anti-higiênicas” do espaço urbano idealizado como lócus da ordem, da limpeza, da racionalidade moderna. Segue-se a esse período, no final dos anos 1940 e início dos 1950, o início da produção de dados oficiais e específicos para as favelas, a partir de uma lógica do “biopoder” (Foucault, 2015) de Estado que percebe a importância de classificar, medir, quantificar populações, como formas de governar a vida e os corpos, atendendo a intencionalidades políticas e econômicas. Importante dizer que esses processos e temporalidades se referem ainda ao Rio de Janeiro, capital do Brasil no início do século XX. Mas pode-se dizer que, guardadas inúmeras particularidades sociais, culturais e históricas, os processos de “favelização” (Valladares, 2015) em outras grandes cidades brasileiras são marcadas por elementos e representações similares, como por exemplo a associação desses lugares com mazelas, patologias, o abjeto, aquilo que se tenta esconder ou suprimir de um projeto de Estado-nação moderno, porém, produzido exatamente pela lógica da

urbanização e da modernidade capitalista. Favelas são representadas e tratadas na prática como lugares da especificidade, da falta, da exceção, da anormalidade, em contraposição à cidade, lócus do geral, da regra, da ideia de normalidade, do Estado. A margem em oposição a uma ideia de centro de poder e autonomia.

Favelado, como há muito tempo estamos cientes, é uma das designações mais segregadoras de uso corrente na cidade. Este termo participa frequentemente das formas de se criar e se reproduzir como “enclaves na cidade” as favelas, juntamente com dispositivos de submissão de seus moradores às políticas de segregação em curso. Favelização, podemos sugerir, é o nome que podemos dar a este conjunto de mecanismos relacionados às formas específicas de elaborar fronteiras para administrar esses “enclaves”. A favelização parece gerar efeitos circulares que se perdem num emaranhado de relações de causa e efeito, as quais terminam, no seu conjunto, por negar os nexos históricos com os dispositivos postos em ação pelo Estado. (Birman, 2008, n.p.)

Refletir sobre as formas com que esses territórios são produzidos, representados e nomeados se faz relevante pois as formas pelas quais os sentidos são produzidos orientam práticas sociais em relação a determinados sujeitos e territórios. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais de um século depois da “descoberta” das favelas brasileiras, apenas em 2023, substitui o uso oficial do termo “Aglomerados Urbanos Subnormais” por “Favelas e comunidades urbanas”, um avanço que é fruto de reivindicações políticas sobretudo dos sujeitos desses territórios (Wikifavelas, 2023). Nas décadas de 1950 e 1960, eram utilizados no recenseamento os termos “Favelas”, porém com conotações descritivas que remetiam à inadequação, ilegalidade e ausências de signos da modernidade, como saneamento básico, telefone, eletricidade, arruamento, emplacamento (IBGE, 2024). Nas décadas de 1970 e 1980 o Censo utilizava a nomeação “Aglomerados Urbanos Excepcionais”, também caracterizados pela “falta” e pela “ilegalidade”. A partir de 1991 a instituição adota o uso do termo “Aglomerados Urbanos Subnormais”, caracterizados por ocupações desordenadas, ausência de título de propriedade, irregularidades e clandestinidade. Os termos “ausência”, “desordenados”, “carentes” e “densos” se repetem exaustivamente na caracterização do que seriam essas formas de habitar o espaço urbano. Apenas em 2023 há uma mudança significativa na representação da produção de dados oficiais sobre esses territórios. (IBGE, 2024)

Durante mais de um século, com variações e transformações ao longo desse tempo, predominou uma visão epidemiológica e criminalizante das periferias urbanas, que tratava esses lugares como inadequados, ilegais, desorganizados, sujos, focos de violência, doenças, lugares da ausência, da pobreza, do problema, da vulgaridade, da excepcionalidade, da subnormalidade. A produção de dados estatísticos a partir de instituições de estado orientaram ao longo de

décadas diversas práticas intervencionistas e civilizatórias, higienistas e eugenistas, como remoções, despejos, operações policiais sangrentas, urbanização das favelas de forma impositiva, alterando modos de vida e redes de relações sociais, visando esconder o problema ou atender a demandas de mobilidade urbana de bairros próximos, de classe média e alta.

Mas há, desde sempre, por parte dos sujeitos que habitam esses mundos, agenciamentos e resistências, estratégias de subversão das lógicas de poder e marginalização, criação de outros centros de poder político e econômico dentro desses próprios territórios, dentro e fora da legalidade, e a subversão das representações e nomeações através de discursos, práticas, movimentos políticos, econômicos, religiosos, culturais. Se por muitas décadas “ser favelado” era algo que se buscava esconder, pode-se dizer que atualmente, por parte de muitos sujeitos, essa tornou-se uma identidade política símbolo de resistências a estruturas de exclusão e violências e reivindicações de direitos sociais. A partir de contradiscursos e lógicas que podemos chamar de “contra-coloniais” (Bispo, 2015) - pois partem do enfrentamento das lógicas coloniais dominantes, marcadas por classe, raça e território - moradores de vilas, aglomerados, complexos, comunidades, periferias, becoss, vielas, vem ressignificando o termo favela e suas variações, como um símbolo de resistência e lutas sociais. Essas lutas passam pela subjetividade e pela constituição de identidades e podem se transformar ao longo do tempo e a partir das experiências e conscientização política dos sujeitos.

Quando eu falo, quem sou eu, quando a gente fala do significado de ser favelada, de ser uma mulher do Aglomerado da Serra e isso ser parte da minha identidade, é porque a periferia acaba que, principalmente, na adolescência, você vai crescendo, nos primeiros empregos, tem essa ideia de que quanto menos favelada você se parecer, melhor pessoa você é. Inclusive você é taxada - isso aconteceu em todos os empregos que eu fui, eu acho que muitas pessoas daqui de dentro passaram por isso também – no início a gente fala, “ah, eu moro no bairro Serra”, e aí você é uma mulher negra, e aí eles falam “ah, sei, que você mora no bairro Serra, você mora é na favela né?” [...] (hoje) eu sempre me apresento como uma mulher preta, favelada, do território do Aglomerado da Serra, artista e artista. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Complexificando essa discussão e propondo ir além das categorias identitárias, Birman, em uma discussão sobre as produções de sentido em torno dos termos “comunidade” e “favela” e seus usos inter-relacionados no início dos anos 2000, explica que no Rio de Janeiro, o uso do termo “comunidade” passou a ser usado substituição ao termo “favela”. Essa mudança discursiva pode ser tanto uma espécie de eufemismo por parte daqueles que precisam dialogar com os moradores das favelas, sejam representantes de instituições de estado, ONG’s ou alguns discursos da mídia, ou por parte de lideranças e pessoas dos próprios territórios, em busca de

uma identidade positiva que os diferencie da favela como lugar da violência ou “fábrica de marginais” (Birman, 2008) Trata-se de um

contra-discurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas qualidades morais que estes teriam, passíveis de serem comprovadas pelos seus modos de vida e pela cultura que possuem. Estes contra-discursos buscam responder, no mesmo diapasão, àqueles que produzem enunciados segregadores como esse que citamos, que identificam, entre outras coisas, a favela como fábrica de marginais. Os jogos identitários que há muito tempo ocupam a cena pública em torno das favelas sugerem, pois, tanto uma presença constante de um tratamento dessas populações através de medidas segregadoras, como de resistência dessas populações a estas políticas e as formas variadas de serem identificadas em acordo com estas. (Birman, 2008, n.p.)

Segundo a autora, o uso do termo “comunidade”, sob um viés cristão, conotando um lugar de harmonia e ausência de relações hierárquicas e de poder, que busca quebrar imagens e significados que associam esses territórios a aspectos negativos, não seria suficiente para combater o consenso social de que esses seriam “territórios-problema” e por isso, alvos de violentas “políticas de governo e intervenções de caráter civilizatório”

A imagem da “favela-comunidade” é, pois, constantemente acionada para desfazer os discursos que englobam seus moradores pela identificação destes com os traficantes e seus crimes. As tentativas de se distinguir desses grupos por intermédio da noção de comunidade têm se mostrado difíceis, não somente pelo fato do discurso criminalizador ser dominante, mas também porque este tem uma eficácia que se apoia na mídia e em um certo consenso social na cidade. A razão mais relevante, no entanto, reside no fato de o discurso de valorização da favela como “comunidade” não questionar os fundamentos segregadores da política de criminalização. (Birman, 2008, n.p.)

As identidades e representações sobre as favelas, sejam elas atribuídas de forma violenta por agentes externos, sejam autoatribuídas como estratégias de afirmação e resistências, se inscrevem nos corpos, subjetividades e experiências concretas das pessoas que habitam esses territórios. As vidas, histórias, os acontecimentos, se passam em lugares e implicam percepções sobre esses lugares que se imbricam com os acontecimentos nas trajetórias das pessoas (Birman, 2008)

*A política pública que tem para o povo periférico inexistente, principalmente para mulheres, por exemplo, um psicólogo, quando você está lá em sofrimento... Porque a gente vive várias violências. A pobreza, a miséria, a violência do machismo, a violência desse território em que se aprende que tudo é no poder de violência, de bater, de matar, **Porque o território já é violentado de diversas formas e esse povo parece que só tem essa linha.** E a gente vai percebendo que tem outras vertentes. Que é possível resolver os conflitos de outras formas. **Não é todo mundo que só briga, que só vai na violência, mas isso é uma coisa muito forte. E isso não vem do povo, vem da questão do território, dessa sociedade que violenta esse território toda hora, da polícia, da ação da polícia, da ação do estado de não atender esse território, e se não atender esse território é uma coisa providencial dentro dessa estrutura***

maléfica, porque se eu não atendo, não dou condição pra esse povo, ele vai ficar nessa submissão e nesse status quo. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Zaluar e Alvito (2006), ao trazerem elementos sobre as representações da favela (homogeneizada, no singular) como lugar da “carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas”, imagens que fizeram de seus moradores bodes expiatórios dos problemas da cidade, o “outro”, distinto do morador civilizado da cidade (Zaluar e Alvito, 2006), sublinham a importância de estudos sociológicos sobre as favelas, sob outros prismas, compreendendo esses territórios para além de um lugar de exceção e marginalidade, mas onde se agenciam formas culturais e de poder e a partir de onde uma parte do próprio estado se conforma.

É também tentar mostrar, por exemplo, que a favela não é o mundo da desordem, que a ideia de carência, de falta, é insuficiente para entendê-la. É, sobretudo, mostrar que a favela não é periferia, nem está à margem [...] A favela elege políticos (ou os faz cair em desgraça), proporciona material para um produto midiático valioso sob a forma de medo ou estranheza, gera financiamentos nacionais e internacionais, tanto para ações diretas de caráter assistencial e/ou religioso quanto para pesquisas; a favela é o campo de batalha frequente pela conquista da opinião pública. É o espaço de práticas de enriquecimento (lícito e ilícito), é o palco de ações que se traduzem em promoções na carreira, em prestígio ou desgraça junto aos pares (do quartel ou da academia, por exemplo). E sempre foi sobretudo o espaço onde se produziu o que de mais original se criou culturalmente nesta cidade [Rio de Janeiro]: o samba, a escola de samba, o bloco de carnaval, a capoeira, o pagode de fundo de quintal, o pagode de clube. Mas onde também se faz outro tipo de música (como o funk), onde se escrevem livros, onde se compõem versos belíssimos ainda não musicados, onde se montam peças de teatro, onde se praticam todas as modalidades esportivas, descobrindo-se novos significados para a capoeira, misto de dança, esporte e luta ritualizada” (Zaluar e Alvito, 2006, p. 21 e 22)

Assim como as estruturas racistas, elitistas que segregam, estigmatizam e homogeneizam os sujeitos moradores das favelas a partir da atribuição de identidades e representações discriminatórias, o compartilhamento de experiências centradas em territórios, violências e resistências, também produz identidades coletivas e perspectivas epistemológicas (Collins, 2019; Kilomba, 2019). O território produz e é produzido pelos sujeitos e suas formas particulares de viver, por processos de subjetivação e estratégias de sobrevivência que perpassam muitas vezes por redes de sociabilidades, “arranjos de cuidado” (Fazzioni, 2018) e práticas de ajudas mútuas entre pessoas com diferentes graus de proximidade e noções de parentesco que transbordam a lógica da família nuclear. Essas dinâmicas próprias, agenciadas pelos sujeitos, vão criando outras representações, subjetivas e internas, assim como categorias e identidades coletivas. Nesse sentido, há uma ressignificação do que é *ser favelada, moradora*

da quebrada e a partir desse reconhecimento, de forma territorializada, outras representações e práticas são constituídas, no campo artístico, político, simbólico, material.

Dentro da favela, antes mesmo de ser preta, eu já era favelada. Porque dentro da favela tem muita gente preta que não se vê, que não se entende como preta, mas todo mundo se vê favela, todo mundo é parte desse lugar. [...] E eu acho que é isso, esse lugar, acaba sendo identidade da gente... e como ressignificar isso para a gente, na nossa vida. Hoje em dia é a minha identidade, faz parte de mim. Mas por quê? Porque eu consegui dentro de mim, principalmente, ver as coisas boas desse lugar, ver que, sim, tem a galera que avacalha, assim como tem em todo o resto desse mundo aí. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Enquanto a mídia reforça imagens estigmatizantes e de controle, marcadas pela violência do tráfico, movimentos como a Coletiva Mulheres da Quebrada mostram que a favela é muito mais que isso.

Mas o que que eu estou fazendo de transformação nesse lugar junto com as minhas. É isso pra mim que conta. [...] Porque se ela tem esse estigma todo que a TV mostra, que as notícias mostram, e tem eu lá, mostrando, olha, tá acontecendo isso aqui, olha, tem essa coisa aqui que é diferente, e coisa e tal. E aí a pessoa, quem tiver próximo, vai ter essa oportunidade de ver um outro lugar, vai acessar a favela por outro lugar. Inclusive a favela é potência para caramba, tem grana pra caramba, tem inteligência pra caramba, tem artista foda, tecnologia... nossa então o que falta, o problema é esse, né, eu acho que falta. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

1.2. Entre Serras e Horizontes, o Aglomerado

As favelas estão mutuamente ligadas à constituição material e simbólica das grandes metrópoles, apesar de sua invisibilização histórica, estigmatização e tratamento como problema social. A cidade de Belo Horizonte foi fundada em 1897, planejada para tornar-se a capital do estado de Minas Gerais, em lugar da antiga capital Ouro Preto. Projetada para refletir os ideais de modernidade e civilização, as ruas da cidade foram geometricamente desenhadas tendo como fronteira a Avenida do Contorno, que delimitava o espaço urbano das propriedades rurais e bairros de trabalhadores. De acordo com material produzido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2008), o plano da nova capital previa uma cidade dividida em três áreas: urbana (central); suburbana (em torno da área central) e uma terceira área, denominada rural. A população da cidade era formada por antigos habitantes do arraial Curral Del Rey, povoado sobre o qual foi erguida, funcionários públicos e muitos imigrantes empregados na construção da cidade, no comércio, ou nas colônias agrícolas (ABCBH, 2008).

Os prédios, ruas e avenidas foram erguidos por mãos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes de outras cidades de Minas Gerais e de outros estados do Brasil, que foram ocupando os espaços que lhes eram possíveis, após sucessivos processos de expulsão das partes centrais da cidade.

A área urbana, dentro dos limites da Avenida do Contorno, recebeu ao longo do tempo mais infraestrutura, como, por exemplo, nos transportes coletivos e no fornecimento de serviços como água, luz e esgotos. Ali se concentrou a maior parte dos serviços e das atividades como comércio, hospitais e escolas. Já a área fora dos limites da Avenida do Contorno cresceu de forma mais desorganizada, não recebendo a mesma infraestrutura. Os bairros surgiam mesmo sem esses serviços. A desigualdade social fez aparecer vilas e favelas nos arredores desses bairros, mas também próximas aos bairros dentro da área central. (ABCBH, 2008, p. 11)

Nesse contexto, de fundação de uma capital jovem e planejada a partir da racionalidade técnica sob a égide dos valores modernos, a partir de uma noção de centro de poder e decisão, no coração do estado de Minas Gerais, outras formas de vida e organização territorial e social começam a surgir a partir das bordas, fora do contorno ou do desenho quadriculado das ruas e bairros da cidade planejada. Ao passo que os trabalhadores pobres, imigrantes sobretudo do interior de Minas Gerais, começam a ocupar algumas áreas da cidade, há um sucessivo processo de expulsão dessas pessoas conforme os interesses urbanísticos e imobiliários das elites locais.

Nos primeiros 30 anos de existência da nova capital mineira, a Prefeitura da cidade envolveu os(as) trabalhadores(as) em uma dinâmica própria de ocupação do solo: se nesse momento há a tolerância, às vezes até mesmo a convivência, por parte do poder público em permitir que os(as) imigrantes que chegavam a Belo Horizonte ocupassem áreas até então desvalorizadas, quando essa presença já não era mais desejada, a própria PBH desalojava os(as) moradores(as) dessas áreas irregulares, expulsando-os(as) para espaços ainda mais distante da área central (Mattos, 2018, p. 45)

Boa parte daquelas que construíram e cujo trabalho continuava a sustentar a vida na cidade passaram a ocupar a região que hoje conhecemos como Aglomerado da Serra. Vizinho ao bairro Serra, este formado por uma população majoritariamente branca de colonos agrícolas, o bairro Cafezal, formado por pessoas vindas de diferentes origens, majoritariamente negras, pobres, trabalhadores da construção civil ou famílias que chegaram à nova capital em busca de condições de vida diferentes, viria a ser o início do maior conjunto de vilas e favelas de Minas Gerais e um dos maiores da América Latina.

O bairro Cafezal, formado por vilas populares, é fruto da expansão de Belo Horizonte. Para lá se mudaram muitas pessoas que não podiam mais viver naqueles bairros ou que chegaram do interior. [...] O Serra, em 1910, era povoado por diversas chácaras. Sua população dedicava-se à produção de alimentos que abasteciam a cidade. Apesar dos sítios, algumas residências já podiam ser observadas por essa época. Era o início da transformação do bairro. Ao longo das décadas seguintes, cada vez mais as

chácaras foram perdendo espaço para as casas. Em 1950, o aspecto do bairro Serra já era bem diferente de seus primeiros anos. Nessa mesma época, um bairro vizinho começava a crescer, era o Cafezal, também chamado Aglomerado da Serra, pois reúne muitas vilas diferentes. Construídas em morros nos pés da Serra do Curral, as vilas Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Santana do Cafezal e Marçola **já eram compostas por uma população pobre**. Muitas dessas pessoas haviam sido **retiradas de moradias irregulares** mais próximas ao Centro. Outras haviam saído do interior, com a esperança de um bom emprego na capital de Minas Gerais. Com o passar dos anos, o Cafezal só cresceu. A partir da década de 1980, novas vilas foram criadas, como a Fazendinha e a Novo São Lucas. A população dessa região, ao contrário dos bairros próximos, não contava com serviços básicos, como água e esgoto encanados, luz elétrica, limpeza pública. O que o bairro possui atualmente foi conquista de seus habitantes, que precisaram se unir para conseguir melhorar suas condições de vida. (ABCBH, 2008, p. 11, grifo nosso)

Na citação acima, o Aglomerado da Serra, cuja formação é fruto de um complexo processo social compreendido como “favelização” (Birman, 2008; Valladares, 2015) é representado de forma acrítica com viés elitista, como se as pessoas simplesmente não pudessem ocupar outros espaços na cidade ou como se fossem naturalmente uma “população pobre”, que precisaram ser retiradas de “moradias irregulares”, população distinta da elite do centro ou mesmo do bairro vizinho, o Serra, formado por “produtores de alimentos que abasteciam a cidade”.

O Aglomerado da Serra, maior e provavelmente o mais antigo conjunto de favelas de Belo Horizonte, é formado por oito vilas, Novo São Lucas, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário, Santana do Cafezal, Fazendinha, Marçola, fruto de diversos processos de territorialização em diferentes tempos históricos. Localiza-se na região Centro-Sul de Belo Horizonte, com suas pequenas casas aglomeradas entre ruas, becos e vielas morro acima, emolduradas pela Serra do Curral, monumento natural da cidade de Belo Horizonte. O Aglomerado, também nomeado por seus moradores como *Serrão*, faz divisa com bairros de classe média e média alta, como Mangabeiras, Serra, São Lucas e Santa Efigênia. Possui atualmente 5 centros de saúde, 6 escolas municipais de educação infantil, 9 escolas de ensino fundamental, 11 linhas de ônibus, 2 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e 2 centros culturais (Silva, 2022).

Há uma evidente escassez de dados sociais, históricos, demográficos, econômicos e raciais sobre o Aglomerado da Serra, o que reflete as lógicas políticas de segregação e apagamento histórico desse território. A própria contagem populacional apontada pelo IBGE em 2010, de cerca de 38 mil habitantes, é fortemente contestada por lideranças locais, que sugerem um número em torno de 100 mil habitantes. Considerando as controvérsias e possíveis imprecisões no levantamento oficial de dados, apresentamos a seguir alguns números, na

tentativa de dimensionar, ainda que aproximadamente, alguns elementos do território relevantes à nossa reflexão. Segundo a URBEL, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, o território do Aglomerado da Serra possui uma área de cerca de 1.470.483 metros quadrados, fazendo divisa com o Parque das Mangabeiras, com 337 hectares. O território também é parte das vertentes baixas da Serra do Curral, patrimônio natural de Belo Horizonte, ameaçado pelo avanço da atividade minerária. O território do aglomerado é localizado bastante próximo à Avenida do Contorno e dos bairros mais valorizados imobiliariamente em Belo Horizonte. Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil¹⁷, que toma como base números do Censo IBGE 2010 e outros dados, mostram que a proporção percentual de mulheres em relação aos homens é consideravelmente maior que a média nacional na Vila Santana do Cafezal¹⁸, no Aglomerado da Serra. O percentual de mães chefes de família, sem ensino fundamental completo e com pelo menos um filho menor de idade, nessa vila é de 64,75%, enquanto a média nacional é de 17,23% e no vizinho bairro de classe média alta, Mangabeiras, era de 6,5%. Enquanto a probabilidade de sobrevivência até os 60 anos no bairro Mangabeiras é de 91,83% e a média nacional é de 84,05%, na vila Santana do Cafezal esse número cai para 78,34%. No bairro Mangabeiras a renda per capita é de R\$ 7.516,82 enquanto na vila Santana do Cafezal é de apenas R\$ 454,26. A taxa de meninas adolescentes entre 10 a 17 anos que tiveram filhos é de 4,03%, em comparação com 0% no Mangabeiras e 2,89% na média nacional.

Esses indicadores, ainda que insuficientes para uma leitura política e social acurada, apontam para algo óbvio nas inúmeras falas e relatos de vida das mulheres que compõem a Coletiva Mulheres da Quebrada. Dizem sobre a vulnerabilização das mulheres negras da favela, sobre as relações de trabalho precarizadas dessas mulheres em relação aos bairros vizinhos de classe média alta. Dizem sobre a alta taxa de mortalidade, sobretudo dos homens nesse território, sobre abandono parental e a solidão das mulheres que assumem muitas vezes sozinhas a responsabilidade pelos cuidados e pelo sustento de suas famílias. Os indicadores também se refletem nas imagens e significados veiculados pela mídia, onde predominam representações relacionadas a violências e ao tráfico de drogas. Tais dados e imagens, de certa forma relacionam-se com as experiências concretas de muitas dessas mulheres que buscam na

¹⁷ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/> acesso em 19/04/2024

¹⁸ Conforme dito acima, há poucos dados sobre esse território, e muitos deles são bastante imprecisos. A única das oito vilas do Aglomerado da Serra que constava como UDH (Unidade de Desenvolvimento Humano) no Atlas era Santana do Cafezal. Ainda assim, os dados tem mais de dez anos e não apresentam recortes racializados.

Coletiva Mulheres da Quebrada algum acolhimento em meio a tantas opressões estruturadas. Mas essa é uma maneira, dentre muitas, de descrever esse território.

O Guia Afetivo do Aglomerado da Serra¹⁹ (2018) é um material produzido pelo Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG, na tentativa de narrar outras versões e construir representações e significados sobre esse território. De acordo com o guia, apesar das nomenclaturas oficiais, as vilas do Aglomerado recebem outros nomes por seus moradores ao longo do tempo, como Arara, Pau Comeu, Caixa D'água, Del Rey, Café, Favelinha. O guia descreve grupos e movimentos culturais do território como o Breaking na Quebrada (dança), Capoeira Origem, Cia dos Anjos (teatro), Desajustados (banda de música), Grupo Identidade (dança), Lá da Favelinha (artes integradas), Morro Encena (teatro), Movimento Seu Vizinho (bloco de carnaval), Passistas Dancy (dança), Projeto Itamar (projeto educativo), Spicy dance (dança), dentre outros. Traz ainda histórias de pessoas que constroem esse território há décadas, a partir de memórias de eventos cotidianos, relações de vizinhança, observação sobre as mudanças ambientais e culturais ao longo dos anos, os bailes funk, os sonhos e projetos financiados por esses sujeitos na quebrada.

sou Junia e moro no beco Semifusa desde meu nascimento, há 30 anos [...] notei que todas as ruas em meu entorno têm a ver com música: Ritmo, Acorde, Serenata, Musical, Bandolim, Guitarra, Tonalidade, Regência, entre outras. Percebi que a Vila Santana do Cafezal tem musicalidade em suas entranhas. Uma vez me disseram que um músico deu nome para as ruas. Nunca soube ao certo a origem dos nomes [...] No Cafezal, temos um território extenso, diverso e cheio de gente linda. Há anos, quando eu era adolescente, frequentava os bailes funk que aconteciam principalmente perto do beco semifusa, na Praça da Lira. O faverock, na Rua Dr. Alípio Goulart, ia pra ver principalmente um grupo do Aglomerado chamado Pêlos de Cachorro, atualmente, Pelos. Passava os fins de semana na Praça de Esportes do Cafezal, que estava recém-inaugurada. Circulava todo território em busca de algo legal para fazer. Atualmente, sou assistente social. Continuo procurando algo legal para fazer. Ainda frequento bailes funk, pagode, samba, e tudo que puder aproveitar “na quebrada”. Boas opções para se divertir e comer uma comida gostosa são o Barrankus Petisco, Betinho Bar e Restaurante (Antigo Zé Pretinho), Espeto bar, Bar da laje, Bar da Madrinha, Massas Pizzas, Pizzaria farol da Serra, Bar do Queixada, dentre outros. Às vezes vivemos conflitos que poderiam ser evitados se poder público tratasse a periferia com a mesma atenção que trata dos bairros nobres... somos sobreviventes, somos sementes, e seremos nós por nós sempre. (Guia Afetivo do Aglomerado da Serra, 2018, p. 40)

As narrativas afetivas sobre o território, inscritas nas memórias associadas às ruas, vilas, becos, pessoas, vizinhos, bares, festas do Aglomerado da Serra se misturam a memórias de dor e “sofrimento social” (Das, Kleinman e Lock, 1996), ou seja, aquele que produzido pelo poder

¹⁹ Disponível em https://issuu.com/projetocircuitoserra/docs/guia_afetivo_do_aglomerado_da_serra Acesso em 10 mai. 2024

político, econômico e institucional, atrelado a certos grupos sociais e determinadas formas de vida, mas que embora produzidos socialmente, são vivenciados e sentidos por individualmente. Essas experiências de sofrimento social e suas formas de resistência relacionadas são intensificadas pela vivência interseccional de mulheres pobres, negras, periféricas. Essas mulheres são protagonistas na constituição desse território, são alvo de opressões interligadas e violências, mas também agentes de suas próprias histórias e estratégias de resistir e continuar vivendo.

Meu nome é Izolina Gomes, tenho 76 anos. Sofri demais na minha vida! Quando eu mudei de Teófilo Otoni pra cá, morei num barracãozinho de tábuas e sofri muito para construir isso aqui... depois a dona Benvinda, mãe do Pretinho, me emprestou o barracãozinho dela. Depois eu construí nele junto com a minha irmã. Fiquei com ela muito tempo. Depois eu saí de lá e voltei pro meu barracãozinho de tábuas, sofri para consertá-lo e depois o vendi e fui para onde moro hoje, que também sofri demais para construir. Carreguei pedra na cabeça, carreguei brita, areia. Nesse tempo, eu era mais nova. Carreguei tudo na cabeça. Agora eu tenho essa casona, graças a Deus. Trabalhei para cuidar dos meus filhos, e hoje, graças a Deus eles estão aí. Um tem 55 anos e a outra tem 53 anos. Sofri muito para cuidar deles. Depois vieram meus netos. Tenho netos maravilhosos. Gosto demais! Trabalhei fazendo faxina para os outros, isso tudo para cuidar dos meus filhos. Tinha que levar para consultar lá no bairro São Pedro, lá no Hospital da Baleia, lá no Hospital Evangélico. Quero viver muito ainda! Estou com a minha família toda criada. A gente tem muita coisa pra poder falar, mas não dá pra falar tudo, né? Meus vizinhos eram o Zé Catulino, Seu Otávio, Liezer, Dona Brasilina, Seu Adão, Seu Osvaldo, são as famílias tradicionais daqui. Seu Jambrão, dono da Merceria, também é gente bem antiga. Gente que eu não dou conta nem de falar. Se continuo fico até amanhã cedo falando... (Guia Afetivo do Aglomerado da Serra, 2018, p. 26)

O processo de ocupação do Aglomerado da Serra acompanha a própria fundação e crescimento da cidade de Belo Horizonte, tendo sido intensificada a partir da década de 1960. Sua população é bastante heterogênea, com origens geográficas, histórias e motivações distintas. Alguns moradores trabalharam na construção da cidade, outros foram chegando em busca de novas condições de vida na nova capital ao longo das décadas. O trecho abaixo demonstra, a partir da perspectiva de Zaíta, que vive no território há quase 50 anos, como foi o processo de ocupação pela sua família.

Meu pai invadiu um pedaço de terra lá em cima e construiu uma casa de madeirite. Por muito tempo a gente morou numa casa de madeirite, que tinha só dois cômodos. Um quarto para os pais e os filhos, o outro era uma cozinha. O banheiro era uma fossa fora da casa. A casa era de barro, o chão da casa era de barro. Por muitos anos a gente morou assim. Era muito mato. Quando a gente foi pra lá era muito mato. Tinha um quintal, mas não tinha água, não tinha nada. Eu e minha mãe, a gente buscava água no Canão. O Canão fica onde é a Mem de Sá, só que não era rua, era tipo uma grota, e tinha uma fenda no cano da água da Copasa e o povo lavava roupa, pegava água.... Era o cano da Copasa que vazava uma água. E a gente tomava banho, era aquela água. Era onde a gente tinha alguma coisa. E aí depois começou a ter mais gente invadindo, aí teve igreja, e a igreja já fez uma caixa d'água e a gente

passou a pegar água na igreja. Mas sempre foi muito, muito difícil. (Zaita, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Ao longo das décadas o território passou por diversas transformações e intenso adensamento populacional, provocando drásticas transformações nas formas de vida das pessoas. Por vezes, essas mudanças são consideradas como melhorias pela população, como asfaltamento de vias, fornecimento de energia elétrica e saneamento básico. Por outras, são acompanhadas por ações intervencionistas sob o discurso estatal de “urbanização de favelas”. Estas também geram opiniões ambíguas, sendo defendidas por alguns, mas problematizadas por muitos moradores como ações higienizadoras e civilizatórias realizadas muitas vezes de forma violenta e desconsiderando as dinâmicas, sociabilidades e formas de vida territorializadas. Uma dessas ações está relacionada à construção da Avenida do Cardoso, atualmente uma das principais vias de acesso entre bairros da região leste e centro-sul de Belo Horizonte, que se deu no âmbito do Programa Vila Viva, caracterizado pela Prefeitura de Belo Horizonte como um “conjunto de obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos de esportes e lazer” (PBH, 2024). Essa grande e onerosa obra é descrita por alguns autores e moradores como uma ação voltada, não aos interesses dos moradores do aglomerado, mas para atender a dinâmicas de mobilidade de pessoas de outros bairros da cidade, além de facilitar a subida da polícia ao morro, geralmente algo temido pela carga de violência física e simbólica. A obra tem, assim, altos custos financeiros ao estado e sociais para as pessoas do território, a despeito de os recursos terem saído de reservas para investimentos habitacionais para as favelas (Dias e Figueiredo, 2015)

Com 1,6km de extensão, 16m de largura e muros de contenção que chegam a 10m de altura em alguns pontos, a via mais se assemelha a um “túnel a céu aberto”. Como descrito por Margarete Silva: “Não há nada além de pistas de rolamento, guard-rails, contenções, cercas e exíguas calçadas confinadas entre esses elementos.” A via destina-se prioritariamente ao uso de veículos para transporte individual e trânsito de passagem, não se configurando como elemento de mobilidade para os moradores: não há linha de transporte coletivo, nem ciclovias e as calçadas são temidas por favorecem emboscadas. (Dias e Figueiredo, 2015, p. 6)

Embora as forças civilizatórias estatais pautadas em estruturas que consideram esses territórios como problemas a serem solucionados (ou escondidos) sigam fazendo tais intervenções sistematicamente, por meio de obras de urbanização ou ações policiais que, sob a justificativa de uma guerra às drogas, sobem o morro violentamente tirando a vida de jovens

negros da favela, as pessoas desse território vão ocupando e criando suas próprias dinâmicas territoriais, em busca de um lugar pra viver e constituir seus mundos possíveis.

Teve uma parte da Cardoso de onde tiraram muita gente pra fazer a Avenida. As avenidas que tem aqui foram assim, eles simplesmente tiram as pessoas. Há pouco tempo, perto da minha casa, onde era mato, o povo invadiu e agora tem uma rua. Mas ainda está no chão de terra batida, sem asfalto nem nada. Porque é isso, tudo que é invasão, o poder público demora a chegar, mesmo porque eles não querem. [...]É bem precário ainda, tem muita gente que só tem água e energia porque puxou de algum lugar. (Zaita, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

A estreita proximidade com bairros que abrigam população de classe média alta torna a experiência dos moradores do Aglomerado da Serra bastante singular. Há uma forte relação de trabalho, visto que moradores do Aglomerado da Serra ocupam postos de emprego, geralmente precarizados, nas casas, obras, empresas e estabelecimentos de bairros nobres da cidade. Vale destacar a predominância de mulheres empregadas em serviços domésticos, a maioria delas em situação de informalidade, como faxineiras. Andrade e Silveira (2013) ao analisar as relações territoriais entre Aglomerado da Serra e bairros vizinhos, afirma que, apesar de uma espécie de criação de laços a partir do compartilhamento de alguns espaços públicos e das relações de trabalho, trata-se de uma integração marcada por relações de poder e subalternização das pessoas da favela. Segundo as autoras, as pessoas da favela evitam estar em certos espaços, ainda que sejam públicos, mas que continuam sendo de diversas formas inacessíveis e hostis a sua presença. Para esses moradores, sobretudo às mulheres, lhes são permitidos aqueles trabalhos relacionados ao cuidar, precarizados, desvalorizados e rejeitados por mulheres e homens das classes mais altas.

Essa complexa relação entre o que muitos moradores de *morro e asfalto (aquí em cima e lá embaixo)* é marcada por uma espécie de codependência, tensionamentos, conflitos, vínculos, poder, racismo, sexismo, violência de estado, violências simbólicas, precarização, desigualdade de oportunidades e de acesso. A produção de vulnerabilidade para os moradores da favela é inversamente proporcional à produção de riqueza para as elites dos bairros vizinhos.

Penso no quanto esse território influencia em ser ou não ser capaz. No que aquele território me permite. Aquele território estrutura um lugar pra mim, um lugar de inferioridade, de submissão, de menos valor e de não acesso. E esse lugar determina onde é que eu vou trabalhar, os subempregos que eu vou trabalhar. Hoje eu faço terapia pra eu chegar num lugar de dizer “eu sou capaz, eu posso ir para um outro lugar do que o pré-determinado socialmente”. Essa estrutura social que diz que eu tenho que sustentar quem é muito rico, que somos nós da periferia, nós os pobres. Nós que não acessamos um nível superior, porque isso já é estruturalmente pensado. Para que eu fique limitada a uma educação, a um conhecimento e que eu me submeta a esses empregos inferiores, subalternos, e que esse lugar nunca mude. E quando a gente faz algo pra mudar esse lugar é difícil a gente ir pra ele. Porque aquilo fica

impregnado, isso já é domesticado... A gente já cresce com essa cultura de menos, de não valor, então assim, isso pra mim é violento. A nossa sociedade é muito violenta. (Zaita, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Quando pensamos na produção das favelas e das experiências de suas moradoras como processos sociais de segregação, agenciados por sujeitos detentores do poder econômico que constituem o que entendemos por estado, com bases elitistas e racistas na construção do espaço urbano, compreendemos que esses lugares são tidos como margens em relação a uma ideia de centro, onde se localiza a figura do estado. Em trabalho de grande importância para os estudos antropológicos das/nas margens, Veena Das e Debora Poole (2008) questionam a noção de estado como um suposto ente monolítico, coerente e racional. A imagem de um estado-centro que age a partir de uma lógica da ordem e da razão, implica pensar nas margens como lugares da desordem e da irracionalidade. As autoras defendem um entendimento do estado (com letras minúsculas) de forma complexa, agenciado por múltiplos sujeitos e produzido também nas/pelas margens, com as quais estabelece relações de complementaridade de codependência, ainda que, diante de correlações desiguais de forças, exerce poder e dominação (por meio da força policial, por exemplo), provocando ativamente situações de vulnerabilidade e violências para aqueles sujeitos que habitam as margens.

Na mesma linha, Camila Fernandes (2021), ao analisar as relações estabelecidas entre agentes de estado, localizados, nesse caso, no gerenciamento de creches públicas, e as práticas de mulheres periféricas nas “casas de tomar conta” (informais) de crianças, contesta o discurso hegemônico de que as favelas seriam lugares de ausência do estado. Segundo a autora, esses territórios são, na verdade, “alvos de expedientes produzidos pelas forças estatais”, havendo a um só tempo, lógicas de funcionamento muito distintas e práticas de complementaridade (Fernandes, 2021).

O argumento expresso aqui consiste em significar que quando as ações de Estado não fazem, elas estão fazendo, imiscuídas nos silenciosos, solitários e enérgicos processos da vida cotidiana, muito palpáveis nas formas como as pessoas vão se ajeitar, arrumar e fazer seus mundos. (Fernandes, 2021, p.15-16)

Nesse sentido, as margens seriam um componente, uma necessidade constitutiva e uma condição para a existência do Estado (Das e Poole, 2008, Fernandes, 2021, Fazzioni, 2018). Vale dizer que o estado, nesse sentido, deve ser compreendido como algo encarnado, a um só tempo performatividade e materialidade, contraditório, polissêmico, plural, estruturado por uma categoria que tampouco é fixa, natural ou monolítica: o gênero (Vianna E Lowenkron, 2017).

Matéria viva dos processos estatais e estatizantes, a ideia de Estado, longe de elemento imaterial, deve ser pensada em sua carnatura, seus qualificativos morais, sua capacidade de moldar, limitar e produzir desejos e horizontes de possibilidade. Nesse sentido, precisa ser percebida como dotada e atravessada por atributos, representações e práticas de gênero. Ao invés de definirmos a priori um gênero fixo que caracterizaria o Estado, portanto, consideramos que ambos, gênero e Estado, se fazem em ato, devendo ser entendidos e apreendidos a partir de (e como) seus efeitos performativos, performances e materialidades contextualmente situados. (Vianna e Lowenkron, 2017, p. 19)

Buscando decifrar a partir de leituras de autoras feministas sobre um “duplo fazer do gênero e do estado”, Vianna e Lowenkron (2017) evidenciam que as práticas de estado reproduzem uma lógica de dominação masculina institucionalizada, de formas complexas e não homogêneas, entendendo “Estado” como algo múltiplo em suas formas e práticas, assim como “gênero”, ambos constituindo-se mutuamente. As autoras questionam ainda um certo congelamento das categorias “gênero” e “Estado”, que estaria presente nas análises feministas clássicas (brancas) sobre o Estado, o que ocultaria certas práticas e disposições tidas como naturalmente femininas, como o cuidado e a tutela, incorporadas por práticas estatais como formas de exercício de poder. A partir de uma perspectiva feminista antropológica, as autoras defendem a importância de “descrever as formas pelas quais se produz continuamente Estado”, o que estaria longe de uma unidade sistemática e coerente, mas residiria em uma multiplicidade de “atos sedimentados em cotidianos burocráticos, institucionais e interacionais” (Vianna e Lowenkron, 2017). Muitas dessas práticas reproduzem violências contidas nesse “duplo fazer”, que, segundo as autoras relegam a mulheres experiências de violências perpetradas pelas estruturas estatais.

Assim como gênero estrutura práticas e discursos de estado, outros marcadores sociais da diferença estão articulados na produção das formas de poder, como raça, classe e território. Analisar a sociedade brasileira e os territórios periféricos é buscar compreender sob a lente da “interseccionalidade” (Akotirene, 2019; Crenshaw, 2002; Collins, 2016), como se articulam tecnologias de poder como o racismo e o sexismo e como isso se reflete na organização segregada e desigual do espaço, nas dinâmicas de trabalho, família e cuidado, no direcionamento de violências a determinados corpos em determinados lugares (vide extermínio de homens e mulheres negras, de formas diferentes). Djamilia Ribeiro aborda a noção de “racismo estrutural” como um sistema de discriminação racial enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas, que mantém e reproduz desigualdades historicamente impostas sobre pessoas negras. O racismo transcende, portanto, atitudes individuais, sendo perpetuado por instituições e normas que favorecem determinados grupos raciais em detrimento de outros,

mesmo sem ações explícitas de preconceito. A autora ressalta que o racismo estrutural está presente no cotidiano das relações sociais e nas oportunidades desiguais de acesso a direitos básicos, como saúde, educação e justiça (Ribeiro, 2019).

Lélia Gonzalez (2020) conceitua o racismo como um “sintoma da neurose cultural brasileira”, que reproduz, tanto no campo das relações pessoais quanto no âmbito político, cultural e simbólico, a dominação patriarcal do homem branco, com efeitos violentos especialmente sobre as mulheres negras. Inspirada na psicanálise lacaniana, Lélia aponta que essa neurose partiria de uma negação do caráter plurirracial e pluricultural da sociedade brasileira, evidenciando aspectos eurocentrados e brancos, suprimindo todos aqueles relacionados à ancestralidade negra. As relações sociais da sociedade brasileira, orientadas por uma perspectiva patriarcal do homem branco, foram se constituindo em formas de “objetificação”, “invisibilização” e “exploração” de mulheres negras, simbolicamente retratadas na “dupla imagem da mulata e da doméstica” (Gonzalez, 2020).

Lélia afirma que duas tendências ideológicas definem a identidade negra no Brasil: por um lado a “democracia racial”, e por outro o “branqueamento”. A noção de democracia racial, desenvolvida por Gilberto Freyre nos anos 1930, constituiu a visão pública e oficial dessa identidade, enunciando uma falsa ideia de igualdade de direitos sociais entre brancos e negros. O carnaval, para ela, seria o momento em que esse mito da democracia racial assume todo seu impacto simbólico, com a exaltação momentânea e a partir da objetificação sexual, da mulher negra na imagem da mulata “produto de exportação” da cultura brasileira (Gonzalez, 2020).

Como acontece com todos os mitos, o da democracia racial oculta mais do que revela, especialmente no que diz respeito à violência simbólica contra as mulheres afro-brasileiras. Segundo Sahlins, é devido à conexão com o sistema simbólico que o lugar da mulher negra em nossa sociedade como um lugar de inferioridade e pobreza é codificado em uma perspectiva étnica e racial (Gonzalez, 2020, p. 165).

A ideologia do branqueamento, por outro lado, está ligada a uma noção de superioridade branca, que orientou políticas e ações pelo estado brasileiro no sentido de branquear a população, seja pela imigração massiva de europeus no início do século XX, seja por políticas de esterilização de mulheres negras. Há também políticas de extermínio sistemático dessa população a partir de ações diretas e violentas ou pela negação de acesso a saúde, educação, saneamento básico e moradias dignas. Gonzalez (2020) afirma que essas duas tendências ideológicas formam um “nó duplo”, que consiste em negar e afirmar, proibir e consentir alguma coisa ao mesmo tempo (p. 168). Enquanto a democracia racial

afirmava a harmonia entre as raças, tendo no carnaval, no samba e no futebol elementos simbólicos que visavam provar o mito, as políticas de branqueamento visavam suprimir os corpos, subjetividades, cultura e religiosidade negra da sociedade brasileira. Para Lélia, a harmonia entre as raças funciona apenas “quando o negro sabe seu lugar”, a saber, de empregadas domésticas, mulatas, jogadores de futebol, trabalhadores subalternizados, segregados social e espacialmente nas favelas. Para Lélia, a sociedade brasileira não superou a escravidão, sustentando os lugares sociais e relações raciais estabelecidas na sua formação, a partir de um processo de internalização e naturalização do racismo articulado com o sexismo. Isso se faz nítido no lugar ocupado pelas mulheres negras nos serviços domésticos

Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca em uma situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada, como já vimos.” (Gonzalez, 2020, p. 42-43)

Nessa leitura, Lélia aponta que a mulher negra ocupa um lugar histórico fundamental na constituição da cultura brasileira, remetendo à figura das “mães pretas” no período da escravidão. Essas mulheres educavam as crianças brancas e tiveram um importante papel na transmissão de valores culturais afrodiáspóricos e resistência cultural “amefricana” (Gonzalez, 2020). As mulheres negras protagonizam a resistência das comunidades negras, seja desde dentro da “Casa Grande”, seja no cotidiano das favelas. Essas mulheres, muitas vezes anônimas, são o “sustento moral e a subsistência de suas comunidades” e famílias, tendo ainda um importante papel no ativismo social e lutas sociopolíticas, integrando tanto movimentos de libertação das mulheres quanto o movimento negro.

Apesar da situação de extrema inferiorização, a mulher negra exerceu um importante papel no âmbito da estrutura familiar ao unir a comunidade negra para resistir aos efeitos do capitalismo e aos valores de uma cultura ocidental burguesa. Como mãe (real ou simbólica), ela foi uma grande geradora na perpetuação dos valores culturais afro-brasileiros e em sua transmissão para a próxima geração. (Gonzalez, 2020, p. 161).

A condição das mulheres negras no Brasil é marcada historicamente por uma “tripla discriminação” (Gonzalez, 2020, p. 58), interligando opressões de raça, classe e gênero, sendo elas a ocuparem as posições mais precarizadas na estrutura social, ao passo que seu trabalho (sobretudo de cuidado e reprodução da vida) sustenta as bases da sociedade capitalista. O

território onde vivem é um marcador social que produz e intensifica as vulnerabilidades, segundo minhas interlocutoras do Aglomerado da Serra, com a negação do acesso a direitos humanos fundamentais, como condições dignas de moradia, lazer, saneamento básico, transporte, emprego, educação, saúde.

Minhas interlocutoras narram que os centros de saúde nas vilas do aglomerado possuem atendimento e condições muito mais precárias do que centros de saúde de outros bairros. Dizem que a ambulância muitas vezes se recusa a *subir o morro* para atendimento de urgências, gerando efeitos graves às condições de saúde, e sendo essa muitas vezes a tênue linha entre vida e morte no território. Nos centros de saúde faltam médicos especializados, as queixas são tratadas de forma genérica com medicalização inadequada e, muitas mulheres associam a medicalização excessiva a uma forma de silenciamento de questões mais profundas, estruturais. Faltam profissionais de saúde mental e médicos psiquiatras muitas vezes se recusam a trabalhar (ou permanecer) nesses territórios. As condições das escolas na quebrada são mais precárias do que escolas públicas em outros bairros da cidade. É frequente que as moradoras do aglomerado ocultem seus verdadeiros endereços em entrevistas de emprego para ampliar as chances de serem contratadas. Serviços de entrega de produtos, como transportadoras e aplicativos de entrega de alimentos, muitas vezes, se negam a entrar nas ruas e becos. As principais empresas de internet *Wi-Fi* não chegam no território e as pessoas têm que lidar com acesso precário ao mundo virtual, gerando exclusão digital, impossibilitando condições básicas interação social por meios virtuais ou de manutenção de estudos remotos. A violência policial é uma constante no território, e em dois anos de pesquisa pude acompanhar relatos de mulheres que perderam seus filhos ou presenciaram cenas de violência policial brutal no território. É comum ouvirmos no Aglomerado da Serra falas sobre *ausência do estado* e as próprias lideranças da Coletiva, ao se articularem politicamente no sentido de exigir do poder executivo e legislativo posicionamentos e ações em relação a precariedade dos serviços públicos, muitas vezes falam sobre estarem *cansadas de fazer o papel do estado, ausente na favela*, mostrando-se presente apenas na figura da polícia militar.

A vida das mulheres nos territórios de favela se faz a partir do que Natália Fazzioni (2021) chama de “arranjos de cuidado”, marcados por improvisos e precariedade, mas também por agenciamentos, afetos e vínculos, em uma complexa rede de ajudas que dizem sobre diferentes tipos de relações.

as experiências de cuidado envolvem sempre um misto entre “arranjos” de longa duração, em geral os que são definidos pelas relações de parentesco – e que, como demonstrado acima, não se limitam às relações de consanguinidade e aliança – com

arranjos de média duração (ajuda pontual de um parente ou um vizinho, trabalho, serviço de saúde), e, finalmente, outros de curta duração (um auxílio para descer uma escada, uma carona, um empréstimo de dinheiro, um prato de comida). Mais do que isso, no entanto, o arranjo quase nunca depende unicamente do indivíduo, prescindindo de relações baseadas em vínculo, reciprocidade, afetos e também trocas monetárias (embora menos presentes nesse contexto). Mas há também os momentos em que os arranjos de longa ou curta duração se fragilizam pela ausência de relações que o sustentem, resultando em descuido ou abandono dos indivíduos que necessitam de cuidado. (Fazzioni, 2021, p. 148-149)

As dinâmicas de cuidado agenciadas nesses contextos envolvem redes de relações sociais e de parentesco estendidas, desafiando a lógica dominante da família nuclear burguesa. No Aglomerado da Serra, podemos dizer que as mulheres são as principais articuladoras de arranjos de cuidados, de crianças, idosos, pessoas adoentadas, pessoas com deficiência, dentre outros sujeitos que necessitam de ações específicas de cuidado. As famílias monoparentais chefiadas por mulheres são numerosas nesse território, assim como o estabelecimento de parentesco a partir da prática de “*pegar para criar*”, que se relaciona com o que Claudia Fonseca denomina “circulação de crianças nas camadas populares” (2002).

trata-se de uma prática com densidade histórica, que evoluiu em determinadas circunstâncias, nunca alheia, mas sim em simbiose com as forças do Estado (Fonseca, 2002). Sugiro que propiciou não somente a sobrevivência, mas o acompanhamento carinhoso de gerações de jovens brasileiros. Mas como qualquer outra dinâmica familiar, tem sido associada também a situações conflituosas, de abandono ou de violência (Fonseca, 2002, p. 63)

Patrícia Hill Collins (2019), abordando contextos de comunidades negras norte-americanas, mostra que a maternidade das mulheres negras é marcada fortemente pela figura das “mães de criação”. Essas práticas envolvem o estabelecimento de redes de relações de parentesco a partir do cuidado compartilhado, em que a responsabilidade pelas crianças passa por uma lógica de comunidade, protagonizada por mulheres que assumem os cuidados de uma criança, mantendo algum nível de relação com as “mães de sangue”. As mães de criação podem ser um apoio a mulheres que não queriam ser mães ou tem dificuldades com a maternidade (Collins, 2019). Essas redes centralizadas nas mulheres negras podem se estabelecer em diferentes configurações e por razões diversas. Em alguns casos, há o compartilhamento de cuidados de crianças entre “mães de sangue” e “mães de criação”, que podem ser da mesma família ou não. Há também os casos em que uma mãe de criação assume os cuidados de uma criança durante um certo período, normalmente até que ganhe mais autonomia e a mãe de sangue tenha mais condições de assumir os cuidados. Em outros casos, as mães de criação

assumem integralmente os cuidados e o papel materno das crianças, não raro de muitas crianças da comunidade ao mesmo tempo.

Redes de mulheres organizadas e resilientes, formadas por mães de sangue e de criação, são fundamentais para compreender essa centralidade. Avós, irmãs, tias e primas atuam como mães de criação, assumindo responsabilidades pelos cuidados dos filhos e filhas de outras mulheres. Historicamente, o cuidado temporário e esporádico de crianças se converte muitas vezes em cuidados de longo prazo ou adoções informais. (Collins, 2019, p. 299)

Para a autora, essas práticas estão relacionadas a estratégias de sobrevivência em contextos precarizados e vulnerabilizados, comumente marcadas pela ausência masculina, mas também remete a valores culturais afro diaspóricos ancorados nos cuidados compartilhados e na responsabilidade comunitária pelos cuidados de crianças, além de um ponto de vista específico das mulheres negras sobre a maternagem, a partir da experiência da escravidão. Ao tornar a comunidade responsável pelas crianças e atribuir a mães de criação e outras pessoas de fora do ambiente da família nuclear o direito de educar essas crianças, essas mulheres questionam os valores capitalistas baseados na propriedade privada (Collins, 2019). Para Collins, nesses contextos, a maternidade e as redes compartilhadas de cuidado, possuem um lugar central nos processos de “autodefinição” e no “ativismo das mulheres negras”.

as vivências de mulheres negras nos Estados Unidos como mães de criação fundamentam a conceituação do ativismo político das mulheres negras. Tanto a experiência de receber cuidados durante a infância como a de ser responsável por irmãos e parentes de criação no interior de redes de parentesco podem estimular uma ética do cuidado e responsabilidade pessoal entre as afro-americanas. Essas mulheres não apenas se consideram responsáveis por seus familiares como sentem uma conexão com todas as crianças da comunidade negra” (Collins, 2019, p. 314)

Essa lógica pautada pelo compartilhamento de cuidados para com as crianças de uma comunidade é bastante presente nos territórios periféricos brasileiros afro diaspóricos. No Aglomerado da Serra, muitas mulheres contam sobre suas experiências de maternidade que envolvem assumir o papel de *pegar crianças para criar* - tornar-se *mãe de criação*, *mãe de consideração*, ou apenas *mãe*, de forma temporária ou definitiva. Essas crianças podem ser da própria família - como é o caso das avós que assumem a maternidade no lugar das filhas que se tornaram mães muito jovens - ou filhos biológicos de outras mulheres da comunidade que, por diversas razões, não puderam assumir esses cuidados.

Ao passo que a maternidade de mulheres negras e periféricas é muitas vezes narrada como algo central na sua constituição enquanto sujeito - “*essas crianças são a minha vida*”, “*não seria nada sem eles*”, “*eles que me dão força pra seguir e continuar viva*” – pode também

ter um alto custo pessoal. É vasto o tempo da vida dedicado aos cuidados, de crianças, idosos, pessoas adoentadas ou com deficiência, cuidados para com a comunidade de modo geral, à luta por melhorias estruturais em seus territórios, à “correria”, “virações” e “arranjos” (Fernandes, 2021; Fazzioni, 2018) necessários à sua sobrevivência e de sua família estendida, o trabalho, formal ou informal, bicos, buscas por doações e cestas básicas, enfrentamento de filas para acessar precariamente serviços de saúde ou outros direitos básicos. Esse “tempo da correria” para cuidar dos outros esgota as possibilidades do tempo para cuidar de si (Fernandes, 2018), enquanto o lugar das mulheres, especialmente das mulheres negras, é tido como o da cuidadora universal, com energia e força inesgotáveis para oferecer aos outros, abdicando de seus próprios desejos pessoais. Esse lugar vem sendo contestado por muitas delas, que reivindicam para si o lugar de receber cuidados, de ter tempo para si, ainda que isso implique uma mudança estrutural e intersubjetiva nas dinâmicas sociais e culturais de cuidado. Como veremos adiante, as práticas políticas e pedagógicas propostas e realizadas no âmbito da Coletiva Mulheres da Quebrada vem sendo um elemento transformador nas dinâmicas de cuidado para essas mulheres.

1.3. Serrão caldeirão cultural²⁰

Uma história pode ser contada de muitas formas. Ao fazer uma busca de notícias na internet, com o termo “Aglomerado da Serra” aparecem notícias estereotipadas a respeito de operações policiais ou ações de traficantes, mas também aparecem outras como a escola municipal²¹ eleita a melhor do mundo através de uma votação online, ações assistenciais como doações de cestas de Páscoa, obras de infraestrutura e saneamento por parte do estado, a premiação de arquitetura recebida da casa de um artista local, construída por um coletivo de arquitetos, e sempre há as notícias sobre artistas e projetos culturais do Aglomerado da Serra, também conhecido localmente como *Serrão*.

Em série documental produzida pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, “*Serrão Berço de Cultura*”, Simone Moura, cineasta, fotógrafa e gestora cultural nascida na

²⁰ Expressão utilizada na série documental produzida pela Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, *Serrão Berço de Cultura*. 2021. Episódio 1: “Mulheres que Inspiram” (32 min.); Episódio 2: “Artivismo e resistência” (32 min.). Documentário (2 episódios). Direção Coletiva: Maíra Neiva, Pablo Xavier, Negona Dance e Simone Sigale. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zMysN4sOcwM>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

²¹ VASCONCELOS, Ana Carolina. Escola do Aglomerado da Serra, maior favela de BH, pode ganhar prêmio de melhor do mundo. Brasil de Fato (matéria de jornal). 28 set. 2023. Disponível em <https://www.brasildefatomg.com.br/2023/09/28/escola-do-aglomerado-da-serra-maior-favela-de-bh-pode-ganhar-premio-de-melhor-do-mundo> Acesso em 11 ago. 2024.

Vila Nossa Senhora de Fátima no Aglomerado da Serra, problematiza a imagem homogeneizada das favelas.

As favelas são vistas de forma homogênea, como se todas fossem iguais. Somos diversos, somos heterogêneos, são inúmeras as identidades que são produzidas nos territórios, e as formas que elas se expressam na sociedade também são distintas. Então a gente tem que pensar essas identidades a partir da diversidade. É isso que nos constitui, é isso que atravessa esses diferentes sujeitos que residem nesse espaço. [...] Nós temos que ver esses lugares a partir da potência, na nossa capacidade de intervir no território, de transformar, de disputar as narrativas que estão postas. As favelas dificilmente são vistas a partir dos seus diferentes realizadores, produtores, artistas, lavadeiras, mestres populares, pedreiros, diaristas, e vários desses sujeitos que estão aí produzindo a sua história. [...] A gente que construiu essa cidade, a gente sempre tem que lembrar disso. É a partir desse paradigma que a gente tem que se olhar. (Simone Moura, 2021²²)

A partir dessas indagações, a cineasta produziu o filme “Matriarcas da Serra”, com a participação de mulheres da Coletiva²³, questiona em sua narrativa, a ausência de história das famílias negras e periféricas e convida a um mergulho das personagens, estudantes adolescentes, em uma busca por elementos dessa memória, primeiramente a partir de registros históricos oficiais, que geram frustrações e reproduzem narrativas rasas de miséria, carência e violências e depois através de cartas, fotografias, oralidade, “memórias herdadas” (Pollack, 1992), buscam recontar essa história, criando um museu virtual com registros e relatos de habitantes desse lugar. A narrativa do filme nos remete ao apagamento histórico do povo negro afrodiáspórico, que povoam as periferias urbanas, da chamada História oficial.

Pouco se sabe sobre a formação das favelas belorizontinas. A gente não sabe quem foram os operários, quem foram os trabalhadores que levantaram cada prédio, cada avenida, cada árvore plantada, mas também as casas que hoje estão implantadas nas favelas da cidade. A gente não sabe desses sujeitos. E foram exatamente esses sujeitos, recebendo salários irrisórios, situações de miséria, sofrendo preconceito, foram essas pessoas que construíram essa cidade. Então, ao se indagar sobre quem de fato levantou cada tijolo, colocou cada asfalto, cada planta que hoje virou parque. Ao se olhar para o passado e não se identificar o nome desses sujeitos, a gente vê o projeto de apagamento que está em curso nessa sociedade. Qual o papel de se saber a história nas escolas, nas produções culturais, nos museus, [é da gente se ver como protagonistas. A gente não se vê na narrativa dessa cidade. E isso reflete em quais são os referenciais para a juventude. Se eu não me vejo ocupando um outro lugar diferente daquilo que foi posto pra mim, exatamente por não ter referenciais próximos a mim, ao qual eu me reconheça a partir da estética, da cor, da origem social, do gênero, como eu vou me inspirar pra poder ocupar também aquele lugar?]” (Simone Moura, 2021)

²² Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Serrão Berço de Cultura. 2021. Episódio 1: “Mulheres que Inspiram” (32 min.); Documentário (2 episódios). Direção Coletiva: Máira Neiva, Pablo Xavier, Negona Dance e Simone Sigale. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zMysN4sOcwM>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

²³ O filme é uma ficção, e conta com gravações feitas em encontros em roda na Coletiva, e aborda esse lugar como um importante espaço de cuidados em saúde mental, que passa a ser frequentado por uma personagem do filme.

Esse apagamento histórico é fortemente contestado e ressignificado por movimentos de resistência cultural centradas nas linguagens artísticas como o samba, o rap, o funk, o cinema, a poesia marginal, o teatro, e também textos acadêmicos e outras estratégias que vem sendo utilizadas de formas diferentes com o passar do tempo por esses sujeitos históricos que reivindicam a importância de contarem suas próprias histórias, sob suas próprias perspectivas, e não apenas pelos de fora, questionando ainda a forma pela qual as pesquisas acadêmicas se apropriam muitas vezes dessas histórias de forma distante e superficial.

E aí eu acho que é uma busca minha muito pessoal, mas de muitas dos nossos, é a gente escrever as nossas histórias que não foram contadas ainda, está sendo sempre contada pelo pessoal lá de fora. É isso, eu acho que as mulheres tem essa vontade de poder falar, de poder ser ouvida. Porque é isso, porque sempre tem alguém contando aquilo que viu e é muito superficial, se você não vivencia, se você não tem a oportunidade... a faculdade é um desses lugares, né, que se ela vem e é rasa a pesquisa, ela vai levar aquilo que ela quis levar, as concepções que ela fez e aí ela vai tirar sobre o caso que ela pegou da sua vida e vai levar, ela vai continuar contando, recontando essa mesma história lá que ela já tinha pronta. Então se você não tiver a oportunidade de estar com o pé no chão aqui você não tem lugar de fala, não tem como você falar sobre isso. Vai ficar raso. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

O Aglomerado da Serra, ainda que atravessado por representações perpassadas por signos de perigo, risco, violência e desordem, como a grande maioria das favelas brasileiras, é também reconhecido, ao menos por parte da sociedade da cidade de Belo Horizonte, como uma espécie de “*caldeirão cultural*”, berço de gerações de artistas com repercussão local, nacional e internacional. O *Serrão* das décadas de 1970 e 1980 era palco de muitos bailes Black Soul, registrados por fotógrafos²⁴ como João Mendes e na memória de homens e mulheres que viveram naquela época. Uma delas é Lucinéia, faxineira e dançarina, participou no passado de grupos de dança *soul break*, e quando não está ocupada com trabalhos de cuidados diversos, tem na dança um lugar de memória, prazer e expressão. Lucinéia é mãe de Scheylla Bacellar, idealizadora e fundadora da Coletiva, também dançarina, que herdou da mãe o amor pela arte de se expressar através do corpo.

a gente entrou num grupo, a gente ganhava troféu, a gente fazia um bocado de evento, já dancei dança áfrica, já viajei, já fiz um bocado de coisa. Nesse momento eu não estou podendo curtir, mas de vez em quando eu fico aqui na frente na rua dançando,

²⁴ Conferir Projeto Retratisistas do Morro, que pode ser acessado através do link: <https://www.instagram.com/retratistasdomorro/?hl=en> Acesso em 12 ago. 2024.

o menino liga um break, e a gente põe o bicho pra pegar. Eles falam, eu vou por o seu break, pra vc dançar. Porque eles gostam de ver eu dançar” (Lucineia, 2021²⁵)

Produzida por dançarinas, músicos, atrizes, cineastas, poetas marginais, MCs, rappers, fotógrafos, a arte do Aglomerado da Serra já ganhou o mundo nos versos de Djonga, articulou importantes debates acerca de questões das mulheres negras periféricas, através do teatro do grupo Morro Encena, fundado por Sandra Sawilza, Simone Sigale e outras mulheres do território.

Em 2009, nós fundamos um grupo Morro Encena, onde a gente falou: “somos só mulheres, vamos trabalhar temáticas femininas”, porque aí a gente já começou a pensar numa identidade nossa, é, somos coincidentemente todas as mulheres, todas mulheres negras, todas mulheres do território, de partes diferentes do Aglomerado, cada uma era de uma favela diferente. E as temáticas, a gente começou a trazer para as temáticas femininas. E aí, a partir disso, nós tivemos contato com muitos outros movimentos femininos, por questões óbvias, porque a gente trabalhava temáticas de direitos humanos [...] (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Espalhados nas Vilas do Aglomerado da Serra estão diversos equipamentos culturais, como os Centros Culturais Vila Fátima e Vila Marçola, ambos geridos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com grande estrutura e intensa programação de formação e distribuição de produções culturais no território. Movimentos culturais importantes e autônomos como o Lá da Favelinha (múltiplas artes), o Bloco Seu Vizinho (bloco de Carnaval), O grupo Identidade (dança), a Coletiva Sísmica (poesia marginal) articulam pautas políticas, identitárias e de resistência centrada na arte.

Isso aqui é tipo um caldeirão, uma sopa. Eu cresci aqui na igreja, no terreiro do pai, era tipo umas 4 casas, 3 de tias minhas e outra era minha. E aí você chegava no terreiro da minha casa, era meu pai escutando samba o dia inteiro. Dentro da minha casa, minha mãe estava ouvindo gospel lá dentro. Aí descia a escada pro terreiro, minha tia estava ouvindo Tim Maia, minha outra tia estava ouvindo forró. Você cresce com muita cultura, ouvindo muita coisa. “são muitas pessoas, muitas culturas que se aglomeram num lugar só.” Por isso os melhores artistas hoje em dia saem de favela, de comunidade. Baile funk, que o pessoal discrimina, é um dos bagulho mais cultural que você vai encontrar. Num baile você vai ver as gay, as sapatão, as mina que quer dançar, tem os mano do movimento. “Resistência é estar aqui, é estar vivendo isso aqui, é estar aqui pra contar a história. Porque muitos amigos meus não estão mais aqui pra fazer isso. Resistência é todos os dias.” (Vini Joe, DJ e MC, 2021²⁶)

²⁵ Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Serrão Berço de Cultura. 2021. Episódio 1: “Mulheres que Inspiram” (32 min.); Episódio 2: “Artivismo e resistência” (32 min.). Documentário (2 episódios). Direção Coletiva: Maira Neiva, Pablo Xavier, Negona Dance e Simone Sigale. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zMysN4sOcwM>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

²⁶ Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Serrão Berço de Cultura. 2021. Episódio 2: “Artivismo e resistência” (32 min.). Documentário (2 episódios). Direção Coletiva: Maira Neiva, Pablo Xavier, Negona Dance

No livro “Periferias do Gênero”, Larissa Amorim (2022) reflete sobre os bailes funk e movimentos de Hip Hop na cidade de Belo Horizonte, destacando essas festas como lugares de reexistência da juventude negra, expressões políticas, públicas e coletivas, racializadas e geograficamente localizadas.

Considerando que os bailes apresentam outras possibilidades de visibilidade, produção de conteúdo e relação diferentes das que são oferecidas pela mídia e o mercado, a reexistência acontece justamente no que não é possível capturar, domesticar e vender no mercado global. As/os jovens criam poesia, cantam as suas realidades, os seus desejos e os seus sonhos, denunciam a violência e apontam perspectivas em suas construções discursivas, criam bancas, bondes, companhias de dança, grupos de freestyle, grupos políticos e ousam produzir arte, cultura e vivenciar o lazer e o prazer. (Amorim, 2022, p. 85-86)

Entendemos o território como uma base, a um só tempo material e simbólica, à qual as pessoas se sentem ligadas ou pertencentes, gerando afetos positivos, negativos e ambivalentes. Ao mesmo tempo produz e é produzido pelas pessoas engajadas em sua existência, manutenção, reparo. A existência e permanência de um território e das pessoas que o habitam, “mantendo-se juntas” (Fazzioni, 2023), demanda relações cotidianas de cuidado. Um território com suas dinâmicas relacionais e agenciamentos pelos sujeitos pode ser um locus de produção de cuidados no sentido de acolher, amparar, proteger as pessoas que se ligam a ele, das mais diversas formas. Pode também ser uma forma de estabelecimento de relações e ligações entre as pessoas, não necessariamente por escolha, embora também o seja. Alguns vínculos estabelecidos territorialmente acontecem por necessidade de sobrevivência e autoproteção contra externalidades e ameaças. Em um território também podem ser produzidas múltiplas violências, relações de poder e dominação, sofrimentos e traumas. Territórios precarizados e vulnerabilizados por estruturas de poder como as favelas podem ser lugar de memórias dolorosas, marcados por confrontos sangrentos, por ações policiais mortais, por violência doméstica, por abuso de álcool e drogas. Pode também produzir resistências potentes, centradas no ativismo social e político, em projetos educacionais revolucionários.

O Aglomerado da Serra é o território no/desde o qual muitas mulheres vêm construindo suas histórias e trajetórias de vida, onde são agenciadas memórias de alegria e sofrimentos de naturezas diversas. É nesse *caldeirão cultural* que mistura pessoas de diferentes origens e histórias, aglomeradas, habitando juntas um território precarizado e vulnerabilizado pelas

estruturas sociais racistas, elitistas e sexistas, que nascem e crescem as três mulheres que decidem se esforçar em um projeto coletivo de e para mulheres periféricas, sem saber no que ia dar, artistas de dança, teatro, cinema, produção cultural, *filhas de movimento social*, que vivenciaram e presenciaram violências mas sobretudo a força e a resistência de muitas mulheres, como suas mães, tias e avós e inspiradas nessas que vieram antes, depois de acessarem outros espaços fora do morro, se articulam em um movimento de retorno, organização dos saberes, experiências, incômodos, raivas em um movimento social feminista que se recusa muitas vezes a se identificar com essas categorias. Adiante, vamos adentrar na trajetória dessas três mulheres que, a partir de *incômodos* e inquietações, iniciam o que viria a ser a Coletiva Mulheres da Quebrada. No primeiro momento como *projeto*, delimitado, depois como *movimento*, experimental e aberto, que tomaria proporções nunca imaginadas.

2. As Mulheres, a Coletiva

Tomando como ponto de partida o território em que se situa e a partir do qual se constitui a Coletiva Mulheres da Quebrada, abordaremos a seguir, parte da trajetória daquelas que iniciaram esse movimento, lideranças comunitárias que desde a adolescência questionam as estruturas de poder e opressão que afetam as mulheres negras e periféricas de forma diferenciada. Elas, que há muito tempo já se conheciam das *ruas e becos da quebrada* e de movimentos artísticos da cidade de Belo Horizonte, percebem que tinham em comum muitos *incômodos* e o desejo de fazer algo diferente, *junto com e pelas suas*, as mulheres do Aglomerado da Serra. Essas três mulheres são Sandra, Scheylla e Simone, e junto a outras parceiras, começam a se movimentar, inicialmente de forma experimental, a partir da indagação: *quem cuida de quem cuida?* A crise social decorrente da pandemia de Covid-19 atravessa esse caminho e redireciona rotas, gerando demandas específicas, e fazendo com que uma pequena iniciativa começasse a se tornar um movimento social de maior repercussão. Em um período marcado pela necessidade de distanciamento social e violações de acesso a direitos básicos, a Coletiva, na figura de suas lideranças, se torna uma referência para as mulheres do Aglomerado da Serra. A Coletiva Mulheres da Quebrada se constitui então, com o intuito de ser uma rede de *cuidado e afeto*, atuando em diferentes frentes, articulando parcerias, metodologias e formas de organização próprias.

2.1.Três rios de águas inquietas: as mulheres

No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado [...] Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. (Gonzalez, 2020, p.40)

O ano era 2018. Eu ainda não conhecia o Aglomerado da Serra e nem as personagens que iniciaram a história que tento aqui contar a partir de múltiplos registros e fragmentos, escritos, falados, digitados em grupos de aplicativos de mensagens, filmados, gravados em áudios, enunciados em rodas de conversa, reuniões, audiências públicas, aulas abertas, palestras, entrevistas e conversas em mesas de bar. Elas dizem que era mês de março, por volta do dia 25, quando Sandra Sawilza, Scheylla Bacellar, Simone Sigale e Lúcia Vieira fundaram a

Coletiva Mulheres da Quebrada. Esse é uma espécie de mito de origem, real e potente, como a maioria dos mitos. Mas as coisas foram bem mais complexas, trabalhosas e menos lineares do que parecem, embora o encontro dessas mulheres e de seus *incômodos*, sentadas nas ruas e calçadas da favela, realmente tenha sido o início de algo muito importante. No dia 25 de março é comemorado, anualmente, o aniversário da Coletiva Mulheres da Quebrada. Mas em 2018, suas fundadoras ainda nem tinham ideia de que iniciavam um movimento muito importante, tampouco das proporções que ele tomaria.

Das quatro fundadoras, permaneceram três²⁷: Simone, Sandra e Scheylla, o tripé que sustenta cotidianamente, que sonha, que gesta, que atende demandas e cuida das burocracias, busca doações e parcerias e toma as principais decisões. A Coletiva Mulheres da Quebrada é muita gente. Gente que estava desde o início e ainda permanece, gente que ajudou a plantar a semente inicial, mas não pôde ficar, gente que, como eu, chegou depois e gente que provavelmente ainda vai chegar. Mas essas três mulheres possuem uma importância especial na fundação e sustentação deste movimento centrado nas noções de cuidado e afeto no Aglomerado da Serra.

Sandra Sawilza tem 43 anos, *nascida e criada no Aglomerado da Serra*, seus avós, pais e tios são capixabas, migraram do Espírito Santo há algumas décadas. Simone Sigale, 44 anos, é sua irmã. Elas cruzaram seus caminhos com Scheylla Bacellar, 36 anos, ainda na infância/adolescência, quando mantinham algum nível de relação de sociabilidade e vizinhança, mas com alguma distância, provavelmente pela questão geracional. Nascidas e criadas no Aglomerado da Serra, as três têm ainda mais em comum. Principalmente, eu diria, o fato de serem artistas e *filhas de projetos sociais*²⁸, além de atuarem há anos no território, em ações promovidas por instituições diversas, como organizações não governamentais, movimentos religiosos, dentre outros. O terceiro e talvez mais importante elemento em comum, uma inquietação, um *incômodo*...

Eu sou uma mulher que se incomoda muito com as faltas de direitos, e apesar disso demorei a agir de forma positiva em relação a isso, pensando na autoajuda e também

²⁷ Lídia, a quarta fundadora da Coletiva, pouco tempo depois, teve que se mudar de Belo Horizonte, por motivos de trabalho, mas é sempre citada como fundadora da Coletiva, e possui um importante papel nesses primórdios.

²⁸ Em muitos momentos, as lideranças da Coletiva utilizam essa expressão, *somos fruto de projetos sociais*, ou *filhas de projetos sociais*, remetendo ao histórico de sua participação formativa e educativa, em questões políticas, artísticas e culturais, em diversos projetos sociais de organizações não governamentais, bastante comuns no Aglomerado da Serra há algumas décadas.

na ajuda aquelas outras pessoas da comunidade nesse sentido. (Simone Sigale, entrevista concedida em 04 de março de 2024, grifo nosso)

Eu e minha irmã, a gente sempre participou de movimento social de alguma forma. A gente sempre foi muito incomodada com as coisas. “As coisas não podem ser do jeito que estão sendo, o que a gente pode fazer pra mudar isso?” Meio que intuitivamente a gente já fazia... (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Scheylla Bacellar é dançarina com enfoque nos estilos Hip-Hop e Funk, referência na cena artística cultural belorizontina. Arte-educadora, professora de dança, produtora cultural, possui longa história com a dança, habilidade e interesse que herdou da mãe, dançarina de grupos de *Soul music* em bailes e competições há décadas. Ainda adolescente, começou a atuar como liderança cultural no Aglomerado da Serra, também a partir de projetos como o Criança Esperança, no qual trabalhou como monitora da linha de Articulação Comunitária. A partir de suas vivências como artista e mulher negra na capital mineira, teve contatos com movimentos feministas na Universidade Federal de Minas Gerais e outros, como a "Mostra Diversas – Feminismo, Arte e Resistência", movimento colaborativo, auto-organizado e independente de mulheres de Belo Horizonte, que por volta dos anos 2015 e 2016 tinha o objetivo de tornar visível a arte e a luta cotidiana de mulheres negras, lésbicas, indígenas, de diferentes gerações, travestis e transsexuais, ativistas, moradoras de ocupações, artistas independentes, produtoras e artesãs. A partir de frustrações com movimentos feministas *do asfalto*, predominantemente formados por mulheres brancas de classe média, Scheylla se propôs a fazer algo diferente, *junto das suas*, contando com algumas parcerias que fez pelos caminhos. Partindo da indignação com as faltas e ausências que sofriam as mulheres negras da periferia, suas vizinhas, familiares, amigas, colegas, cujas demandas não estavam contempladas nas bandeiras e pautas feministas hegemônicas, ela se posiciona.

*Ouve-se sempre falar do feminismo, empoderamento, sororidade entre mulheres. Porém, é bem diferente quando se trata da quebrada, sendo que várias dessas mulheres passam por todos os tipos de faltas. Faltas de direitos, de afeto, de acessos, de trabalho, de saúde e outras tantas faltas. Mesmo com tantas violências, essas mulheres continuam nos trabalhos diários para sustentar suas famílias. Aí fica uma pergunta: Qual é o momento em que elas se cuidam? Quando elas recebem cuidado?*²⁹ (Scheylla Bacellar, 2021)

²⁹ Coletiva Mulheres da Quebrada. Ser Mulher, Ser Território Próprio. 2021. Documentário, 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada Acesso em: 30 mar. 2024.

“Sou aquariana com ascendente em psicóloga”, Scheylla às vezes brinca. Ela diz que por alguma razão tem muitas amigas psicólogas. Partindo do incômodo retratado pela citação acima, em 2018, ela começou a movimentar pequenos encontros terapêuticos com o apoio de algumas dessas amigas. Eram encontros despretensiosos, pontuais, tomando um café no quintal de conhecidas ou sentadas na calçada. Scheylla convidava essas mulheres a falar e escutar, tendo como eixo condutor a questão da saúde mental das mulheres negras e periféricas.

A Scheyllinha faz uma movimentação antes, com as psicólogas, amigas dela, de cuidar da questão da saúde mental das mulheres do território. E ela fez esse convite. Ela já tinha feito esses convites, tipo assim, via internet, coisa e tal. Conheço Scheyllinha desde criança, desde a adolescência dela, porque ela também é militante, porque ela também é liderança no território. Eu numa ponta, ela na outra. E aí quando ela fez esse convite, eu falei, “oh, preta, isso aí é legal. Olha, a gente podia mesmo sentar, vamos sentar e trocar a ideia?”. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A partir dessa movimentação e da confluência de *incômodos*, Simone - mulher preta, artista, produtora cultural, mãe, mulher da favela - que tinha experiência na escrita de projetos, ajudou a elaborar o que Sandra chama de *primeiro momento da Coletiva: a Coletiva como projeto cultural*, com início, meio e fim.

*A Coletiva surge em 2018 a partir de algumas vivências com mulheres do Aglomerado da Serra, sentadas ali na esquina, sentadas no beco, encontrando no ponto de ônibus, a gente viu uma necessidade de realizar ações concretas a partir das demandas encontradas com essas mulheres nesse beco, nessa rua, nesse ponto de ônibus. De pensar como a gente podia realizar ações concretas e se fortalecer. A gente falando de um ambiente periférico de mulheres pretas, de mulheres diversas.*³⁰ (Scheylla Bacellar, 2021)

Sandra Sawilza, mulher preta do Aglomerado da Serra, é atriz de teatro, para além de sua formação acadêmica em computação e seu ofício como funcionária pública do estado, no setor administrativo da rede de Educação. Mãe de três filhos e recentemente se tornou avó, com o nascimento do filho de sua filha de criação. Buscando situar de onde vem os incômodos e o impulso que a levou a produzir um movimento de cuidados coletivos entre mulheres, ela começa com a história da avó, Dona Rita, “*raizeira benzedeira, macumbeira, super católica, devota de Nossa Senhora Aparecida*”. Ela conta que a avó era uma *mulher livre*, que teve muitos filhos com homens diferentes, mas nunca se submeteu a nenhum deles.

³⁰ Scheylla Bacellar, em live promovida pela Fundação João Pinheiro. “O impacto da pandemia na vida das mulheres – quem cuida de quem cuida?” (live). Youtube, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8mxVpnmPJs> Acesso em: 02 abr. 2024.

independentemente da idade, ela sempre estava indo para os passeios, para um boteco, para as festas. E a vovó me levava, e levava a Simone também. Nesses lugares, eu tenho poucas memórias de homens presentes. Mas eu lembro que é Vovó Rita era muito... era ela resolvendo os problemas das mulheres da casa dela. Quando ela me levava para o congado, era ela que junto com as amigas dela. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Diferente de Dona Rita, avó paterna, *mulher livre e festeira*, a mãe de Sandra e Simone, Dona Nadir era mais séria, *a mais brava da rua*. A semelhança entre as duas provavelmente era a disposição para articular formas de proteção e sociabilidade entre mulheres da família e da vizinhança em contextos de violência e vulnerabilização.

Minha mãe trabalhava e ao mesmo tempo cuidava de todos os vizinhos. Ela não era a mais velha da rua, mas talvez fosse a mais brava. Ela era a mais nervosa. Por causa disso, os homens da rua respeitavam ela. Então, esse movimento de acolher as vizinhas que apanhavam, de enfrentar os maridos, minha mãe já fazia isso muito intuitivamente, muito tranquilamente, com uma faca na mão se fosse preciso. Então, as memórias que eu tenho é de minha mãe enfrentando meu pai, quando meu pai também fazia alguma coisa errada. Ela enfrentando esses vizinhos e acolhendo essas vizinhas com as filhas dela. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A terceira mulher referenciada por Sandra entre aquelas que antecederam seus passos, está a tia Nadir, filha da avó Rita, coincidentemente de mesmo nome que sua mãe.

E aí depois vem minha tia Nadir, que é a filha dessa minha avó Rita. Tia Nadir foi para os Vicentinos, e trabalhava com a distribuição de cestas básicas. E minha tia também era essa mulher que acolhia a comunidade. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Na adolescência Sandra e Simone começaram a participar ativamente de movimentos sociais e religiosos no território. Fizeram parte de grupos de jovens na Igreja Católica, como o Solidariedade, que trabalhava questões LGBTQIPA+, tiveram experiências na capoeira, e perceberam que queriam estar à frente de alguma coisa. Mais tarde, Sandra se encontrou com a experiência do teatro de favela, com o Pathernon, cujas ações misturavam arte com projeto social. Após o encerramento desse grupo, Sandra, Simone e outras mulheres do território fundaram juntas o Morro Encena, grupo de teatro formado por mulheres negras faveladas que tinha como temática central as violências que atravessam as experiências delas. No Morro Encena, tiveram uma maior circulação pela cidade e projeção junto a movimentos políticos e feministas, instituições relacionadas aos direitos das mulheres e outros, abrindo possibilidades de contatos que seriam importantes na constituição da Coletiva.

A partir disso, nós tivemos contato com muitos outros movimentos femininos, por questões óbvias, porque a gente trabalhava temáticas de direitos humanos. Então,

*por exemplo, delegacia feminina chamava a gente para fazer a apresentação, a Casa Tina Martins... aliás, vários desses outros movimentos que eu acessei, de associação, de Defensoria Pública, Ministério público, foi tudo pelo teatro, no meu primeiro contato, muito antes da Coletiva. A gente acessou todos esses lugares, então sempre tinha uma Defensora Pública com a gente, tinha delegada, sempre tinha uma advogada que trabalhava com direito da mulher. E aí a gente foi conhecendo esses outros movimentos, outros grupos de teatro também que traziam essa temática por causa dos temas que a gente trouxe para os nossos espetáculos [...] **Então quando a gente veio para a Coletiva, a gente já trouxe essa bagagem que a gente foi conquistando** (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)*

A história de Simone está muito ligada à de sua irmã Sandra, ainda que carregue especificidades, por exemplo, na forma que vivenciaram experiências de cuidado e afeto dentro da família. Simone conta que conseguiu *conquistar o ensino superior somente na oitava tentativa, após os filhos crescerem*, e hoje tem diversas formações e especializações em seu currículo, como gestão de pessoas, gestão de conflitos, gestão de projetos sociais, e vasta experiência como artista e produtora cultural em Belo Horizonte. Também nascida e criada no Aglomerado da Serra, desde muito cedo teve que se virar e cuidar, da casa, da irmã mais nova, da comunidade. Simone relaciona a experiência em projetos sociais, bem como as referências familiares, como algo marcante na produção de uma forma específica de cuidados, comunitários, coletivizados, voltados para o bem-estar das pessoas da favela.

*Aqui nesse território, como tantas outras pessoas, eu tive poucas oportunidades positivas, das quais eu agarrei com o máximo esforço possível. Nesse território eu aprendi o cuidado desde muito cedo. **Eu sou fruto de projeto social, então a partir desses projetos sociais desde muito cedo eu já fui aprendendo o ofício do cuidado**, a partir das ações que eram executadas nos projetos sociais, a partir dos cursos e formações que eu tive ali dentro, das oficinas, mas principalmente a partir de duas mulheres que são referência na minha vida, que é a minha mãe a minha tia, ambas chamadas Nadir. (Simone Sigale, entrevista concedida em 04 de março de 2024, grifo nosso)*

Sandra conta que teve a sorte de ter recebido muito cuidado de muitas pessoas diferentes ao longo da vida: irmã, avó, mãe, sogra, marido, dentre outros elos de uma rede de apoio que faz questão de evidenciar. Simone, um ano mais velha, passou por experiências de maior sobrecarga no ofício de cuidar. Ambas se tornaram apoio mútuo, compartilhando a própria tarefa de amamentar e criar os filhos uma da outra, ancoradas em práticas ancestrais de coletivização do cuidado e inspiradas nas concepções de família estendida e cuidados comunitários. Assim como a irmã, ao falar da mãe, da tia e da avó como maiores referências de cuidado, Simone reforça essa lógica de uma trajetória de vida que passa ao largo das noções individualistas e patriarcais.

essas duas mulheres fizeram pela comunidade o que muita gente não fez, o que muito homem não fez, ajudando a construir essa comunidade, já com as suas propostas, e seus projetos sociais. Desde então, desde que eu me entendo por gente, desde que eu me reconheço enquanto pessoa eu já iniciei um trabalho de cuidado como trabalho voluntário. Lá na escolinha que eu estava, depois nos outros espaços aos quais eu tive acesso dentro do território. (Simone Sigale, entrevista concedida em 04 de março de 2024, grifo nosso)

Simone diz que a Coletiva chegou até ela através de Sandra, que lhe contou sobre a conversa com Scheylla e a percepção de que várias demandas de mulheres do território chegavam até os ouvidos das três, em momentos diferentes e por meio de relações distintas, mas todas pareciam compartilhar, ainda que sem saber, um lugar de referência na comunidade, lideranças em seus respectivos projetos e ações ainda pontuais, seja com teatro, dança ou produção cultural. Elas perceberam que as mulheres do território estavam muito adoecidas física e mentalmente, exaustas e sobrecarregadas, e que isso se relacionava com estruturas sociais, ausências e faltas, contrastadas com excessos de trabalho e violências.

Eu percebo também que eram coisas que já chegavam a mim através de outras mulheres, através de outras pessoas do próprio território também, com as quais eu tenho vínculo, enquanto artistas que somos. A ideia inicial, a gente sentou e pensou como a gente pode fazer para que a gente consiga pensar essa nova realidade, essa nova construção com as mulheres, que é tão necessária de pensar, nesse adoecimento principalmente da saúde mental das mulheres, das violências das quais se vivem até hoje no território. (Simone Sigale, entrevista concedida em 04 de março de 2024, grifo nosso)

Adiante, veremos um pouco mais sobre a confluência entre as histórias das três mulheres, que a partir de seus *incômodos* com o lugar das mulheres negras na ordem social, decidem *fazer algo juntas para mudar as coisas*, por elas e por outras mulheres. Nascia a ideia da *Coletiva enquanto um projeto cultural*, inscrito em um edital cultural da prefeitura de Belo Horizonte, contemplado por um recurso para ser executado em um período determinado (cerca de um ano), com início, meio e fim. Mas essa história parecia mais fadada a seguir o caminho “começo-meio-começo” (Bispo, 2023).

2.2. “Tá acontecendo um burburinho ali”: a Coletiva

Cena 1: um incômodo

“Era um incômodo...”, começa Sandra explicando o que sentia desde o início dos espetáculos de teatro junto ao grupo *Morro Encena*, que abordava temas sensíveis como

violência doméstica, adoecimentos mentais e solidão de mulheres negras. Esse incômodo, além de dizer sobre as opressões vivenciadas pelas mulheres com as quais interagiam no território, tinha a ver com a necessidade de fazer algo a partir disso, para além de um espetáculo onde feridas eram apenas tocadas, mas não curadas.

[nos espetáculos de teatro] a minha ideia era de falar assim, espera aí, a minha mãe também está passando por isso, ela também tem questão de saúde mental, eu também tenho, as mulheres que estão aqui com a gente têm. E a gente, nesses movimentos em que a gente acaba um espetáculo, tem um tanto de mulher chorando, querendo conversar, querendo contar para gente. E a gente faz o que com isso? Porque você abre, você dá gatilhos ali num espetáculo em muitas mulheres, depois você vai embora e a gente que estava fazendo aquilo todos os dias. Não é que você já não se comove mais. É que você está ali para atuar e depois está exausta, quer ir embora, porque no outro dia você vai ensaiar e apresentar de novo. Mas isso me incomoda como pessoa, como ser humano... olha essa consciência que você está abrindo, está mexendo com gatilho de um tanto de gente. Porque para montar os espetáculos, a gente fez várias rodas de conversa, conhece várias realidades diferentes, a gente tem a oportunidade de construir, de curar juntas. A gente falou das nossas dores para depois construir alguma coisa. E elas não, elas não estavam tendo essa oportunidade. A gente só estava abrindo isso nos espetáculos... (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Essa vontade de *fazer alguma coisa* chegou junto do que, paralelamente, no mesmo território, Scheylla tinha iniciado em 2018, com um pequeno grupo de mulheres e apoio de amigas psicólogas. Os encontros eram semanais, com o intuito de promover um espaço em que pudessem falar de si, de suas dores, desejos, vivências, um espaço exclusivo de mulheres, vizinhas, amigas, conhecidas, o pequeno movimento que elas nomearam *Gotas de Cuidado*³¹.

Quando a Scheyllinha chama para conversar, eu falei que a gente podia ter esse lugar mesmo, em que a gente pudesse conversar. Falei com a Scheyllinha que a gente podia fazer um projeto. Ela falou que estava fazendo uma movimentação, ela me convidou muitas vezes para ir ao Gotas de Cuidado, que era sempre no sábado à tarde ou algum dia da semana à noite, mas eram os mesmos dias que eu estava lá ensaiando, então eu não consegui ir nenhuma vez em nenhum encontro delas. Os encontros eram as vezes na casa da Scheyllinha, às vezes na casa de alguma outra mulher. E aí, eu e Simone começamos a encontrar com a Scheyllinha em paralelo a isso que estava acontecendo lá com as psicólogas, esses encontros onde elas acolhiam algumas mulheres, iam na casa da mulher, tomava um café com ela, conversava... (Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Nesses encontros paralelos entre as três, começaram a escrever o projeto, que seria submetido a um edital da prefeitura chamado *Descentra*. Publicado anualmente, disponibiliza recursos para apoiar projetos culturais a serem executados nas diferentes regiões da cidade,

³¹ O nome Gotas de Cuidado veio de Sueli Virgínia, psicóloga e terapeuta, amiga das fundadoras da Coletiva, que faz uma referência às gotas dos florais utilizados em algumas terapias, para pensar o movimento que Scheylla estava iniciando com as psicólogas nesses pequenos encontros, voltados ao cuidado com a saúde mental das mulheres.

geralmente nos Centros Culturais vinculados à Prefeitura. As experiências de Simone, Sandra e Scheylla enquanto lideranças, artistas e referências culturais no território, articuladas aos incômodos e demandas que recebiam ou percebiam das mulheres no território, foram importantes na transformação das ideias em um projeto e na obtenção de recursos financeiros para executá-lo.

Eu cresci vendo violência, o que infelizmente é bem comum pra gente daqui... e o quanto isso afetou tanto a mim, quanto a outras mulheres, e como até hoje afeta... enquanto artistas a gente pensou na possibilidade de escrever uma proposta cultural, algo que eu já fazia como profissional, trabalhando com produção cultural. Nós resolvemos nos aventurar numa proposta cultural e fomos contempladas nesse edital. A partir daí a Coletiva começa com essas ações e foi muito orgânica a execução. Num bate papo rápido eu já consegui pensar nessa estrutura, nessa ideia do projeto. Nessa proposta a gente pensou na valorização dessas mulheres do território, a gente pensou no cuidado, no afeto, nessas fragilidades que essas mulheres vivem. Pensando junto nisso, a Scheyllinha fala das psicólogas amigas dela, que chegam pra somar. (Simone Sigale, entrevista concedida em 04 de março de 2024, grifo nosso)

Os 24 encontros do projeto *Mulheres da Quebrada* aconteceram no Centro de Referência da Assistência Cultural Marçola (CRAS Vila Marçola), com cerca de 30 mulheres, aconteciam às quintas-feiras à noite e tinham duração de no máximo duas horas. A ideia, segundo Sandra Sawilza, era juntar a arte e o conhecimento daquelas mulheres, em momentos mediados por psicólogas ou conduzidos por alguma mulher do território que fosse referência em práticas artísticas e culturais. Os encontros eram pautados na questão da “saúde mental, empoderamento e autoestima de mulheres negras, autocuidado e autoaceitação de seus corpos e trajetórias” (Coletiva Mulheres da Quebrada, 2023) e envolviam atividades como oficinas de tranças, dança, samba, percussão, rodas de conversa com psicólogas. “As intervenções artístico-culturais revelaram importantes meios para que as participantes compartilhassem suas angústias, sonhos, potencialidades, dores, violências sofridas e trajetórias de vida.” (Coletiva Mulheres da Quebrada, 2023)

*Eu já tinha em mente quem eram todas essas mulheres do território que a gente gostaria de convidar. Simone conhecia algumas, Scheyllinha conhecia outras, e a gente foi programando e entrando em contato com elas. Elas toparam e a gente faz a movimentação. Assim que a gente chamou, lotou, a mulherada chegou. E muitas falaram, deixa eu ir lá ver o que que está acontecendo. **Tá acontecendo um burburinho ali. Era uma que falava para a outra e a cada dia os encontros aconteciam mais.** (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)*

Duzu-Querença era uma dessas mulheres do território, e soube do *burburinho* através de um cartaz colado na parede do CRAS, enquanto acompanhava uma amiga em um

atendimento. Ela foi ao primeiro encontro do projeto sem saber muito bem do que se tratava, e quando chegou no encontro, percebeu que conhecia muitas mulheres que estavam ali.

Quando eu chego no CRAS, tem um monte de gente aqui da Serra que eu conhecia. Porque sempre tem as pessoas que a gente conhece, né? Tinha uma pessoa lá do Cafezal, outra lá do outro lado... a menina que trançava meu cabelo estava lá. Uma ou outra pessoa do outro canto. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

Duzu-Querença diz que naquele primeiro momento percebeu que se tratava de algo experimental, um grupo de mulheres, em sua maioria negras e periféricas, reunidas para simplesmente conversar, estar juntas, trocar experiências e saberes, *fazer alguma coisa juntas*, porque sentiam que era importante, mesmo *sem saber exatamente no que ia dar*.

As meninas começaram a falar da proposta, que eram um grupo de mulheres, um grupo de apoio. Estava começando, ninguém sabia no que ia dar. Eu lembro que a Simone falou assim: 'Gente, a reunião que a gente fez, a gente está com a proposta de reunir as mulheres toda semana pra gente conversar sobre as nossas necessidades, as nossas carências, os nossos problemas, e vamos ver no que vai dar. Até agora a gente nem sabe o que vai acontecer'. Porque na verdade ninguém sabia, estava começando. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

O *burburinho* que estava acontecendo ali, entre essas mulheres, parece ter tido um efeito muito maior do que as idealizadoras haviam previsto.

*Esses encontros eram dentro de um edital. Ele tinha data para começar e tinha data para finalizar, e acabou no final de 2019. A gente já estava avisando as mulheres que os encontros iam acabar, que podia ser o último encontro. Até que a gente fez o último encontro, já tinha finalizado o edital no CRAS e aí a gente foi para o centro cultural Vila Fátima e fez o último encontro lá. E foi bonito demais! Assim, foi quem topou e acabou que várias mulheres diferentes toparam. E foi lindo, todo mundo chorou nesse dia, foi mais um dia de choro, mais um! E foi maravilhoso. **Só que nesse dia as mulheres já falavam com a gente, 'não pode acabar, a gente não aceita acabar'**. (Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)*

Sandra explica que quando comunicaram que o projeto se encerraria, aquelas *mulheres não permitiram voltar atrás e as convidaram a manter esse trabalho*. Nesse momento, as fundadoras começam a entender que o fim do *projeto Mulheres da Quebrada* começa a consolidar algo maior, *a Coletiva Mulheres da Quebrada enquanto um movimento*.

Cena 2: uma responsabilidade

É como se tivesse tirado uma venda. É isso. Não tem como você colocar a venda de novo e seguir. Não tem como. A gente mexeu num lugar da gente e de outras pessoas, que é existir a partir de um movimento. Quando a uma mulher preta se movimenta toda essa estrutura também está se movimentando, e ela foi movimentada. E aí como é que você vai voltar isso aqui? Como é que você vai tampar a visão dessas pessoas, que já viram, que é junto que a gente consegue. No movimento. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Com o encerramento do projeto cultural, veio o reconhecimento de uma responsabilidade por parte das lideranças sobre o efeito que produziram naquelas mulheres do território que viram algo começar a se transformar nas formas de lidar consigo mesmas e de enxergar as dinâmicas sociais relacionadas ao cuidado. A *venda* que foi tirada dos olhos dessas mulheres estava ligada a uma percepção de que elas fazem parte de uma estrutura social desigual e perversa que se vale da exploração do trabalho das mulheres negras e periféricas para se sustentar. Elas começam a perceber que o sofrimento social vivenciado por elas, suas dores, vulnerabilidades e a precariedade de suas vidas cotidianas são continuamente produzidas pelas estruturas e práticas de uma sociedade patriarcal, capitalista, racista, colonial, marcada pela feminização e racialização da pobreza e do trabalho de cuidado, o trabalho árduo de sustentar as bases da sociedade capitalista e ainda ser o “sustentáculo de suas comunidades” (Gonzalez, 2020).

Naquele momento, Simone, Sandra e Scheylla perceberam que deveriam continuar *fazendo alguma coisa*, o movimento iniciado para lidar com seus incômodos havia se tornado algo maior do que o previsto, maior do que um projeto. Mas elas não tiveram muito tempo para refletir sobre isso, pois o cenário seria muito diferente apenas um mês após a conclusão do projeto.

*Em março veio o COVID e a partir disso tudo fechou, a partir disso tudo aconteceu. Eu acho que a Coletiva talvez tenha começado a nascer aí. Já não existia edital, não tinha nada que nos exigisse que a gente fizesse encontro, que a gente se organizasse, era o momento de entregar o trabalho e prestar conta para a prefeitura sobre aquele edital. **Mas as demandas começaram, muitas demandas começaram a aparecer, todo tipo de demanda.** Além do adoecimento mental, que pipocou em várias mulheres, tinha também a questão da alimentação, a questão dos insumos que a gente começou a receber. E de repente começamos a fazer uma corrente: pedimos ajuda aos nossos amigos, esses amigos foram passando para outras pessoas. E as coisas começaram a acontecer, começaram a chegar algumas doações. Percebeu que era necessário alguém no meio caminho. Tinha gente precisando, tinha gente disposta a doar. Falamos, estamos aqui, vamos fazer! Começamos a fazer esse pequeno movimento que cresceu rápido. De 30 mulheres que estavam nos encontros do projeto, foram a 200, quase mil pessoas no cadastro para receber as cestas básicas. Mas foi muito importante. Eu acho que a Coletiva enquanto movimento começou nesse lugar. Essa*

rede Coletiva começou a acontecer aí. (Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Com a pandemia de Covid-19, vieram seus efeitos sociais em cadeia, como o aumento do desemprego, a paralisação de serviços públicos, creches, escolas, serviços de assistência social e a precarização de serviços de saúde. As três mulheres passaram a receber inúmeras demandas por *ajudas* diversas como alimentos, roupas, utensílios domésticos, gás de cozinha, apoio no acesso aos auxílios emergenciais (em níveis municipal, estadual, federal), dentre outras coisas. Muitas mulheres do território ficaram sem trabalho e renda, com as crianças em casa, sem escola e muitas delas em condições bastante precárias de insegurança alimentar. Nesse momento, houve uma forte e imediata movimentação daquelas três mulheres, que estavam se reunindo e pensando juntas em como melhorar as condições de vida das mulheres negras periféricas. A prioridade naquele período tornou-se atender às demandas mais básicas e urgentes relacionadas à sobrevivência e então o que era um projeto, foi se transformando em algo maior.

A Coletiva Mulheres da Quebrada passa a assumir um caráter de *movimento* e naquele momento crítico se concentra no atendimento das demandas e urgências que inicialmente surgiram no grupo de mulheres que elas tinham articulado com os encontros do projeto, mas que rapidamente se expandiram para uma lista imensa, com centenas de mulheres cadastradas para o recebimento de doações. Elas eram recebidas de fontes diversas, organizadas pelas lideranças da Coletiva, que faziam a intermediação e distribuição. O trabalho consistia, geralmente, em realizar campanhas para arrecadação de fundos para compra de doações por pix solidário, receber e distribuir doações de *kits higiene, kits de dignidade menstrual, vale-gás, roupas, acessórios, móveis, cobertores, agasalhos e outros itens*, além de cestas básicas de parceiros e doações especiais de cestas de Natal, Páscoa e brinquedos no Dia das Crianças.

Aquelas mulheres que participaram do projeto inicial, assim como outras que foram chegando, eram beneficiadas pelas doações e compunham grupos virtuais em aplicativos de mensagens. Os grupos tinham o intuito de mantê-las em contato, proporcionar uma rede de apoio em formato virtual, além de organizar uma possível retomada dos encontros e grupos de apoio presenciais. Mas a pandemia se intensificou e naquele momento a única atividade presencial da Coletiva seria a entrega semanal de doações.

Quando a pandemia chega, milhões de outras demandas chegam. Demanda por alimento básico, demanda por medicamento, demanda por pagar a conta de luz, ter um gás, ter diversos itens. Então a gente acionou alguns amigos próximos e fizemos uma ação de arrecadação financeira. E depois disso a gente abriu uma campanha, mas entendemos que não era uma questão apenas de arrecadação financeira pra

conseguir comprar cesta básica, a coisa era bem pior do que a gente imaginava. O alimento é o essencial, é direito básico a pessoa ter o que comer dentro de uma casa, só que não partia só desse lugar. Aí a gente chegou em um lugar que era bem conflitante para a Coletiva. Hoje, para a Coletiva, o foco é cuidado e afeto, a gente pegou um rojão, né? Falar de cuidado e afeto, porque isso atravessa a nossa vida por inteiro... então a gente chega num lugar do cuidado e da nossa saúde mental, e vieram milhões de demandas de saúde mental, onde essas mulheres demandavam atendimento. (Scheylla Bacellar, 2021³²)

Paralelamente à distribuição das doações, realizadas ainda em espaços improvisados, já que não existia uma sede, nem recursos para a manutenção de atividades básicas da Coletiva, as lideranças articulam uma rede de atendimento psicológico gratuito e continuado, com o apoio de profissionais voluntários. Essa rede foi mobilizada para atender às demandas crescentes por atendimento psicológico, haja vista que os problemas de saúde mental das mulheres do território se intensificavam ainda mais com os efeitos da pandemia. A essa rede denominaram *Gotas de Cuidado*, pois de certa forma, se tratava da continuação daqueles primeiros encontros com psicólogas articulados por Scheylla e que foram sendo ampliados com o projeto cultural. Os atendimentos psicológicos gratuitos eram uma ideia antiga de Scheylla, mas ganharam corpo no formato virtual durante o período mais crítico. O *Gotas de Cuidado* concretiza-se então, como uma frente de atuação da Coletiva, a partir da mobilização e da sensibilização social do período inicial da pandemia e se consolida com o atendimento anual contínuo de dezenas de mulheres nesse período por profissionais de diferentes partes do Brasil.

É uma responsabilidade que a gente conquistou, mas que a gente não idealizou isso. Aconteceu. De repente você vira uma referência. Construímos a ideia de que aqui é um lugar onde você consegue transformar a sua vida, melhorar sua vida de alguma forma. E que é de dentro para fora, não é de fora para dentro, é de dentro para fora. Então, assim, se acontecesse com uma já seria lindo, e daí de repente acontece com várias, inclusive com a gente, então não, não tem volta. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Foram se agregando ao movimento, ainda em 2020, outras mulheres, apoiando nas atividades relacionadas ao recebimento e distribuição das cestas básicas, ações de comunicação nas redes sociais, além das psicólogas voluntárias que articulavam o *Gotas de Cuidado*. No final daquele ano, quando cheguei na Coletiva, o que vinha se configurando como a *equipe de gestão ampliada* contava com cerca de 15 mulheres. Essa equipe passou a se encontrar virtualmente, no intuito de realizar o planejamento das ações, organizar tarefas, dividindo um pouco o que anteriormente estava concentrado apenas nas três fundadoras. No período da

³² Scheylla Bacellar, em live promovida pela Fundação João Pinheiro. “O impacto da pandemia na vida das mulheres – quem cuida de quem cuida?” (live). Youtube, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8mxVpnmPJs> Acesso em: 02 abr. 2024.

pandemia, muitas atividades aconteciam em formato de *lives* nas redes sociais, nas quais as fundadoras e psicólogas abordavam questões relacionadas à saúde mental das mulheres naqueles tempos de crise social, tentando adaptar a lógica dos encontros presenciais. Porém, considerando que muitas mulheres do território não tinham acesso à internet ou equipamentos tecnológicos, a Coletiva decidiu focar naquele momento nas ações socioassistenciais, nos atendimentos psicológicos individualizados e nas interações nos grupos virtuais de mensagens, almejando a retomada dos encontros presenciais assim que possível.

O trabalho da Coletiva passava pela complexa articulação de uma rede que envolvia doadores de cestas básicas, cadastramento de mulheres para o recebimento das doações, articulação de parcerias com outras redes e coletivos³³ do Aglomerado da Serra, recebimento de doações em dinheiro, roupas e outros itens, além da gestão de dezenas de profissionais³⁴ voluntários de psicologia para os atendimentos gratuitos em saúde mental. Com isso, foi ampliando seu escopo de atuação e alcance e dando início a um processo de institucionalização formal³⁵. As movimentações da Coletiva no período da pandemia fizeram com que o movimento ganhasse grande visibilidade na mídia local, nas redes sociais e sobretudo no território, onde as informações circulam de diversas formas, como em grupos e redes sociais virtuais e no *boca-a-boca*. A Coletiva se torna uma importante referência em práticas de cuidados coletivos, como atendimento socioassistencial e atendimento psicológico, a mulheres do Aglomerado da Serra. Praticamente todos no território sabiam quem eram as lideranças da Coletiva e que se alguma mulher dali precisasse de ajuda, sabia que ali poderia encontrar. Não raro, os próprios centros de saúde e de referência em serviço social encaminhavam pessoas informalmente para a Coletiva Mulheres da Quebrada, para receberem cestas básicas ou atendimentos psicológicos. Nesse momento, há uma percepção da equipe de que a Coletiva passa a desempenhar uma função de *braço informal do Estado*, promovendo, sem recursos e a partir de trabalho voluntário de mulheres, práticas de cuidado, recebendo e tentando acolher os mais diversos tipos de demandas. O Estado, fazendo-se ausente na favela - a partir de agenciamentos que lhes são característicos (Fernandes, 2021) -, beneficia-se dos serviços prestados de forma voluntária e não remunerada pelas mulheres, lideranças locais, dispostas a

³³ Como a Rede Serra, o Bloco de Carnaval Seu Vizinho, os CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) Vila Marçola e Vila Fátima, dentre outros.

³⁴ Os atendimentos só aconteciam após avaliação da Coordenação da rede Gotas de Cuidado e desde que os profissionais voluntários atendessem a uma série de critérios, como por exemplo o registro profissional no CRP.

³⁵ Em 2021, a Coletiva se torna uma associação com personalidade jurídica, com objetivo de pleitear recursos para a manutenção e sustentabilidade de suas ações.

cuidar de sua comunidade. Mas logo elas perceberam que “*não era possível dar conta de tudo*” o que chegava ali, “*não dava para cuidar de tudo e de todos o tempo todo*”.

Cena 3: uma sobrecarga

No período de março de 2020 até meados de 2021, em que se agravavam as condições de precariedade relacionadas ao desemprego, inflação e insegurança alimentar, as lideranças da Coletiva assumiram o que chamam de *função socioassistencialista*, que elas diferenciam das ações com maior enfoque em *cuidado e o afeto*³⁶, que tinham iniciado nos encontros do projeto cultural em 2019. A frente socioassistencial, por um lado, e a rede de atendimento à saúde mental, por outro, movimentaram diversos voluntários e se tornaram o coração da Coletiva naquele momento. Gradualmente, e ainda sem tomar a dimensão do que estava acontecendo, as mulheres à frente da Coletiva perceberam que aquilo se tornava um movimento social amplo de mulheres periféricas naquele território. Mas não havia muito tempo para organizar e refletir sobre esse movimento, sobre quais eram seus objetivos e limites, pois a *correria* para atender às demandas e urgências, só aumentavam. Elas tomavam consciência do que estavam fazendo na prática, *no corre*, e no caso delas, a frase comumente dita era “*o corre não para*”. Não era possível voltar atrás, mas elas também não encontravam muitas formas de colocar limites no trabalho que realizavam, mesmo percebendo que extrapolavam seus próprios limites pessoais.

As lideranças da Coletiva não pararam de atender às demandas socioassistenciais e de forma presencial, apesar da exposição contínua a uma possível contaminação. A questão do combate à fome e do apoio às famílias ainda mais vulneráveis nesse contexto transcendia o próprio risco. Diariamente, mais mulheres da Serra passaram a procurar a Coletiva, e, além das demandas socioassistenciais e por atendimento psicológico, percebeu-se que elas traziam um emaranhado de questões estruturais relacionadas a opressões sofridas cotidianamente, que chegavam como demandas ou, muitas vezes, apenas como necessidade de acolhimento ou lugar seguro para *desabafar*. Dentre essas questões estavam casos de violência doméstica (contra mulheres, crianças, adolescentes), problemas de saúde sem atendimento médico adequado, muitos deles relacionados a cargas pesadas e longas jornadas de trabalho, adoecimentos psíquicos profundos tratados geralmente com a medicalização excessiva, sofrimento

³⁶ Ainda que reconheçam que a entrega de alimentos seja uma forma de cuidado e que seja acompanhada muitas vezes da escuta e do acolhimento afetivo daquelas mulheres, as lideranças da Coletiva sempre fazem uma diferenciação da entrega de doações e dos encontros de cuidado, nos quais o objetivo principal é o espaço de fala e escuta entre as mulheres.

decorrentes da violência policial no território, casos de alcoolismo e abuso de drogas ilícitas (principalmente por homens ou adolescentes) na família, abandono por parte de companheiros e pais de seus filhos, casos de tentativas de autoextermínio, dentre muitos outros. Nesses últimos casos, geralmente, em articulação conjunta com as psicólogas, os casos eram atendidos e/ou repassados a outros profissionais e instituições responsáveis.

Como relatado, a essa altura, as fundadoras da Coletiva já eram grandes referências no território e passaram a receber demandas, relatos e desabafos em seus telefones pessoais ou abordagens diretas na rua. As estruturas e serviços públicos locais, que sempre foram precarizados, passaram a se mostrar ainda mais insuficientes no contexto da pandemia. Serviços locais de assistência social estavam com suas atividades reduzidas, serviços de acolhimento a mulheres em situação de violência, que já eram considerados ineficientes e permeados de violências institucionais, como racismo e sexismo, ficaram ainda mais restritos. Surgiam demandas por ajudas diversas e pontuais, como o transporte de pessoas doentes até hospitais, acolhimento e encaminhamento de suporte jurídico a mulheres cujos filhos foram feridos ou mortos em operações policiais, dentre outras demandas que estavam muito além das possibilidades de ação da Coletiva, como reconheciam suas gestoras em diversas narrativas e reuniões de gestão naquele período.

O momento da entrega das cestas básicas era também momentos de desabafo, crises de choro ou ansiedade, pedido de outros tipos de ajuda, relatos de sofrimento, casos de violência. As mulheres do território buscavam ali algum tipo de apoio que não encontravam em outros serviços e estruturas do território, canalizavam naquelas três lideranças locais, a esperança pela resolução de problemas muito densos e estruturais, que desembocavam nas suas experiências. As lideranças da Coletiva faziam a escuta e acolhiam enquanto entregavam as doações a uma fila com dezenas de pessoas. Elas estavam dispostas a cuidar das mulheres da comunidade, mas estavam cansadas e sobrecarregadas, tentando suprir diversas “ausências” do poder público, que se intensificaram durante a pandemia, enquanto as demandas e vulnerabilidades só aumentaram.

*Estou exausta, de tentar, tentar e não chegar a lugar nenhum. Não falo de mim, falo de milhões de mulheres. Todo dia temos que construir novamente um direito [...] temos que afirmar quem somos nós. **Estou cansada de sobreviver, e todas essas mulheres estão cansadas. Queremos viver. Sentir coisas. Não temos pausa.***

*Queremos viver. E não precisar fazer o papel da sociedade inteira*³⁷. (Scheylla Bacellar, em Audiência Pública na ALMG, 2021)

As demandas relacionadas à saúde mental, geralmente acolhidas pelas três fundadoras da Coletiva, eram também articuladas junto às psicólogas do *Gotas de Cuidado*, com suporte do olhar territorial mais amplo das lideranças moradoras do território. Em reunião de gestão que tratava dessa pauta, uma das lideranças falava sobre as dificuldades em lidar pessoalmente com relatos e casos graves de adoecimentos físicos e mentais, acessados durante a entrega das cestas básicas, gerando muitas afetações nas pessoas à frente daquele trabalho. Nesses momentos chegavam também muitas mulheres em situação de violência doméstica ou casos graves de adoecimento psicológico. Ela dizia, nessa reunião, da impossibilidade de resolver todos os problemas de todas as mulheres que chegavam até a Coletiva. “*Às vezes é preciso filtrar as coisas mais urgentes, mas muitas vezes tudo é muito urgente.*”

A Coletiva, que ainda estava em processo de amadurecimento, sem uma sede ou estrutura organizacional, começa a se consolidar, aos poucos, na experimentação prática, baseada em saberes acumulados pelas três fundadoras que tinham experiência em projetos sociais diversos, e uma vasta rede de contatos, um modo de fazer as coisas. Era necessário organizar, de um lado, as doações, em dinheiro, alimentos e outros itens, vindos de parceiros diversos, e por outro, a longa lista de mulheres do território que demandavam por essas doações. Era preciso estabelecer métodos, processos, cadastramento, critérios, para que a logística funcionasse.

No primeiro momento da pandemia, houve uma intensa sensibilização social que desencadeou em maior volume de doações, tanto pelo pix solidário quanto diretas de alimentos e outros itens. A Coletiva Mulheres da Quebrada chegou a atender, no auge das doações, cerca de mil mulheres das oito vilas do Aglomerado da Serra, em entregas semanais de cestas básicas, geralmente às quintas-feiras e aos sábados. O volume médio durante um período de quase dois anos era a redistribuição mensal de 200 cestas básicas. Em 2021, a Coletiva consegue alugar um imóvel, a partir de doações, e passa a ter uma sede e um espaço fixo para a realização de reuniões, recebimento e distribuição de doações.

³⁷ ALMG. “Mulheres se unem para suprir omissão do poder público.” (Conteúdo de Audiência pública). 23 jun. 2021. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/06/23_audiencia_comissao_mulher_aglomerado_sebra_mulheres_quebrada Acesso em 28 mai. 2024

Em 2020, ano marcado pela pandemia de Covid-19, essa rede de mulheres precisou se transformar em um ponto de apoio socioassistencial da comunidade. Nesse sentido, por meio de parcerias e mobilização social, iniciou-se uma grande campanha de arrecadação de cestas básicas e kits higiene para doação às mulheres cujas famílias foram afetadas pela pandemia. Foram distribuídas milhares de cestas básicas e kits higiene, centenas de cestas especiais de natal, além de doações de roupas e brinquedos em campanhas e ações temáticas ao longo do ano. (Coletiva Mulheres da Quebrada, 2022)³⁸

É importante dizer que *transformar-se em um ponto de apoio socioassistencial da comunidade* nunca esteve dentre os objetivos iniciais das lideranças que fundaram a Coletiva. Mas, por outro lado, aquele grupo se tornou um movimento social de mulheres quando foi demandado a se articular territorialmente, em um contexto de crise e intensificação de vulnerabilizações. As fundadoras percebem que, naquele momento, *ser uma rede de cuidado, afeto* era combater a insegurança alimentar e outros efeitos desencadeados e intensificados pelo contexto social em questão. O momento da entrega das cestas básicas era também um momento de *acolhimento, afeto, escuta*, ou seja, as ações socioassistenciais são entendidas como práticas de cuidados. Indo além das cestas básicas, ao distribuir uma cesta especial com um frango para o Dia das Mães, ou cestas de Natal com chocolates, espumantes, cremes corporais, perfumes e outros presentes, as lideranças da Coletiva reforçam a noção de que aquelas mulheres do território não querem *apenas o básico para sobreviver*, querem viver bem, ter prazer, sentir e receber algo além do mínimo. Para a Coletiva, isso se trata de gestos de *cuidado e afeto*. Partem da premissa de que não é possível falar de práticas e políticas de cuidado de forma desconectada de questões estruturais, materiais e simbólicas. Não é possível praticar o cuidado de si quando não se tem o comer, o que vestir, quando se sofre violência ou quando o trabalho exaustivo esgota o tempo da vida, quando não se tem as condições e o acesso a serviços de saúde de qualidade. É preciso considerar que a própria vida cotidiana dessas mulheres, atravessada por violências estruturais, produz adoecimentos físicos e mentais que minam quase todas as possibilidades de cuidar de si e ver a si enquanto sujeitos que precisam receber cuidados. “*Não queremos fazer o que todo mundo faz*”, afirma uma das lideranças ao se referir a outras dezenas de iniciativas e movimentos atuantes no Aglomerado da Serra, que fornecem doações, auxílios pontuais e ajudas, mas não são pautados pelo *acolhimento, cuidado, afeto*, escuta e construção coletiva com as pessoas. A proposta da Coletiva é *fazer algo diferente* dos projetos e instituições de saúde, assistência social e atendimento psicossocial tradicionais.

³⁸ Trecho extraído de material de divulgação da Coletiva Mulheres da Quebrada, apresentado em publicações na internet e no momento de submissão de projetos para editais públicos.

Dadas as restrições dos encontros presenciais em meio à pandemia, intensificaram-se as conversas no grupo virtual “*Parças*”, criado e mediado pela gestão da Coletiva. Começaram a ser levantadas diversas questões acerca do que significa *ser mulher na quebrada*, passando por relatos sobre o exaustivo trabalho de cuidado de familiares, as limitações do cuidado de si, relatos acerca de relacionamentos abusivos e violentos, precariedade das estruturas públicas de saúde, como a falta de profissionais disponíveis e/ou qualificados, atendimento voltado para a medicalização excessiva, sem uma escuta adequada e interrupção dos serviços de atendimento domiciliar; transporte, como ônibus lotados, poucas linhas disponíveis e falta de transporte escolar; educação, como a alta incidência de evasão escolar e falta de acesso à internet e equipamentos eletrônicos para o acompanhamento das aulas *online*; saneamento, como a falta de água potável em plena pandemia, vazamentos de esgoto, redes danificadas e sem reparo; moradia, como a alta dos valores dos aluguéis, despejos na pandemia, falta de estrutura de saneamento básico; violência policial quase diária, falta de acesso de crianças, adolescentes e jovens a estruturas de lazer; exposição da juventude a violência do tráfico e da polícia, dentre outras questões que marcam a experiência cotidiana desse território. As conversas nesse grupo sempre mobilizavam relatos pessoais marcados por emoção, indignação, um pouco de resignação, por vezes valorização da resiliência, da *mulher forte que tudo suporta*, sustentadas também por narrativas religiosas cristãs, alguns tensionamentos e conflitos relacionados a posicionamentos políticos, religiosos, ideológicos. As inúmeras queixas, demandas e problemas relatados pelas mulheres do grupo *Parças* tem raízes estruturais e passam inevitavelmente pela questão da relação com o Estado, da ausência de políticas públicas adequadas e eficientes e de processos sócio-históricos de vulnerabilização, racismo, colonialidade, poder. São questões que escapam ao escopo e possibilidades de atendimento da Coletiva, mas, o compartilhamento e o espaço seguro de fala e escuta acabam por ter uma importante função política, pedagógica, terapêutica e coloca sobre as lideranças daquele movimento, uma responsabilidade sobre a escuta e o encaminhamento daquelas questões.

O agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil representou também o aumento da precariedade da vida no Aglomerado da Serra, bem como de casos de violência doméstica e policial no território. A Coletiva Mulheres da Quebrada, a partir de mobilizações nas redes sociais e de contatos com gabinetes de deputadas estaduais de Minas Gerais e vereadoras de Belo Horizonte, foi convidada a participar de duas audiências públicas para discutir a situação das pessoas do território naquele contexto social e o fato de que as lideranças da Coletiva estavam, nas palavras delas, *fazendo o papel do Estado*, que se fazia ausente na garantia de

direitos naquele momento crítico. A primeira Audiência Pública³⁹ aconteceu no dia 23 de junho de 2021, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, coordenada pela deputada estadual Andreia de Jesus. Participaram três representantes da gestão da Coletiva Mulheres da Quebrada, uma moradora do Aglomerado e representantes da sociedade civil e do poder público como conselheiros, secretários de órgãos públicos, dentre outros. Dentre os objetivos da audiência estava a discussão de temas e demandas levantadas a partir de mobilização no grupo *Parças*. Um dos pontos centrais da audiência foi a discussão sobre o aumento da violência doméstica e a ineficiência das instituições em fazer cumprir a legislação vigente de proteção e acolhimento a essas mulheres, sobretudo tratando-se de mulheres negras em territórios periféricos.

Em julho de 2021, outra Audiência Pública foi convocada, desta vez na Câmara Municipal de Belo Horizonte, pela então vereadora Bella Gonçalves, do PSOL, integrante da Gabinetona⁴⁰. Mais uma vez, as lideranças da Coletiva fizeram uma intensa movimentação no grupo *Parças*, dias antes, por mensagem, informando sobre a audiência e pedindo que as mulheres enviassem no grupo, por texto, áudio ou vídeo, suas *demandas, sugestões e temas que considerarem importantes* para serem levados à discussão. A chamada estimulou longas conversas e debates entre as mulheres, tendo como eixo condutor a relação do território com o poder público e direitos sociais básicos. As demandas que surgiram no grupo foram sistematizadas a partir de temas, ou eixos, organizados em forma de ofício e enviado a todos os representantes de instituições públicas do poder executivo, legislativo e judiciário, presentes na audiência:

Eixo: Saúde

- *Saúde mental: Tratamento psicológico e psiquiátrico mais inclusivo;*
- *Acesso a exames com mais agilidade;*
- *Saúde ginecológica (carência de ginecologistas nos postos de saúde);*
- *Atendimento de pediatria (ausência dessa especialidade nos postos);*
- *Vacina de Covid-19 para a periferia (estão na linha de frente desde o início da pandemia e ainda não foram vacinados, em sua maioria);*

³⁹ ALMG. “Mulheres se unem para suprir omissão do poder público.” (Conteúdo de Audiência pública). 23 jun. 2021. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2021/06/23_audiencia_comissao_mulher_aglomerado_se_ra_mulheres_quebrada Acesso em 28 mai. 2024

⁴⁰ A “Gabinetona” é um mandato coletivo e aberto na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), criado em 2017 pelas vereadoras Cida Falabella e Áurea Carolina, ambas do Partido Socialista e Liberdade (PSOL), e que segue sendo articulado por outras parlamentares da cidade. Com premissas feministas e antirracistas, prioriza pautas relacionadas aos direitos humanos, igualdade de gênero, justiça racial, defesa do meio ambiente e políticas públicas para a população mais vulnerável.

- Atividades terapêuticas (acupuntura, florais, fitoterapia, rodas terapêuticas);
- Oferta de clínicas para dependentes químicos. São pessoas que estão precisando de apoio, carinho, uma boa conversa. Muitos deles aceitariam ser tratados. As famílias não conseguem lidar com isso sozinhas, e não tem condições de custear uma clínica.

Eixo: Trabalho e Emprego

- Investimento no empreendedorismo feminino: trabalho em casa

Eixo: Moradia

- Investimento em habitação (muitas mulheres pagam aluguel, comprometendo parte do seu orçamento);

Eixo: Transporte

- Necessidade de aumentar o número de ônibus que atendem ao Aglomerado da Serra, além de fazer cumprir os horários.

Eixo: Inclusão Digital

- Viabilizar internet de qualidade para as periferias (dificuldade de acessar as grandes empresas de internet, por não chegarem até a periferia, além do alto custo).

Eixo: Segurança e cuidado

- Prevenção e ação sobre a violência contra a mulher, criança e adolescente;
- Estrutura de acolhimento para os jovens que acabaram de cumprir seu socioeducativo: cursos, escola inclusiva, trabalho;
- Serviços de saúde e assistência social a domicílio, para as pessoas que possuem dificuldade de locomoção.
- Juventude: investimento em espaços educativos e de lazer para a juventude. Além disso, os jovens necessitam de capacitação profissional para se posicionarem no mercado de trabalho.

Eixo: Educação

- Cursos pré-vestibulares gratuitos e cursos preparatórios para concursos.
- EMEIS e creches mais próximas para a periferia. Anda-se muito tempo para chegar às escolas.

Eixo: Serviços

- Água, luz e rede de esgoto para as ocupações e todo o aglomerado.

Eixo: Políticas de Diversidade

- Pauta LBTQI+: preconceito, pauta constitucional, entendendo que vários direitos são negados a esse grupo, enquanto cidadãos.

Eixo: Assistência social/ Cuidado com o Idoso

- Assistentes sociais que conheçam de fato, as características e demandas do território.
- Efetividade nas políticas de atenção ao idoso. Muitas famílias vivem em situação vulnerável, e relatam dificuldades em acessar o "Programa Maior Cuidado", por exemplo, e em conseguir itens como cadeiras de banho.

Eixo: Mulheres e Cuidados:

- Políticas públicas de apoio às mulheres sobrecarregadas com o trabalho de cuidados, dentro e fora de suas casas.
- combate à violência doméstica e insegurança alimentar das mulheres (Coletiva Mulheres da Quebrada, 2021)⁴¹

⁴¹ Demandas sistematizadas em documento pela equipe da Coletiva Mulheres da Quebrada e enviadas em forma de ofício a instituições públicas na data da citada audiência pública, em julho de 2021.

Participamos da audiência na Câmara Municipal⁴², eu e mais duas representantes da Coletiva Mulheres da Quebrada, vereadoras de Belo Horizonte, e representantes de órgãos públicos municipais, como a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e Secretaria Municipal de Saúde. Nessas audiências, foi pontuado que há um limite para a atuação da Coletiva no território, contando com poucos recursos, oriundos de doações, e as próprias lideranças ocupando posições sociais de vulnerabilidade e riscos, dividindo-se entre seus empregos, o cuidado com suas famílias e a atuação na Coletiva. As audiências desencadearam articulações políticas entre a Coletiva e representantes de instituições públicas, e reuniões com secretarias de saúde, defensoria pública, departamento de transporte público, secretaria de educação, dentre outros. Houve uma ampliação da visibilidade do trabalho da Coletiva Mulheres da Quebrada e sensibilização em relação à sobrecarga das lideranças que estavam exaustivamente trabalhando na tentativa de suprir demandas que resultavam em ausência de políticas públicas efetivas e acesso a direitos sociais básicos. Porém, quanto às demandas concretas levantadas pelas mulheres, praticamente nenhuma delas foi atendida, sempre esbarrando em respostas relacionadas a burocracias, falta de recursos financeiros ou autonomia para realização. Após essa movimentação, as lideranças reforçam em suas falas a percepção de que, mais uma vez, “*somos nós por nós*”.

A partir da sobrecarga das fundadoras da Coletiva, há uma percepção crescente, compartilhada em reuniões ampliadas de equipe, de que a Coletiva deveria recuar um pouco. Não era possível continuar atendendo a todas as demandas, nem tampouco conseguiam manter o lugar de intermediárias para todas as instituições e pessoas que queriam doar alguma coisa para as pessoas do território. Tudo aquilo era muito trabalhoso e elas *não estavam dando conta*. Ainda que pudessem contar com o apoio de uma equipe de gestão ampliada, a maior parte do trabalho e das decisões da Coletiva se concentravam nas três fundadoras, que estavam adoecendo física e mentalmente, esgotadas, sobrecarregadas, lidando muitas vezes com delicados problemas financeiros, pessoais, familiares, de saúde.

⁴² Câmara Municipal de Belo Horizonte. “Mulheres debatem dificuldades vividas no maior aglomerado de BH”. (Audiência Pública). 02 jul. 2021. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/comunica%C3%A7%C3%A3o/not%C3%ADcias/2021/07/mulheres-debatem-dificuldades-vividas-no-maior-aglomerado-de-bh> Acesso em 28 mai. 2024

Cena 4: alguns recuos e mudanças de rota

A partir de meados de 2022, diante da redução drástica das doações, da sobrecarga e exaustão da equipe, e arrefecimentos da crise social relacionada à pandemia, a gestão decide comunicar sobre o fim das doações mensais de cestas básicas. O foco da Coletiva voltaria a ser os encontros presenciais em formato de rodas de conversa e o *Gotas de Cuidado*. Em uma reunião de equipe com pauta voltada a essa decisão, uma das lideranças fala sobre a percepção de que a Coletiva jamais conseguiria atender a todas as demandas estruturais que chegam até ali e que era preciso ter foco, pois elas próprias tinham um limite e era humanamente impossível que poucas lideranças locais suprissem séculos de ausências de efetivação de direitos sociais: “*nós vamos passar o resto da nossa vida apagando incêndio. O fogo vai estar sempre aceso*”, percebendo a sua impotência em relação à grandeza dos problemas estruturais.

Importante dizer da forte consciência social e política dessas lideranças, ao enxergarem o cuidado e o afeto de forma ampla, como direitos básicos, profundamente relacionados a questões estruturais e materiais profundas. Embora tenha de certa forma encerrado a frente socioassistencial focada na distribuição sistemática de cestas básicas, a Coletiva continua recebendo e redistribuindo algumas doações, porém em volume muito menor, se restringindo, em geral, às campanhas em datas especiais. Além disso, muitas das doações passaram a ser entregues durante os próprios encontros presenciais em roda. Com essas mudanças, apenas as mulheres que participam das ações presenciais se beneficiavam, acionando uma noção de reciprocidade, considerando que “*o objetivo principal para a procura das mulheres pela Coletiva não deveria ser as cestas básicas, mas a vontade de construir juntas uma rede de cuidado e afeto entre as mulheres do território*”. Apesar disso, as lideranças sempre se articulam para atender situações mais urgentes ou demandas específicas de mulheres que chegavam até elas.

A Coletiva se estrutura no momento de realização dessa pesquisa da seguinte forma: as três fundadoras são o núcleo que coordena as ações em nível macro, tomam as principais decisões e articulam conjuntamente o grupo, de forma mais ampla e institucional. São também elas que, por serem referências no território, atendem diretamente a algumas demandas diretamente, articulam parcerias e apoios em nível mais amplo. Há um telefone de contato e redes sociais oficiais da Coletiva, e um esforço para despersonalizar esses atendimentos da figura das fundadoras e institucionalizar os fluxos para dividir as responsabilidades. Além desse núcleo principal, há um grupo gestor ampliado, atualmente com

cerca de 20 voluntárias, entre moradoras do território e parceiras (psicólogas, pesquisadoras, educadoras, comunicadoras, estagiárias) que se reúne periodicamente para se dividir nas tarefas mensais, pensar agendas, ações de planejamento, articular eventos, escrever projetos, elaborar artes gráficas e textos para redes sociais. Há uma organização em núcleos específicos: *Gestão*, formada pelas três fundadoras e onde são tomadas as principais decisões; *Socioassistencial*, responsável pelo cadastro de beneficiárias, gestão da distribuição das cestas, contatos com doadores; *Editais*, responsável pela análise de editais relacionados à atuação da Coletiva e escrita de projetos; *Gotas de Cuidado*, responsável pelo acolhimento psicológico, encaminhamentos de casos e supervisão de atendimentos; *Educação*, responsável por ações, parcerias e projetos com instituições de ensino; *Comunicação*, responsável pelas redes sociais, registros fotográficos e audiovisuais, gravação e edição de vídeos e documentários. Como veremos de forma mais detalhada no item 2.3, para além dessa estrutura gestora, há aproximadamente 260 mulheres no grupo virtual *Parças*, e dentre essas, cerca de 60 que participam assiduamente das ações presenciais, como rodas de conversa, oficinas, passeios, eventos, atividades culturais e artísticas, reuniões ampliadas.

Cena 5: quem cuida de quem cuida?

A criação da Coletiva partiu dos nossos incômodos, com coisas que a gente estava vivenciando e que as mulheres do nosso território estavam vivenciando. E aí, pensando em transformar esse incômodo das outras, a gente foi transformada. Porque seria muito fácil a gente procurar uma terapeuta lá no centrão e resolver meu problema. [...] Mas aí você volta, porque o negócio é voltar. É Sankofa, não é só ir, você vai, mas se você continuar dali para a frente, você vai manter sua vida, mas quando você volta você percebe, “eu não estou sozinha, não.” [...] E eu acho que a Coletiva é esse retorno. Porque a gente foi tanto, todas nós saímos, a gente continua indo, nossa vida continua lá. Toda vez que a gente está aqui a gente está voltando. Estamos voltando mais para a gente e junto com a gente tem um tanto de mulher. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A partir de suas vivências e inspirações familiares, escolhas e agenciamentos pessoais, trajetórias artísticas e contingências como a participação com movimentos sociais religiosos e outros projetos sociais articulados em sua juventude no território, as três fundadoras tiveram acesso a debates feministas, aos feminismos negros, a movimentos estudantis e movimentos negros organizados na cidade de Belo Horizonte. Mesmo assim, perceberam que havia uma lacuna e uma ausência desses movimentos em relação ao seu território. Para elas, por mais que pudessem ocupar palcos de diversas cidades do país e serem bem recebidas em outros espaços

com sua arte, suas vizinhas, colegas de escola, parentes e amigas do território continuavam vivenciando situações de extrema precariedade. Acionando o discurso do cuidado e questionando a lógica na qual aquelas que mais cuidam de todos são a que menos recebem cuidados, decidiram criar um movimento de promoção de práticas de cuidado e afeto, visando suprir essa ausência sentida por todas elas historicamente.

Mas, mais uma vez, a carga de trabalho de cuidado, dessa vez, articulado de forma coletiva e comunitária, pesa mais nas mãos dessas três mulheres negras periféricas, que assumem um lugar de cuidados para com a sua comunidade, carregam caixas pesadas, lidam com relatos e presenciam cenas perturbadoras, sem estarem devidamente preparadas para isso. Elas trabalham em outros empregos e cuidam de suas famílias, enquanto cuidam voluntariamente do território a partir de um movimento social. A equação continua não fechando, quando pensamos que essas mulheres dedicam incontáveis horas de seus dias, semanas, seu tempo de vida, a esse trabalho de cuidar coletivamente. Além do *tempo para si*, que defendem como um direito a ser acessado pelas mulheres periféricas, mas que, ironicamente vivenciam na forma de falta, há os desafios de lidar com uma proposta que se pretende horizontalizada, mas que necessita de algumas ações e decisões centralizadas nesse núcleo, para que o trabalho prático da Coletiva continue a acontecer. A urgência para a tomada de certas decisões não permite que algumas situações sejam compartilhadas com a equipe de gestão ampliada e exige delas alinhamentos paralelos. A presença de pesquisadores, estagiários e outros parceiros é acolhida, mas sempre negociada. É reconhecida como algo importante para o movimento, desde que trabalhadas a partir de uma ética centrada nas lógicas do território. Ao me deparar com o trabalho exaustivo dessas mulheres, que cuidam de suas famílias, outras mulheres e de todo um território, que questionam as lógicas estruturais das relações desiguais de cuidados, permanece a pergunta, que norteia a própria formação da coletiva: quem cuida de quem cuida?

A seguir, adentraremos um pouco mais em uma das formas de organização e prática de cuidado encontradas pela Coletiva Mulheres da Quebrada para lidar com o momento de crise sanitária, política e social relacionada à pandemia de Covid-19, o já mencionado grupo *Parças*. As dinâmicas descritas a seguir têm uma circunscrição temporal, mas, ainda que tenha se transformado após o fim da fase aguda dessa crise social, permanece dentre as muitas práticas de cuidado coletivo mobilizadas pelas *mulheres da quebrada*, que aprofundaremos no capítulo 3.

2.3. Grupo *Parças*: mulheres conectadas em rede

Em março de 2021, comecei a participar do grupo virtual em aplicativo de mensagens, “*Parças*⁴³”, com cerca de 260 mulheres moradoras do Aglomerado da Serra. Sempre cheio e com limitações técnicas do canal, havia uma espécie de fila de espera para a entrada de novas participantes. O *Parças* foi, de certa forma, minha porta de entrada nesse território e foi ali que comecei a compreender, aos poucos, algumas dinâmicas, expressões, demandas, costumes e modos de viver daquelas mulheres que faziam parte da Coletiva fora da equipe de gestão, as mulheres que recebiam cestas básicas e atendimentos psicológicos, que eram beneficiadas pelas ações assistenciais e de saúde mental, mas que também estavam dispostas a construir aquela rede mais ampla e ainda experimental de cuidados coletivizados. Algumas delas haviam participado dos primeiros encontros da Coletiva enquanto projeto, em 2019, outras se somaram em meio à pandemia, a partir de intencionalidades muito diversas. Através desse canal virtual, essas mulheres se comunicavam, relatavam experiências, pediam ajudas financeiras ou de cuidados com crianças e idosos, procuravam pessoas desaparecidas, pediam e ofereciam ajuda umas às outras, articulavam posicionamentos e manifestações acerca de temas caros à comunidade, como os recorrentes casos de violência policial ou casos de violência doméstica.

Algumas estavam ali para saber as datas de entregas de cestas básicas e outras doações, outras queriam divulgar seus produtos e serviços como doces, marmitas, terapias holísticas, massagens e tranças de cabelo. Outras permaneciam pelo interesse em participar de um espaço de fala e escuta, e trocas de informações as mais diversas possíveis entre mulheres do mesmo território. Muitas compartilhavam versículos bíblicos, áudios e vídeos de pastores evangélicos, e algumas faziam denúncias e enunciavam demandas relacionadas à falta de serviços públicos de saúde, coleta de lixo, ônibus quebrados, ou mesmo de condutas inadequadas de pessoas do território, como brigas de vizinhos, trocas de tiro. Desde esses tempos até o momento atual, considerando que o grupo segue ativo, as mulheres da gestão da Coletiva fazem a mediação de algumas conversas e conflitos, adicionam novas participantes, apresentam os objetivos do grupo virtual e das ações da Coletiva Mulheres da Quebrada.

⁴³ Grupo criado ainda em 2019, a partir dos primeiros 24 encontros do projeto “Mulheres da Quebrada”, como mencionamos no capítulo 1. O nome do grupo se refere a uma das frases-lemas da Coletiva Mulheres da Quebrada, repetida em encontros e materiais de comunicação diversos, de que “não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras

Com o tempo, algumas dinâmicas, objetivos e intencionalidades do *Parças* e da própria Coletiva Mulheres da Quebrada foram se transformando, como observaremos adiante. Os apontamentos desse tópico refletem principalmente o período em que me debrucei⁴⁴ analiticamente sobre as conversas, trocas e relações estabelecidas virtualmente nesse grupo, no mês de março de 2021. Como de costume, uma mensagem padrão era enviada de forma recorrente pelas lideranças da Coletiva, como forma de acolher as novas integrantes do grupo e explicar algumas regras, como o fato de ser um *grupo exclusivo para mulheres*, objetivos, como *compartilhar “informações, conhecimento, dicas, jobs, cursos e projetos que estejam diretamente e exclusivamente ligados ao afeto e cuidado destinado às mulheres”*, e principalmente o caráter central do grupo, sintetizado pela frase *“aqui somos parceiras”!*⁴⁵.

Poucos dias depois de minha inserção no *Parças*, coloquei meus pés pela primeira vez no Aglomerado da Serra, em 07 de março de 2021, alguns meses depois do início da pesquisa-parceria. Cheguei no início da tarde com minha máscara de proteção na Praça do Cardoso, localizada na parte mais baixa do Aglomerado, nas proximidades da divisa com o bairro Serra. Combinamos de nos encontrar ali e sairmos juntas pelas ruas e becos do aglomerado, para colar alguns cartazes. Tratava-se de uma ação proposta pelas lideranças da Coletiva alguns dias antes no grupo virtual estimulando que as mulheres enviassem frases relacionadas ao Dia Internacional da Mulher e o que significa ser mulher periférica/da quebrada. Sistematizamos as frases enviadas e passamos para cartazes impressos com a logomarca da Coletiva. A intenção era espalhar por muros, postes e outros locais públicos, frases reflexivas, provocativas, críticas, das mulheres daquele território, que refletissem suas vozes e perspectivas. Essa ação foi uma forma encontrada pela Coletiva para marcar a data como um dia de luta, a partir de pontos de vista das mulheres da favela, um contraponto ao fato de que as ações relacionadas a essa data e outros atos de movimentos feministas raramente consideravam essas perspectivas ou se faziam presentes no território. O formato da ação considerava as restrições impostas pela pandemia à realização de encontros ou atos públicos com muitas pessoas. Para a colagem dos cartazes, de

⁴⁴ Importante dizer que fui inserida no grupo virtual como integrante da Coletiva, como membro da equipe de gestão, como mulher que também fazia parte das atividades diversas, e aquela rede de conexão virtual era uma delas. A etnografia virtual, embora cogitada no período mais crítico de isolamento social, não era o meu foco e portanto, trago algumas análises sobre esse grupo como uma das diversas formas organizativas da Coletiva Mulheres da Quebrada. A intenção é trazer as dinâmicas e ideias mais gerais, sem adentrar nas minúcias das trocas de mensagens e narrativas das mulheres ali presentes.

⁴⁵ Trecho de mensagem de boas-vindas elaboradas pelas lideranças da Coletiva Mulheres da Quebrada às novas integrantes do grupo *Parças*, enviada em 02/03/2021

tipo *lambes*, fizemos uma cola caseira à base farinha e água, o *grude*, que levei de casa em garrafas pet, junto com pinceis, álcool gel, caderno de anotações e máscaras reserva.



Figuras 3 e 4 - Ação pelo Dia Internacional da Mulher, mobilizada no grupo Parças pela Coletiva Mulheres da Quebrada. Fotos da autora, 07 de março de 2021

Naquela tarde, andamos morro acima, por diversas ruas e becos, as quais eu ainda não tinha familiaridade, como a *Volta*, a *Rua da Água*, a longa e íngreme *Rua Bandoneon*, *Rua F*, campinhos de futebol, praças, ruas tranquilas e vazias, outras, de intenso movimento comercial, bares, motos e carros tentando, muitas vezes sem sucesso, dividir espaço com os ônibus amarelinhos nas ruas estreitas. As centenas de frases que espalhamos por essas ruas naquele dia possuíam teores diversos que refletiam para elas, de distintas formas, os sentidos do que é “ser mulher periférica” e traziam importantes elementos sobre intersecções de raça, classe, gênero, geração e território:

Sair do lugar Social que parece prestabelecido, de submissão, de não direito, querem que seja estático, de não valor. Uma invisibilidade. Lutar para acreditar que você pode é lutar contra tudo e todos que disseram ou dizem que você não pode, que você tem potencial, que você também merece uma vida mais digna. A primeira pessoa que precisa acreditar é você.

Dia 8 de março para mim significa liberdade. Dona da nossa fala, nossas atitudes, mesmo que ainda caminhando em passos lentos [...] Uma voz a ser ouvida, agora nós podemos falar. Saber que muitas lutas ainda, mas nós não podemos deixar de lutar.

Mulheres são símbolo de força e determinação. Por isso merecem respeito, amor e dedicação.

Mulher não é escrava do lar!!!!!!

Mulher é mesmo interessante... mesmo brava é linda, mesmo alegre chora, mesmo apaixonada ignora, mesmo frágil é poderosa!

Penso que a nossa mobilização, apoio mútuo e apostar na nossa voz já é um início... somos potência quando estamos juntas. Potência para superar, reinventar, criar, subverter...

A minha reflexão para o dia 8 de março, é pensarmos sobre a falta de união/empatia entre nós. Somos muito fortes capazes de superar qualquer desafio, de ganhar o Mundo. Mas ainda nos sabotamos, competimos entre nós mesmas, puxando o tapete da outra. Se formos unidas em qualquer situação, teríamos tudo. É não nos vemos como RIVAIS da outra, mas PARCEIRAS. E esse grupo tenta passar essa ideia. Acho que por aqui começamos nos reeducar para melhor.

Nós somos mulheres sim. Guerreiras. Fortes. Filhas. Mães. Somos esposas, batalhando muito, mas jamais deixe que pisem em nós. Somos mulheres vencedoras por trabalhar fora, cuidar das nossas casas e filhos. Por isso não podemos deixar nenhum homem ou qualquer outra pessoa nos maltratar, temos que lutar por nosso espaço sempre.

"Você pode ser o que quiser"

"Mulher forte também chora, mulher forte também tem momentos de vulnerabilidade... Entenda você não precisa ser forte o tempo todo e está tudo bem ... Está tudo bem!!" (Parças, 2021)⁴⁶

Importante perceber nesse pequeno apanhado (dentre centenas) de falas suscitadas pela ação da Coletiva e selecionadas para esta reflexão, que as mulheres trazem elementos diversos que atravessam sua experiência de gênero (ser mulher), imbricadas no fato de pertencerem a um território subalternizado, precarizado e negligenciado pelo estado (a quebrada, a favela), de serem responsabilizadas por trabalhos exaustivos e desvalorizados, por sofrerem, dentro e fora de suas famílias, relacionamentos e comunidade, violências e abusos de cunho sexista. Questionam “imagens de controle” (Collins, 2016) e construções históricas hierárquicas como aquelas que associam mulheres à fraqueza, à inferioridade e à resignação aos trabalhos domésticos de cuidados (*Mulher não é escrava do lar!!!*) e buscam por formas de se apropriar de sua fala e de sua própria voz, a partir de pontos de vista autodefinidos. O compartilhamento dessas vozes traz um caráter de fortalecimento desse processo de “autodefinição” (Collins, 2016) e “empoderamento” (Berth, 2019) de forma coletivizada. Muitas dessas mulheres reconhecem em suas falas a potencialidade da luta coletiva e da parceria entre mulheres periféricas para buscarem uma transformação das estruturas sociais. Muitas delas ressaltam a importância daquele ambiente virtual em um momento marcado pelo distanciamento social, na construção de um espaço pedagógico e de tomada de consciência política e social. Em alguns momentos elas mencionam: “*por aqui começamos a nos reeducar para melhor*”; “*esse grupo*

⁴⁶ Registros sistematizados a partir do grupo virtual Parças, entre 01 e 03 de março de 2021, frases publicizadas por meio da colagem de cartazes pela Coletiva Mulheres da Quebrada.

de certa forma vem abrindo muito mais minha visão". Trata-se de uma conscientização tanto das opressões vividas quanto das possibilidades de superá-las coletivamente. Desnaturalizam estigmas relacionados ao território e apontam para uma busca coletiva de liberdade e um bem viver, que não passa apenas por ter o que comer e onde morar, mas também por "*poder viajar, ir ao teatro, ao restaurante*", terem empregos que as possibilitem o acesso a esses bens simbólicos, além do tempo como recurso importante para o cuidado de si através do descanso, do prazer, do lazer, das relações de sociabilidade para além daquelas do ambiente de trabalho ou das demandas relacionadas aos trabalhos de cuidar.

A provocação para que mulheres enviassem suas frases, suscitaram também outras conversas e relatos no grupo durante aquela semana do Dia Internacional da Mulher em 2021. Algumas delas, naquela semana, enviaram relatos sobre violência doméstica ou policial, que na ocasião tirou a vida de *mais um adolescente negro*. Temas que provocaram e geraram engajamento em debates sobre racismo e discussões políticas que aconteciam naquele momento na Câmara Municipal de Vereadores. Histórias de vida também foram marcantes nesse período no grupo e as estimulou a olharem para suas próprias trajetórias de forma mais crítica e desnaturalizada. Uma das mulheres contou que os pais eram analfabetos e quando tinha 10 anos de idade seu pai disse que não lhe "*compraria nem mais um caderno porque para esquentar barriga no fogão não precisava de estudo*". Com 11 anos, ela foi trabalhar como empregada doméstica e conseguiu estudar até a sétima série. Ela conta que sua vida transcorreu assim, trabalhando na casa dos outros e cuidando do filho com deficiência, mas afirma que quando ele for mais independente, ela pretende *voltar a estudar e ser o que quiser, e não apenas esquentar barriga no fogão*, referindo-se à memória do que ouviu na infância. Esse compartilhamento de detalhes tão profundos de sua história de vida, dores e desejos, foi estimulado por uma profusão de narrativas críticas ao lugar ocupado pelas mulheres negras periféricas na sociedade, suscitando desejos por mudança estrutural.

Percebe-se que o grupo *Parças* cumpre a função de um espaço livre, espontâneo, produzido de forma orgânica entre as mulheres do Aglomerado da Serra, onde podem falar, ouvir e ser ouvidas, agenciar ajudas e arranjos de compra, venda, doações e recebimento de itens, divulgação de vagas de emprego e oportunidades de estudo, fornecer apoio e suporte emocional a mulheres em sofrimento. Há um nível baixo de mediação, em casos mais delicados e, muitas vezes, as lideranças da Coletiva enviam mensagens e reflexões sobre o caráter de lócus de cuidados, acolhimento e suporte emocional do grupo *Parças* a partir do estabelecimento de relações de fala e escuta. Algumas delas, provocando as mulheres do grupo

a definirem como estão se sentindo naquele momento e seus desejos para aquele dia. As respostas a uma dessas mensagens, em 2021, passaram por demonstrações como *“estou me sentindo frágil, a palavra que preciso hoje é persistência”*; *“me sinto totalmente desestruturada, mas resistindo”*; *“estou muito cansada fisicamente, como estou me sentindo há muito tempo”*; *“me sinto cansada com toda a situação desse país e minha também, infelizmente”*; *“gostaria de ter esperanças, mas acho que também não tenho no momento, então estou apegada na fé”*; *“me sinto exausta, desejo luz e esperança”*; *“acordei esperançosa e confiante porque eu me amo e está tudo bem”* (Notas de caderno de campo com seleção de trechos de grupo virtual, 2021).

O período em que ocorreu essa conversa foi marcado por uma das fases mais agudas da pandemia de Covid-19, com o fechamento de estabelecimentos e instituições e orientações mais rígidas de isolamento social. Ainda que, na favela, o distanciamento e o isolamento não fossem tão possíveis quanto nos bairros de classe média, muitas dessas mulheres sentiam na pele o peso da solidão, do desemprego e a escassez de recursos financeiros, além da sobrecarga de cuidado com crianças e outros familiares, confinados em casas pequenas, com pouco ou nenhum acesso à internet. As falas refletem, além de uma exaustão física, um esgotamento mental que essas mulheres vivenciaram no período da pandemia, e o *Parças* tornou-se um importante lugar de conexões em rede, amparo, acolhimento, *desabafos*, suporte emocional, distração, *divertimento*, fonte de informação sobre as questões sociais, políticas e sanitárias do país e principalmente uma forma que elas encontraram de se sentirem menos sozinhas, de terem algum amparo, ainda que a partir de trocas entre mulheres tão fragilizadas quanto elas. Nesse período, não era incomum que fossem trocadas mil ou duas mil mensagens no mesmo dia. Muitas das participantes do grupo passavam ali longas horas de seus dias, e relatam sobre a importância do grupo para lidar com o contexto em que viviam. Uma delas, ao citar os relacionamentos abusivos que viveu durante mais de três décadas, diz que aquele grupo *está abrindo sua visão*. Em entrevista, a psicóloga da equipe de gestão da Coletiva, Fabiana Matias, reflete sobre a importância do grupo *Parças* no período crítico da pandemia de Covid-19.

Logo no início da pandemia, essas mulheres começaram a se apoiar. “Olha, vamos fazer isso, vamos olhar fulana, que fulana está sumida, não está falando no WhatsApp, fulana está passando por isso, por isso, por aquilo. Então, vamos juntar duas e ir lá, conversar com ela através do portão...” porque não podia entrar, a gente ainda estava naquela coisa do isolamento. E elas começaram a pedir ajuda para a Coletiva. Então, a Coletiva foi ganhando outra trajetória. A gente acabou usando, fazendo um pouco o papel de Estado ali, oferecendo um suporte social, mental, um apoio até de polícia. De ajudar essas mulheres a se livrar de situações de violência que foram muito

potencializadas com a questão da pandemia. (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Práticas como essa, conduzidas pelas lideranças da Coletiva, mas por vezes, reproduzidas pelas outras mulheres do grupo, como o envio de perguntas sobre como as mulheres estão se sentindo; provocações de reflexões sobre questões sociais; mensagens com caráter pedagógico sobre questões do momento político e da situação sanitária do país; perguntas sobre a existência de pessoas em situação de vulnerabilidade e articulação de formas de apoio coletivo; pedidos para que as mulheres enviassem “*afetos*” em forma de frases, fotos e gravação de vídeos, para serem compartilhados entre as mulheres do grupo, com o intuito de propiciar um ambiente de acolhimento e bem estar emocional entre elas; pedidos de envio de fotos a serem postadas nas redes da Coletiva, para estimular as mulheres a construírem imagens positivas sobre si. Outras ações foram acontecendo de forma espontânea, como por exemplo diversos casos em que uma mulher chega no grupo com pedidos (alguns desesperados) de ajuda com doações de roupas, móveis, gás, dinheiro, e as mulheres se articulam entre si, fazendo vaquinhas e organizando coletivamente essas doações; casos de pessoas desaparecidas, como adolescentes filhas de pessoas do grupo, em que todas se mobilizam virtualmente e até mesmo presencialmente na tentativa de encontrá-las; casos de violência mais delicados, em que mulheres são seriamente ameaçadas de morte no território e o grupo se mobiliza para dar apoio, inclusive acolhendo/escondendo em suas casas, até que encontrem lugar seguro em outros bairros. Não são raros também casos de conflitos entre as mulheres do grupo, como brigas entre pessoas com divergências políticas ou conflitos de vizinhança, com ofensas mais séria, casos em que as lideranças da Coletiva costumam intervir ressaltando as “*regras e objetivos do grupo, baseados no respeito, afeto e cuidado umas com as outras*”.

Em 2022, a Coletiva novamente propôs uma ação relacionada ao Dia Internacional da Mulher, o #8M na Quebrada, que envolveu a sistematização de frases enviadas a partir de movimento no grupo *Parças*, bastante semelhante ao ano anterior. Mas, dessa vez, presencial, sem as restrições relacionadas à pandemia. O 8M na Quebrada⁴⁷, realizado em um domingo, 12 de março, articulou, além das mulheres do *Parças*, pessoas e movimentos sociais do Aglomerado da Serra, parlamentares parceiros, o bloco de carnaval Seu Vizinho, a organização

⁴⁷ Apesar do nome do evento, 8M, a ação foi realizada em um domingo, 12/03/2022. No dia 8 de março, algumas mulheres da Coletiva, dentre elas, duas ou três participantes do *Parças*, participaram do ato #8M da Região Metropolitana, nas ruas centrais de Belo Horizonte. A ideia de fazer uma ação chamada #8M na quebrada não deixa de ser uma provocação crítica em relação aos movimentos feministas, que “não sobem o morro” e não agregam de fato as mulheres moradoras das quebradas.

do ato de mulheres realizado anualmente no dia 08 de março, o #8M da Região Metropolitana de Belo Horizonte, dentre outros. O evento, que contou com churrasco coletivo, apresentações artísticas, bazar solidário, discursos de caráter político, cortejo com o bloco de carnaval e colagem de cartazes, encheu de pessoas a Rua da Água, na parte alta e plana do Aglomerado da Serra, bastante conhecida por receber festas como o baile funk e a festa junina do bairro. O evento teve como proposta *misturar festa e movimento de luta por direitos*, além de uma proposição de que os corpos políticos dessas mulheres ocupem as ruas da cidade das mais diversas formas.



Figura 5: #8M na Quebrada, evento promovido pela Coletiva Mulheres da Quebrada no Aglomerado da Serra. Foto da autora, 12 de março de 2022

Mas é importante destacar que, embora tenha sido construído na intencionalidade de participação massiva das mulheres do território, integrantes do *Parças*, poucas delas estiveram presentes, sendo o fato de que, embora o objetivo fosse a realização de um ato político de mulheres da/na quebrada, *tinha mais gente de fora do que da favela*, um ponto negativo levantado em reunião de avaliação pela gestão da Coletiva. Os processos de participação política dessas mulheres (em determinados espaços e formatos) muitas vezes podem ser dificultados por questões laborais (o esgotamento e a falta de tempo), subjetivas (a autoestima), religiosas (grande parte delas é evangélica, o que dificulta o envolvimento ativo nas linguagens política dos movimentos sociais considerados “*de esquerda*”), estruturais (racismo, sexismo),

materiais (falta de recursos financeiros, até mesmo para deslocamento, muitas vezes), simbólicas (a cultura da exclusão histórica e do não pertencimento a determinados contextos e agrupamentos). Ter tempo para participação política, nesses contextos, pode ser visto como um privilégio. Mas isso não significa que elas não se conscientizam ou fazem política. O grupo *Parças* é um lócus importante onde essa conscientização e politização se efetiva coletivamente entre essas mulheres. Trata-se de um espaço que fornece algumas condições de agenciamentos, fala, reflexão e busca por transformações a partir de uma organização e pontos de vista coletivos. Percebemos nas falas das mulheres uma forte consciência e análise crítica acurada em relação a sistemas de opressão que estruturam suas experiências enquanto mulheres, negras, situadas naquele território.

O cuidado de si, o empoderamento e a autoestima de mulheres negras e a luta antirracista vem sendo pautados nesse sentido, pela Coletiva e entre essas mulheres, como um elemento central na busca por transformações dessas lógicas. O grupo *Parças* vem constituindo, assim como outras ações da Coletiva, um espaço político e pedagógico de tomada de consciência e construção de estratégias micropolíticas e cotidianas na busca pela transformação dessas estruturas. Embora não seja o objetivo central, muitas mulheres aprofundam relações de amizades iniciadas no grupo *parças* ou nos encontros presenciais da coletiva, dos quais falaremos adiante. Trata-se de um espaço de multiplicação de informações, saberes e produção de conhecimento voltado a processos emancipatórios. Ali, as mulheres acabam encontrando outras vozes semelhantes e juntas acessando reflexões e ações voltadas à transformação estrutural e ativismo político e social.

2.4. Mulheres, crises sociais e cuidado

O Aglomerado da Serra é um território marcado historicamente por violências e desigualdades estruturais, que relegam a certos corpos o que Judith Butler chama de “condição precária” (Butler, 2020). A autora aponta que, por definição, “vidas são precárias”, pois podem ser eliminadas proposital ou acidentalmente e sua persistência nunca está garantida. Porém, a “condição precária” diz respeito a uma exposição diferenciada e politicamente induzida de determinadas populações a violações, violência, morte, fome, pobreza, contando com pouca ou nenhuma proteção.

A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas a violência arbitrária do Estado que com frequência não têm opção a não ser recorrer ao próprio Estado contra o qual precisam de proteção. (Butler, 2020, p. 46-47)

As favelas são territórios marcados pela condição precária e por processos de vulnerabilização social e historicamente produzidos, com efeitos específicos sobre as mulheres, em sua maioria negras, que habitam esses territórios. A vida nesses contextos também pode ser compreendida a partir do conceito de “quase eventos” (Das, 2015), noção que se refere a um tipo de sofrimento social produzido por estruturas políticas e dinâmicas sociais, que não chega a causar uma grande ruptura ou tensão social, mas é assimilado como parte da vida cotidiana, que pode ser aos poucos corroída por esses sofrimentos.

As dores dos “quase eventos” são difíceis de serem captadas etnograficamente por conta de suas fugacidades ao que parecem paradoxais: um sofrimento que é assimilado em um contexto de normalidade e, ao mesmo tempo, não é plenamente absorvido pelas pessoas deixando marcas e um senso de que algo não está muito bem. (Das, 2015, p. 1, tradução nossa)

Se a dor é produzida no cotidiano, é a partir da vida cotidiana que os sujeitos podem recuperar sua capacidade de engajamento com a vida (Das, 2015), mesmo em contextos de precariedade e violências. Estas, podem ser produzidas por grandes acontecimentos, “eventos críticos” (Das, 1998) ou, na maioria das vezes, por acontecimentos cotidianos, como adoecimentos, luto, fome, desemprego, violência doméstica, exploração do trabalho, sobrecarga, negação do acesso a serviços públicos de saúde, educação, transporte. Tais contextos sociais em que a precariedade opera como a constante da vida cotidiana, podem ser entendidos sob a perspectiva de “crises crônicas” que se tornam o contexto da vida normal (Vigh, 2008). Cronicidade que fratura o cotidiano, mas que por outro lado leva os sujeitos a buscarem formas de “navegação social” em meio a um contexto de fragmentação.

Crise é fragmentação, ela implica perda de coerência e unidade, no entanto, essa experiência de fragmentação não necessariamente leva à passividade. Agência, nessa perspectiva, não é uma questão de capacidade – nós todos temos a capacidade de agir – mas de possibilidade, ou seja, em que medida é possível agir dentro de um dado contexto. (Vigh, 2008, p. 10 e 11, tradução nossa)

Como já destacado, a crise sanitária, social, política e econômica relacionada à pandemia de Covid-19, que marcou uma grande parte desse processo etnográfico, intensificou as vulnerabilidades historicamente já existentes no território e a condição precária da vida das minhas interlocutoras de pesquisa. Essa crise, que se desdobrou de diferentes formas em níveis

global, nacional e local, afetou e segue afetando de forma aguda as mulheres pobres e racializadas, sendo elas as que sentiram mais profundamente os efeitos em cadeia decorrentes da pandemia, na questão da sobrecarga do trabalho de cuidado, da insegurança alimentar, da exposição aos riscos de contaminação, da impossibilidade do isolamento ou distanciamento social, do aumento de casos de violência doméstica, desemprego, precarização de serviços públicos, paralisação de atividades escolares, dentre outros. A exposição a riscos diversos e a intensificação de vulnerabilidades pré-existentes entre as mulheres pobres, negras e periféricas, fica bastante evidente na questão das condições de trabalho dessas mulheres, dada a inseparabilidade das questões de gênero, raça e classe no que tange a certas ocupações como as que envolvem os trabalhos de cuidado. Como apontam Souza, Dumont & Patrocínio (2021) em análise sobre essa temática:

no Brasil hoje, em plena pandemia da Covid-19, quem são as mulheres que estão encarregadas do trabalho precarizado, expondo a si mesmas e as suas famílias porque não têm a opção de simplesmente ficar em casa: as trabalhadoras da saúde, as domésticas e faxineiras terceirizadas. (Souza, Dumont & Patrocínio, 2021, p. 293)

Certamente, as condições de existência das pessoas afetam sumariamente a forma com que as crises são vivenciadas, a intensidade e gravidade de seus efeitos. Vivenciamos o que Márcia Leite chamou de “biopolítica da precariedade em tempos de pandemia”, em que houve um aprofundamento da vulnerabilidade diferencial (Leite, 2020). Segundo ela, remetendo ao conceito foucaultiano, o “biopoder”, que, dentre outras questões tem a prerrogativa de “fazer viver”, também produz formas extremamente precárias de vida, “aquelas que não merecem atenção e políticas destinadas a reforçar sua capacidade produtiva e proteger sua existência” (Leite, 2020). Por outro lado, para além da precariedade estrutural em contextos periféricos, existem também agenciamentos locais de cuidado e apoio no enfrentamento a situações críticas, as quais já são vivenciadas historicamente por diversos outros fatores. A noção de “arranjos de cuidado” ajuda a compreender as formas pelas quais as pessoas se articulam para lidar com problemas diversos da vida cotidiana em territórios de favela. “A vida, nesse contexto, deve ser compreendida através dos riscos e escassez que a constituem, mas também dos agenciamentos e das formas particulares de habitar o mundo ali existentes” (Fazzioni, 2018). Destaca-se que não há uma lógica ou padrão universal que determine como devem se dar as experiências de cuidado, pois são sempre agenciadas localmente, apontando para a “forte dimensão situacional do cuidado”, “marcada por improvisos e precariedades, especialmente em contextos em que

prevalece um entendimento do cuidado enquanto assunto privado e a ausência de políticas públicas voltadas para este tema” (Fazzioni, 2023).

Os sistemas interligados de opressão (Collins, 2019) e organização social relegam às mulheres negras uma posição de desamparo e exclusão social, no que tange ao trabalho, economia, autonomia, educação, dentre outros elementos. Excluída dos processos de ampliação de acesso das mulheres no mercado de trabalho, com a feminização de alguns setores, como o de serviços, às mulheres negras restou a perpetuação de uma lógica calcada nas dinâmicas da sociedade escravocrata brasileira, sobretudo em trabalhos domésticos, precarizados e exaustivos. Gonzalez aponta, em texto de 1975, que as estruturas racistas e sexistas, articuladas, fazem, por exemplo, que as mulheres brancas tenham vantagens no acesso a vagas de emprego que exigem contato com o público, sob a alegação de que é preciso “boa aparência” e “educação”. “Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo.” (Gonzalez, 2020, p. 42)

A emancipação das mulheres brancas, com sua entrada no mercado de trabalho, tem se sustentado na sociedade brasileira, no trabalho desempenhado pelas mulheres negras, que limpam suas casas e cuidam de suas crianças, em longas jornadas de trabalho e, não raro, privação do tempo e condições para a própria convivência familiar, cuidado de si e de sua própria família. Lélia, em análise que segue muito atual, chama a atenção para o fato de que os movimentos feministas são formados majoritariamente por mulheres brancas de classe média, pautados por uma sistemática “denegação do racismo”.

O discurso é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra. (Gonzalez, 2020, p. 43)

A relegação das mulheres negras aos serviços domésticos, segundo Lélia, evidencia o problema das jornadas exaustivas, sempre voltadas aos cuidados com o outro, sejam os patrões e suas famílias, sejam seus próprios filhos e membros de suas comunidades. Não há tempo para o cuidado de si, para o lazer e fruição. É naturalizado o cansaço e a função das mulheres negras como cuidadoras, domésticas, mulheres fortes que cuidam de todos e aguentam todo e qualquer tipo de trabalho, dor e sofrimento.

As vulnerabilidades das mulheres que são foco da análise desta pesquisa, situadas nessa lógica territorial, a saber, mulheres pobres, racializadas e moradoras da quebrada, são continuamente produzidas pelas estruturas e práticas de uma sociedade patriarcal, capitalista, racista, colonial, marcada pela feminização e racialização da pobreza e do trabalho de cuidado. A elas são historicamente negadas condições básicas de existência, acesso a posições de poder, amor/afeto, cuidado (Hooks, 2021). Como vimos, lhes é relegado o lugar social de sexualização/objetificação ou de exploração no trabalho doméstico, mas não sem o contraponto de suas estratégias de resistência (Gonzalez, 2020). Uma importante estratégia das mulheres negras na luta contra as opressões sofridas por elas, por suas famílias e comunidades, como aponta Patrícia Hill Collins (2019), são formas de “ativismo” que passam por articulações em redes, muitas vezes silenciosas e passando ao largo de movimentos sociais e políticos organizados, mas dentro de suas comunidades, na luta por melhores condições de vida para os seus.

Nesse sentido, pode-se compreender a constituição da Coletiva como uma estratégia de resistência às opressões sofridas pelas mulheres deste território, que aponta para processos de “autodefinição” (Collins, 2019) e de tornar-se sujeito, recusando-se ao lugar de exploração e objetificação social. Como narra uma participante de um encontro, a partir da atuação da Coletiva e dos acionamentos de discursos acerca do lugar da mulher negra e periférica, ela passou a *se reconhecer como uma mulher*, um sujeito, e não apenas como *alguém definida pela sua função social de cuidar*.

A Coletiva questiona os movimentos feministas hegemônicos, que não dialoga nem busca agregar as mulheres negras e periféricas, focalizando nas questões particulares ao grupo social dominante. Como aponta Lélia Gonzalez (2020) o feminismo branco nega o racismo para ocultar a exploração da mulher negra pela mulher branca, ocultar o fato de que “a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, 2020, p. 43).

Diante da urgência percebida de se tratar das questões particulares das experiências das mulheres negras e periféricas (sobretudo as “mulheres negras anônimas”, mães solo, chefes de família, empregadas domésticas, cuidadoras, trabalhadoras precarizadas), das múltiplas opressões e vulnerabilidades às quais estão submetidas e das potencialidades de resistência e de transformação das estruturas sociais, a Coletiva Mulheres da Quebrada constitui um espaço de “autodefinição” e “autoafirmação” (Collins, 2019) onde essas mulheres podem assumir a própria fala e se colocar enquanto sujeito no mundo, com suas experiências de dor e sofrimento,

mas também seus desejos, sonhos, alegrias e potencialidades individuais e coletivas, tendo na questão do cuidado e do afeto fios condutores de discursos e práticas emancipatórias.

A Coletiva estabelece, a partir de dinâmicas ancestrais, uma modalidade específica de cuidar, um ‘cuidar junto’. No próximo capítulo, analisaremos como a Coletiva articula metodologias, estratégias e práticas de cuidados coletivos, com efeitos políticos e pedagógicos, ampliando a própria noção de cuidados. Tais práticas articuladas ao longo dos seis anos de existência da Coletiva, produzem o que podemos chamar de território de cuidados, a partir de uma lógica comunitária, com efeitos diversos sobre as subjetividades e vivências de todas aquelas que participam desse movimento. Tais práticas de cuidados a partir de *uma coletiva*, produzem ainda efeitos de conscientização social e política, sobretudo a partir dos marcadores de gênero, raça e classe; produzem formação crítica entre mulheres periféricas; produzem efeitos de emancipação, empoderamento pessoal e coletivo pautados na autodefinição e autoafirmação, bastante evidentes na frase de Scheylla Bacellar que se tornou o lema da Coletiva: “*ser mulher, ser território próprio*”.

3. “*Não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras*”: metodologias e práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivos no Aglomerado da Serra

Nossos corpos são políticos. Afeto é política. Queremos o melhor e não apenas o básico para sobreviver. Vamos conseguir isso caminhando juntas. É uma luta, e juntas somos mais fortes. ⁴⁸(Scheylla Bacellar, 2022)

Este capítulo tem como objetivo descrever e analisar, etnograficamente, algumas das formas de organização, ações, estratégias e metodologias da Coletiva Mulheres da Quebrada, compreendendo-as como práticas políticas e pedagógicas de cuidados que produzem esse território de cuidados, que se faz tanto na materialidade do encontro quanto no campo da (inter) subjetividade, construído por e para mulheres periféricas, a partir de premissas autodefinidas e de caráter emancipatório. Tais práticas estão ancoradas em premissas dos feminismos negros, comunitários, interseccional e decolonial, além de mobilizar as noções de cuidado e afeto, a partir de perspectivas críticas e sensíveis a estruturas de poder e dominação, marcadas por classe, raça, gênero, território e outros marcadores sociais da diferença. Para isso, articularei ao longo do texto uma revisão bibliográfica da produção acadêmica em torno do conceito de cuidado, trazendo ainda as compreensões e elaborações conceituais do termo a partir da perspectiva das próprias mulheres junto às quais essa etnografia se construiu, buscando contribuir com um alargamento do conceito.

3.1. “*Cuidado é uma palavra muito grande...*”

Abordar o conceito de cuidado é uma tarefa desafiadora, dado o caráter polissêmico e aberto do termo, amplamente utilizado de forma corriqueira, em português e outras línguas, com algumas variações de sentido. O termo *care*, do inglês – que tomamos como equivalente aproximado ao nosso “cuidado” ou “cuidar” - nos ajuda a perceber essa multiplicidade de significados, bons para pensar. “Preocupar-se com”, “cuidar de”, “estar atento a”, “solicitude em relação a”, “tomar cuidado com”, “importar-se”, estão entre as possibilidades de tradução do *care*, e pode se referir a coisas, pessoas (humanas e não humanas), situações, necessidades, demandas, assuntos, ameaças. Cuidado pode se referir tanto a uma disposição, uma atitude, um sentimento, uma responsabilidade, um valor moral ou a ações práticas, incluindo a perspectiva do trabalho de cuidar (ou, *care work*).

⁴⁸ Registros de caderno de campo. 23 jun. 2022

O cuidado pode ser entendido como algo intrínseco à necessidade e vontade de sobrevivência dos seres, a partir de seus corpos, situados em seus mundos/territórios, em relação com outros seres. Implica, ainda, além de sobreviver, em formas de buscar viver bem, tornar a vida tão boa quanto possível em meio a mundos instáveis e permeados por ameaças, riscos, adoecimentos, destruição, sofrimento, dor. Pode estar ligado também a formas de reparar esses mundos, corpos, coisas e elementos que constituem o viver cotidiano, à sustentação de relações, ao estabelecimento de vínculos e afetos (cabendo ainda interpretações se são bons ou maus). Cuidar é uma ação – para além de uma intenção – e relaciona-se ao que é contingente, ao que é possível fazer e “organizar na prática” (Mol, 2018). Uma atividade constante, cíclica e sempre inconclusa. Há sempre algo requerendo cuidados. Quando se finaliza uma tarefa, logo há outra que necessita ser iniciada e quando esta é finalizada a primeira já carece de novos cuidados (pessoas que cuidam de crianças sabem muito bem). A noção de cuidado é múltipla, móvel e contextual, e por isso escapa muitas vezes a fórmulas, teorias ou categorias universalizantes. Possui múltiplas dimensões, podendo ser a um só tempo material e abstrata. O cuidado pode produzir relações e pode também rompê-las. A ausência de cuidados também é algo que se faz presente, e pode produzir experiências práticas e localizadas aos sujeitos que vivenciam. “O cuidado é onipresente, inclusive através dos efeitos da sua ausência”. (Puig de la Bellacasa et al, 2023, P. 109)

Compreendo os riscos do uso acadêmico de um termo tão amplo, no qual pode caber tudo e, ao mesmo tempo, esvaziar-se de sentido. Mas, concordando com a proposição de Puig de la Bellacasa et al (2023) a abertura especulativa da noção clássica e genérica de cuidado de Fisher e Tronto (1990), ao “incluir tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar” um mundo que pode abranger tudo o que constitui essa “teia complexa e sustentadora da vida”, pode ser bastante profícua para pesquisas antropológicas que estejam abertas aos entrelaçamentos entre as práticas e o trabalho cotidiano de cuidado (que mantém e repara o mundo, tornando-o mais habitável) e seus atributos éticos e políticos. Utilizo, pois, essa noção ancorada em autoras que exploram essa diversidade de dimensões que compõem o que chamamos de cuidado, incluindo suas ambivalências, mas também como categoria “nativa”, utilizada pelas minhas interlocutoras para designar suas práticas e a própria autodefinição da Coletiva Mulheres da Quebrada, como *uma rede de cuidado e afeto*. Nessa concepção, as dimensões ética e política não estão separadas das ações práticas de cuidado. É possível dizer que “a qualidade dos cuidados é mais facilmente transformada num verbo: cuidar” (Puig de la

Bellacasa, 2010, p. 89). Ou seja, a compreensão dos cuidados se faz mais possível a partir de suas práticas.

Alguém pode ficar preocupado, mas “cuidar” nos direciona mais fortemente para uma noção de **fazer material**. Compreender cuidar como **algo que fazemos** amplia uma visão de cuidado como uma **prática ética e politicamente carregada**, que tem estado na vanguarda da preocupação feminista com trabalhos desvalorizados. [...] é importante dizer que nesta perspectiva cuidar significa: uma relação afetiva, um fazer material vital e uma obrigação ético-política.” (Puig de la Bellacasa, 2010, p. 89-90, grifo nosso)

Há no senso comum uma forte conotação moral da noção dos cuidados, marcada por dualismos como bom/mau; certo/errado; público/privado; masculino/feminino; autonomia/dependência; razão/emoção. Dicotomias e dualismos são praticamente inevitáveis em uma sociedade que os tem como marca epistemológica (desde as clássicas e longevas corpo/mente, natureza/cultura), mas eles não são inocentes e podem trabalhar a serviço de estruturas sociais e políticas de opressão, violência e exclusão. Muitos dos sentidos moralizantes dos cuidados estão ancorados nas lógicas eurocentradas do constructo de família nuclear moderna, ocidental, cristã, branca e burguesa, em que os significados das práticas de cuidado estão atrelados a noções historicamente construídas sobre maternidade, casa, esfera privada, atreladas a um papel social de mulheres. Essas lógicas que atravessam os significados e práticas relacionadas aos cuidados não podem ser entendidas como um fenômeno universal, mas localizada no modelo de sociedade ocidental e em suas variantes coloniais. Entendemos que diferentes culturas podem ter acepções bastante distintas e não necessariamente dicotômicas e moralizantes de cuidado, família, divisão sexual do trabalho e outros aspectos. Não está no escopo deste trabalho aprofundar esse olhar antropológico para tais esferas, mas importa dizer que, em sociedades marcadas pela colonialidade e “amefricanidade” (Gonzalez, 2020) como a brasileira, os usos e práticas relacionadas a noções como cuidados e afetos podem incorporar tanto as dinâmicas coloniais (dentre elas a moral cristã, o racismo e o sexismo) quanto outras invenções ancoradas em valores e memórias diaspóricas e ancestrais como práticas coletivas de cuidados, comunidades, sobrevivência e bem-viver.

O “cuidado” começa a ganhar espaço como um conceito relevante nos debates científicos feministas a partir da década de 1980, com a controversa publicação de Carol Gilligan (1982), “Uma Voz Diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta”. O livro é amplamente citado como um marco histórico dos estudos relacionados à ética do cuidado, trazendo um contraponto a teorias da época que associavam os

homens a estágios mais avançados de desenvolvimento moral centrados em qualidades como capacidade de abstração e imparcialidade (Debert e Pulhez, 2019), compreendidas como parte de uma “ética da justiça”. Os estudos de Gilligan buscam refutar o silenciamento do que ela chama de uma “voz diferente”, voz das mulheres, ao mesmo tempo valorizando essa voz e essa diferença, apontando para o fato de que não haveria graus de desenvolvimento moral distintos para homens e mulheres, mas sim, éticas distintas, ou seja, formas diferentes de lidar com os problemas morais. Para Gilligan, a ética do cuidado (particular, específica, feminina), que vem no bojo dos estudos marcados pelo feminismo da diferença, se opõe à ética da justiça (universalizante, racional, generalizante, masculina). Porém, é notável em diversas críticas que se sucederam a essa e outras obras da época, o caráter essencialista presente nessas primeiras análises da ética do cuidado. Joan Tronto (1997;2009) e Pascale Molinier (2012) fazem críticas contundentes à noção reducionista de que essa ética seria algo intrinsecamente das mulheres.

[...] a ética do *care* não emana somente das mulheres nem de todas as mulheres. Trata-se aqui de um ponto importante, pois ele desnaturaliza duplamente aquela voz diferente, primeiramente situando o seu surgimento não numa pretensa natureza biológica (das mulheres), mas numa atividade, o trabalho doméstico e de *care* e também operando divisões sociais no grupo de mulheres. Esse grupo não é homogêneo, as mulheres não estão todas igualmente envolvidas em atividades de *care* (Molinier, 2012, p. 29).

Tronto (2009) afirma que teorias feministas como a de Gilligan, que defendiam uma “moralidade das mulheres” pautada no cuidado (e, por isso, superior a uma moralidade abstrata, universalizante e distante dos homens), estaria ancorada nos ideais de maternidade como um dom inerentemente feminino, e em um padrão de “mulher moral”, que excluiria mulheres lésbicas, racializadas, imigrantes, pobres e outras dissidências do ideal de maternidade da sociedade estadunidense (seu foco de análise). A autora alerta para os riscos do uso descontextualizado em termos políticos e de relações de poder, de uma suposta “moralidade das mulheres” para a própria luta feminista. Em vez disso, defende que os valores éticos do cuidado, tradicionalmente associados às mulheres, porém não naturalmente femininos, são na verdade fruto das práticas e experiências concretas de sujeitos subordinados e subalternizados, focalizando, em especial, as mulheres. Defende que tais valores morais que constituem a ética do cuidado, como a atenção, responsabilidade, preocupação, reparo, manutenção ou compaixão sejam visibilizados, valorizados e trazidos à esfera política. Nesse sentido, há a proposição de uma teoria moral baseada na ética do cuidado, em que política e moralidade não devem ser vistas como esferas separadas. O “*care*”, nesse sentido, pode servir ao mesmo tempo como um valor moral e uma base para a conquista de uma boa sociedade (Tronto, 2009, p. 9). A

moralidade contida nas relações políticas e sociais das sociedades eurocentradas modernas estão pautadas em uma divisão contundente e desigual acerca dos papéis de gênero.

cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. As ocupações das mulheres são geralmente aquelas que envolvem cuidados e elas realizam um montante desproporcional de atividades de cuidado no ambiente doméstico privado. (Tronto, 2009, p. 189, tradução livre)

Em meio a complexificação dos debates em torno do “cuidado” como conceito acadêmico e feminista, nos anos 1990, Tronto defende que o cuidado seja um tema de interesse e uma responsabilidade social e coletiva, em vez de algo restrito a uma esfera individual ou de pequenos núcleos familiares. Tronto aponta para uma ideia de coletivização do trabalho de cuidado ao defender sua politização, ou seja, trazer o debate e as práticas em torno da ética do cuidado para a esfera social e política, alcançando áreas como saúde, educação e economia, de forma que essa ética seja um fator norteador de políticas públicas e da própria organização da sociedade, quebrando hierarquias binárias de gênero em torno do cuidado enquanto prática, fazendo com que o próprio Estado e instituições sejam guiadas pela ética do cuidado e forneçam práticas políticas de cuidado como direitos sociais. Isso implicaria, dentre outras coisas, na ampliação da participação das mulheres na vida pública. Tronto advoga pela transformação do cuidado “em um valor central nas sociedades democráticas”, e assim, “democratizá-lo” (Tronto, 2007, p. 298). Isso envolve admitir que todos somos vulneráveis e continuamente dependentes de redes complexas de relações de cuidados para continuar vivendo, por mais autônomos que acreditemos ser. “Há um fluxo contínuo que representa quanto cuidado uma pessoa necessita, não uma dicotomia entre os que são cuidados e os que cuidam.” Além disso, “[...] um reconhecimento genuíno de nossa enorme e inter-relacionada vulnerabilidade pode muito bem mudar a forma como pensamos sobre as responsabilidades sociais. (Tronto, 2007, p. 299)

Tronto parece acreditar que há fronteiras mais ou menos definidas entre o que seriam os bons e os maus cuidados. Para a autora, um bom cuidado estaria ligado à sua democratização e coletivização, a um compartilhamento de responsabilidades éticas, sociais e políticas, através de práticas sensíveis às necessidades dos outros, que promova a dignidade e o bem-estar das pessoas, e que reconheça as complexidades das relações interpessoais e sociais. Nesse sentido, quanto mais pessoas e instituições se envolverem nas práticas de cuidado, melhor será a qualidade desses cuidados, reconhecidos como direitos que dizem sobre necessidades vitais. Os bons cuidados reconhecem e tentam minimizar as relações de poder e desigualdade nas relações sociais, estando comprometidos com um mundo mais equitativo. *Taking care of, caring about,*

caregiving, care-receiving (cuidar de, importar-se com, oferecer o cuidado e receber o cuidado) são quatro fases do cuidar propostas e analisadas por Fisher e Tronto (1990). A cada uma dessas etapas, as autoras atribuem determinadas qualidades morais específicas, que seriam respectivamente, a atenção (reconhecer a necessidade de cuidado), responsabilidade (assumir o cuidado), a competência/técnica (prestação real de cuidado) e a receptividade (responsividade ao cuidado recebido) (Fisher e Tronto, 1990; Tronto, 2007)

Porém, é importante atentar para os riscos de uma moralização positiva das práticas de cuidado (Araújo, 2018), e da importância de atentar-se também para suas ambivalências e contradições (Drotbohm, 2022; Mol, Moser e Pols, 2023; Puig de la Bellacasa et al, 2023). Ana Bárbara Araújo (2018) faz uma crítica o uso acrítico da noção de ética do cuidado (segundo ela, abstrata e moralizada como um valor positivo) em pesquisas empíricas relacionadas ao trabalho de cuidar, havendo o risco da invisibilização de experiências de desigualdade, poder, opressão e violências pelas cuidadoras reais, além de uma naturalização de uma ética prática das cuidadoras baseadas no “trabalho com amor”. Partindo do pressuposto que as teorias morais da ética do cuidado são produzidas em contextos sociais do norte global, elaboradas majoritariamente a partir da experiência de mulheres brancas e de classe média desses países, a autora afirma que o problema seria a “transposição acrítica e apressada dos diferentes modelos de sociedade para os diagnósticos sobre relações sociais concretas” (Araújo, 2018, p. 52). Ela aponta que no trabalho profissional de cuidar, por exemplo, o discurso do amor e do cuidado como virtude moral positiva é um fator que pode ampliar a margem de violência que as cuidadoras reais podem sofrer. Corre-se então o risco de “essencializar modelos de cuidado normativos, naturalizar sacrifícios e invisibilizar relações de poder” (p. 56)

o que para Tronto é sobretudo um horizonte político desejável transforma-se, subrepticiamente, em uma moralização positiva das práticas de cuidado e das cuidadoras reais, a despeito das condições extremamente desiguais que conformam suas experiências de trabalho, (Araújo, 2018, p. 51)

Reconhecendo a relevância das proposições relacionadas à ética do cuidado, sobretudo no sentido de visibilizar o cuidado como conceito e trazê-lo para a esfera política, coaduno com a proposição de autoras como Joan Tronto e Pascale Moliner, de que as práticas de cuidado devem ser coletivizadas e democratizadas, e a responsabilidade por essas práticas devem ser compartilhadas pelo maior número possível de pessoas, instituições, famílias, estado e as necessidades de cuidado entendidas como direitos sociais básicos. Porém, compartilho a compreensão de que devemos estar atentas aos riscos de generalizações de valores morais

relacionados ao cuidado como virtudes positivas, o que pode invisibilizar relações de poder, desigualdade e dominação, baseados em marcadores de raça, etnia, classe, território, dentre outros marcadores sociais da diferença.

É necessário adentrar nos terrenos mais problemáticos do cuidado, visibilizando também suas tensões, contradições e pluralidades, na construção de análises engajadas com realidades concretas e diferentes arranjos políticos e sociais, onde fazer cuidados ou mundos “tão bons quanto possíveis” nem sempre é algo óbvio. De acordo com Mol, Moser e Pols (2023) nas práticas de cuidado, “o bom e o mau podem estar entrelaçados”, e “diferentes bons” podem coexistir em arranjos e organizações práticas contingentes.

boas intenções podem ter efeitos ruins; se olharmos com atenção, qualquer prática “boa” em particular pode conter algo “mau” dentro dela (e vice-versa); o cuidado “suficientemente bom” pode ser um objetivo mais sábio do que o cuidado “sempre melhor”; enquanto, às vezes, simplesmente não está claro se (para quem, em que medida, de que maneira) alguma forma de cuidado merece ser elogiada ou criticada. (Mol, Moser e Pols, 2023, P. 10)

Segundo as autoras, ao se debruçar mais especificamente sobre contextos de corporalidades, saúde e doença, as ambivalências não estão em contradição com as proposições clássicas da ética do cuidado.

Ao contrário da ética médica, a ética do cuidado nunca procurou responder sobre o que é bom, muito menos fazê-lo de fora. Em vez disso, ela sugere que as “práticas do cuidado” implicam uma modalidade específica de lidar com questões relacionadas ao bom. A oposição era com as outras tradições de ética, e especialmente a ética da justiça. Na ética da justiça, a “ética” é considerada uma questão de separar os princípios pelos meios da argumentação. Os princípios éticos adequados são gerais ou, melhor ainda, universais. Na ética do cuidado é destacado que, na prática, os princípios são raramente produtivos. Ao invés disso, soluções locais para problemas específicos precisam ser desenvolvidas. Eles podem envolver “justiça”, mas outras normas (equidade, bondade, compaixão, generosidade) podem ser igualmente ou ainda mais importantes – e não de forma fundamental, mas como orientações dentre outras. (Mol, Moser e Pols, 2023, p. 10)

Drotbohm (2022) nos chama a atenção para a necessidade de pensar o cuidado para além da visão do reparo e reconhecer sua dimensão dual, que por um lado se propõe a manter o mundo tal como é, e por outro, se compromete com sua transformação e aprimoramento. Para ela, faz-se necessário situar as conotações positivas que embebem tais visões de mundo e de cuidado, “incluindo aí a empatia, a gratidão e a esperança” (Drotbohm, 2022, p. 13), dentro das estruturas hegemônicas, das quais fazem parte.

o conceito de cuidado permite que nos aventuremos pelas bordas desconfortáveis da existência humana, por seus inícios e fins precários, aflitos e muitas vezes dolorosos, pelos espaços nos quais os limites entre humanos e outras entidades se tornam borrados, pelos momentos em que a diferença entre o ainda não e o agora se torna perceptível. Observado por este ângulo, o cuidado além do reparo chama a nossa atenção para o fazer e o desfazer da existência humana. (Drotbohm, 2022, p. 14)

Importante reconhecer que, ainda que trazido à esfera pública, para o Estado ou para a institucionalização, o cuidado possui uma “dupla face”, e que muitas vezes discursos pautados no cuidar, podem refletir a “natureza disciplinar do estado”, servindo a objetivos de controle e poder sobre os corpos, subjetividades e territórios. Para Drotbohm (2022), em muitas situações pode haver “uma íntima conexão entre o cuidado, as instituições coercitivas e o reconhecimento legal, que podem promover não apenas inclusão e proteção social, mas também exclusão, marginalização, negligência, abandono e as piores formas de sofrimento” (p. 10).

Puig de la Bellacasa et al (2023), ao contribuírem com o alargamento do conceito de cuidado para os “mundos mais que humanos”, propõem que a Antropologia reconheça o “potencial disruptivo do cuidado”. Segundo as autoras, não se trata de “desistir do cuidado” devido aos seus usos e implicações problemáticas, mas sim “expandir os locais e circunscrições que pensamos o cuidado”, além de “debater seus significados, desabalando-os e reencenando-os de forma que seus compromissos respondam às demandas do presente” (Puig de la Bellacasa et al, 2023, p. 116). As autoras advogam pelo uso não inocente da noção de cuidado, de forma que nos engajemos nas realidades plurais e concretas do mundo, admitindo que nosso pensamento (social, acadêmico) está inserido em estruturas sociais permeadas por valores morais, afetos, ambiguidades e contradições. Importa, pois, nas pesquisas etnográficas, que assumam e levem a sério a perspectiva do cuidado, que não o tomemos como um dado. Que possamos compreendê-lo como relações sociais, plurais, corporificadas, a partir de suas práticas e “encenações”.

Enquanto a análise materialista feminista do cuidado expôs a dependência da sociedade frente ao cuidado – a sua importância –, também revelou os meandros do trabalho feito pelas pessoas que cuidam, mostrando como as relações de dependência podem ser cruéis tanto quanto amorosas, desdobrando o que de fato é feito em diferentes situações sob a categoria guarda-chuva do cuidado. **Recuperar o cuidado é mantê-lo enraizado em compromissos práticos e condições materiais situadas que muitas vezes expõem tensões.** (Puig de la Bellacasa et al, 2023, p. 117, grifo nosso)

Tais perspectivas estão em consonância com o que Isabel Georges aponta como uma resiliência do cuidado como um conceito, ou “quase-conceito”, para a compreensão das dinâmicas globais do trabalho

A mobilização do conceito do “cuidado” permite, por um lado, revelar algumas das novas formas de hierarquização do trabalho globalizado; pelo outro, re-politizar o debate sobre a questão social da dependência e do cuidado, de uma forma muito mais abrangente, política, globalizada e interseccional. (Georges, 2019, P. 141)

Adentramos então em uma perspectiva bastante privilegiada pelos estudos do *care*, sob um ponto de vista feminista, que é o entendimento deste conceito a partir da lógica do “trabalho”. Trabalho, nessas acepções, entendido de forma ampla e com fronteiras mais ou menos fluidas, envolvendo a reprodução social e ações relacionadas à manutenção da vida, como cozinhar, limpar, gerar, amamentar, suporte a crianças, idosos e pessoas com deficiência, alimentar, fornecer apoio emocional, fazer compras, gerenciar as demandas de uma família, dentre muitas outras práticas cotidianas. A bibliografia do *care* das últimas três ou quatro décadas aponta para uma ampliação da atenção social e acadêmica sobre o trabalho de cuidar, sobretudo a partir do “envelhecimento populacional” e do crescente “déficit de cuidados” (Debert e Pulhez, 2019), o que impulsionou estudos das economias feministas e sociologia do trabalho, tratando tanto da divisão sexual do trabalho quanto da profissionalização, visibilização e valorização do trabalho de cuidar.

A multiplicação da produção acadêmica sobre o cuidado se dá, por sua vez, em um contexto de: preocupações políticas com o envelhecimento populacional, o aumento da expectativa de vida e o peso que acarretam aos sistemas de proteção social; críticas ao escopo de políticas sociais, no pós-Consenso de Washington nos anos 1990, que instam as famílias a resolver problemas sociais; estabilização da mulher no mercado de trabalho, que diminui sua disponibilidade para o cuidado não remunerado familiar; privatização de serviços de saúde e/ou ineficiência de sistemas públicos de saúde e assistência social em diferentes países, que sobrecarregam as famílias nas tarefas de cuidado; imigração internacional orientada ao cuidado nos países do Norte Global, entre outras. (Araújo, 2018, p. 47)

Autoras como Anna Bárbara Araújo (2018), Pascale Molinier (2012), Helena Hirata (2012 2016), Yumi Garcia (2014), Nadya Guimarães (2012 2019), Arlie Hochschild (2019), Isabel Georges (2019), Angelo Soares (2012), Bila Sorj (2012), Viviana Zelizer (2012) argumentam, a partir de análises em diferentes contextos sociais, que o chamado “trabalho de cuidado”, remunerado ou não, exercido dentro ou fora das casas das cuidadoras, historicamente constitui atividades invisibilizadas, precarizadas e desvalorizadas, sem as quais seria impossível a sustentação da vida humana e do sistema econômico capitalista. Tais perspectivas críticas e feministas, têm grande relevância acadêmica e política, sobretudo pelo potencial de articular gênero, poder, estado, raça, classe, território, geração, na análise das relações sociais, opressões, violências cotidianas, explícitas ou invisibilizadas. O cuidado, sob a perspectiva do trabalho, nos proporciona análises sobre a desvalorização do trabalho reprodutivo (doméstico, familiar, atrelado historicamente a mulheres), em contraste com o trabalho produtivo (público,

monetizado, associado aos homens), acarretando profundas opressões e desigualdades de gênero, como a sobrecarga das mulheres e a desvalorização de funções e profissões feminizadas. Essa perspectiva analítica nos auxilia sobretudo na busca pela superação de dicotomias como produção/reprodução e público/privado, inserindo o debate sobre ética e dinâmicas de cuidado no mercado de trabalho, bem como as discussões sobre trabalho e sobrecarga no âmbito privado, propondo a valorização social e política das funções de cuidar de forma ampla e desassociada de papéis de gênero ou divisões socioespaciais.

Arlie Hochschild (2019), em seus estudos sobre a globalização das relações de cuidado, traz a dimensão do afeto (no caso, do amor) para o debate político do trabalho de cuidado. A autora, ao tratar da transferência do trabalho de cuidado como recurso, de países empobrecidos para países ricos do ponto de vista global, explicita as “cadeias globais de cuidado”, que seriam “uma série de ligações pessoais entre pessoas em todo o mundo, tendo como base o trabalho de cuidar, remunerado ou não.” (Hochschild, 2019 p. 63). Segundo ela, “cada tipo de cadeia expressa uma ecologia invisível do cuidado, em que um trabalhador do cuidado depende de outro e assim por diante.” (p. 63) Há um forte custo emocional no deslocamento de cuidados, quando uma pessoa deixa de cuidar de seus filhos e outros familiares, para cuidar remuneradamente dos filhos ou outras pessoas que precisam de cuidados específicos, de outras famílias. Trata-se ainda de uma modalidade de cuidado realizado à distância, por exemplo, através do envio de dinheiro, da manutenção de contato através de ligações telefônicas, da preocupação com a educação e bem-estar dos filhos que permanecem em seus territórios. Hochschild (2019) mostra como essas trabalhadoras privam suas famílias não apenas do tempo e dos cuidados próximos, mas do amor, que pode ser redirecionado àqueles dos quais cuidam em seus trabalhos, configurando uma “fuga de cuidados” e uma desigualdade global na produção e recebimento de cuidados e afetos. Estes, entendidos como necessidades humanas básicas, e como essas necessidades são supridas (quem cuida e quem recebe cuidados), informa sobre relações de classe, raça, etnia, território, gênero.

Algumas análises sobre o trabalho de cuidar, ou, o “cuidado como trabalho” (Guimarães, 2020) também abordam as dicotomias entre a dimensão afetiva e a dimensão profissional desse trabalho. Diversos autores apontam para a dimensão emocional do trabalho de cuidado como algo basilar dessas práticas e buscam refutar ideias que sustentam a necessidade purista de uma separação nítida entre mundo do trabalho (dinheiro) e mundo do cuidado (afetos) – uma falsa dualidade que sustenta relações sociais hierárquicas. Angelo Soares (2012), ao analisar práticas de trabalho em instituições voltadas ao cuidado de idosos,

destaca algumas dimensões constitutivas do trabalho de cuidado, que seriam a “física”, a “corporal/sexual”, a “cognitiva” e a dimensão “emocional”. Embora tais dimensões sejam inerentes a esse tipo de trabalho, elas podem envolver violências, assédio, racismo, constrangimento e relações de poder, por exemplo entre as famílias dos idosos (que pagam) e os prestadores de serviço de cuidados. O autor mostra que, como uma relação social que envolve proximidade e contato cotidiano entre pessoas, é quase impossível que esteja livre de emoções e afetos (positivos, negativos ou cambiantes). A forma com que essa dimensão emocional é tratada se estrutura na reprodução de padrões sociais ocidentais hierárquicos e positivistas que desvalorizam as emoções e tentam suprimi-la do mundo do trabalho, associando-a às mulheres e a funções sociais menos importantes. O trabalho de cuidado, a despeito de lutas sociais por sua valorização e respeito, ainda se baseia em um padrão de maternidade e cuidado familiar e doméstico, mesmo quando remunerado e institucionalizado.

A análise de Finamori e Ferreira (2018) sobre as intersecções entre gênero, cuidado e parentesco, traz a dimensão do afeto e da reciprocidade para questionar “como a noção de cuidado tem sido reconfigurada, entrelaçando as obrigações de cuidado associadas às noções de família/parentesco e o cuidado como trabalho e, em que medida, noções de gênero, raça, classe, geração são articuladas em cada contexto particular” (Finamori e Ferreira, 2018, p. 35).

O termo *care* envolve não só uma variedade de significados, mas também de atividades e de posições relacionais entre quem realiza e quem recebe cuidados, em termos de gênero, classe, geração, parentesco, sendo, desse modo, uma categoria epistêmica prolífica para se analisar uma variedade de contextos entrelaçados. (Finamori e Ferreira, 2018, p. 25)

Nesse sentido, ao trazer a questão para a “relação intercambiável entre afeto e cuidado” (Finamori e Ferreira, 2018), para o cuidado como uma prática que pode reforçar laços, criar ou romper relações de pertencimento, percebemos de forma latente, dentre outras questões, a dimensão emocional/afetiva que está atrelada às práticas de cuidado, muitas vezes de forma ambígua, contraditória e até mesmo atravessada por violências.

Como propõe Puig de la Bellacasa et al

Em vez de nos concentrarmos no lado afetivo do cuidado (no amor e no afeto, por exemplo), ou no cuidado como trabalho de manutenção [da vida], podemos permanecer com tais tensões não resolvidas: as relações entre essas dimensões nos ajudam a nos mantermos próximas do terreno ambivalente dos cuidados. (Puig de la Bellacasa et al, 2023, p. 112)

O cuidado é realizado em diferentes âmbitos do que Nadya Guimarães (2019) chama de “circuitos de cuidado”. Segundo a autora, esses circuitos são atravessados por três categorias de cuidado, sendo o “cuidado como obrigação” aquele realizado pelas mulheres em suas próprias famílias, ligado a uma responsabilidade moral e a noções como “amor materno”. O “cuidado como profissão”, que no Brasil está fortemente relacionado ao trabalho precarizado, desvalorizado e invisibilizado de trabalhadoras domésticas e, mais recentemente, a cuidadores como uma categoria profissional (ainda em disputa, e em busca de reconhecimento e valorização social). Temos ainda o “cuidado como ajuda”, uma prática e significação bastante comum na vida de mulheres de territórios periféricos (de forma simultânea aos dois outros tipos), em que se necessita criar estratégias de coletivização do cuidado que transcendem o núcleo familiar e se realiza entre famílias extensas, redes de vizinhança, amigas e comunidade, suprimindo as “ausências” de estado, que por sua vez agenciam as múltiplas formas com que as pessoas agem para reparar e construir sua vida cotidiana nesses territórios. Todas essas formas pelas quais o trabalho de cuidado é realizado contrasta com o fato de que as mulheres, que são as principais provedoras, raramente são as receptoras das práticas de cuidado.

Estudos impulsionados por debates articulados principalmente por movimentos de pessoas com deficiência, trazem críticas relevantes a algumas abordagens relacionadas à ética do cuidado e sua dimensão normativa em relação aos corpos e suas capacidades. Hughes (2019) aborda a relação entre o movimento feminista e o movimento de pessoas com deficiência, e suas implicações mútuas na constituição do conceito de cuidado. Essa reflexão aponta para um dos dualismos fortemente presentes nos entendimentos sobre cuidado: autonomia e dependência. Movimentos de pessoas com deficiência defendem que o uso do termo cuidado seja evitado ao tratar dos serviços oferecidos por profissionais a esses sujeitos, substituindo o trabalho de cuidados por “serviços de assistência pessoal” (Debert e Pulhez, 2019). Por outro lado, o cuidado é valorizado por feministas por trazer à luz a questão da interdependência e reciprocidade entre os seres, transcendendo a lógica racional e heteropatriarcal de uma suposta autonomia e independência dos sujeitos (no caso, os homens). Mulheres e pessoas com deficiência, nesse caso, segundo Hughes (2019), seriam “o outro do mesmo”, ambos marcados pela materialidade de seus corpos, e as diferenças entre as abordagens feministas e do movimento de pessoas com deficiência sobre cuidado está apenas na ênfase. Enquanto as feministas enfatizam o trabalho de cuidar, feminizado, marcado pela sobrecarga e por opressões de gênero, o movimento de pessoas com deficiência enfatiza a agência dos sujeitos receptores de cuidado. A autora destaca a importância do foco na interdependência entre os sujeitos: “o

conceito de interdependência chama a atenção às maneiras pelas quais necessidade, atividades e responsabilidades referentes aos cuidados são incorporados” (Hughes, 2017, p. 105). Propõe a criação de pontes discursivas entre feministas e pessoas com deficiência, em nome de uma ética do cuidado que contemple a interdependência sem com isso cair nas armadilhas normativas ou reificantes de corpos tidos com o “outro”.

Autoras como Nancy Fraser (2016; 2020), Silvia Federici (2017, 2019a, 2019b) e Françoise Vergés (2020) apontam que o trabalho desvalorizado e invisibilizado de cuidado, remunerado ou não, sustenta o sistema capitalista a partir da opressão e exploração do trabalho das mulheres. Essas abordagens ressaltam as relações íntimas entre Estado, capitalismo e cuidados, sob um ponto de vista feminista. Nancy Fraser (2020) traz uma importante leitura sobre a “crise global do cuidado”, que, assim como as crises ecológicas e a crise do capitalismo, afetam de forma mais intensa as mulheres pobres e racializadas de países fora do eixo do “norte global”. A crise do cuidado, ou crise da reprodução social, que está relacionada a um desequilíbrio estrutural na divisão social e sexual do trabalho de cuidar, aponta para uma espécie de pobreza de tempo e esgotamento social das mulheres, além de produzir desvantagens de acesso à educação, emprego e participação política. A crise do cuidado seria uma expressão das contradições sociorreprodutivas do capitalismo financeirizado – segundo ela, a fase atual do capitalismo que estamos vivendo. Segundo a autora, essa contradição reside no fato de que uma sociedade que depende da reprodução social para a sustentação de seu sistema econômico, sistematicamente destrói as condições para essa reprodução social. Fraser argumenta que “o subsistema econômico do capitalismo depende de atividades sociorreprodutivas que lhes são externas e que constituem uma de suas condições de possibilidade de fundo” (p. 264). Dentre essas condições de fundo está incluída a disponibilidade da natureza como fonte inesgotável de recursos e como um “esgoto” para o lixo da produção.

Barragán et al (2020) afirmam que o atual momento exige a construção de um pensamento emancipatório que envolva uma crítica feminista sobre o discurso do desenvolvimento. As produções feministas decoloniais fazem críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento vigente, com custos ambientais e sociais muito mais altos para as mulheres pobres e racializadas do chamado terceiro mundo. As favelas e as chamadas zonas de sacrifício ambiental são a periferia da periferia do mundo. A lógica feminista tradicional (com destaque à corrente do feminismo liberal), sobretudo a partir dos anos 1990, apenas tentaram inserir as mulheres na lógica do capitalismo desenvolvimentista e neoliberal, que as oprime.

no contexto neoliberal, a visibilização das mulheres como sujeitos no desenvolvimento não implicou que obtivessem o reconhecimento das políticas sociais, mas que se encarregassem das políticas sociais abandonadas pelo Estado. Os efeitos mais fortes da desregulação imposta pelos programas de ajuste estrutural, condicionantes para a América Latina nos anos da crise da dívida externa, recaíram sobre as mulheres. Elas tiveram de se encarregar da geração de autoemprego e de submeter-se a condições de desigualdade no mercado de trabalho, onde sofriam discriminação salarial. Ao mesmo tempo, com as economias voltando-se para a exportação, a alimentação familiar – tradicionalmente a cargo das mulheres – converteu-se em uma tarefa cada vez mais complexa. Dessa maneira, as mulheres assumiram uma carga tripla. Apesar da suposição de que as mulheres agora eram “incluídas no desenvolvimento”, a modificação patriarcal dentro da família e no espaço público adotou outra forma, iniciando um novo ciclo de empobrecimento feminino e feminização da pobreza, ancorado nas economias de subsistência. (Barragán et al, 2020, p. 223)

Algumas correntes do feminismo trazem reflexões acerca da “economia do cuidado”. Nesse sentido, junto às críticas à concepção moderna de que a Natureza é uma fonte inesgotável de recursos à disposição das dinâmicas econômicas do capitalismo, ressaltam que o trabalho reprodutivo realizado a partir da superexploração do corpo das mulheres, embora invisibilizado e naturalizado, produz valor econômico não contabilizado e considerado externo à economia capitalista. A economia feminista busca visibilizar esse valor econômico, inclusive a partir de métodos de contabilização, e criar consciência sobre a exploração do trabalho das mulheres (Barragán et al, 2020, p. 229). Articulada com a noção de “economia do cuidado” reconhece a necessidade de cuidados de todos os seres como o que há de mais central e importante na experiência humana e por isso, deveria estar no centro das estratégias políticas (Barragán et al, 2020)

Esse debate também sugere que a redução da pobreza passa por encarar a necessidade social de cuidado como uma tarefa para as políticas públicas, para evitar que a crise do cuidado, que caminha de mãos dadas com a crise do capitalismo, deteriore a qualidade de vida de muitas mulheres, empurrando-as para a pobreza. As necessidades vitais dos humanos, em vez do crescimento econômico e do lucro, deveriam constituir o centro da transformação social, o que torna necessária uma revolução do cuidado, e uma reconfiguração profunda da ação política das esquerdas. (Barragán et al, 2020, p. 232)

É importante destacar a contribuição das feministas negras, indígenas e decoloniais na perspectiva crítica em relação ao feminismo hegemônico no que tange à questão do trabalho e dos cuidados e a invisibilização da feminização racializada da pobreza. A questão da reprodução e da relação das mulheres com o ambiente doméstico e o mundo do trabalho é bastante central no debate feminista sob um viés das opressões de raça e classe. Nesse sentido, as proposições e lutas das feministas brancas do Norte global, não necessariamente abrangiam as demandas e modos de significação de todas as mulheres.

para algumas mulheres, historicamente, têm sido promovidas campanhas para incentivar a natalidade e, para outras, têm sido adotadas medidas para frear a fertilidade. Enquanto umas olhavam o lar como lugar de repressão, as feministas negras ponderavam que o lar seria um lugar de resistência⁴⁹, um princípio político de descolonização, um resguardo emocional para o racismo vivido no mundo do lado de fora. (Benitez, 2020, p. 266)

O feminismo interseccional vem tentando articular, no bojo desses debates, os marcadores de raça, classe, gênero, sexualidade como esferas que não existem separadamente, mas produzem experiências concretas bastante específicas. Tais abordagens privilegiam a análise do poder enquanto uma relação contingente, que “se articula na produção e agenciamento das relações marcadas pela diferença” (Benitez, 2020, p. 271).

Outra corrente de pensamento contra hegemônica é o feminismo decolonial, produzido por intelectuais latino-americanas tendo como base as perspectivas de que há uma “continuidade das relações coloniais de poder, mesmo após as independências das colônias, através das categorias de raça, gênero e classe” (Costa, 2014, p. 929) Em consonância com a crítica clássica do pensamento decolonial, adicionando o marcador de gênero de forma interligada às opressões coloniais, autoras como Curiel (2009 2020), Lugones (2015), Costa (2014) apontam para a necessidade de “descolonizar o feminismo”, ou seja, questionar o sujeito único do feminismo hegemônico (branco e eurocentrado). Ochy Curiel (2009) afirma que o feminismo entendido como a luta das mulheres que se opõem a violências do patriarcado, transcende a genealogia clássica e eurocentrada do termo. A autora propõe a retomada de histórias pouco ou quase nunca contadas como um dos principais gestos éticos e políticos de descolonização do feminismo. Sob uma perspectiva latino-americana crítica às explorações e dominação cultural, epistemológica, racial, territorial, subjetiva, o pensamento decolonial busca evidenciar que a colonialidade não termina com o fim das colônias, mas permanece nas dinâmicas das sociedades marcadas pela violência colonial. Maria Lugones (2014) nos mostra através do conceito de "colonialidade do gênero", como as hierarquias de gênero são moldadas e perpetuadas pelo colonialismo e pelo racismo. A autora argumenta que as noções ocidentais de feminilidade e masculinidade foram impostas às sociedades colonizadas, resultando em uma hierarquia global de gênero que oprime as mulheres não brancas e não ocidentais. Segundo ela, a “colonialidade do gênero” nos permite compreender a opressão como uma interação complexa

⁴⁹ Não obstante, é importante ponderar, à luz das reflexões de autoras como bell hooks (2021), Gloria Anzaldúa (2021) e Angela Figueiredo (2020), que a família também pode configurar um lugar de violências relacionadas ao racismo e ao sexismo.

de sistemas econômicos, racializantes, engendrados (p. 941). Para Lugones, “o sistema de gênero é não só hierárquico, mas racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade às colonizadas” (p. 942). Há um processo de subjetificação dos colonizados em direção a adoção/internalização da dicotomia homens/mulheres como construção normativa do social.

Importante destacar, à luz de autoras negras, indígenas, andinas, chicanas, periféricas, decoloniais, algumas reflexões teóricas a partir de práticas localizadas e corporificadas que envolvem questões relacionadas ao feminismo, movimento de mulheres e o que podemos chamar de cuidados coletivizados. Nesse sentido, podemos observar uma diversidade de perspectivas feministas não hegemônicas, como os feminismos comunitários, conceito proposto por Julieta Paredes (2020) ancorado na prática de mulheres andinas de países como Bolívia e Equador e que enfatiza a articulação da luta feminista com as lutas pela descolonização, pela superação do capitalismo e por uma outra concepção de relação entre humanos e natureza, além da valorização da diversidade cultural e da constituição de estados plurinacionais.

essas organizações feministas apresentam suas ações e sua existência como parte das resistências, das mobilizações, dos levantes e das construções populares, indígenas, camponesas e operárias que percorreram a América Latina desde as lutas pela independência e, inclusive, desde a conquista e a ocupação colonial espanhola, há mais de quinhentos anos. Nesse sentido, tais feminismos rompem com a ideia de que o feminismo é uma corrente trazida pelo Norte e exclusiva de mulheres brancas oriundas de países desenvolvidos. (Barragán et al, 2020, p. 234)

Algumas autoras utilizam a noção, ainda recente, de “feminismos periféricos”, que, segundo Maria da Graça Costa (2020), estaria ligado a uma perspectiva subalterna de questionamento das formas pelas quais se vivencia gênero, raça, classe e política em espaços como a cidade.

“Feminismo periférico” é uma expressão usada por Saney Souza – mulher quilombola e militante da Rede Carioca de Agricultura Urbana – para descrever a luta das mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O feminismo periférico parte do olhar “subalterno” questionando as formas estabelecidas de vivenciar a política e a cidade e reivindicando um feminismo latino-americano que necessariamente considera as intersecções de classe e raça no que se refere às desigualdades sociais. Nesse sentido, relaciona-se com outros feminismos periféricos decoloniais que vêm crescendo na América do Sul, como o feminismo comunitário. (Costa, 2020, p. 291)

Se por um lado as mulheres racializadas e pobres são as mais vulnerabilizadas na sociedade heteropatriarcal racista capitalista especialmente em territórios periféricos e contextos de múltiplas crises, elas também são historicamente as principais provedoras do

trabalho de cuidado nas chamadas “cadeias globais de cuidado” (*global care chains*) (Hochschild, 2019) ou, trazendo para o contexto das grandes cidades brasileiras, “cadeias locais de cuidado” (Fernandes, 2021), em que se mudam de cidades empobrecidas para capitais, e dentro desses grandes centros urbanos, movimentam-se diariamente das favelas para bairros nobres – não raro, gastando uma boa quantidade de horas de seu dia apenas com deslocamento em ônibus lotados - assumindo a responsabilidade pelo “trabalho duro” (Brage, 2022) de reprodução, gestão e sustentação da vida. Enquanto essas mulheres realizam o trabalho de cuidados (mal) remunerado nas “casas de família”, outras mulheres – vizinhas, avós, filhas mais velhas, primas, mulheres que “tomam conta” de crianças em troca de algum dinheiro - cuidam de suas crianças, visto que o tempo da escola não acompanha o tempo do trabalho das mães fora de casa.

Nesse sentido, faz-se necessário trazer à luz das discussões sobre a noção de cuidado, seja de perspectivas laborais, econômicas, éticas, afetivas ou políticas, as noções e práticas de cuidado articuladas localmente por esses sujeitos, a partir de suas experiências. As trajetórias das mulheres com as quais essa pesquisa se constrói são marcadas por múltiplas opressões, e o cuidado é um elemento central para a compreensão dessas experiências, seja por seu excesso, seja pela sua falta. Tronto (1997) aponta que cuidar “implica em uma responsabilidade e compromisso contínuos” (p. 187) e nesse sentido, relaciona-se a “assumir uma carga”, remetendo a origem da palavra *care* em inglês. Voltando às proposições de Fisher e Tronto (1990) sobre as etapas do cuidar, me detenho em duas delas: “oferecer cuidado” e “receber cuidados”. Quando analisamos as narrativas das mulheres que constituem a Coletiva Mulheres da Quebrada nos deparamos com um desequilíbrio estrutural nos fluxos das relações de cuidado: aquelas que mais oferecem cuidados são as que menos recebem cuidados. Cuidar, em um contexto social de precarização de vulnerabilização das mulheres negras e periféricas, torna-se mais que uma carga, torna-se uma carga excessiva, uma sobrecarga que desencadeia em adoecimentos físicos e mentais, violências, fragilização de relações familiares, falta de tempo e condições para o descanso e o cuidado de si, dentre outros problemas, produzidos socialmente, com a responsabilidade e agência do estado e das instituições, principalmente na sua ausência.

Considerando que cuidados e afetos se entrelaçam na feitura das relações humanas, informando-se mutuamente, essas mulheres sofrem, proporcional à sobrecarga advinda dos excessos de trabalho de cuidar, a falta de recebimento de ações práticas de cuidados e de afetos. Essas ausências se fazem visíveis muitas vezes pelo abandono de familiares e companheiros (muitos deles devido ao abuso de álcool e drogas ou tomados pela violência policial ou do

tráfico), pela desvalorização e exploração de empregadores, pela falta de acesso a serviços e direitos sociais públicos como educação, saúde, transporte, alimentação, moradia. Ausências marcadas por racismo, sexismo estruturais sobre corpos e territórios vulnerabilizados, que fornecem a matéria prima da sustentação da vida, o cuidado, e não o recebem em troca na mesma medida.

Entender os cuidados e afetos como necessidades humanas, e, portanto, direitos sociais que devem ser “democratizados” (Tronto, 2007) e trazidos à esfera política em contextos de sociedades que se enunciam como democracias, implica algum nível de responsabilização do Estado no fornecimento de condições para que sejam distribuídos de forma equitativa. É importante dizer sobre a ausência (consciente) de cuidados por parte do poder estatal e das políticas públicas, entendo que o “descuido” também pode ser uma escolha política repleta de agenciamentos. Quando o Estado se ausenta da responsabilidade de fornecer serviços de saúde, educação, saneamento básico, transporte de qualidade, ou quando através da força policial sobe o morro atirando primeiro e perguntando depois, podemos dizer que há uma agência (Fernandes, 2021) que passa pela falta de cuidado, um ‘descuido consciente’. É possível argumentarem depois que o tiro que matou o jovem negro, por exemplo, foi um erro individual, um acidente de percurso, na busca pelo objetivo maior de cuidar da proteção da sociedade. Culpabilizam a população desses territórios pelas faltas e ausências que experimentam, associando-as à falta de esforço suficiente, à preguiça, à ilegalidade, à desorganização familiar ou a fatores morais. A sociedade racista e elitista que se beneficia e tem a boa vida sustentada pelo povo pobre e por muitas mulheres da favela, aceita tacitamente o “descuido” generalizado e as coisas se mantêm mais ou menos seguindo a mesma lógica. Ao ‘descuido consciente’ e agenciado politicamente, de quem se beneficia das relações sociais, econômicas, reprodutivas e produtivas das margens negligenciadas pelos cuidados do poder público, podemos chamar de “necropolítica” (Mbembe, 2018), aquela marcada pelo poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, que tanto pode matar diretamente quanto deixar morrer de doença, de polícia, de sobrecarga, de fome. Esse descuido também pode relegar a esses sujeitos o lugar da mera sobrevivência na precariedade, tendo sistematicamente negados os direitos às condições de viver bem.

A lógica da necropolítica age de maneira diferente para homens e mulheres negros e periféricos. A mesma estrutura de poder que mata diretamente os homens negros, relega às mulheres negras uma vida de trabalho duro de cuidar, o que envolve ainda lidar com as ausências dos homens atingidos pela morte, pelo álcool, pelas drogas, pela doença. Além disso,

é comum terem que suprir as ausências do poder público sobre suas vidas, famílias, territórios, cuidando de suas comunidades. Falta atendimento de saúde nos serviços públicos, falta atendimento em saúde mental. O imaginário social racista e sexista sustenta a ideia de que elas são mais fortes, de que elas aguentam mais - diferentemente do ideal da mulher frágil que precisa de proteção apontado de forma sagaz por Sojourner Truth em seu clássico discurso reproduzido sob o título “e eu não sou uma mulher?” - e por isso poderiam receber menos cuidados. Enquanto isso, o Estado, as famílias de classe média, as mulheres brancas dos bairros mais ricos, se beneficiam do trabalho duro de sustentar a vida e a sociedade realizado majoritariamente pelas mulheres negras. Durante a pandemia de Covid-19, o que seria da sociedade sem os “serviços essenciais”? Quais eram esses serviços e quem os realizava? Se eram/se são tão essenciais, por que seguem sendo tão desvalorizados e precarizados? Por que são tratados como menores, inferiores? Por que a mulher negra e periférica é apartada de seu direito de receber cuidados e segue sendo inserida tão fortemente na dinâmica desigual da distribuição entre cuidar e receber cuidados?

A natureza disciplinar do Estado ancorado em discursos de cuidado pode ser perigosa e não está descolada dos interesses hegemônicos. Pode justificar guerras, como por exemplo a guerra às drogas em prol de um bem-estar e cuidado com uma determinada parcela da sociedade, que justifica ações policiais sangrentas nas favelas. Quem é “cuidado” e quem é “eliminado” pelas práticas das mesmas instituições de Estado? Como nos lembra Drotbohm, “as mãos cuidadora/protetora e controladora/punitiva do Estado podem estar estreitamente entrelaçadas” (Drotbohm, 2023, p. 8). Estado que deveria propiciar condições básicas para uma vida boa de seus cidadãos, como segurança alimentar, moradia, mobilidade, saneamento básico, educação, acesso a serviços de saúde física e mental de qualidade, lazer, dentre outros direitos que perpassam e constituem o que entendemos como uma sociedade de cuidados. Pensar a dimensão política do cuidado é entendê-lo como um direito que deve envolver os mais diversos sujeitos e instituições sociais em sua produção. Não é possível pensar na produção de uma vida “tão boa quanto possível” sem que as necessidades básicas estejam garantidas.

Produzir cuidados envolve ainda a garantia de outro recurso importante e geralmente escasso na vida das mulheres periféricas, o tempo. Tempo para cuidar de si, para o lazer, para o prazer, para aprender, para o descanso. Não se pode cuidar de tudo o tempo todo, embora muitas pessoas pareçam fazer algum tipo de milagre da multiplicação do tempo dos cuidados, dando conta de mais coisas do que um dia parece capaz de agregar. Camila Fernandes (2018), em análise sobre o “tempo do cuidado” fala sobre um trinômio que perpassa a vida das

mulheres, que geralmente tem que lidar com um desequilíbrio entre o “tempo de correr atrás”, relacionado ao trabalho para obtenção de recursos financeiros, o “tempo para os outros”, que se refere principalmente aos cuidados com crianças, idosos e doentes da família, e o “tempo para mim”, que seria o tempo do cuidado de si, o descanso, o lazer. Entender o caráter limitado do tempo dos cuidados nos leva a característica da escolha. Escolher cuidar de uma coisa (fazer uma faxina) envolve deixar de cuidar de outras coisas naquele tempo (cuidar de si através do descanso, por exemplo). Algo sempre ficará de fora. Quando falamos que as mulheres pobres e periféricas estão sobrecarregadas com tarefas de cuidados, elas estão sendo negligenciadas (às vezes por elas próprias, não por uma escolha consciente, mas porque assim as coisas se fazem na prática) enquanto sujeitos receptores de cuidados, ou sujeitos que cuidam de si. O tempo da vida dessas mulheres é roubado pela estrutura social e desigual que envolve o trabalho excessivo de cuidar e a luta pela sobrevivência. Junto com o tempo, se esvai a saúde e a vitalidade. Quando não podem mais trabalhar, dependem de outras mulheres (filhas, parentes, vizinhas etc.) para que sejam cuidadas e sobrevivam (precarosamente).

Ao descrever os “arranjos de cuidado” no Complexo do Alemão, Natalia Fazzioni (2018) propõe um olhar para o cuidado de forma ampla e descentralizada das relações individuais. Isso implicaria em retirar o cuidado como algo exclusivo da esfera privada e responsabilidade de mulheres. Trazer o cuidado para a esfera pública é trazê-lo para a política, é compartilhar a responsabilidade do cuidado entre os diferentes sujeitos sociais, incluindo o estado e seus agentes e mecanismos, para que as relações de cuidado aconteçam e as pessoas se mantenham juntas, vivas, saudáveis. Fazzioni defende a potencialidade da coletivização do cuidado, que pode envolver família, comunidade e o estado, mostrando que mesmo em diversos contextos de vulnerabilidade e em meio a precariedades e violências, essa coletivização é fundamental.

É preciso pensar na importância de levar a sério a multiplicidade de formas de praticar os cuidados, e como elas são atravessadas pelas estruturas sociais. Entender que cuidar, assim como os corpos, são feitos a partir de suas “práticas” (Mol, Moser e Pols, 2023), incorporadas, nas relações e contingências da vida cotidiana. É necessário considerar - politicamente - que vivemos em complexas redes de interdependência, que todos precisamos de cuidados ao longo de todo curso da vida (e não apenas na infância, na velhice, na doença). Para que possamos nos alimentar, pessoas tem que realizar o trabalho de preparar a terra, plantar, colher, processar, embalar, limpar, cozinhar. Para que possamos circular pela cidade de forma saudável, alguém precisa realizar cotidianamente a limpeza das ruas, casas, edifícios, a coleta do lixo, a

manutenção das estruturas que mantêm a vida funcionando. Cuidar é uma necessidade humana. O problema é o desequilíbrio nas tarefas de cuidar e a falta de reciprocidade nessas relações de interdependência. É preciso uma reavaliação sob o ponto de vista social e político, sobre tais cadeias de interdependência e reciprocidade, e o cuidado deve ser visibilizado e valorizado como matéria central da vida e um direito ao qual todos devem ter acesso.

A autora estadunidense radicada no Equador, Catherine Walsh (2013), nos apresenta uma abordagem sobre os “entrelaçamentos entre o pedagógico e o decolonial nas lutas dos povos subalternizados em contextos marcados historicamente pela colonialidade e suas implicações de raça, classe, território e gênero. Para ela, as metodologias, estratégias e práticas de luta desses povos configuram, desde os tempos da invasão colonial, pedagogias que se fazem na busca pela emancipação desses povos. A autora entende a pedagogia e o pedagógico de forma ampla e não restritos a ambientes educacionais institucionalizados. Para ela, “as lutas sociais também são cenários pedagógicos onde os participantes exercem suas pedagogias de aprendizagem, desaprendizagem, reaprendizagem, reflexão e ação” (Walsh, 2013, p. 29) e esses processos se fazem sempre a partir de dinâmicas coletivas.

As pedagogias, nesse sentido, são as práticas, estratégias e metodologias que se entrecruzam com e se constroem tanto na resistência e oposição, quanto na insurgência, o aquilombamento, a afirmação, a re-existência e a re-humanização. (Walsh, 2013, p. 29)

Em meio a precariedade e processos múltiplos de vulnerabilização de mulheres pobres, negras e periféricas, a Coletiva Mulheres da Quebrada busca uma transformar essas estruturas e fluxos desiguais de cuidado, partindo de processos de tomada de consciência crítica voltados à emancipação, a partir de dinâmicas de empoderamento e autodefinição de mulheres negras periféricas. Propicia assim, a partir de práticas políticas e pedagógicas de cuidados coletivizados, tempo para escuta de si e das outras, tempo de olhar para as próprias histórias, experiências e memórias (e também das outras). Um território seguro onde podem falar, ouvir, chorar, sorrir, dançar, expressar suas raivas, dores e sofrimentos, permitir-se ver enquanto sujeitos de prazer e afetos. Um território de cuidados coletivos, que reverbera subjetivamente em cada uma dessas mulheres, nas relações que constroem entre si naquele tempo-espço, e em suas outras construções e relações sociais, para além dos encontros e atividades na coletiva. Busca subverter essa relação desigual de cuidados, iniciando pela produção de uma consciência sobre tais lógicas estruturais e dinâmicas sociais. Tatiana Silva (2022), em pesquisa junto à Coletiva, centrada nos aspectos educacionais antirracistas desse movimento, afirma que

a Coletiva constrói pedagogias antirracistas decoloniais, à medida que configura práticas não-hegemônicas, centralizando nas populações historicamente colocadas às margens, questionando, debatendo e movimentando o sistema colonial vigente, enfrentando o racismo, o sexismo, a negação de direitos. (Silva, 2022, p. 83)

Esse movimento que convoca vozes e saberes subordinados a partir de práticas políticas e pedagógicas de emancipação (Walsh, 2013), se relacionam ao que Simone Mestre (2023) denomina “pedagogias da sororidade”, que envolve a auto-organização de mulheres subalternizadas em busca de processos coletivos de sobrevivência, autodefinição e ativismo político.

A Pedagogia da Sororidade é compreendida, neste estudo, como o processo de desenvolvimento de saberes, estratégias e princípios que visam o empoderamento das mulheres. Nesse sentido, ela se expressa nas diversas formas que essas lideranças comunitárias encontram para lutar por uma sociedade menos violenta, desigual, patriarcal e machista. Essa pedagogia representa, ainda, um processo educativo no qual as mulheres são produtoras, interlocutoras e receptoras de informações e ações que visam sua sobrevivência e a melhoria da vida coletiva. São engajamentos protagonizados por mulheres ao longo da história, que vão da luta por sobrevivência no cotidiano até a luta por participação efetiva em espaços políticos. (Mestre, 2023, p. 201)

Nos próximos tópicos, analisaremos, a partir da descrição etnográfica e análise de algumas das práticas, estratégias e metodologias realizadas no âmbito da Coletiva Mulheres da Quebrada, como esse movimento se configura como um território de cuidados coletivizado, marcado por processos de autodefinição, empoderamento coletivo e emancipação de mulheres negras periféricas. Essas práticas políticas, pedagógicas e coletivas de cuidados, nos ajudam a ampliar a compreensão sobre o conceito de cuidado, trazido para uma dimensão ética, prática e política a partir de perspectivas de mulheres organizadas em um movimento ancorado na experiência de mulheres negras, pobres, periféricas. Essas experiências situam importantes perspectivas epistemológicas (Collins, 2016) e uma produção intelectual desses sujeitos, historicamente invisibilizados. Essas práticas passam pelo exercício da fala e da escuta, do encontro em roda como território seguro e tempo de cuidados (tempo para si), um espelhamento de experiências, dores e desejos de viver bem. Passam pelo ato de olhar para si e sentir-se, de uma forma corporificada, colocando esses corpos em movimento e ocupando lugares (materiais e simbólicos) que até então lhes eram negados. Passam por articulações entre cuidado, política, afeto, trazendo-os para a esfera pública, associando a outros direitos básicos como alimentação, moradia, saúde integral (física e emocional), transporte de qualidade, dentre outros.

3.2. *Gotas de cuidado*: saúde mental como questão individual e coletiva

Como mencionado anteriormente, a ideia inicial do *Gotas de Cuidado* surge em 2018 a partir de movimentações de Scheylla Bacellar com psicólogas de seu círculo de amigas, que realizavam pequenos encontros em casas de mulheres do Aglomerado da Serra com o intuito de falar sobre saúde mental na periferia. Quando, a partir do encontro de incômodos e desejo de fazer alguma coisa das três fundadoras, configura-se a Coletiva Mulheres da Quebrada enquanto um movimento, o *Gotas de Cuidado* passa a ser um de seus principais eixos de atuação, focado na produção de cuidados em saúde mental através de atendimentos psicológicos individualizados, rodas de conversa, oficinas e outras ações terapêuticas coletivas.

O Grupo Gotas de Cuidado da Coletiva Mulheres da Quebrada tem por objetivo possibilitar a criação um espaço de acolhimento, cuidado e afeto - como proposta de atenção à saúde e proposta do cuidado com o campo emocional. Através da metodologia de Roda de Conversa e oficinas de intervenção psicossocial, a proposta tem por objetivo trazer o cuidado para o campo afetivo das mulheres participantes, sendo que o principal foco é a criação de espaço privilegiado para escuta/acolhimento das vivências e a potencialização de recursos para lidar com o campo emocional. Em consonância com o trabalho da Coletiva, o Grupo Gotas de Cuidado percebe no apoio mútuo entre mulheres e formação de redes de cuidado a principal ferramenta de trabalho, guiada pelo entendimento das especificidades de raça, gênero, classe e território que perpassam as vivências de cada uma. (Coletiva Mulheres Da Quebrada, 2023⁵⁰)

As ações do *Gotas de Cuidado* relacionadas ao atendimento psicológico individualizado e continuado foram impulsionadas pelas demandas das mulheres do território no período da pandemia de Covid-19. Observando o aumento de casos de sofrimento mental e aproveitando a visibilidade e sensibilização social gerada nos primeiros meses daquele período, as lideranças da Coletiva e psicólogas parceiras utilizaram as redes sociais para convocar psicólogos voluntários para atuarem no atendimento gratuito de mulheres do Aglomerado da Serra, sob supervisão das psicólogas coordenadoras do *Gotas de Cuidado*. Fabiana Matias, psicóloga que se juntou às atividades da Coletiva ainda em 2019 e iniciou com outras profissionais a *Rede Gotas de Cuidado*, relata que no início da pandemia as mulheres que haviam participado do projeto inicial da Coletiva e organizadas em grupos virtuais, começaram a buscar formas de lidar com aquele contexto.

A gente estava meio ainda sem entender como fazer e o que fazer. Tinham outras psicólogas... [Uma delas] estruturou um Google Forms para a gente encontrar profissionais que estivessem dispostos a participar dessa rede de apoio em saúde

⁵⁰ Trecho de documentos internos da Coletiva Mulheres da Quebrada. Proposta de atuação semestral da equipe do *Gotas de Cuidado*, 2023.

mental para essas mulheres que estavam passando por isolamento, e com isso, desemprego, violência, a própria dificuldade financeira ali, alimentar. Vários profissionais se propuseram a estar ali, fizemos um levantamento de quem estava devidamente cadastrado lá no CRP, quem estava ok, quem não estava. E montamos essa rede, ainda meio sem saber como fazer. As meninas trouxeram a lista da demanda, que era enorme, quem estava precisando desse suporte. E a gente começou a peneirar ali o que era e o que não era prioridade. Sempre tentando acertar, porque era muito grande a procura. E, na verdade, ela foi se tornando muito grande com o passar dos meses ainda do primeiro ano pandêmico. (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024)

As dinâmicas do *Gotas de Cuidado* passam pelo acolhimento inicial das demandas, realizado por uma ou mais psicólogas responsáveis, e encaminhamento dos casos para a rede de psicólogos voluntários ou outras instituições parceiras. Também são realizadas reuniões periódicas de supervisão clínica dos atendimentos psicológicos, com instituições e profissionais parceiros e reuniões mais amplas com o núcleo gestor ou com a equipe de gestão ampliada da Coletiva. Houve um período em que se estabeleceram algumas parcerias com outras redes de atendimentos psicológicos, como o grupo Efeitos, da UFMG, para as quais alguns casos eram encaminhados, incluindo casos que demandavam atendimento psiquiátrico. Em alguns momentos pontuais, essas parceiras externas também possibilitaram o encaminhamento de demandas por atendimentos psiquiátricos, bastante comuns no território, o que contrasta com a escassez de médicos psiquiatras disponíveis para realizarem atendimentos de forma voluntária, ou mesmo nos centros de saúde locais.

O *Gotas de Cuidado* chegou a contar com cerca de 40 psicólogos voluntários de diferentes partes do Brasil e até mesmo do exterior, nos anos de 2020 e 2021, atendendo em torno de 150 mulheres de forma virtual. Em situações mais graves ou dificuldade de acesso à internet ou outros impeditivos para atendimento virtual, como a ausência de privacidade para as sessões, havia atendimento presencial.

Nos deparamos com a dificuldade dessas mulheres de acessar esses atendimentos por causa da dificuldade de acesso à internet. [O aglomerado] uma região em que o sinal não é bom e a gente precisou buscar parcerias para que essas mulheres tivessem acesso. E aí tem o outro desafio que foi essas mulheres, passando por toda essa dificuldade, tendo ali uma possibilidade de apoio psicológico, mas sem condição de realizá-lo, porque elas estavam próximas demais. As casas são muito pequenas, e a família toda em casa, e às vezes o próprio violentador, abusador. E aí a gente sempre tentando criar estratégias... Sempre pensando o que a gente pode fazer, como a gente pode não perder essa mulher. A alternativa de elas tentarem ir a outros locais, na própria [sede da] coletiva, usar o espaço para fazer esse atendimento. E outros parceiros também. (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024)

Além desses desafios, a equipe do *Gotas de Cuidado* percebeu uma grande taxa de desistência, devido à dificuldade de muitas mulheres de verem a si mesmas em um processo de

psicoterapia, o que passa por conceitos pré-concebidos de que esse tipo de tratamento é destinado apenas a pessoas em situações extremas de sofrimento mental ou que se trata de algo supérfluo, “*frescura*”, “*coisa de gente rica*”. Há ainda uma grande dificuldade dessas mulheres encontrarem tempo para o tratamento psicológico individualizado, em meio a tantas tarefas e demandas da vida cotidiana, como o trabalho de cuidados remunerado e não remunerado e os deslocamentos cotidianos. Outro ponto que traz alguns desafios a essa rede de atendimentos individualizados é a falta de retorno dos psicólogos voluntários. Muitas vezes, os profissionais assumem os casos, mas não participam das reuniões de supervisão e outros processos de discussão do *Gotas de Cuidado*, dificultando o acompanhamento integrado dos casos de desistência, do agravamento de vulnerabilizações ou nas discussões acerca da postura da Coletiva em relação às práticas terapêuticas. Importante dizer que a Coletiva se posiciona diante das práticas psicoterapêuticas a partir de uma perspectiva política crítica e atenta às opressões de raça, classe, gênero e território.

A Coletiva Mulheres da Quebrada, através do *Gotas de Cuidado*, tem um papel fundamental no sentido de começar a pautar a questão da saúde mental na favela como um direito e uma forma de cuidado importante e possível de ser acessada pelas mulheres periféricas, e não um mero privilégio de pessoas de classe média ou alta que podem pagar por esses cuidados.

Essa coisa de cuidado com psicólogo sempre foi em algum momento da vida em que alguma pessoa da nossa família tinha passado por um momento de morte. Filho de fulana, que morreu, que o marido espancou até a morte, tem que levar aquele menino no psicólogo, senão aquele menino vai crescer e vai virar malandro. Então cuidado com psicólogo nunca foi preventivo, sempre foi depois de um trauma. E para mim foi um privilégio começar um tratamento com psicólogo quando eu já estava adulta, também por causa de uma depressão, e o dia que eu ofereci para minha mãe um tratamento psicológico pelo Mulheres da Quebrada, e a minha mãe aceitou, pra mim foi uma vitória, porque era uma demonstração de amor, de cuidado, de afeto, e depois que a minha mãe começou a fazer o tratamento, um dia no telefone, ela falou assim, minha filha, eu te amo. (Anair Patrícia, 2021⁵¹)

E a Coletiva também trouxe para dentro da favela uma discussão que na minha cabeça é extremamente importante, que é a questão da saúde mental. A Coletiva abordou para a gente essa questão de fazer um tratamento psicológico, da importância disso, porque eu penso que todo e qualquer ser humano deveria fazer um tratamento psicológico, porque isso é essencial na vida de qualquer pessoa, eu acredito. E isso é uma coisa que as pessoas pobres e faveladas raramente escutam em casa, aprendem em casa, tem esse incentivo em casa, e ver outras mulheres tendo

⁵¹ Coletiva Mulheres da Quebrada. Ser Mulher, Ser Território Próprio. 2021. Documentário, 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada Acesso em: 30 mar. 2024.

esse incentivo e buscando por isso, pra mim foi mágico. A Coletiva também me ofereceu uma psicóloga, porque na época eu não tinha condições de pagar por um tratamento completo, eu consegui uma com preço social através da Coletiva, e isso salvou a minha vida. (Thamara Selva, 2021⁵²)

Com a retomada oficial das atividades presenciais da Coletiva no início de 2022, o *Gotas de Cuidado* passou a realizar encontros terapêuticos coletivos, a exemplo daqueles de 2019, em formatos de roda de conversa ou oficinas, geralmente às quintas-feiras à noite, conduzidas por uma ou duas psicólogas e eventualmente por convidadas para tratar de temáticas específicas. Esses encontros costumam contar com cerca de 30 a 40 mulheres do território e passam por temáticas diversas, como violência doméstica, territorialidade, racismo, trabalho, relações intergeracionais, sexualidade e relações amorosas. Em 2022, Fabiana Matias coordenou uma série de nove encontros sobre *Perdas e Luto*, semanalmente, entre os meses de abril e junho. Cada um dos encontros partia de um tema ou questão norteadora, e a metodologia proposta passava por leituras coletivas de músicas ou poemas relacionados ao tema, e espaços abertos para a fala livre das mulheres, com a mediação da psicóloga. Além dos encontros de abertura e a confraternização final, as temáticas dos encontros dessa série foram: “luto: como lidar com essa dor?”; “por que é tão difícil lidar com a morte?”; “quem eu mais amava se foi: sobre o desapego”; “sobre a impermanência: qual o sentido da vida?”; “a culpa: assumindo as rédeas da própria vida”; “cartas, fotos e outras lembranças”.

E com o retorno presencial dos encontros, eu trabalhei a temática do luto. Eu achei que seria muito relevante, porque teve uma busca muito grande durante a pandemia [...] Ai eu trouxe a temática do luto e... durante o processo, o trabalho com o luto, eu trabalho em várias etapas, contextos reflexivos, sempre abrindo espaço para a fala dessas mulheres, para falar sobre as experiências, sobretudo nesse período que a gente sabe que muitas perderam muitas pessoas, muitos amigos, vizinhos. E eu percebi que tinha uma questão ali do luto pela violência e pela violência sexual, o abuso, o assédio, que estava incomodando muito aquele grupo, que foi um grupo muito grande. E aquilo também começou a me angustiar muito [...] porque o luto das mulheres periféricas, eles são muito maiores. São lutos que vêm ao longo da trajetória da vida toda. São as violações, são as violências, os abusos, o medo frequente da perda, porque elas vivem com o medo da perda impregnado na pele, na essência, porque é a perda pela violência policial, pelo fato de seus parentes, a grande maioria, serem pessoas negras, e as pessoas negras, infelizmente, elas sofrem muito mais violência, as mulheres trazem muito isso no relato delas. E muitas realmente perderam ali os parentes por questões de justiça social mesmo. Tem a perda do parente que acaba indo preso. Então, é um luto por um parente que está preso ou apreendido, quando é os adolescentes, como lidar com aquilo, como lidar

⁵² Coletiva Mulheres da Quebrada. Ser Mulher, Ser Território Próprio. 2021. Documentário, 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada Acesso em: 30 mar. 2024.

com a sociedade, como você se percebe ali, dentro daquele processo? (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A abordagem da saúde mental trabalhada pelo *Gotas de Cuidado* passa por um olhar crítico e sensível a questões e violências que estruturam a sociedade e organizam a experiência das mulheres negras periféricas. Os adoecimentos mentais, para além da perspectiva do diagnóstico ou do tratamento baseado em premissas genéricas, são entendidos como produzidos social e politicamente, por dinâmicas marcadas pelo racismo, sexismo e outras violências, sendo tratados como algo social e não apenas na esfera individual. Essa perspectiva pode ser entendida a partir do conceito de “sofrimento social”, que “resulta do que o poder político, econômico e institucional faz às pessoas e, reciprocamente, de como essas próprias formas de poder influenciam as respostas aos problemas sociais.” (Das, Kleinman e Lock, 1996, p. 1, tradução nossa).⁵³ Nesse sentido, além de reconhecer, coletivizar e desnaturalizar as causas do sofrimento mental, apontando para causas como o racismo, o sexismo, as profundas desigualdades de classe e território e relações de poder envolvidas, a Coletiva propõe em suas frentes de atuação, um enfrentamento a tais problemas estruturais. Essas estratégias passam pela produção de reflexões críticas coletivizadas e territorializadas, partindo do ponto de vista das mulheres periféricas situadas nesse território, visando à transformação da sociedade e à melhoria de suas vidas de forma mais ampla. Para isso, os encontros terapêuticos coletivos, sempre pautados por acordos coletivos de *respeito e sigilo*, tem uma potencialidade enorme na construção de consciência crítica, empoderamento coletivo, identificação e combate a situações de violência, estímulo à autoestima de mulheres negras, dentre outras. Essa forma de produção de cuidados em saúde mental é diferenciada dos atendimentos individualizados, sendo complementar a estes, de algumas formas.

Os atendimentos individuais têm uma questão muito pessoal, muito íntima. O trabalho ali, o cuidado na saúde mental específica de cada pessoa, de cada caso, ele acontece de uma maneira mais intensa, porque é específico. Já as rodas [...] o trabalho em grupo, tem um efeito muito maior, ele reverbera muito mais, ele traz resultados, porque a experiência de um transformando a realidade, a experiência e a vida do outro, e a gente acaba que ficando, de certa forma, na mediação. Não são encontros terapêuticos, mas ele acaba cumprindo esse lugar, sabe, de terapia. Porque a gente vê resultado, a gente vê transformação, a gente vê conscientização, inclusive política, dessas mulheres ali. Elas começam a se comportar de maneira a resgatar outras mulheres, conscientizar outras mulheres e a transformação da própria sociedade, do próprio meio onde elas vivem. O trabalho em saúde mental dentro da roda, eu acho

⁵³ No original: “Social suffering results from what political, economic, and institutional power does to people, and, reciprocally, from how these forms of power themselves influence responses to social problems.”

que ele é muito maior. Você despertando ali um olhar coletivo em cima daquelas demandas. (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024)

As práticas coletivas do *Gotas de Cuidado* possuem um caráter de conscientização política associadas à produção de cuidados em saúde mental. Uma das temáticas recorrentes trabalhadas nesses encontros é o combate à violência doméstica, tendo sido realizados uma série de encontros voltados para essa temática, conduzido pelas psicólogas da Coletiva e convidadas. Um desses encontros aconteceu em 03 de março de 2022 e foi um dos primeiros de retomada das ações presenciais. O encontro foi conduzido por psicólogas do *Gotas de Cuidado* e estava associado a uma ação iniciada no grupo *Parças*, com foco na questão da violência doméstica no Aglomerado da Serra. As mulheres presentes foram estimuladas a falar sobre suas experiências e estratégias de combate a esse tipo de violência. Uma delas começou dizendo que violência doméstica não se trata apenas de agressões físicas mais sérias, mas também tapa na cara, empurrões, agressões verbais ou manipulações psicológicas. Outra mulher presente, concordou, mas disse que *“apanhar é muito pior”*. Acrescentou que apanhou muito durante nove anos, e que é muito difícil sair do ciclo da violência dentro de casa por *“vergonha e medo do que os outros vão pensar”*. Contou ainda que seu marido falava que ela *“era safada e gostava de apanhar”* mas que não se separava por causa dos filhos. Chegou a ficar irreconhecível e passar 17 dias no hospital, depois de sofrer uma agressão do ex-companheiro, que a esfaqueou, por não aceitar o fim do relacionamento. Depois disso, rompeu definitivamente o relacionamento e nunca mais aceitou apanhar: *“não vale a pena passar por isso e é possível sair dessas relações. Se amar e se valorizar é o primeiro passo. A partir daí não se aceita mais a violência”*. Outra participante desse mesmo encontro reflete que *“é muito difícil ser mulher e não sofrer violência”*. Para ela, *“o auge foi o ex-companheiro pegar no seu pescoço”*, o que desencadeou a separação, mas não começou com isso, *“sempre começa com pequenas violências, eles vão dando sinais”*. Ela acredita que *“sempre é possível parar uma relação tóxica”* e *“é importante identificar os primeiros sinais, não precisa chegar a esse ponto”*, apesar de *“sermos condicionadas dessa forma, a permanecer e nos paralisar no lugar de vítima, nossa autoestima é totalmente destruída.”* Uma das psicólogas do *Gotas de Cuidado* ponderou sobre a importância de pensar a diferença entre responsabilidade e culpa da vítima em situações de violência, e que aquele espaço é voltado ao apoio entre mulheres, fortalecimento, escuta e atenção ao sofrimento uma da outra: *“crescemos condicionadas socialmente para o casamento patriarcal e a disputa entre mulheres, o julgamento entre as mulheres atrapalha muito”*. Outra liderança da Coletiva reforçou a importância daqueles

encontros como lugar de acolhimento: *“não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras”*. Ressaltou também a importância da fala nesse processo: *“a culpa faz a gente silenciar sobre assuntos desconfortáveis. Silenciar é não resolver, e o problema aumenta”*. A conversa seguiu sobre a questão dos ciclos de violência, muitas vezes reproduzidos por quem sofre, entre pais, mães e filhos, o que sempre leva a mais violência. Falaram também sobre os padrões dos agressores, que oscilam entre violência, pedidos de desculpa e declarações de amor e levam ao silenciamento, vergonha e afastamento de outras relações familiares e de amizade. Dentre as presentes, houve quem mencionasse as violências provocadas pelo alcoolismo e por drogas, e como tais questões foram resolvidas na igreja. Algumas psicólogas alertaram para os riscos de pensar que ciclos de violência são resolvidos apenas com o discurso religioso, lembrando que é preciso atenção e cuidado. Ao final do encontro, as mulheres propuseram juntas, estratégias de ação para lidar com casos de violência doméstica, a partir do que foi abordado naquela roda. Algumas estratégias levantadas pelas mulheres, sistematizadas pela equipe da Coletiva e elencadas ao final do encontro, foram *“identificar os sinais no início, estando dentro ou fora da situação diretamente”*; *“ir embora”*; *“buscar autonomia financeira”*; *“comprar um facão pra se proteger porque a nossa lei não nos protege”*; *“criar meninos e meninas para quebrar os ciclos de violência”*; *“identificar a reprodução da violência”*; *“desnaturalizar as violências sutis em nossas pequenas relações cotidianas”* (Notas de caderno de campo, 2022).

Uma mulher disse que é muito difícil contar com a justiça e o Estado, que não as protegem. Contou que uma vez sofreu agressão do marido e revidou, e que foi orientada pela advogada a não denunciar a agressão, pois também havia agredido. Uma das psicólogas alertou dizendo que há estratégias que em vez de nos proteger nos colocam mais em risco. Destacam que atualmente há mais possibilidades de denunciar e sair das situações de violência, e instituições como a Coletiva podem ser importantes nesse processo, de acolher e promover reflexões juntas para ajudar as mulheres a sair dos ciclos de violência. Uma das lideranças presentes, lembrando da ação que ocorreria naquela semana pelo Dia Internacional da Mulher com a temática da luta contra a violência doméstica no território (o *8M na Quebrada*) convoca as mulheres presentes *“a levarem a luta contra a violência doméstica para as ruas da quebrada”*, apesar dos riscos, porque é *“justamente ali que rolam as tretas”*, para que *“os homens saibam que as mulheres estão reunidas e não aceitam mais violência. Precisamos ir juntas!”*.

Importante pensar o quanto a temática da violência doméstica mobiliza traumas, memórias, afetos e engajamento nas mulheres desse território. Quase todas elas têm alguma experiência pessoal ou de pessoas muito próximas que sofreram os mais diversos tipos de violência. Sua leitura e análise crítica sobre essas situações é bastante aguçada, revelando uma consciência social e envolvimento com tais experiências. A percepção de muitas delas é de impotência diante de uma estrutura social que em vez de protegê-las, reproduz ainda mais violências, negando muitas vezes o acesso à justiça. Além dos muitos problemas estruturais e subjetivos que envolvem ciclos de violência no âmbito de relações familiares, torna-se também difícil para muitas delas falar sobre esse tema e principalmente sair das situações de violência. Como vimos anteriormente, o evento nas ruas da quebrada contra a violência doméstica contou com pouca participação das mulheres do território, incluindo boa parte daquelas ali presentes no encontro. Uma das razões pode ser o medo e a dificuldade de trabalhar com temáticas como a violência doméstica em um território marcado por reprodução de violências e discursos autoritários de caráter religioso.

Em outro encontro do *Gotas de Cuidado*, no mesmo mês, as mulheres foram estimuladas a falar sobre o que sentiam e esperavam dos encontros presenciais da Coletiva, buscando construir juntas algo como uma avaliação e planejamento dos próximos passos do grupo. Estiveram presentes cerca de 15 mulheres, e algumas delas já participavam desde o projeto de 2019 e conheciam as dinâmicas dos encontros do *Gotas de Cuidado*. Elas relataram sentir muita falta desses encontros presenciais durante o período de isolamento social da pandemia de Covid-19, das *conversas, do afeto e do acolhimento*, embora o grupo virtual *Parças* tenha, de certa forma, cumprido em partes esse papel. Outras disseram ter conhecido a Coletiva durante a pandemia, tendo chegado inicialmente em busca das cestas básicas e depois foram descobrindo e se interessando pelos encontros presenciais, as trocas nos grupos virtuais e outras ações. Uma delas afirma que os encontros do *Gotas de Cuidado* são algo que não encontram em outros lugares, e que “*são importantes para traçar estratégias de vida, ouvindo as outras e também podendo falar*”. Fala ainda que “*acolhimento é ser ouvida, percebida. Estamos tão condicionadas a cuidar que não nos permitimos ser cuidadas*”. Ela fala sobre falta de amor, diz que “*nunca foi cuidada e acolhida em casa, tem dificuldade de ser cuidada e aceitar ajuda*”. Diz que “*a Coletiva é um espaço de escuta e de fala. E eu preciso muito falar!*” No mesmo encontro, outra mulher fala que “*chegou à coletiva buscando ajuda material, mas encontrou outras formas de apoio, como o apoio emocional, que ali ela passou a se ver como alguém importante, passou a “olhar para si mesma: “Eu achava que só era cuidadora. Percebi que*

deveria cuidar de mim. Eu ainda não tinha visto por esse lado. Passei a ter um olhar diferente para mim". Uma participante diz que *nunca teve amor, fui encontrar afeto aqui. "Pela primeira vez me enxerguei para além da função de cuidar do outro e ser recriminada, ser colocada para baixo."* Ela fala que quando chegou ficava intrigada como o nome "Mulheres da quebrada" e diz, *"depois de um tempo entendi que é porque muitas mulheres chegam até ali quebradas, assim como eu"*. Conta que foi se recompondo com o trabalho da Coletiva, com os atendimentos psicológicos, os encontros presenciais, fala sobre a importância do simples poder ser quem se é nesses espaços, poder estar à vontade e se sentir acolhida com seu cabelo natural, suas roupas curtas, seu estilo de falar, sentir-se segura estando entre iguais. Uma outra participante fala que *"tem hora que a gente só quer falar um pouco, mas não tem muita gente interessada em ouvir"* (Notas de caderno de campo, 2022).

As quintas-feiras à noite, desde os primeiros encontros do projeto Mulheres da Quebrada em 2019, tem sido um marco semanal para as mulheres que participam dos encontros do *Gotas de Cuidado*. Muitas delas vão até a sede da Coletiva nesse dia da semana, mesmo sem divulgação das atividades, por exemplo nos períodos de pausa nas atividades para férias ou por indisponibilidade da equipe. Trata-se, para muitas delas, além de um momento terapêutico produzido coletivamente, de um momento de produção de sociabilidade, lazer, um tempo que reservam em suas rotinas fora das obrigações e demandas, um tempo para cuidar de si a partir da fala e da escuta, mas também do encontro e da diversão. Em entrevista, Luamanda, participante ativa dos encontros do *Gotas de Cuidado*, conta que prefere participar das rodas e não se dá bem com atendimentos psicológicos individuais, que, segundo ela, mexem com ela de um jeito muito difícil. Luamanda diz que os encontros do *Gotas de Cuidado* são o "sextou" dela e das amigas que conheceu na Coletiva, sendo para elas também um espaço de divertimento. Depois dos encontros elas continuam juntas, tomam uma cerveja na rua antes de voltar para casa. Uma pausa na rotina esgotante do cuidado com três filhos pequenos. *"A quinta nossa é um sextou, porque como a gente tem filho e a gente não sai, então é o tempo que a gente tem pra esfriar a cabeça"* (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024). Ela conta sobre como chegou na Coletiva, evidenciando a dinâmica em que *"uma mulher vai levando a outra"* e as relações estabelecidas vão consolidando essa participação. *"A minha amiga me levou e eu levei minha irmã. Ai depois eu levei minha vizinha e todo mundo que eu encontro eu vou chamando"*. Ela destaca a importância desses encontros como um espaço seguro de fala e escuta atenta, espaço onde ocorre um espelhamento, um reconhecimento entre mulheres que passam por experiências semelhantes.

É um espaço seguro. E o mais legal é que é só de mulheres. Então a gente tem aquela liberdade de falar qualquer momento, qualquer coisa, entendeu? Ai é aquela abertura total. E outra, eles te dão um ouvido no que você fala. O mais importante de lá, não é aquele tipo de pessoa que você fala e a pessoa finge que tá te ouvindo. Lá você vai falando, a pessoa vai interagindo com você, ela sente a mesma dor que você.
(Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)

A articulação do debate relacionado ao racismo, sexismo e opressões de classe, geração e território às questões de saúde mental, tanto nos atendimentos individuais quanto nos encontros em roda, são também um importante eixo de construção de consciência social e política no combate a violências estruturais. O Gotas de Cuidado é sensível ao fato de que as questões psicológicas das mulheres daquele território possuem especificidades, estão atreladas a questões estruturais que agem profundamente nas subjetividades e na vida cotidiana dessas mulheres. Essas questões são trabalhadas de forma integral, entendendo essas mulheres com suas questões pessoais, suas trajetórias de vida individuais, mas também como parte de um território, de uma coletividade com dores, desejos e problemas semelhantes. Essa abordagem psicológica possui ainda um olhar que parte da experiência concreta do território. As lideranças da Coletiva compreendem a saúde mental sob um outro viés, uma linguagem mais próxima, de um compartilhamento de experiências localizadas. Em reunião da equipe de gestão, uma das supervisoras fala da importância do trabalho da Coletiva no sentido de que *não precisamos psicologizar tudo*, e que podemos alcançar outras formas de resolver questões estruturais, sociais e emocionais dessas mulheres, sob uma perspectiva mais ampla da saúde mental. A perspectiva da saúde mental na Coletiva prioriza a escuta atenta e a contextualização social de cada mulher, compreendendo de onde ela vem, como chegaram até ali, com uma leitura não apenas individual, mas social.



Figuras 6 e 7: Materiais produzidos pela equipe de comunicação da Coletiva Mulheres da Quebrada para divulgação de encontros do Gotas de Cuidado. 2022. Fonte: Instagram



Figura 8: Encontro do Gotas de Cuidado. Foto da autora, 2022.



Figura 9 – Corredor do afeto. Dinâmica realizada no encontro do Gotas de cuidado. Foto da autora, 2023

3.3. Encontros em roda



Figura 10: Encontro de fim de ano da Coletiva Mulheres da Quebrada. Foto da autora, 09 de dezembro de 2021.

A figura acima mostra um dos primeiros encontros presenciais após o período de isolamento da pandemia de Covid-19, e praticamente o primeiro em que eu participava com esse formato. Havia pouco tempo que a Coletiva tinha se consolidado enquanto um *movimento* e passado a ter uma sede própria, um imóvel alugado, próximo à Praça do Cardoso e com um posicionamento estratégico que de alguma forma facilitava o acesso das mulheres das oito vilas do vasto território. No final de 2021 os encontros em roda eram momento de apresentar objetivos daquele movimento. Era importante explicar para as muitas mulheres que conheceram a Coletiva a pandemia, que o objetivo não era apenas a distribuição doações. Havia uma intenção de retomada daqueles encontros iniciados em 2019, mas era também outra coisa. A Coletiva tinha crescido muito, passou a receber muitas pessoas, demandas, ganhou visibilidade. No território, o *boca-a-boca* era o principal responsável por espalhar o nome daquele grupo que cuidava das mulheres do aglomerado. Muitas mulheres naquele dia vieram por informações do grupo *Parças*, outras por convite de vizinhas e amigas. Muitas nem conheciam a Coletiva, e algumas acharam que o encontro na verdade seria para entrega de cestas básicas. Havia mais de 40 participantes, que levaram muitas crianças, das quais eu fiquei ajudando nos cuidados, para que as mulheres pudessem participar da roda de conversa coordenada pelas psicólogas do

Gotas de Cuidado. O encontro teve início com uma dinâmica em que cada pessoa presente pegava um certo número de pedras, representando os desafios e as dificuldades do ano de 2021 e falavam na roda sobre essas dificuldades, colocando as pedras em um pote de vidro. Me impressionava ver a quantidade de mulheres dispostas a estarem ali reunidas em uma quinta-feira à noite depois de um dia de trabalho duro. Uma das questões mais faladas por todas foi a pandemia de Covid-19, por terem perdido alguém, cuidado de pessoas doentes ou por terem elas próprias adoecido. Quase todas falaram sobre adoecimento mental, uso excessivo de medicação psiquiátrica, muitas vezes sem acompanhamento adequado. Algumas relataram que a terapia continuada com um psicólogo se tornou possível pela Coletiva. A pandemia também atravessou a vida delas pela questão do desemprego, da crise econômica, da fome, crianças sem escola, atendimentos de saúde ainda mais precarizados.

As práticas dos encontros em roda pela Coletiva Mulheres da Quebrada ganharam força ao longo de 2022 e nos anos seguintes, passaram a ser sua principal prática. Tanto aqueles encontros e oficinas conduzidos pelas psicólogas do *Gotas de Cuidado*, quanto outras iniciativas que evidenciam a potencialidade da produção de cuidados coletivos a partir do encontro. Uma delas é fruto da parceria da Coletiva Mulheres da Quebrada com a Universidade Federal de Minas Gerais através do projeto de extensão "Ser Mulher, Ser Território próprio: Articulações entre a Coletiva Mulheres da Quebrada BH, a Psicologia Comunitária e o Feminismo Negro", coordenado pela professora Paula Gonzaga, do Departamento de Psicologia e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - Conexões de Saberes UFMG. Essa parceria tem como objetivo estabelecer a articulação de saberes entre as lideranças da Coletiva e a universidade, a partir da abordagem da Psicologia Comunitária, com foco em questões das mulheres negras periféricas e uma abordagem antirracista, territorializada, trabalhando questões como autoestima e empoderamento feminino a partir de rodas de conversa. De acordo com Paula Gonzaga, em entrevista para a Rádio UFMG Educativa

A psicologia comunitária é uma vertente da psicologia social. Ela já existia em uma outra modalidade nos EUA, mas na América Latina ela ganha força como a psicologia da transformação social. **É uma psicologia que pensa o indivíduo de modo indissociado de seu grupo, de seu território, os processos coletivos inclusive como processos que têm efeitos terapêuticos e emancipatórios. A gente rompe com essa ideia de que eu recebo um indivíduo dentro de um set indefinido e ele chega com suas questões individuais. No âmbito desse projeto estamos trabalhando com a psicologia comunitária e com o alinhamento do feminismo negro, porque a gente entende que o racismo, o machismo, a violência de gênero, a violência LGBTQfóbica, são violências que produzem sofrimento mental.** Produzem a ideia de que eu não faço parte, eu não posso existir, de que tem algo de errado. E muitas vezes o modelo tradicional clínico da psicologia não vai chegar nesses lugares, não vai chegar a entender que não adianta a gente intervir em um sujeito se a gente considera que aquele sofrimento não está brotando naquele sujeito, de modo aleatório, ele está inserido muitas vezes em relações que produzem humilhação social, então

quando a gente escuta por exemplo mulheres narrando de viver da coleta seletiva de materiais, sendo humilhadas na rua, senhoras, a gente está falando que isso gera dor, isso gera sofrimento. Então, como a gente lida com isso? Como a gente acolhe isso? Como é que a gente garante um lugar onde as pessoas possam falar? Então a psicologia comunitária é esse lugar onde a psicóloga dá um passo atrás desse lugar onde ela seria um sujeito do suposto saber e **a gente admite que a gente também está aprendendo sobre a dor do outro e para isso a gente tem que estar disposta a escutar no lugar onde ele vive, onde ele sofre, no lugar também onde ele vai poder trabalhar essas dores e transformar em outras coisas**⁵⁴. (Paula Gonzaga, 2023, grifo nosso)

Os encontros em roda com as moradoras do Aglomerado da Serra, no âmbito dessa parceria pautada pelos princípios da Psicologia Comunitária e das articulações de saberes entre academia e comunidade, aconteceram ao longo de 2023 e 2024, conduzidos pela pesquisadora e psicóloga, Karla Carvalho, mulher negra nascida no Vale do Jequitinhonha, interior de Minas Gerais, como parte de sua formação acadêmica. Geralmente às quartas-feiras à noite e trabalhando com metodologias diversas, os encontros são ancorados nas premissas dos feminismos negros e decoloniais.

Ao falar sobre a construção dos encontros a partir das práticas já consolidadas pela Coletiva na experiência do *Gotas de Cuidado*, Karla localiza a Coletiva como um “importante dispositivo de cuidados e saúde”, parte da rede que se articula territorialmente no Aglomerado da Serra, mas que possui práticas diferenciadas dos demais dispositivos de cuidado e saúde, por se pautar em uma abordagem coletiva e afetiva, que considera de fato uma escuta atenta ao que essas mulheres têm a dizer.

a Coletiva traz esse olhar de construção de uma rede, onde nós mesmas, com as nossas individualidades, as nossas diferenças, não desse lugar de julgamento, mas juntas, a gente busca medidas e formas de enfrentamento a essas violências. [...] Como como conversar sobre isso num espaço em que essas mulheres podem também trazer suas experiências, onde elas que falam sobre essas experiências e não estão apenas para ouvir o que o profissional está ali para impor. Então sempre ficamos nessa postura enquanto psicóloga, de não estar ali para levar conhecimento, para poder falar o que é violência, quais são os tipos de violência, mas para ouvir das mulheres quais são os tipos de violência que elas vivenciam e que quais são as formas de enfrentamento ali que elas já possuem e como juntas, utilizando também o saber da academia, articulado também para poder pensar estratégias. Então é articular esses saberes, é uma das propostas que a gente tem enquanto projeto, articular saberes com a Coletiva. (Karla Carvalho, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

⁵⁴ Entrevista concedida à Alessandra Dantas. Rádio UFMG Educativa, Belo Horizonte, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://soundcloud.com/radioufmgeducativa/parceria-da-ufmg-com-a-coletiva-mulheres-da-quebrada-leva-psicologia-comunitaria-a-periferia-de-bh>. Acesso em 10 mar. 2024

Os encontros articulam então, saberes, perspectivas e pontos de vista situados das mulheres periféricas, e contribuições acadêmicas, principalmente de intelectuais dos feminismos negros.

é uma proposta de pensar a saúde mental das mulheres negras e periféricas, mas que fossem referendadas não apenas pelo saber da psicologia comunitária, mas também por saberes que as mulheres negras têm construído. Então me referindo a intelectuais negras como Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, as próprias lideranças da Coletiva, a Scheyllinha, a Simone e a Sandra, como elas pensam essa saúde mental, como o “Gotas de Cuidado” foi pensado. **Então é a partir daí que eu construo esses encontros. “Como as mulheres negras fazem?”; “Como elas estão pensando essas estratégias de cuidado à saúde mental?”.** (Karla Carvalho, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Voltando à noção de “encontro” como metodologia, abordada por Paula Gonzaga (2019) que pode produzir entre mulheres negras, com experiências semelhantes, um efeito de espelho em que podem partilhar memórias, dores, resistências, estratégias, vivências, (re)conhecendo umas às outras e a cada uma delas próprias, é possível dizer que a Coletiva Mulheres da Quebrada proporciona esse efeito a partir da prática dos encontros de cuidados em roda, voltados à saúde mental de forma ampla e integral. Desses efeitos, outros decorrem, como transformações (inter)subjetivas e políticas. Nesse sentido, é importante dizer que, assim como Karla Carvalho, a maioria das psicólogas que conduzem os encontros em roda são mulheres negras, e esse fato produz um efeito de espelhamento, reconhecimento mútuo e partilha de experiências.

Os encontros em roda consideram a perspectiva situada das mulheres negras periféricas na construção de processos do que Patrícia Hill Collins (2016) denomina “autodefinição”, como ferramenta de emancipação e ativismo de mulheres negras. Segundo a autora, as experiências de mulheres negras têm sido marcadas por uma série de atos de resistência, que podem acontecer tanto de forma organizada quanto anonimamente. Os processos de autodefinição têm a potencialidade de articular esses atos de resistência, expressando “pontos de vista coletivos e autodefinidos de mulheres negras”, quebrando “imagens de controle” produzidas por outros atores sociais a partir de relações de poder de dominação pautadas pelo racismo, sexismo e desigualdades de classe e território, reafirmando os processos de subjetivação e humanização desses sujeitos sociais. Segundo Patrícia Hill Collins,

Quando mulheres negras definem a si próprias, claramente rejeitam a suposição irrefletida de que aqueles que estão em posições de se arrogarem a autoridade de descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições. Independentemente do conteúdo de fato das autodefinições de mulheres negras, o ato

de insistir na autodefinição dessas mulheres valida o poder de mulheres negras enquanto sujeitos humanos. (Collins, 2016, p. 102)

A autora fala sobre a importância da constituição de “espaços seguros” em que as mulheres possam construir seus próprios pontos de vista, rejeitando assim os lugares pré-concebidos pelas estruturas sociais impostas, criando seus próprios discursos, estruturas e significados. Esses espaços, ou “lugares institucionais nos quais as mulheres negras constroem autodefinições independentes” ainda teriam um papel na alimentação da conscientização dessas mulheres (Collins, 2016), refletindo “a natureza dialética da opressão e do ativismo”. Um desses lugares seguros, sem dúvida, parte do relacionamento de mulheres negras entre si, segundo a autora.

Escolas, a mídia impressa e os meios de comunicação, agências governamentais e outras instituições do ramo da informação reproduzem as imagens controladoras da condição de mulher Negra. Em resposta, as mulheres Negras se utilizaram tradicionalmente das redes familiares e das instituições da comunidade Negra como espaços para se opor a tais imagens. Por um lado, essas instituições da comunidade Negra têm sido de importância vital para o desenvolvimento de estratégias de resistência. (Collins, 2016, p. 7)

Collins descreve experiências coletivas de mulheres reunidas, nas quais, a partir da fala e escuta compartilhada, transformavam experiências de violências sofridas em outras coisas. “Cada uma sabia que apenas outra mulher negra poderia entender completamente como era se sentir tratada daquela maneira e de responder na mesma moeda” (p. 10). Falar e ouvir outras mulheres com experiências semelhantes é um movimento de sair de um lugar de silêncio acerca dos sofrimentos sociais advindos das opressões interseccionais. Trata-se do que Audre Lorde chama de “transformar o silêncio em linguagem e ação.” (Lorde, 2019, p. 53)

As práticas dos encontros em roda na Coletiva Mulheres da Quebrada também se baseiam na noção de “empoderamento”, tanto como premissa metodológica norteadora quanto como um conceito trabalhado junto com as mulheres, articulando com seus saberes. É importante salientar que o entendimento do termo não parte de uma ideia individualista neoliberal, tampouco na ilusão de que se pode “dar poder” a sujeitos totalmente autônomos e independentes. Empoderamento, aqui, se refere a processos políticos e coletivizados, de tomadas de consciência dos processos de opressão e violências estruturais, e na transformação dessa consciência política em práticas voltadas a mudanças dessas estruturas sociais de poder. Joice Berth (2019) sintetiza esses processos de empoderamento no âmbito dos feminismos negros e interseccionais da seguinte maneira:

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, criar ou descobrir em si mesmo ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade.” (Berth, 2019, p. 21)

Esses processos de empoderamento, ancorados nas práticas de autodefinição e autoavaliação de mulheres negras, têm a ver com as formas pelas quais os grupos oprimidos ganham consciência crítica e possibilidades de ação para lidar com as opressões. Ou seja, tem a ver com processos políticos de emancipação, que incluem transformações individuais e coletivas, articuladas.

ora, se a coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elemento em comum, é intrínseco que estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes (Berth, 2019, p. 52)

Patricia Hill Collins (2016) reafirma a importância dos espaços seguros de autodefinição, que passa muitas vezes pelo ato de poder falar livremente, como fontes de “politização das mulheres negras”, em vistas de transformação das estruturas de opressão que sistematicamente as violentam. Os encontros em roda promovidos pela Coletiva Mulheres da Quebrada se pautam na valorização da escuta atenta ao que essas mulheres têm a dizer, das perspectivas intelectuais, práticas e políticas que partem das experiências concretas dessas mulheres.

Elas queriam falar sobre as experiências com as patroas por exemplo. Então eu começo primeiro construindo encontros e a pensar, como essas mulheres negras estão construindo essas práticas? Cada encontro era baseado nessas questões. Então a gente inicia pensando esses encontros para pensar por exemplo como essas mulheres estão pensando em autoestima, como elas se enxergam, como elas se veem. Porque a gente teoriza sobre as imagens que se tem sobre as mulheres negras, mas como elas se enxergam, como elas pensam esses arquétipos? Elas se veem enquanto essas mulheres? Quais são as referências para elas de mulheres? Para poder escutar primeiro, como elas se veem, como elas se enxergam, e a partir daí a gente pensa nas outras formas de como a gente pensa autodefinição também. (Karla Carvalho, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Collins (2016) afirma que, “quando institucionalizadas as autodefinições se tornam fundamentais para desenvolver pontos de vista feministas negros politizados. Assim, é muito mais do que a simples expressão da voz que está em jogo aqui” (p. 21). A autodefinição, em contextos marcados por violências, é uma forma de sobrevivência (e, claro, de viver melhor) de mulheres negras periféricas, a partir da rejeição das imagens de controle e construção de outras imagens de si próprias, autodefinidas, autovalorizadas. Collins (2016) destaca que os processos de autodefinição se relacionam a um movimento de “sair do silêncio em direção à linguagem”, à voz, e “em seguida à ação, individual e em grupo” (p. 34)

Então começo a trabalhar expectativas e projetos de vida, mas não nesse sentido mercadológico, mas projetos no sentido de vida de aspiração de futuro. A negritude é podada de pensar o futuro, de sonhar, de ter desejos, então nesses primeiros encontros a gente trabalha os sonhos, os desejos, quais são as aspirações de futuro, mulheres que querem ter a casa própria, que querem viajar, que nunca viram o mar, mulheres que querem se divertir, querem viver um relacionamento, que ainda não tiveram um relacionamento. Tem momentos de as mulheres trazerem, de perderem essa vergonha, esse medo de dizer que elas querem ser amadas, que elas querem ter uma parceria amorosa. Então a gente constrói esse ambiente, a gente quer falar sobre as nossas dores, mas também sobre os nossos afetos, sobre os nossos desejos, sobre a construção de futuro, construção de mundos possíveis, então é a partir daí que a gente vai nesse espelhamento umas nas outras, respeitando as nossas diferenças.
(Karla Carvalho, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Em texto-carta que reflete questões relacionadas à relevância e potencialidade das categorias e identidades políticas e de luta na sociedade brasileira, com especial enfoque na identidade racial interceptada pelo gênero, Ângela Figueiredo destaca a importância das construções coletivas autoafirmativas de mulheres negras, no sentido de produzir outras imagens de si, autodefinidas e autovalorizadas.

mais do que um discurso endereçado à mulher branca, o discurso afirmativo da mulher negra tem como objetivo a desconstrução da mulata discursivamente e sexualmente construída. O que importa agora é se opor à imagem da mulata faceira, sexualizada, construindo assim, a imagem de uma mulher negra orgulhosa de si e, portanto, valorizada (Figueiredo, 2020, p. 254)

Segundo a autora, a concepção da raça no Brasil, e conseqüentemente, a vivência do racismo, é diferente para homens e mulheres. O cabelo e questões relacionadas à imagem, ao corpo e à autoestima, por exemplo, marcam a raça de maneira mais significativa para as mulheres negras. Nesse sentido, a autodefinição de mulheres negras no Brasil, está relacionada muitas vezes a uma tomada de consciência, aceitação e valorização da própria condição de negritude, o que ganha uma força muito maior quando produzida de forma coletiva.

Os homens negros, sobretudo os jovens negros, estão mais expostos à violência física, institucionalizada ou não; enquanto as mulheres são mais vulneráveis a outro tipo de violência, não somente aquelas que condicionam a aparência às oportunidades de trabalho, mas principalmente as que estão relacionadas às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza negra. (Figueiredo, 2020, p. 254)

Patrícia Hill Collins (2016) aponta que a posição social das mulheres negras, marcada por, paradoxalmente objetificação e invisibilização, as coloca muitas vezes em uma posição de “*outsider within*”, como aquela que ocupa espaços nas esferas políticas e acadêmica, o que lhes dá uma perspectiva única, carregada de potencialidades e criatividade. Uma posição limiar, dentro, e ao mesmo tempo à margem de mundos distintos. Esse lugar é marcado pela intersecção das opressões, mas também permite uma perspectiva em que é possível analisar os elos dessas estruturas de opressão e combatê-las. Possibilita que se veja as coisas de no mínimo dois ângulos, de dentro e de fora. Intelectuais negras fazem uso de sua posição limiar, seja na academia ou outros espaços institucionais, onde estão ao mesmo tempo dentro e fora (nunca serão totalmente de dentro, mas estão ocupando ali algum lugar em que trazem suas vivências enquanto alguém de fora) e fazem uso criativo de sua posição de marginalidade. Nesse sentido, produzem um pensamento feminista negro pautado na autodefinição. A autodefinição, autoestima e autoconfiança, para Collins, são questões de sobrevivência em um mundo no qual, apesar das estruturas interligadas de opressão, elas têm que viver, e a partir de um ponto de vista autodefinido, teriam elementos e condições para transformá-lo. Esse processo tem a ver com a construção coletiva de práticas pedagógicas e políticas de tomada de consciência crítica sobre as estruturas interligadas de opressão, das potencialidades criativas, políticas e epistemológicas de mulheres negras localizadas nessa posição liminar, no sentido de transformar essa consciência em ações práticas.

Podemos considerar os processos de construção dos encontros em roda da Coletiva Mulheres da Quebrada como ferramentas de autodefinição e empoderamento de mulheres negras periféricas a partir de experiências interseccionais, que “produz não apenas identidades, mas situa perspectivas epistemológicas” importantes (Collins, 2019), que, transformadas em consciência e ação política, tem a potencialidade de promover transformações em diversos níveis, subjetivos, inter-relacionais, estruturais. Patricia Hill Collins afirma que, “se o poder como dominação se organiza e opera por meio de opressões interseccionais, então a resistência deve demonstrar uma complexidade comparável” (Collins, 2019, p. 331).

Nesses encontros, é comum que as próprias mulheres protagonizem o acolhimento das demandas emocionais umas das outras, descentralizando da figura de uma psicóloga que deteria esse poder. Há um costume em muitos encontros, desde 2019, de as mulheres tratarem umas às outras com o termo “*maravilhosa*”, o que, em contextos em que o racismo e sexismo muitas vezes relegam a essas mulheres um lugar de inferioridade e baixa autoestima, é de grande relevância, sempre lembrado por muitas como momentos importantes na construção de outras formas de lidar consigo.

Mas queremos essa transformação em potência. E isso que se configura os últimos encontros, que foram os encontros do circuito de autocuidado. A gente trouxe a oficina de trança, de amarrações e turbantes, de massagem, maquiagem, cuidados da pele, desenho, pelo autorretrato, como você se vê. E as mulheres foram aprendendo imediatamente e foram replicando umas com as outras, a casa estava extremamente cheia, e elas foram aprendendo e replicando umas às outras essa questão do toque por exemplo. Muitas vezes nós mulheres somos ensinadas que a gente não pode amar as mulheres, que a gente tem que amar somente os homens, sempre esse amor muito voltado ao prazer sexual dos homens, então a gente sempre traz essa questão de mulheres amando outras mulheres. De que nós não estamos brigando entre si, nós não temos que estar desafiando umas às outras, mas muitas vezes é cobrado das mulheres a competirem. Quando a gente pensa em mulheres tocando outras mulheres, fazendo uma massagem, abraçando outras mulheres, cuidando do cabelo, da pele, dizendo que ela é linda, e para dizer que a outra é linda não preciso me negar pra isso, eu posso potencializar a outra sem diminuir uma, então a gente traz essa referência de como as mulheres negras também estão se amando, porque da gente sempre é cobrado esse lugar do cuidado. (Karla Carvalho, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Importante dizer que os encontros e as relações entre as mulheres que participam da Coletiva, assim como os grupos virtuais, não são livres de conflitos e demandam mediações, por parte das lideranças que estão conduzindo, ou das próprias participantes dos encontros.

Tem momentos que uma mulher vai se posicionar e outra vai se posicionar diante daquilo que ela falou, mas a partir daí, no diálogo a gente vai entendendo. Eu trago muito o lema que a Coletiva traz, de que a gente não precisa ser amiga, mas precisamos ser parceiras, para que a gente possa efetivar isso que o feminismo hegemônico não consegue perceber, de que nunca seremos únicas, a gente não tem essa unicidade, nós somos diferentes, não tem problema, mas pensar em transformar as nossas diferenças em potência, e não em desigualdades. Muitas vezes essas diferenças são transformadas em desigualdades. (Karla Carvalho, entrevista concedida em 26 de janeiro de 2024)

Os encontros em roda da Coletiva Mulheres da Quebrada contam com uma organização da equipe em pessoas responsáveis pela condução, geralmente psicólogas, quase sempre com a presença de alguma das fundadoras da Coletiva ou outras pessoas da equipe, como apoio, pessoas da parte de comunicação, que realizam fotos, vídeos e fazem postagens nas redes

sociais, além dos materiais de divulgação prévia dos encontros. Há também o apoio das estagiárias do projeto de extensão da UFMG, que propõem e conduzem alguns encontros e oficinas, auxiliam organização do espaço, cadeiras, lanche, água, e no cuidado com as crianças, que permanecem em uma sala apropriada, com conteúdo, materiais e brincadeiras voltadas a elas. Coadunando com as premissas básicas da Coletiva Mulheres da Quebrada, de ser uma *rede de cuidado e afeto* para mulheres do Aglomerado da Serra, os encontros em roda possuem, no acolhimento, recepção das mulheres, metodologias e mediação, abordagens afetivas, pautadas pela escuta, pela atenção, pelo olhar nos olhos, pela sensibilidade a mulheres que chegam em situação de maior fragilidade ou sofrimento, casos tratados com uma atenção mais individualizada.

Muitos dos encontros que participei tiveram início com dinâmicas como o “*corredor do afeto*”, uma atividade praticada pela Coletiva desde os primeiros encontros em 2019, e que tem como base a formação de duas fileiras de pessoas posicionando duplas, que se olham de frente, mirando nos olhos por alguns minutos. As pessoas são estimuladas a falar palavras que remetem a elogios e palavras positivas para sua dupla. Depois disso, uma a uma, as pessoas vão passando por todo o *corredor*, ouvindo e recebendo palavras e gestos carinhosos. Há também abordagens que trazem a observação dos afetos e das emoções a partir dos sentidos e do corpo, como o uso de óleos essenciais, que remetem a sensações, sentimentos e memórias, que são partilhadas em grupo. Alguns encontros utilizam técnicas como a massagem realizada pelas próprias mulheres, umas nas outras, técnicas de relaxamento como meditação e escalda pés. Os encontros em roda na Coletiva Mulheres da Quebrada articulam uma noção de cuidado a partir do coletivo e não do individual.

Em 23 de junho de 2022 aconteceu um encontro da Coletiva no Centro Cultural Vila Fátima, na ocasião da comemoração do aniversário deste centro cultural. Nesse dia, houve a exibição do documentário produzido pela Coletiva “*Ser mulher, ser território próprio*”, seguido de uma roda de conversa, que contou com cerca de 40 mulheres. Como em alguns encontros anteriores, parte delas estavam juntas desde a fundação da Coletiva, outras chegaram na pandemia e algumas estavam ali pela primeira vez. Aquelas que estavam há mais tempo e contribuíram com entrevistas para o documentário exibido, foram convidadas a falar no início da conversa. Uma participante da roda contou que esteve em coma por alguns dias decorrente de agravamentos relacionados à infecção por Covid-19 e que as primeiras mensagens que recebeu foram de mulheres da Coletiva. Outra mulher falou que recebeu, sem sequer ter pedido, uma cesta básica da Coletiva, após a falência de seu bar noturno na pandemia. Disse que “*sentir*

que alguém lembrou de mim é sentir afeto”, e prosseguiu: *“eu estava caída, e a Coletiva chegou como quem diz, levanta, anda mais um pouco, e aí consegui levantar e venho caminhando desde então*”. Uma das lideranças disse que a Coletiva Mulheres da Quebrada surge a partir do afeto. Relembrou os encontros em 2019, que trabalharam a questão da autoestima de mulheres negras através da aceitação e valorização do cabelo natural, com poesia, música, práticas de acolhimento. Disse que com a pandemia e a paralisação das atividades presenciais, *“vieram as cestas básicas e a produção desse cuidado e afeto apenas mudaram de forma*”, passaram a chegar pela comida, pelo abraço e pela escuta no momento da entrega das doações. Muitas delas falaram da dor da solidão durante o período de isolamento da pandemia e de momentos de trocas afetivas entre mulheres do território, como o tempo de trançar um cabelo, por exemplo. Outra liderança ressaltou a razão de existir da Coletiva, articulando afeto e política em suas práticas de cuidado: *“nossos corpos são políticos, afeto é política. Queremos o melhor e não apenas o básico para sobreviver. Vamos conseguir isso caminhando juntas. É uma luta e juntas somos mais fortes”* (Notas de caderno de campo, 2022).

3.4. Corpo e movimento

As dinâmicas dos cuidados são práticas corporificadas - ainda que por vezes possam ser realizadas à distância (Hochschildsu identid, 2019). Implicam envolvimento, engajamento, (bons ou maus) afetos, atenção, movimento etc., elementos que se situam nos corpos, que por sua vez se situam em lugares, redes de relações, contextos sociais e históricos. Cuidado, casa, corpo, território, tempo, energia, relações sociais, estão entre as condições necessárias para que permaneçamos vivos, ou para que vivamos “tão bem quanto possível”. Mol e Law (2003) afirmam que nosso corpo não é um todo, ou um dado a priori, ele está abaixo e além da pele, é feito, produzido, encenado (*“enacted”*) cotidianamente, nas práticas que envolvem a nós mesmos e outros seres, em múltiplas redes de relações, e “manter-nos juntos é uma das tarefas da vida”. (Mol e Law, 2003, p. 16). Dialogando com essa ideia, Fazzioni (2023) aponta para a centralidade da noção de “casa”, em um sentido amplo e não restrito a quatro paredes, na articulação entre os corpos e suas práticas de cuidados, que envolvem suas relações e dinâmicas cotidianas. Nesse sentido, as corporalidades – bem como suas práticas e dinâmicas relacionais que mantém os corpos juntos, vivos - são elementos centrais na compreensão e análise das práticas de cuidados. Quando as condições para produzir cuidados são precarizadas em

territórios periféricos, processos de adoecimentos, violências, morte tornam-se mais intensos e banalizados. Torna-se mais difícil “manter-nos juntos” (Fazzioni, 2023)

Miguel Almeida (2004) afirma que nossos corpos, localizados em relações sociais, contextos históricos, carregam “sinais diacríticos” que, de diferentes formas, estruturam experiências concretas a partir de diferenças de sentido ou significado (lidos, interpretados socialmente, mas que não se referem a nenhuma diferença real ou a priori). As categorias utilizadas para diferenciar socialmente os corpos não são neutras, sendo, pelo contrário, fontes de processos de hierarquização que materializam processos de exclusão, violência e opressão. Mulheres negras passam por processos de opressão específicas, interseccionais (Kilomba, 2019, Collins, 2016 2019, Berth, 2019, Gonzalez, 2020, Carneiro, 2011), marcadas por categorias inscritas em seus corpos, como gênero, raça, território, geração. Seus corpos carregam marcas, memórias, histórias, cansaço, adoecimentos que apontam para funções historicamente construídas e naturalizadas, como o trabalho duro e exaustivo realizado para os outros, filhos, companheiros, patroas, parentes, comunidade. Seus corpos são objeto de tentativas de controle e de retirada do lugar de sujeito, comumente hipersexualizados e/ou explorados laboralmente. Mas essas mulheres desde sempre resistiram, também através de seus corpos, seja através da resistência passiva da mãe preta durante o período da escravidão no Brasil, descrita por Lélia Gonzalez (2020), seja pelo ativismo político de mulheres negras, descrito por Patrícia Hill Collins (2019), impulsionado pela resistência às violências contra seus filhos e suas comunidades. Outras muitas formas de resistência vêm sendo praticadas como estratégias de sobrevivência física, simbólica, cultural, comunitária, e tem como protagonistas mulheres negras de diferentes partes do mundo. Os corpos resistem, na medida em que se manifestam (Almeida, 2004).

O corpo manifesta-se, faz o seu próprio manifesto. Nas doenças, nos êxtases, nas depressões, nas manipulações de que é alvo, no amor, numa mudança de sexo, numa dança, numa greve de fome. O corpo pede política, e da emancipatória. (Almeida, 2004, p. 17)

Berth (2019) afirma que questões relacionadas à estética e afetividade são centrais na experiência de mulheres negras e estão ligadas à necessidade de fortalecimento da autoestima, visto que esses sujeitos foram socializadas a partir de hierarquizações que interseccionam raça e gênero, relegando as mulheres negras a um lugar de inferioridade e auto-ódio. O cabelo é um

desses elementos de pressão estética e opressão histórica para mulheres negras, e na mesma medida, de resistências que passam pela autovalorização, empoderamento e autodefinição.

Os cabelos são um importante elemento estético de autoafirmação e de cultivo do amor à própria imagem, sobretudo para mulheres, sejam elas da etnia que forem. E esse estigma recai sobre os ombros de mulheres negras desde a mais tenra infância, pois nossos cabelos são alvo constante de diversas injúrias, rejeições e manifestações racistas, esteja ele alisado ou ao natural. (Berth, 2019, p. 116)

As opressões interseccionais que passam pelo corpo têm a ver com questões estéticas e afetivas, interligadas. Os processos de subjetivação das mulheres negras são historicamente pautados em uma produção de auto-ódio em relação ao próprio corpo e seus significados sociais.

Em outras palavras, eles passam por processos contínuos de desqualificação, enfraquecendo sistematicamente suas possibilidades de desenvolver o amor por si mesmos e o reconhecimento de seus pontos positivos e até de sua humanidade. Sendo assim, ainda podemos considerar a rejeição a si mesmo, enquanto indivíduo, que estará projetada em seus pares sociais, promovendo a impossibilidade de formarem relações saudáveis, sejam de amor, sejam de amizade. (Berth, 2019, p. 143)

A resistência passa pela resignificação desses elementos e pela reafirmação do autoamor.

Assim sendo, em todos os lugares e tempos, enquanto as opressões se fazem atuantes, o trabalho de estímulo ao autoamor deve ser também contínuo, seja pelo autocuidado, pela alimentação do intelecto ou pelo cultivo das boas relações com outras mulheres negras, tendo em vista que ser gentil com aquelas que nos servem de espelho social é uma ação empoderadora do nosso estado emocional, pois é agir com gentileza para conosco mesmas. Isso não significa, evidentemente, aturar abusos ou romancear essas relações, pautando-as pelas mesmas lógicas eurocêtricas de hierarquia entre mulheres, tendo como base a divisão entre boa ou má, até mesmo porque. (berth, 2019, p. 144-145)

Os corpos das mulheres pobres, negras, racializadas são historicamente tidos como objetos de dominação, exploração, controle, e os processos de retomada desses corpos-subjetividades passam por processos de autodefinição, empoderamento, emancipação, que ganham mais força, como vimos, a partir de práticas políticas e pedagógicas coletivas de cuidado. O cuidado pode ser um elemento central na análise desses processos, pois está na fronteira entre a exploração e objetificação dos corpos (que cuidam exaustivamente de outros) e o ato de cuidar de si e receber cuidados como um manifesto emancipatório pela transformação estrutural dos lugares e funções sociais historicamente estabelecidas.

Mulheres são condicionadas a cuidar e fazer dessa ação um processo de tornar-se sujeito, como sua principal função social no mundo. Como nos mostra Patrícia Hill Collins (2019), reivindicar e assumir a maternidade, biológica ou de criação, por necessidade ou escolha micropolítica, foi parte de um processo de ativismo de mulheres negras, desde os tempos da escravidão, pois dessa forma articulavam processos de proteção e luta em suas comunidades. Esse papel agenciador e ativo do ato de cuidar não deve ser negligenciado ou minimizado, pois é central nas trajetórias das mulheres, principalmente de mulheres negras. Mas é importante e necessário fazer reflexões acerca do quanto essa função social naturalizada é tomada como fonte de exploração, opressão e controle de mulheres periféricas. Mulheres que muitas vezes afirmam que “*parece que nasceram apenas para trabalhar e cuidar dos outros*”, que raramente encontram tempo para o cuidado de si, para o descanso, para olhar para si e perceber como estão se sentindo, o que desejam, o que rejeitam, sentir a si próprias. Sua identidade enquanto sujeito está atrelada a uma função social, em relação a um outro, filhos, maridos, parentes idosos, doentes, patrões, filhos de patrões. A adesão a esse lugar é tão forte que muitas vezes, com o avanço da idade, quando essas mulheres reduzem as atividades enquanto cuidadoras-trabalhadoras, dentro e fora de casa, quando chegam a uma idade em que não conseguem mais cuidar tanto ou que não são tão demandadas pois seus filhos já cresceram, muitas delas se sentem perdidas, solitárias, desassociadas de uma identidade pré-estabelecida, pois aquela construída para si não possui tanto sentido como teve em outros tempos. Muitas mulheres chegam até a Coletiva Mulheres da Quebrada nessas condições. A maioria das frequentadoras das atividades possuem mais de 45 anos, muitas delas mais de 60, e passaram a vida toda dedicando-se aos cuidados de outros, sem tempo de olhar para si e conforme vão reduzindo sua atividade de cuidar dos outros, podem (re)aprender a voltar o olhar para o cuidado de si mesmas e (re)descobrir outros agenciamentos a partir de seus corpos e subjetividades.

A antropóloga indiana Veena Das (2020), em seus estudos com mulheres em contextos de violência e vulnerabilização, aborda as “transações entre corpo e linguagem”, nos processos de lidar com a memória da violência, expressão da dor e reparação do mundo após acontecimentos marcados por rupturas drásticas ou cotidianas. Para a autora, corpo, emoções, expressão, experiência, linguagem não são dimensões separadas, mas profundamente interligadas. Nossas experiências são mediadas pelos nossos corpos, assim como as formas de lidar com a memória e seguir a vida. A relação corporificada que se estabelece na experiência, para ela, é marcada por relações de poder que afetam o controle que temos sobre nossos próprios corpos e as experiências neles situadas. Das (2020) argumenta que o sofrimento nem sempre

pode ser articulado em palavras, mas é, ao mesmo tempo, inseparável da tentativa de expressá-lo linguisticamente. O corpo, portanto, atua como um veículo de expressão onde a linguagem falha ou é insuficiente.

Como vimos, as estruturas de opressão devem ser reconhecidas e visibilizadas de forma consciente e crítica, para que possam ser transformadas. Esses processos de tomada de consciência crítica, com dimensões individuais e coletivas, voltados à ação política e social, encontramos nas práticas políticas e pedagógicas da Coletiva Mulheres da Quebrada. Essas práticas convidam essas mulheres a voltarem a si mesmas e aos seus corpos, a partir da fala e da escuta compartilhada (o testemunho que envolve transações entre corpo e linguagem), do movimento, da dança, do riso, do choro, dos sentidos (um cheiro de óleo essencial, um toque de massagem, um escalda pés, a fruição de uma música, uma ida ao teatro ou ao cinema). Tais práticas e abordagens corporificadas compreendem o corpo como lócus de sofrimento de violências e opressões interligadas, mas também de resistências, desejos e potencialidades emancipatórias e autodefinidas. Essas pedagogias de cuidados coletivos criam algumas condições para que as corporalidades-subjetividades das mulheres periféricas acessem lugares de descanso, gozo, lazer, liberdade, prazer. Que se coloquem com seus corpos em movimento por espaços diversos da cidade, a partir de práticas emancipadas e autodefinidas, que não sejam apenas aquelas pré-definidas por estruturas de controle, como a entrega de seus corpos ao trabalho exaustivo e explorado de cuidar dos outros.

Nos anos de 2022 e 2023 a Coletiva propôs uma série de oficinas semanais denominada “*Mulheres que dançam*”. A proposta das oficinas era proporcionar às mulheres um momento de sentir seus corpos, as emoções que perpassam por eles, as memórias de dor e prazer, os desejos e a sexualidade a partir da linguagem da dança. Com aulas de ritmos diversos como pop, hip-hop e funk, as mulheres eram estimuladas a dançar de forma livre de culpas ou vergonha, dando vazão a potencialidade criativa e de prazer desses corpos, marcados por repressões, moralidades cristãs, controles heteropatriarcais, exploração do trabalho, mãos e pernas doloridas, colunas adoecidas pela sobrecarga de décadas de trabalho duro. Algumas delas, mais habituadas a dançar e com corporalidades mais livres, não tiveram muitas dificuldades em se engajar nas oficinas. Muitas se recusaram a estar presentes devido a restrições religiosas, considerando a dança como algo conflitante com seus valores morais. Uma delas, de religião evangélica, saia e cabelos compridos e bastante calada, mesmo que não fizesse um movimento de dança sequer, foi a todas as oficinas, permanecendo do início ao fim, sem dizer palavra alguma, mas observando atentamente as outras mulheres dançarem, entre risos,

pausas e movimentos. As oficinas de dança trabalham questões como sexualidade, sensualidade, desejo, autoestima, relaxamento e técnicas para sentir o próprio corpo e suas potencialidades.



Figuras 11 e 12: Materiais produzidos pela equipe de comunicação da Coletiva Mulheres da Quebrada para divulgação das oficinas de dança. 2022. Fonte: Instagram



Figura 13: Oficina de dança. Coletiva Mulheres da Quebrada. 2022. Foto: Aline Carolina. Fonte: Instagram

De forma semelhante, porém com outra abordagem, nesse mesmo ano foram realizadas oficinas de fotografia pelo celular, em que se trabalhou questões relativas à autoestima, beleza, autoamor. Dentre as mulheres presentes, algumas idosas, que mal sabiam manusear os dispositivos eletrônicos e muitas nunca tinham feito um autorretrato no estilo “*selfie*”. Elas se arrumaram juntas em frente a um grande espelho oval que fica na sala de encontros em roda, algumas se maquiaram, arrumaram seus cabelos e os cabelos umas das outras, usando lenços e turbantes. Juntas fizeram várias fotografias, aprendendo técnicas de uso de foco, luz e posicionamentos de câmera, mas principalmente, aprendendo a olhar para si e umas para as outras a partir de uma perspectiva positiva e de autoafirmação. Outra ação que vem sendo constante na Coletiva são as práticas de promover idas em grupo ao teatro ou ao cinema, em espaços pouco ou raramente ocupados pelas mulheres do aglomerado. Em alguns momentos pude acompanhá-las, organizadas em ônibus ou vans fretadas pela Coletiva, em direção a lugares elitizados da cidade em bairros de classe média, para assistir espetáculos de dança, teatro ou filmes com temáticas de interesse político, como na ocasião do lançamento de “Marte Um” e “Bacurau”. O lazer, a arte e a cultura são trabalhadas discursivamente pela Coletiva como direitos e como práticas de cuidado que dizem sobre algo que vai além do básico para sobreviver mas sobre fruição de um bem viver. Trata-se de outras formas de acessar lugares de cuidado de si.

A Coletiva entende o lazer, a cultura e a festa como formas de resistência centradas nos corpos. No dia 30 de maio de 2024 três psicólogas à frente do Gotas de Cuidado promoveram um passeio com as mulheres da Coletiva para um piquenique no Parque das Mangabeiras. Como vimos, o Aglomerado da Serra faz divisa com bairros nobres da cidade, e com um grande parque ecológico, localizado aos pés da Serra do Curral, sendo bastante conhecido na capital mineira e frequentado majoritariamente por pessoas de classe média e alta para práticas de lazer. O parque possui uma portaria principal localizada no bairro Mangabeiras, um dos mais ricos de Belo Horizonte, e outra localizada no Aglomerado da Serra. Apesar da proximidade com seu território, a maioria das mulheres diz que muito raramente vai ao parque, por *falta de tempo* ou *preguiça*, segundo elas. A Coletiva promoveu essa atividade com o intuito de realizar uma atividade de lazer prazerosa para as mulheres, ao ar livre, com brincadeiras, caminhada e lanche compartilhado, e reforçando a ideia de que essas mulheres podem ocupar a cidade com seus corpos-subjetividades, incluindo territórios considerados *dos ricos*, que elas podem acessar

esses bairros não apenas como trabalhadoras, mas também para atividades de lazer e sociabilidade.

Ocupar a cidade é colocar-se como sujeito em lugares materiais e simbólicos historicamente negados. A fruição, o gozo e o prazer podem ser compreendidos, para essas mulheres, como lugares de tornar-se sujeito a partir de seu próprio corpo, voz e desejos. Colocar o corpo em movimento, sentir esse corpo, propiciar tempos de descanso, livrar-se, ainda que por algumas horas, de afazeres e demandas de trabalho, e encontrar um lugar em que podem simplesmente estar. Falando, ouvindo, dançando, assistindo um filme ou uma peça de teatro, ouvindo uma música, brincando, rindo, chorando, são para essas mulheres formas revolucionárias de lidar com o corpo e com o lugar que esses corpos ocupam no mundo. A Coletiva produz uma espécie de corpo coletivo, que de alguma maneira, permeado por afetos e por conflitos, pulsa junto em direção a um processo de cuidados coletivizados, de consciência política, de aprendizados, desaprendizados e reaprendizados – pedagogias de cuidado.

Esse corpo colocado em movimento também pode significar, ainda que metaforicamente, uma movimentação das estruturas sociais. Aquelas mulheres que se movimentam em uma espécie de corpo coletivo voltado à produção de cuidados e também, ou por isso, de politização e transformações nas dinâmicas sociais. Desta forma, trazem os cuidados para o debate político, e não apenas a política institucional, mas para as micropolíticas corporificadas e territorializadas. Angela Davis (2016) dizia que, por estar na base da pirâmide social, quando as mulheres negras se movimentam, toda a sociedade se movimenta com ela.



Figura 14: Piquenique da Coletiva no Parque das Mangabeiras. Foto da autora, 2024.



Figura 15: Piquenique da Coletiva no Parque das Mangabeiras. Foto: Nany Mata, 2024.

3.5. Gestão coletiva

A Coletiva se organiza a partir de um núcleo gestor principal, formado pelas três fundadoras, onde acontecem as principais decisões, planejamentos, reavaliação de rotas. As três decidem juntas ainda o que deve ser compartilhado com o restante da equipe, a gestão ampliada, com número variável de pessoas, geralmente entre 15 e 20 pessoas, contando pesquisadoras,

estagiárias extensionistas, psicólogas do Gotas de Cuidado, fotógrafas, comunicadoras e algumas outras colaboradoras, algumas moradoras do território, outras não. A equipe da Coletiva é praticamente toda formada por mulheres cisgênero com orientações sexuais bastante diversas. Há na equipe apenas um homem, psicólogo do Gotas de Cuidado responsável pelo acolhimento e encaminhamento dos casos ao restante da equipe. O trabalho da Coletiva se divide ainda em eixos de atuação, sendo eles “Gotas de Cuidado”, “Editais e Parcerias”; “Administrativo/Financeiro”, “Socioassistencial”, “Comunicação” e “Arte/cultura”. Há também as voluntárias responsáveis por atividades específicas e continuadas, como o bazar de roupas e acessórios, aberto periodicamente ao público com objetivo de arrecadação de fundos para as demais atividades. Há uma frente relacionada ao projeto de extensão em parceria com a UFMG, que atravessa de certa forma vários outros eixos de atuação, mas tem nos encontros em roda sua principal forma de atuação. Essa frente envolve a professora coordenadora, uma pós-graduanda e cerca de oito graduandas/extensionistas. Além disso, há os grupos virtuais, sendo o *Parças* o maior deles, mas também há o *Embaixadoras*, formado pelas mulheres que participam da Coletiva desde os primeiros encontros do projeto em 2019 e atuam como multiplicadoras e referências no território, e outros como o grupo dos encontros do Gotas de cuidado, chamado “*Grupo de Apoio Mulheres*”. Desse universo de centenas de participantes dos grupos virtuais, há algumas dezenas de mulheres que participam (não necessariamente de forma simultânea) das atividades presenciais como os encontros em roda, tendo um público médio de 30 a 40 mulheres cada um, mas, em alguns momentos específicos, podendo chegar a 60 participantes por encontro. Essa forma de organização atual não foi planejada desde o início, mas vem se consolidando e estruturando na prática, através de experimentações, tentativas, recuos, mudanças, sempre sob a liderança das três fundadoras, que articulam conjuntamente os principais caminhos, posicionamentos, escolhas da Coletiva, sendo que algumas dessas decisões mais importantes envolvem toda a gestão ampliada. A gestão da Coletiva ainda se articula, em diferentes momentos, com outros coletivos e movimentos sociais do Aglomerado da Serra e da cidade de Belo Horizonte. Importante ressaltar que a configuração da Coletiva não é algo fixo, mas adaptável a circunstâncias, demandas, disponibilidades e contexto.

Em seu ensaio “Ponte, ponte levadiça, banco de areia ou ilha. Lésbicas de cor hacienda alianzas”, Gloria Anzaldúa alerta para os processos de formação de alianças e coalizões, nos quais devemos atentar para as diferenças, sob o risco de homogeneização e supressão de vozes dentro dos movimentos de mulheres. Segundo a autora, a ideia de uma sororidade no singular e uma unidade total não interessa aos sujeitos historicamente vulnerabilizados.

Me parece que através de coalizões vastas várias “hermanidades” podem ser criadas – não uma sororidade, mas muitas. Não precisamos todas nós estar juntas sempre (unidade total pode ser outro mito utópico). Algumas de nós podemos nos reunir em grupos de afinidade, pequenos círculos de base, e outras podem se conectar mais amplamente [...] Quando não definimos coletivamente a nós mesmas a nossos lugares, o grupo vai automaticamente operar com premissas brancas, estratégias brancas. (Anzaldúa, 2021, p. 111)

Simone, Sandra e Scheylla perceberam isso e há muito tempo adotaram essa metodologia de trabalho e forma de organização do movimento, pois perceberam que assim as coisas funcionavam melhor. Há um fluxo orgânico de tomadas de decisão, assuntos que devem permanecer restritos e seguros a esse círculo, coisas que apenas elas compreendem e compartilham. Há também entre elas uma cumplicidade de suas trajetórias. São lideranças, nascidas e criadas no Aglomerado da Serra, ligadas ao meio artístico e diversos movimentos sociais e políticos da cidade, participaram na infância e adolescência de projetos sociais e isso marca suas trajetórias, positiva e negativamente. São referências em suas comunidades. Já presenciaram violências cruas e intensas no território e sofreram violências também, de distintas formas. Foram aquelas que se movimentaram e permaneceram na construção da Coletiva – muitas outras mulheres do Aglomerado da Serra estiveram ali, mas não permaneceram. São o núcleo fundante, a fundação, o tripé que sustenta o que chamamos de Coletiva Mulheres da Quebrada. Não há necessariamente uma hierarquia, mas graus diferentes de responsabilidade, de engajamento, de exposição, de risco, que reflete nessa centralização de decisões e informações, muitas vezes. É uma maneira de manter seguras informações importantes, e manter a Coletiva funcionando com as dinâmicas centradas no território.

O núcleo gestor formado pelas fundadoras se reúne semanalmente e mantém um grupo virtual específico, e a gestão ampliada se reúne mensalmente, virtual ou presencialmente, além de realizar encontros presenciais específicos para planejamento, avaliação de atividades, atividades de lazer e celebração, além dos chamados “*encontros de autocuidado da equipe*”. Estes, têm a intencionalidade de promover práticas de cuidado voltadas especialmente para essas pessoas que estão à frente das atividades, e que por isso, lidam com situações delicadas, com sobrecarga advinda do trabalho coletivo voluntário, conciliado com os trabalhos remunerados e domésticos de cada uma. Os encontros de autocuidado partem do questionamento que vem sendo reforçado pela Coletiva em diversas práticas, “*quem cuida de quem cuida?*”. Os *encontros de autocuidado da equipe* acontecem mensalmente aos sábados, geralmente são conduzidos por uma psicóloga convidada, que, a partir de dinâmicas e técnicas que estimulam a fala e a integração entre as pessoas presentes, ajudam a equipe da Coletiva a

trabalhar suas próprias questões, sobrecargas, dores e gatilhos suscitados pelo trabalho naquele contexto ou fruto de suas próprias trajetórias pessoais. Não raro, esses encontros são marcados por momentos de choro e grande comoção coletiva, por trabalharem questões sensíveis, perdas, saudades, memórias boas e algumas difíceis de lidar. Cumprem uma função terapêutica no sentido de aliviar parte do peso daquelas que, além de cuidar de seus trabalhos e demandas pessoais e familiares, se dispõem a promover um amplo movimento de mulheres, cuidando direta ou indiretamente, de toda uma comunidade. Os encontros de autocuidado também podem estimular o compartilhamento de sonhos e projetos coletivos enquanto movimento, algumas angústias e conflitos e ajudam nos alinhamentos do grupo gestor quanto aos caminhos a serem seguidos pela Coletiva. Um deles, em julho de 2022, conduzido pela psicóloga social convidada Suely Virginia dos Santos, trabalhou a partir de práticas de meditação, silêncio e fala, as trajetórias de vida de cada mulher presente, suas motivações para estarem naquele movimento coletivo e quais os principais desafios nesse processo. Sueli é mulher negra de 61 anos, além de psicóloga é terapeuta floral e estabelece diálogos e parcerias com as fundadoras da Coletiva desde 2019, tendo sido dela a ideia do nome “*Gotas de Cuidado*”. Na ocasião desse encontro de autocuidado, ela articulou elementos da filosofia afro-diaspórica para trabalhar questões de ancestralidade negra, memória e luta com eixo orientador da Coletiva Mulheres da Quebrada.

Dentre as formas de articulação da equipe de gestão ampliada estão as conversas diárias através de mensagens em grupo virtual específico e em reuniões mensais, virtuais ou presenciais. A partir do grupo virtual, são definidas agendas das atividades no espaço da Coletiva, participação da equipe em atividades externas como reuniões com outras instituições, representação da Coletiva em outros espaços como audiências públicas, escolas, palestras, seminários, dentre outros. São também apresentadas e aprovadas imagens e textos para divulgação nas redes sociais pela equipe de comunicação, além da elaboração conjunta de notas públicas de posicionamento político da Coletiva, por exemplo, sobre casos de violência policial e extermínio da juventude negra, avanço da atividade minerária nos territórios periféricos, aumento dos casos de violência de gênero, dentre outros assuntos. Nesse grupo, por vezes é feita a divisão de tarefas e responsabilidade em ações maiores como eventos na rua, bazar, distribuição de cestas básicas e cestas especiais, dentre outras atividades. São divulgados editais e definidas as pessoas responsáveis pela escrita, documentação e submissão de projetos. Por vezes, articulam-se ali a escrita coletiva de textos diversos, como ofícios e notas públicas.

As reuniões presenciais geralmente são momentos de avaliação interna, de períodos de atividade como um semestre ou um ano, e planejamento semestral ou anual de atividades,

confraternização e celebração, redefinições de rota e definições em nível mais amplo de posicionamentos políticos e institucionais. A gestão da Coletiva, ao longo de seus seis anos de atuação, entre práticas experimentais, que vão se consolidando a partir de experiências, demandas, tentativas, recuos e redefinições de rota, vão consolidando estratégias, metodologias, pedagogias de cuidados coletivos territorializadas entre mulheres do Aglomerado da Serra. Isso perpassa um constante processo de autoavaliação, planejamento, escolhas, percepção do que é possível e o que se deve abrir mão. Entendendo que essa equipe é limitada e *não dá conta de tudo*.

Como mencionado, a gestão da Coletiva vem consolidando desde 2022 uma parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, a partir de práticas diversas que envolvem a Psicologia Comunitária. Essa parceria nasce de articulações entre a coordenadora do projeto de extensão e as fundadoras da Coletiva, com uma participação mais geral da equipe de gestão ampliada. Envolve a organização de encontros em roda semanais com temáticas ancoradas nos feminismos negros, a organização dos encontros de autocuidado da equipe, e o apoio a outras ações como os encontros do Gotas de Cuidado, eventos externos, dentre outros. A parceria mostra a potencialidade de uma articulação de saberes acadêmicos e a intelectualidade produzida a partir das práticas políticas e pedagógicas da Coletiva. Importante situar que essa perspectiva acadêmica é agenciada em sua maioria por mulheres negras – professora, pesquisadora, extensionistas – que participam de um movimento mais amplo de ocupação da universidade pública por mais mulheres, pessoas negras, indígenas, pobres etc. e buscam transformar as bases do saber acadêmico, historicamente dominado por homens brancos de classes mais altas. Nesse sentido, a universidade se coloca em um lugar de construção coletiva, sem hierarquizar saberes e intelectualidades, mas trazendo as comunidades para dentro do saber acadêmico e vice-versa, de forma consciente, crítica e politizada, com intencionalidades de luta contra opressões.

Ao longo do tempo da pesquisa, pude observar um compartilhamento maior das funções e atividades da Coletiva, descentralizando apenas da figura das fundadoras, contando com outras pessoas da equipe de gestão ampliada à frente de eventos, encontros em roda, passeios, cineclube, dentre outros. Algumas mulheres do território que antes apenas frequentavam as atividades passaram também a assumir algumas funções, como a coordenação do bazar e outros projetos, ainda em andamento, como um jardim de ervas, além de participarem ativamente da proposição, planejamento e execução de festas, como churrascos coletivos e festas temáticas, e apoiarem nos cuidados com a limpeza e organização do espaço da Coletiva. Muitas das

atividades da Coletiva acabam acontecendo a partir de decisões e contatos paralelos, por não ser possível que todas as decisões passem por toda as mulheres, mas há uma organicidade na forma com que as práticas são realizadas, distribuídas e dialogadas. Muitas vezes surgem convites de última hora para eventos de lazer ou cursos de formação, que sempre passam pelas lideranças do núcleo gestor. Elas então, redirecionam as demandas e convites entre as mulheres da equipe, do *Parças* e outros grupos, individualmente ou por chamados mais coletivos.

Não é só nós da gestão que realizamos as atividades. As mulheres participam, têm um compromisso ali dentro e é algo que a gente, junto com elas, viemos construindo ao longo desses tempos. Às vezes as meninas, as estagiárias, que também, nó... Acho que todo mundo que chega dá uma vida nova para a Coletiva. Muitas vezes as meninas não podem vir, porque tem prova, outras coisas, e sempre tem alguém ali que se voluntaria a ajudar com alguma coisa. E se não fosse a maneira com que a gente faz, a maneira humanizada com que a gente faz, isso não seria possível, porque as pessoas se sentiriam participantes. Mas uma participante, assim, não ativa, e elas são participantes ativas, participantes que se apropriaram ali do lugar do cuidado. Quando precisa, às vezes, até chamar a atenção delas mesmas, elas fazem, e ali, gente, vamos entender, calma aí, vamos escutar. Então, elas chamam muito a responsabilidade para elas. E é uma coisa assim, que eu falo que não existe receita. Não existe receita. Quando você dá o poder da fala para uma pessoa, eu acredito que você dá o poder do mundo, você entrega a chave da descoberta. Porque quando uma pessoa consegue começar a nomear, ela consegue se apropriar, ela consegue se apoderar ali, ela entende o que realmente é para ela. Então, ela tem muito mais autonomia para se movimentar e até mesmo para se frear, quando acha que é necessário. E essas mulheres, eu vejo acontecer muito essa movimentação dentro da Coletiva. Então não somos nós, gestão, que construímos, somos nós, Coletiva. E a Coletiva somos todos, somos as estagiárias, as mestrandas, as doutorandas, as mulheres que estão ativamente nas rodas, os parceiros. Então, assim, funciona porque lá todo mundo tem voz. (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A Coletiva Mulheres da Quebrada se tornou, em 2022, uma associação, com personalidade jurídica, com o objetivo de organizar melhor os fluxos administrativos e financeiros e possibilitar o acesso a mais recursos, parcerias, editais públicos. Algumas pessoas da equipe de gestão ampliada passaram a exercer cargos oficialmente, não remunerados, a partir dessa estruturação jurídica. Essa organização não muda na prática as dinâmicas de atividades e organização da equipe descritas acima, mas consolida a Coletiva como um movimento de mulheres importantes, uma associação reconhecida territorialmente, em níveis municipal, estadual e federal, com uma visibilidade que vem da prática e do atendimento de demandas e situações de crise, e a partir de incômodos pessoais e coletivos, uma resposta a muitas histórias de vida marcadas por violências e opressões. Reforça a Coletiva como um espaço político, que além de “*apagar incêndios*” e suprir faltas do poder público, interpela o Estado sobre suas responsabilidades, ausências e violências estruturais.

*Nós somos do terceiro setor e nós somos... A gente funciona de certa forma ali dentro do território como o estado, porque a gente também traz muito o estado para essa responsabilização, para eles entenderem ali... A defensoria pública, que são autoridades... A gente está trazendo todo mundo para entender o que eles não estão fazendo. Na verdade, a gente deveria até cobrar por isso. **Porque a gente está ensinando o estado a fazer o que eles deveriam estar fazendo por nós e pelas nossas. E pelos nossos, sabe? Pelo nosso lugar, pelo nosso espaço. Então, assim... A coletiva ela é muito expressiva lá dentro do território e ela é um lugar político.** (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024, grifo nosso)*

Esse caráter de *espaço político* vem sendo reconhecido através de diversos discursos públicos, matérias de jornal e premiações, como o Prêmio Periferia Viva, ligado ao Ministério das Cidades (MCID) e à Secretaria Nacional de Periferias (SNP). Essas articulações políticas vêm sendo realizadas desde 2022, com visitas do secretário nacional de periferias ao espaço da Coletiva e outras ações, com apoio de parlamentares de Belo Horizonte. Em 2023 foi submetido um projeto ao edital do Prêmio Periferia Viva e a Coletiva foi contemplada com recursos financeiros para auxiliar na continuidade das ações. Em 2024, uma das fundadoras da Coletiva começou a participar do projeto Mulheres Negras pelo Clima, junto a outras cinco lideranças de outros territórios periféricos no Brasil, no sentido de discutir os efeitos das mudanças climáticas para a população negra, pobre e periférica. Em maio desse mesmo ano houve uma grande movimentação na Coletiva para receber ações do projeto Mulheres Negras pelo Clima junto à Comitativa da Secretaria Nacional de Periferias. Nessa ocasião, que lotou como nunca antes a sede da Coletiva, estiveram presentes lideranças de outros projetos do Aglomerado da Serra, parlamentares e muitas mulheres que participam ativamente dos encontros semanais da Coletiva.



Figura 16: Visita da comitiva da Caravana das Periferias e do projeto Mulheres Negras pelo Clima à Coletiva Mulheres da Quebrada. 2024. Fonte: Instagram

Diante disso, é perceptível as grandes mudanças pelas quais a Coletiva enquanto um movimento e suas práticas passaram ao longo dos seus seis anos de atuação, a visibilidade social e política que obteve, a sua estruturação organizacional e jurídica, o aumento de recursos para o desenvolvimento de suas atividades. Não obstante, é importante destacar que as mulheres da equipe de gestão, e principalmente as fundadoras da Coletiva, lidam com imensa sobrecarga física e emocional, além de uma imensa escassez de tempo para si e para o descanso. Estar ali é um desejo e um projeto pessoal para a maioria delas, mas é importante olhar de forma crítica para a naturalização das ausências do poder público, supridas pelos arranjos locais de cuidados, que ironicamente, podem retroalimentar uma distribuição desigual do trabalho de cuidar dos territórios e seus sujeitos.

3.6. ‘Cuidar junto’

“A nossa cura se baseia no cuidado uma com a outra” (Sandra Sawilza, 2024)

As práticas descritas nesse capítulo não refletem a totalidade das ações desenvolvidas pela Coletiva Mulheres da Quebrada no período em que essa pesquisa foi desenvolvida, nem mesmo a totalidade das atividades nas quais estive presente. Há dinâmicas e minúcias que escapam a quaisquer tentativas de descrição ou análise. Em uma reunião de equipe ainda em 2021, uma das lideranças disse que *“não é possível mensurar o tamanho da Coletiva, pois vai rolando uma multiplicação a partir de quem entra”*. Ela disse, naquele momento, que a Coletiva é uma espécie de guarda-chuva, com várias frentes e formas de atuação simultâneas, que vão tomando suas próprias dinâmicas e efeitos multiplicadores. Cada pessoa que chega, acessa a Coletiva por um motivo. As mulheres que receberam as doações durante a pandemia não necessariamente permaneceram nos encontros em roda. Aquelas atendidas individualmente pelos psicólogos não necessariamente fazem parte das demais atividades. Algumas chegaram ainda em 2019, outras muito recentemente, trazidas pelas vizinhas para as rodas de conversa. Sandra Sawilza explica que *“dentro do Aglomerado acontece muito o boca-boca. As mulheres vão falando com outras sobre a existência da coletiva e elas vão chegando”*. As redes sociais e os grupos virtuais também têm sua importância. *“As pessoas ficam sabendo, e as notícias correm. Seja pela questão das demandas, seja por interesse em somar” (Sandra Sawilza, 2024)*.

Por diversas vezes me perguntei o que motiva tantas mulheres a estarem semanalmente nas atividades da Coletiva, como os encontros em roda, dividindo seu escasso tempo já permeado por atividades laborais, tarefas de cuidados, compromissos religiosos e familiares, tempo de lazer e descanso. Percebo que há nesse espaço uma forma de acolhimento, cuidado e afeto bastante distintas daquelas encontradas em outros espaços como sua própria casa, igreja ou serviços públicos de saúde e assistência social. Muitas mulheres relatam sofrer sistematicamente violências verbais, descaso, silenciamentos e exclusão nesses espaços. Na Coletiva, encontram um lugar de pertencimento, um território seguro de cuidados e até mesmo de descanso, de promoção de saúde e bem viver, de partilhas afetivas, intelectuais. Lugar onde encontram na fala e na escuta, outras perspectivas e formas de lidar com as opressões e situações da vida cotidiana, onde é possível quebrar silêncios, onde a saúde mental e o cuidado encontram outras linguagens e possibilidades, como a dança, o teatro, a escuta, o afeto, o abraço, o lazer,

o prazer e a sociabilidade. Lugar de encontros e espelhamentos, onde conseguem se ver umas na história das outras e acessar outras possibilidades, narrativas e práticas sobre si e sobre o mundo. A frase-lema, enunciada pela primeira vez por Scheylla Bacellar, “*ser mulher, ser território próprio*”, remete à proposta da Coletiva de que as mulheres negras e periféricas se apropriem de seus corpos, seus desejos, suas memórias e subjetividades, definindo a si mesmas e emancipando-se coletivamente, subvertendo estruturas de opressão, dominação e controle sobre suas vidas. Ao passo que suas opressões são territorializadas, essas mulheres também buscam produzir cuidados territorialmente. A partir de suas práticas, as mulheres encontram caminhos na busca por autonomia, desnaturalizam as estruturas de opressão e silenciamento, questionando as bases sociais que as produzem e buscando sua transformação. Outra frase comum nos encontros da Coletiva, “*o que nos humaniza é o afeto*”, nos remete a ideia de que o afeto vem sendo sistematicamente negado a mulheres negras e periféricas, assim como o cuidado e muitas vezes a própria humanização. Recuperar e ressignificar a humanização dessas mulheres a partir do cuidado e do afeto como direitos básicos articulado com outros direitos como saúde e alimentação na vida cotidiana de mulheres periféricas, é um compromisso reiterado por esse movimento em suas narrativas e ações.

Esse movimento nos convida a refletir sobre uma modalidade específica de produzir cuidados, ancorada em práticas ancestrais, críticas sociais e anseios de transformações estruturais, o ‘cuidar junto’. Quando a atividade de cuidar e receber cuidados se faz de forma mais ou menos simultânea, intercambiável e recíproca, considerando a interdependência dos sujeitos, a carga (do care) pode se tornar mais leve. A prática de cuidar junto busca quebrar dualidades supostamente insuperáveis e posicionalidades naturalizantes, permeadas por relações de poder, na qual o cuidado se estabelece como atividade unilateral e dicotômica, onde há sempre alguém que deve cuidar e alguém que pode receber cuidados. Essa lógica, que as pedagogias de cuidados coletivos tentam desafiar, podem tanto relegar àqueles que necessitam de cuidados um lugar social de dependência e falta de autonomia, quanto naturalizar a sobrecarga de cuidados de determinados sujeitos, especialmente de mulheres negras. Nesse sentido, as metodologias e práticas descritas acima ampliam o entendimento da noção de cuidado a partir de um olhar amplo e crítico sobre as estruturas sociais e sobre os sujeitos. Possui caráter político, pois desafiam os sistemas interligados de opressão e pedagógico, pois a partir de interações e construções coletivas críticas, há uma produção de saberes emancipatórios. Possuem ainda efeitos subjetivos, transformando a relação das mulheres envolvidas nesse movimento consigo mesmas e com os outros.

Importante dizer que esse movimento é lócus de uma intensa produção intelectual e situa perspectivas epistemológicas (Collins, 2016), situadas em experiências concretas, em metodologias, estratégias e práticas cotidianas. Construções em torno dos cuidados coletivos, como as que ocorrem na Coletiva Mulheres da Quebrada, são parte de um panorama mais amplo de múltiplas insurgências políticas de mulheres negras, indígenas, faveladas, quilombolas, racializadas, trabalhadoras, produzidas a partir das margens. Podemos dizer que tais insurgências não totalmente novas, mas estão localizadas em processos históricos vastos, remetendo a resistências à colonização, à escravização, à subordinação de corpos, mentes, subjetividades, cosmologias, espiritualidade. A cada tempo, esses sujeitos históricos vulnerabilizados resistem ativamente e constroem suas estratégias conforme suas possibilidades e contingências. Trata-se, pois, de metodologias e práticas ancestrais, reelaboradas e ressignificadas por sujeitos históricos, que colocam a marca de seu tempo e intelectualidade, de forma contextualizada, carregadas de inventividade e aspirações por transformações sociais, presentes e futuras.

No próximo capítulo, veremos um pouco mais sobre alguns efeitos que essas pedagogias de cuidados coletivos produzem sobre a vida cotidiana e a constituição de subjetividade, identidade e experiência de algumas mulheres implicadas nesse movimento.

4. “Ser mulher, ser território próprio”: efeitos dos cuidados coletivos na vida cotidiana de mulheres periféricas

17 de março de 2022, dia de entrega de cestas básicas.

Naquela tarde quente de quinta-feira, uma das lideranças me pediu para ir até a sede da Coletiva para ajudá-la a levar de volta uma churrasqueira que tinha sido emprestada por uma instituição parceira para um evento da Coletiva que tinha acontecido no sábado. Cheguei lá e Lourdes⁵⁵ uma senhora de 82 anos, entrou na sede da Coletiva para buscar uma cesta básica. O processo de distribuição das cestas pela Coletiva, naquele período, geralmente começava com o recebimento das doações de instituições parceiras. As próprias mulheres da gestão da Coletiva carregavam as cerca de 200 cestas recebidas mensalmente, que eram acomodadas em uma sala destinada a essa finalidade. Na sequência, havia uma análise das mulheres cadastradas, considerando alguns critérios na priorização ou periodicização da distribuição, como situação de vulnerabilidade, o recebimento recente de outras cestas, a divisão por vilas e a participação dessas mulheres nas atividades da Coletiva. As mulheres selecionadas para o recebimento daquela remessa recebiam contato da Coletiva, que agendavam, geralmente nas tardes de quinta-feira e aos sábados. Elas então iam buscar, organizadas em filas, nos momentos de maior movimento, sozinhas ou com o auxílio de alguém da família, assinavam uma lista com seus dados básicos e retornavam a suas casas. Enquanto a liderança procurava a lista para que Lourdes pudesse assinar, o que levou alguns minutos, ofereci uma cadeira para ela descansar um pouco. Como de outras vezes em que participei da distribuição das cestas, me perguntei como aquela senhora tão idosa iria carregar sozinha⁵⁶ a cesta, pesada até para os meus braços jovens. A caminhada até sua casa provavelmente implicava a subida de ruas íngremes e escadarias. Quando ela se sentou na cadeira, começou a balbuciar algo que parecia só esperar uma oportunidade para sair. “*Nossa, obrigada! É muito bom poder sentar, depois de uma vida toda trabalhando de pé*”. Lourdes conta que começou a trabalhar com oito anos de idade em uma fazenda em Sabinópolis, interior de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce. “*Às vezes parece que eu nasci só pra trabalhar!*”. Ela relata que trabalhou durante 11 anos nessa fazenda, até o ano de 1959, quando, aos 19 anos de idade, se mudou para Belo Horizonte, para

⁵⁵ Nome fictício.

⁵⁶ Soube, por comentários de um morador que estava circulando na rua naquele dia, que os filhos e o neto que moram com ela, raramente a ajudam com as tarefas cotidianas, todas realizadas por ela, como limpar, cozinhar, fazer compras ou carregar doações.

morar no Aglomerado da Serra, buscando uma vida melhor. Na fazenda ela não tinha folga, nem domingos ou feriados, muito menos férias. “*Ganhava 1 prata por mês*”. Não sabe dizer ao certo, mas pensa que isso era o equivalente a cinquenta centavos ou algo parecido. Cozinhou para os trabalhadores da fazenda, fazia de tudo. Parava de trabalhar às 23h e acordava às 4h. “*Eu sei que trabalhei como escrava*”. Algum tempo depois de se mudar para a capital, ela soube que o Ministério do Trabalho multou a fazenda, que pagou uma indenização aos trabalhadores encontrados em regime análogo à escravidão. Na conversa rápida não houve tempo de ela contar mais detalhes, mas ela diz que “*ainda quer escrever um livro sobre sua vida*”, que “*tem muita história para contar*”. Ela não contou muita coisa sobre como foi e como tem sido sua vida em Belo Horizonte, mas diz que sua *vida melhorou*, pois na fazenda *era tudo muito pior*. Comenta sobre os muitos quartos de empregada onde ela dormiu em sua vida de trabalhadora doméstica na capital mineira. Ela diz que mora com dois filhos homens e um neto - mas foi buscar sozinha a cesta básica. Me perguntei novamente como ela carregaria aquela cesta pesada (como ela tinha carregado toda aquela carga?). Ela havia contado que tem problemas sérios na coluna e usa marca-passo. Resolvemos então ajudá-la a levar a doação até sua casa. Seguimos caminhando morro acima, quase em silêncio, naquela tarde quente. Pensei nas muitas Lourdes que carregaram o peso de terem nascido mulheres, negras, nas margens da sociedade brasileira, descritas por Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento. Lembrei da frase de Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo, “*tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher*” (2014, p. 178) e o quanto esse peso (do alimento que sustenta a família, do trabalho duro, da ausência, da solidão) afetou/afeta de forma ainda mais intensa, mulheres da geração de Lourdes. Pensei nos diários de Carolina e no desejo de Lourdes, com 82 anos de idade, de escrever sua própria história. (Notas de caderno de campo, 2022)

*

Quinta-feira, 07 de abril de 2022, dia de entrega de cestas básicas.

Tem dia que é só o dia a dia mesmo. Nem mais nem menos. Calor, rotina, suor, criança no colo, prancheta, caneta falhando, lista, documento, número de identidade, CPF, endereço. Mulheres chegando exaustas depois de um dia inteiro de faxina, quase na última hora da entrega das cestas, dores no corpo, sacolas surradas, telefone caindo no chão. Tem dias que não são necessariamente emocionantes, extraordinários, nem causam grandes comoções ou reflexões. Tem dia que é só a vida cotidiana das mulheres do Aglomerado da Serra numa tarde muito

quente, nem bonito nem feio. Dias banais, dias longos, dias miúdos. Dias nos quais quase a gente quase que escuta esses sofrimentos pingando em conta gotas pelos olhos cansados e pelas mãos calejadas de tanto trabalhar. Corpos adaptados, por não terem tanta escolha, à dureza concreta das “pequenas” violências estruturais, invisíveis, aparentemente pouco relevantes, sutis, imperceptíveis. Menores? Vidas marcadas pela falta (de amparo, afeto, cuidados) e excesso (de trabalho, demandas, correrias) que sistematicamente minam a existência, a energia vital, o brilho nos olhos, as esperanças trazidas por outros momentos mais intensos e catárticos, os bons eventos. Por outro lado, olhos que também sonham, desejam, sabem, almejam dias diferentes. Lembro que a reparação da vida, a cura, as pequenas grandes transformações da vida, também passam pelos dias comuns, pela vida cotidiana que não para de acontecer nem por um minuto (Notas de caderno de campo, 2022)

*

Este capítulo parte da análise de entrevistas realizadas com quatro mulheres que constituem a Coletiva Mulheres da Quebrada enquanto participantes e frequentadoras ativas, buscando refletir como as pedagogias de cuidados coletivos descritas acima produzem efeitos concretos sobre suas vidas cotidianas. Tais pedagogias de cuidados coletivos se entrelaçam a trajetórias de vida em curso, a relações e dinâmicas estruturais de poder e opressão, a processos de vulnerabilização, mas também a resistências, agenciamentos individuais e coletivos. O cuidado, e suas ambivalências, torna-se uma espécie de fio condutor da análise dessas trajetórias de vida à medida que pode ser agenciado socialmente tanto como um fator perpetrador de dominação, violências e opressões, quanto como algo mobilizado pelos sujeitos na busca de formas de viver bem, reparar e habitar o mundo. Esses agenciamentos, quando coletivizados, podem constituir processos de emancipação voltados à busca por reestruturação das dinâmicas sociais, à politização do debate e democratização das práticas de cuidado, do seu entendimento como direito social fundamental, que passa por fatores materiais, simbólicos, estruturais, como saúde, alimentação, educação, mobilidade, equidade de gênero, empoderamento coletivo. Veremos que, assim como a violência e as estruturas interligadas de opressão que afetam sobremaneira a vida das mulheres negras e periféricas, a busca pela reparação da vida cotidiana a partir de práticas de cuidados coletivos, também constituem e reconfiguram subjetividades, produzem experiências e identidades, individuais e coletivas.

4.1. Experiência, linguagem e a constituição dos sujeitos

Sabemos que a experiência não é um dado em si, mas uma ação constante, localizada e produzida em contextos históricos, políticos, sociais e a partir de relações de poder, constituindo os sujeitos (Scott, 1998). A experiência parte das formas pelas quais os sujeitos vivenciam, interpretam e incorporam os múltiplos acontecimentos de suas vidas. Para Veena Das (2020) os sujeitos são a própria “condição da experiência”, e a maneira como eles internalizam e respondem aos eventos cotidianos constituem sua subjetividade. A subjetividade nunca está completa, mas segue em constante processo de formação, ao mesmo tempo individual e coletiva, à medida que as dinâmicas sociais se refletem nas identidades pessoais, na autocompreensão e na agência dos sujeitos. Esses processos podem ser mais bem compreendidos desde uma descida ao ordinário, pois é no curso da vida cotidiana que os sujeitos assimilam e ressignificam acontecimentos e práticas sociais, por meio de processos que passam pelo tempo, pelo corpo e pela linguagem. A vida cotidiana é, pois, o palco onde a subjetividade é moldada e reconfigurada, e de onde partem as movimentações em direção a transformações individuais, políticas e sociais. Ao discorrer sobre a escrita de uma “etnografia da violência” em contextos marcados por eventos críticos que rompem “limites de mundo”, Veena Das (2020) aponta para a importância de “localizar os sujeitos por meio da experiência de tais limites” (p. 26), sobretudo em suas ações de “fazer e refazer seus mundos”. Ao romper um limite, a violência também constitui os sujeitos, e estes reconstituem e reparam seus mundos, não necessariamente através de grandes atos heroicos reconhecidos socialmente, mas muitas vezes pela simples tarefa de continuar vivendo e se engajando na vida cotidiana (Das, 2020).

Muitas das experiências das mulheres periféricas podem ser compreendidas pelo que chamamos de “sofrimento social” (Das, Kleinman e Lock, 1996), aquele desencadeado por dinâmicas estruturais que se inserem nas relações e subjetividades, ou seja, são produzidas pelas dinâmicas que envolvem os sujeitos, o Estado e as formas com que as pessoas resistem, reagem e lidam com esses efeitos. Em contextos de violência e sofrimento social, o “ato de testemunhar” (Das, 2020), mostra-se uma importante forma de tornar novamente habitáveis mundos devastados. Para Das (2020), a vida cotidiana muitas vezes pode ser revirada por “eventos críticos” que geram rupturas drásticas e se inserem de maneira prolongada nos corpos, subjetividades, linguagem e memórias ao longo de tempo, e outras vezes, pode ser marcada por “quase eventos” (Das, 2015), episódios banais, que produzem sofrimentos assimilados em um contexto de normalidade. Os “quase eventos” seriam um tipo de sofrimento comum, não

dramático o suficiente para atrair grande atenção. Dizem sobre situações produzidas estruturalmente, que pairam na fronteira entre o normal e o excepcional, causando nos sujeitos um desconforto persistente e um sentimento de vulnerabilidade, ou de “aflição” (Das, 2015). A “aflição” estaria relacionada a processos de “corrosão da vida cotidiana que parece tirar de muitos, a capacidade de engajar na vida” (p. 2). Mesmo assim, é possível observar que as pessoas conseguem passar “de um limiar da vida marcado por desolação, até abjeção, para outro limiar no qual parecem se envolver com outras pessoas, riem, comem, fazem sexo, cuidam de crianças, cumprimentam visitantes”. (Das, 2015, p. 2) A escrita etnográfica, sobretudo em contextos de violência, deve estar aberta ao reconhecimento da dor do outro, revelando um mundo em que “a vida pulsa pelas batidas do sofrimento e pelos pequenos prazeres da vida cotidiana” (p. 1). Das (2020) evidencia a importância de uma “descida ao ordinário” na busca pela compreensão dos movimentos sutis entre esses limiares. Sofrimento, violência, dor, prazer e engajamento na vida habitam o ordinário, onde tudo se mistura no processo de continuar vivendo.

Desde os momentos de violências aterradoras até a aflição dos quase eventos, o surgimento da voz é um elemento importante no processo de reparação da vida, apesar das fragmentações e rupturas que as pessoas podem experimentar. Nesse sentido, a relação entre corpo e linguagem é constituinte da experiência e dos sujeitos, pois é parte intrínseca das formas de vivenciar, produzir e interpretar significados no mundo. O próprio corpo pode ser entendido como uma linguagem e a maneira pela qual ou a partir da qual as pessoas habitam o mundo. Das (2020) define o ato de testemunhar como “uma maneira de entender a relação entre violência e subjetividade” (p. 116). Nesse sentido, narrar a dor, a violência, o sofrimento ou as formas encontradas para reparar a vida cotidiana, tornam-se parte da experiência de tornar-se sujeito em meio a mundos precários, fragmentados pelas violências e vulnerabilizações. Para Das (2020), o simples ato de seguir engajando-se com a vida, é uma forma política de lutar e testemunhar a violência e o sofrimento, ou seja, pessoas ordinárias vivendo suas vidas cotidianas, fazem política o tempo todo e de múltiplas formas. O ordinário é, portanto, político. Ao analisar as formas pelas quais mulheres vulnerabilizadas reocupam signos de violação por meio do “trabalho de domesticação, ritualização e (re)narração”, Das (2020) ressalta o caráter político desse processo cotidiano de continuar vivendo.

Mediante transações complexas entre corpo e linguagem, [essas mulheres] foram capazes de dar voz e mostrar o mal que lhes foi feito, bem como de oferecer testemunho ao dano causado a todo o tecido social – e que atingia a própria ideia de grupos diferentes serem capazes de habitar o mundo juntos. (Das, 2020, p. 93)

Há uma diferença entre um tipo de violência que ocorre “dentro da trama da vida” e sobre a qual é possível identificar o “trabalho do tempo”, de escrita, reescrita e revisão, e um outro tipo, súbita e traumática, que beira o indizível, sobre a qual talvez nem o tempo e a voz podem ser capazes de agir (Das, 2020). Sobre essa, o próprio silêncio pode ser uma forma de narração e um ato heroico de reparação, uma enunciação política e uma forma de protesto frente à violência. O silêncio e o esquecimento são formas de lidar com o indizível, com aquilo que rompe os limites do mundo e da própria linguagem. A memória, assim como o tempo, são agentes que dão sentido às experiências através da linguagem, mas também a partir do que é evidenciado, lembrado, esquecido, silenciado. Das (2020) mostra como o tempo pode ter um caráter de perpetrador cruel e ao mesmo tempo possuir a capacidade de curar (p. 139). O “trabalho do tempo” constitui sujeitos à medida que pode intensificar e aprofundar experiências de sofrimento e possibilitar a reparação da vida cotidiana.

O tempo não é algo puramente representado, mas um agente que “trabalha” nas relações – permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, às vezes sobrescritas –, assim como diferentes atores sociais lutam para construir histórias em que coletividades são criadas ou recriadas. (Das, 2020, P. 126)

Ressaltamos aqui, no âmbito desta etnografia, a importância da voz (e dos silêncios) no testemunho e questionamento da violência e do sofrimento social, mas também da enunciação dos desejos, sonhos, prazeres e alegrias dessas mulheres. Todos esses processos constituem agenciamentos políticos e posicionados socialmente. Para compreender como as pedagogias de cuidados da Coletiva atuam na constituição de experiência e subjetividade das minhas interlocutoras, é relevante observar como essas práticas se entrelaçam nas trajetórias de vida em curso, marcadas por violências estruturais e por estratégias de resistência em mundos precários. O cuidado, carregado de múltiplos significados, ambivalências e dinâmicas desiguais, torna-se uma espécie de fio condutor das narrativas sobre as trajetórias de vida das mulheres que veremos a seguir. As formas pelas quais se estabelecem historicamente as dinâmicas e relações desiguais de cuidados, mediadas por linguagem e por estruturas de poder são vivenciadas no corpo e constituem suas identidades e subjetividades. A partir da assimilação de outros sentidos e práticas do cuidar, sob perspectivas políticas, autodefinidas e emancipatórias, passam a olhar para si enquanto sujeito de cuidados, que não apenas devem cuidar, mas podem cuidar de si, receber cuidados, cuidar junto. Reconfiguram seu entendimento sobre si e seu lugar no mundo.

Na nossa sociedade colonial contemporânea, o poder está relacionado a posições sociais de classe, raça, gênero, território, geração, mas também ao sistema econômico. A maioria das relações e dinâmicas relacionadas a atividade de cuidar, são medidas pelo capitalismo heteropatriarcal. O sistema social e econômico vigente organiza material e simbolicamente as relações e práticas de cuidados, estabelecendo as posições daqueles sujeitos que podem comprar e obter lucros e aqueles que precisam vender sua força de trabalho, pré-definindo quais tipos de trabalho serão valorizados e bem remunerados e quais são desvalorizados, naturalizados, invisibilizados, incluindo o trabalho doméstico não remunerado que sustenta as dinâmicas econômicas globais. Nesse sentido, os cuidados muitas vezes podem ser um fator de exploração e subjugação de sujeitos, com efeitos mais intensos sobre algumas corporalidades específicas, como a de mulheres negras, pobres, racializadas. Como disse Lélia Gonzalez, essas mulheres muitas vezes são colocadas em uma posição de exploração, “carregando sua família e a dos outros nas costas”, perpetuando dinâmicas sociais racistas coloniais. Isso não exclui o fato de que para muitas mulheres negras e periféricas, cuidar pode ser também – e ambigualmente – uma atividade prazerosa, uma atividade que permite agenciamentos e constituição de uma identidade social, em meio a contextos de relações de poder, violências e opressão. Embora vulnerabilizadas por diversos processos estruturais, minhas interlocutoras não são vítimas. Elas sempre foram agentes em sua própria história, movimentando-se socialmente através de práticas e estratégias, de sobreviver ou de tentar viver tão bem quanto possível. As ferramentas com as quais elas podem se mobilizar e agir na constituição de si são limitadas e mediadas por violências estruturais, mas, mesmo assim, elas se movem, “por dentro e por fora”, até mesmo quando escolhem como estratégia o silêncio (Collins, 2016).

As histórias a seguir dizem sobre processos que se dão no nível do ordinário, do cotidiano da vida de mulheres comuns que apesar das marcas das violências, resistem e insistem em engajar-se individual e coletivamente com a vida e com o mundo. São relatos de vida que buscam captar afetações, reconfigurações (inter)subjetivas e movimentações em busca de transformações pessoais e sociais, produzidas pelas experiências de cuidados coletivos da Coletiva Mulheres da Quebrada. É importante alertar para uma leitura das narrativas que não homogeneíze experiências e identidades, ainda que existam similaridades. Tentaremos evidenciar também as particularidades, entendendo que, embora haja estruturas e dinâmicas sociais semelhantes que orientam as experiências dessas mulheres, cada uma delas possui uma trajetória e as experiências vividas se inserem e constituem sujeitos distintos.

Saliento que as narrativas que se seguem são produzidas a partir da interlocução e estabelecimento de diálogos, mediados por expectativas, linguagens e categorias que trago tanto da minha vivência pessoal quanto acadêmica. As histórias pessoais, histórias de vida e biografias, não devem ser, portanto, fixadas ou tomadas como um dado, mas como um “espaço epistemológico contingente no mundo” (Crapanzano, 1977), fruto de um encontro entre pesquisadora e interlocutoras, mediadas pelas expectativas e predefinições inescapáveis à produção do saber acadêmico. Ainda que tragam uma apresentação do sujeito a partir de sua própria perspectiva, carregam na própria narrativa as expectativas e demandas do pesquisador. Portanto, é duplamente editada, no momento da narrativa e no momento da escrita (Crapanzano, 1977).

4.2. O cuidado como fio condutor da vida: Ana Davenga

“A minha vida foi essa, cuidando deles, trabalhando...”

Ana Davenga é uma mulher negra de 45 anos. No momento da entrevista, ela estava com os cabelos bem curtos, quase raspados, e usava grandes brincos de argola. Ana Davenga é mãe, tia e avó de muitas pessoas, de sangue e de consideração. Teve alguns namoros rápidos, mas nunca se casou e nenhum de seus relacionamentos foram duradouros. Trabalha há 23 anos como agente de saúde. Agendei a entrevista por telefone e ela foi bastante solícita desde o início. Eu nunca tinha conversado com ela antes, mas já tínhamos nos visto em algumas atividades da Coletiva. Na manhã do dia da entrevista, comuniquei que estava indo buscá-la de carro no Centro de Saúde, seu local de trabalho, conforme combinado. Ela vinha tomando sua vitamina batida de leite e frutas em um copo de plástico e então entra no carro, falando rapidamente sobre algumas de suas netas e sobrinhas, já adentrando em um dos pontos principais de sua história de vida: o trabalho exaustivo de cuidar que sempre desempenhou. Cuidar de crianças - um filho biológico e diversos sobrinhos e netos, alguns deles tornando-se *filhos de criação* – configurou as relações de Ana Davenga em uma grande família estendida, bastante centralizada em sua figura como principal cuidadora. Atravessamos parte da Vila Cafezal até chegar no local da entrevista, que seria realizada na varanda de uma casa cedida a mim por uma amiga, em bairro nas adjacências do Aglomerado da Serra.

Ainda no caminho, ela começa a contar uma situação bastante dolorosa pela qual vem passando nos últimos dez meses, o luto diante da perda de sua filha de criação por autoextermínio. A moça, mãe de quatro crianças pequenas, enforcou-se no banheiro da casa de Ana Davenga, que enfrenta desde então um quadro de depressão e crises de ansiedade, ao que vem tratando com remédios, atendimentos psicológicos e apoio nos encontros em roda da Coletiva Mulheres da Quebrada. Iniciamos a entrevista, e logo no início ela resume a sua trajetória de vida pegando como mote o momento que começa a cuidar de outras pessoas, quando tinha apenas oito anos de idade.

Tenho quarenta e cinco anos, mas desde os meus oito ou nove anos eu cuido dos sobrinhos. Os primeiros sobrinhos dormiam comigo. Depois eu fiquei com quinze anos, a minha mãe pegou a guarda de dois sobrinhos, e eu que cuidava. Eu tive meu filho com dezenove anos, tenho um filho biológico. E depois da morte da minha mãe eu tive que pegar quatro sobrinhos e uma sobrinha neta. Uma tinha dezesseis, o outro tinha doze, o outro tinha oito, o outro tinha quatro e a pequenininha um ano. Eu tinha trinta anos. Aí eu tive que, do dia para a noite, pegar os sobrinhos... [Uma delas é] essa menina que suicidou, que eu falei que é minha filha, porque ela me chamava de mãe e ensinou os filhos dela a me chamarem de avó. Por isso que eu falo que eu tenho seis netos. A minha vida foi essa, cuidando deles, trabalhando. O meu serviço no posto, me deu muita estabilidade, me deu muita segurança, para poder cuidar deles. Estar perto em reunião de escola... então eu sempre cuidei.... Aí, agora em abril, com a morte dela, ela tinha separado do marido, casou-se, teve quatro filhos. Aí separou do marido e voltou para a minha casa. Com a morte dela, eu fiquei com a guarda dos quatro filhos dela. Mais quatro crianças, que era uma de dezesseis, uma de doze, uma de seis e um de quatro. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

A relação com o pai de seu único filho biológico acabou ainda durante a gravidez. Ele nunca forneceu suporte para a criação do menino, do qual, junto a muitos outros filhos de criação, Ana Davenga cuidou sozinha, contando com algum apoio de familiares, principalmente de seu pai.

Até os cinco anos o pai do meu filho aparecia, visitava. Depois ele mentia, falava que ia, o menino ficava ansioso esperando [...] Foi quando eu me afastei dele e, desde então, ele perdeu o contato com o filho. Portanto, meu filho fala que eu sou o pai dele, o pai e mãe, que eu que cuidei, que eu que dei tudo. [...] A referência que ele tem de pai é do meu pai, porque eu morei com meu pai até ele fazer dez anos. Então a referência masculina que ele tem de ser pai, porque agora ele é casado, tem filho, de pai, de carinho, de atenção com o filho, é do meu pai, do avô que é apaixonado com ele. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Há, na narrativa de Ana Davenga, uma diferenciação da relação com o filho biológico e com os *sobrinhos* que *pegou para criar*, e se tornaram *filhos*, estabelecendo relações profundas de afeto e parentesco. Essas relações e vínculos de cuidado e *criação de numerosas crianças*

não necessariamente passaram por uma escolha, mas por necessidade ou, em alguns casos, por uma imposição dentro de suas dinâmicas familiares. Ela conta que *pegou para criar* sobrinhos que estavam em situação de abandono ou negligência, alguns com questões de saúde bastante precárias, como um dos meninos que perdeu a audição de um dos ouvidos devido a uma infecção que não foi tratada. Algumas dessas crianças são filhas de uma de suas irmãs, usuária de drogas, que também a procura esporadicamente para buscar ajudas com dinheiro, comida ou remédios. Ana Davenga conta que “*tornou-se mãe*” ainda, de sobrinhos poucos anos mais novos que ela, que sua mãe *pegou para criar*, mas de quem, por fim, foi Ana Davenga quem cuidou. Com todos eles, há algum tipo de relação de consanguinidade, mas o cuidar de estreitou laços, tornando-a tia/mãe/avó de criação, com diferentes nuances, durações e intensidades.

*Trabalhei muito na minha vida, cuidando [...] com oito, nove anos, já dormia, dois sobrinhos no canto da minha cama. Um deles até, agora, dia treze, fez quarenta e um anos. Aí ele fala que eu sou a mãe dele. A minha mãe [que cuidava dele] faleceu, e que agora eu que sou a mãe dele. Aí, ele é casado, quando ele bebe ou quando ele briga com a mulher, ele corre para a minha casa. Um negão, fortão, grandão. E ele corre na minha casa, aí fica na minha casa dois, três dias, depois, volta para casa dele. **Eu tenho esse vínculo com os meus sobrinhos, de cuidado, de atenção.** (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)*

O trabalho de cuidar dessa numerosa família estabelecida pelos vínculos de *cuidado e atenção*, somado ao fato de trabalhar fora, afetou a relação de Ana Davenga com o filho biológico, que segundo ela, sempre demandou maior atenção do que ela podia dar, e que apenas atualmente eles têm tido mais tempo juntos.

Agora, depois que os meninos foram embora, aí eu estou tirando, uma vez por mês, sai só eu e ele. A gente vai numa praça, a gente vai, come uma batata, a gente toma um copo de cerveja, eu e ele, só eu e ele. Para me recuperar esse tempo perdido que eu tive, que eu perdi com ele. Porque eu peguei sobrinho doente, peguei sobrinho negligenciado. Peguei sobrinho com deficiência auditiva, que ninguém tinha visto, que eu tive que marcar cirurgia, fazer cirurgia, acompanhar em hospital. Peguei uma adolescente de dezesseis anos com uma filha de um ano. Ela engravidou aos treze. Então ela, com dezesseis anos, a menina estava quase completando três aninhos. Então, assim, eu tive que orientar ela, porque, se não, era um menino atrás do outro. Então eu tive muita coisa. Ainda tinha meu serviço fora ainda, aí eu deixei ele. Eu falava com ele: ‘fulano não tem pai, fulano, não tem mãe. Eu tenho que dar atenção! Você me entende, eu estou aqui o tempo todo’. E isso ele cobra até hoje, ele tem vinte e seis anos. Parece um menino de dois quando quer fazer manha. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Após o autoextermínio da filha de criação, Ana Davenga chegou a morar na casa o filho biológico, mas resolveu voltar para sua casa, apesar das memórias dolorosas, porque considera que *lá é o seu lugar, onde pode ser ela mesma, ter autonomia e fazer o que ela quer*. Importante observar a relação entre “casa, corpo e território” (Fazzioni, 2023) no processo de cura e

reparação da vida em meio à dor do luto, aos desarranjos provocados pelo acontecimento traumático do suicídio da filha. Embora essa casa e esse território tragam memórias profundas de dor e sofrimento, é ali também que ela encontra suas formas de ressignificar a dor, produzir rearranjos e seguir a vida cotidiana. Esse processo é ancorado nas boas memórias que também ali habitam, na relação com seus cachorros, na autonomia e liberdade que encontra nesse lugar, nas relações de sociabilidade agenciadas a partir de sua casa e seu território. É em meio a essas memórias de prazer e dor, memória dos cuidados que exauriram sua energia e consumiram boa parte de sua juventude, mas que também produziram relações, afetos, identidade, que ela busca restaurar sua saúde, retomar seu “engajamento com a vida cotidiana” (Das, 2015 2020).

A perda da menina, ela suicidou dentro da minha casa. Em novembro eu voltei, eu fiquei sete meses fora de casa, na casa do meu menino, e em novembro eu voltei para minha casa. Eu tenho que voltar para lá. Lá é a minha casa. E lá eu me sinto bem. Minha mãe faleceu lá também. Minha mãe faleceu doente, mas faleceu lá. Eu sinto... O povo até fala comigo assim que é para eu chamar um pastor. Mas eu sinto, assim, a presença, as coisas boas que a gente passou lá dentro, eu consigo ver. Eu não vejo só o lado ruim, o lado da morte, do acontecido. Mas eu lembro das festas, quando a gente fazia, da comilança, porque quando ia fazer comida era dez pessoas. [...] Então eu lembro dessas coisas boas na minha casa... e eu tenho meus cachorros que eu não abro mão. Meu filho não gosta de cachorros, e foi um dos motivos que me fez descer, porque meus cachorros ficavam presos lá embaixo, sozinhos. [...] Agora, no que eu chego em casa, é uma farrá. [...] E eu gosto muito de animal. Eu gosto de criança e gosto de ter meus animais. Eu não abro mão dos meus cachorros. Eles cuidam de mim. Eu sou apaixonada pelos meus cachorros. E, nesse momento, eu estou cuidando de nós. Eu e eles [...] eles são minha companhia. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)

A vida cotidiana em sua casa e seu território também é constituída pelas relações estabelecidas com amigos e vizinhos, que são parte de uma rede de apoio local para as tarefas e necessidades, e com quem estabelece afetos e momentos de lazer.

Eu tenho uma tia que mora no mesmo beco onde eu moro, mas a gente não tem muito contato, ela é irmã do meu pai. Mas eu tenho um casal que mora em frente à minha casa, que é o meu apoio. Eles me apoiam em tudo, financeiramente, se eu precisar consertar um chuveiro, consertar um cano ou olhar os meninos quando eu estava com os meninos. Se eu precisasse sair, essa vizinha ficava com os meninos pra mim. Os meninos chamam ela de Vó Zilda e Vó Gila. Os meus seis netos chamam esse casal de vô e vó, porque a gente tem uma relação muito boa, aí ela faz uma coisinha diferente na casa dela, ela manda para mim e eu pra minha nora. Que a minha nora mora em cima, eu moro embaixo. Quando a gente não tem nada para fazer, a gente vai na casa dela para bater papo. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

As relações estabelecidas com as mulheres da Coletiva Mulheres da Quebrada são parte dessa rede de apoio territorial e do processo de cura a partir dos cuidados coletivos, que passa

pelo tratamento psicoterapêutico, pelos encontros em roda, pelas ajudas com cestas básicas e doações, e formam relações afetivas de amizade e parceria dentro das dinâmicas no território.

*Tenho bastante conhecida na Coletiva. Na morte da minha menina elas me ajudaram muito, porque, quando eu peguei os meninos para criar, eu não tinha cama, eu não tinha guarda-roupa, eu não tinha roupa para menino. E, assim, elas conseguiram muita coisa para mim. Muita doação, beliche, colchão, guarda-roupa. Eu consegui muita coisa de doação da Coletiva. Eles forneceram cesta básica por mim, porque quando eu peguei foi um caos. Me ajudaram financeiramente a enterrar minha filha também, que eu estava sem condição. **E a Coletiva, no momento, é a minha base. Eu vou no psicólogo toda semana e vou na Coletiva.** (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)*

Quando, pouco mais de um mês antes da entrevista, seus netos foram morar na casa do pai, ela se viu totalmente sozinha pela primeira vez. A mulher que sempre viveu rodeada de muitas crianças e adolescentes de quem cuidava, de repente se viu só, e encontra desafios no processo de lidar com o fato de não estar o tempo todo cuidando de outras pessoas.

A questão de morar praticamente sozinha me incomoda muito... O ruim de ficar sozinha é porque eu acostumei a vida inteira, porque eu fui, a vida inteira, que eu nasci numa família grande. Oito irmãos, eu era a sétima. Então era meu pai, minha mãe e mais oito filhos. Dez pessoas. Quando eu comecei a entender, eu comecei a criar sobrinhos, aí vem chegando, sobrinho, sobrinho, sobrinho... Com dezenove anos, eu estava com um filho e dois sobrinhos, aí, eu, já eu, com dezenove anos, eu tinha três filhos, praticamente, que onde eu ia, eu carregava três. E hoje para mim estar sozinha... eu não aprendi ainda a lidar com o só. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Ana Davenga conta que nunca teve relações amorosas duradouras por medo de sofrer violência, como todas as suas seis irmãs e a grande maioria das mulheres que conhecia. “*Todas as minhas irmãs, seis irmãs. Todas já apanharam de marido. Acho que é um dos motivos que eu não tenho marido, que eu não quero ter marido*”. Havia também a preocupação com a proteção das crianças dos riscos de “*colocar homem dentro de casa*” e a falta de tempo para se dedicar a um relacionamento, enquanto conciliava a “*correria*” (Fernandes, 2018) de administrar o tempo do *trabalho fora com trabalho dentro de casa*.

tem seis anos que eu não sei o que que é namorar. As meninas ficam brincando comigo: ‘Você tem que beijar na boca, você tem que aprender!’. Eu falei: ‘Eu nem sei mais, gente...’ [riso] porque eu, com esse tanto de menino, eu priorizava os meninos e como algum deles vieram viciado, vieram espancado, maltratado. Eu evitei colocar uma pessoa na minha vida por causa deles. As meninas falam que agora eu tenho que pensar nisso, que eu estou com quarenta e cinco anos, que ainda estou viva, que eu estou nova... Só que não estou pensando nisso no momento não, mas se acontecer a gente está aí (risos). Mas eu estou aprendendo a cuidar de mim. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Autoras como bell hooks (2010), Ana Pacheco (2013), Joice Berth (2019) refletem sobre os processos estruturais que interseccionam racismo e sexismo na produção da solidão das mulheres negras. Muitas vezes essas mulheres, diante de violências de relações opressivas, estão sozinhas “porque não aceitam mais negociar sua humanidade para caberem em modelos opressores” (Berth, 2019). O preterimento afetivo e o celibato definitivo de mulheres negras atua como uma fissura interna das relações desenvolvidas pela população negra e são parte de tecnologias de dominação, aliciamento e opressão (Berth, 2019, p. 146)

Há uma representação social baseada na raça e no gênero, a qual regula as escolhas afetivas das mulheres negras. A mulher negra e mestiça estaria fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e “escravizado”; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afeto”, do casamento, da união estável. (Berth, 2019, p. 146)

Ana Davenga fala que atualmente, após quase quarenta anos cuidando de um número significativo de crianças, há poucos meses ela *está aprendendo a cuidar de si*, e o espaço proporcionado na Coletiva tem um papel muito importante nesse aprendizado, que busca superar uma ideia utilitarista e exploratória da mulher negra, pautada na função de cuidar e satisfazer desejos e necessidades do outro.

Agora eu estou aprendendo a cuidar de mim, porque eu não tive esse tempo de cuidar de mim. Agora que eu estou fazendo uns exames, estou vendo umas questões de saúde, de cuidado mesmo, comigo, com a minha casa. [...] Então a Coletiva está me ensinando a me cuidar, a aprender a me cuidar de mim. Não cuidar do outro, porque cuidar do outro, eu sei fazer isso. Cuidar de mim! É cortar um cabelo, fazer uma unha, fazer algum exame. Tinha cinco anos que eu não ia no ginecologista. Depois que os meninos foram embora, eu fui ao ginecologista. Eu estou com uma crise de depressão, de ansiedade, estou tomando medicamento, aí o medicamento está fazendo eu repelir. Eu estou toda inchada. Eu estou me tratando, cuidando agora de mim. Cuidando da minha alimentação, cuidando da minha casa, aí eu estou aprendendo a cuidar de mim. E a Coletiva tem me ajudado nisso, porque a Coletiva me ensinou o empoderamento da mulher. Eu era tia, eu era avó, eu era a mãe, mas eu nunca era a “Ana Davenga”. Eu nunca tive tempo para ser a “Ana Davenga”. Era o problema dos meninos, era problema de saúde, problema na escola, aquela coisa toda de menino, menino, menino! E eu não tinha tempo para mim. [...] Eu me sentia inútil quando não tinha nada, não tinha ninguém comigo, alguma coisa para fazer. Era até um pouco mesquinho. Assim, se eu não tivesse que levar o menino no médico, se eu não tivesse que ir a uma reunião de escola, eu me senti inútil. E agora eu estou vendo que eu posso ser útil pra mim, que eu consigo isso. Aí, olha, mudei o cabelo, meu cabelo era relaxado. Eu tive que ficar relaxando o cabelo, aquele trem todo. Falei: ‘Não! Parou, acabou’. Meu menino brigou comigo que ele gosta de cabelo, falei: ‘Eu sou sua mãe, você não manda em mim.’ Cortei, acabou e vou cortar mês que vem de novo. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

A redescoberta de si a partir de processos de empoderamento e emancipação impulsionadas pelas práticas na Coletiva também estão relacionadas a uma ressignificação do

que é estar só. Ana Davenga vivencia um processo de reapropriação de seu tempo, de sua casa, de seu corpo, de sua própria identidade, que até então estava totalmente vinculada à função de cuidar dos outros.

*Porque quando eu estava com os meninos, eu não tinha tempo nem para tomar banho. [...] Agora eu tenho esse tempo de entrar embaixo do chuveiro e ficar, de fazer a minha comida, para mim só e comer sossegada. E quantas e quantas vezes eu já tive que pegar do meu prato e dividir com um menino. [...] Agora eu posso assistir na minha televisão o que eu quero assistir. Eu não podia, porque eu queria ver a novela, fulano queria ver o jornal, outro ciclano queria ver o desenho que estava passando e a minha televisão não era minha. [...] Eu falava: 'Eu comprei a televisão, eu paguei a televisão e não posso assistir'. Aí o que eu fazia? Enchia a cara de remédio e ia dormir. Agora, não, agora eu durmo a hora que eu quero e assisto o que eu quero. [...] E eu tenho esse momento meu. [...] A melhor coisa que você pode falar é: **'Eu estou indo pra minha casa, pro meu espaço, pro meu local'**. E isso eu estou aprendendo com a Coletiva, porque até então eu sofria com o ficar sozinha. Eu sofria com: **'Nó, ninguém mais gosta de mim, ninguém me quer'**. Agora não. (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)*

As pedagogias de cuidados coletivos experimentados por Ana Davenga estimulam o aprendizado e a construção de um saber autodefinido de mulheres sobre o cuidado de si, mesmo em meio a contextos de vida precários, onde a oferta de cuidados voltados a mulheres negras faveladas é bastante escassa.

*Não, agora, eu aprendi a me priorizar. Primeiro vem eu, segundo vem eu, terceiro vem eu, depois eu penso, no próximo. [...] **Porque esses meninos, igual eu falei, eu tirava da minha boca, para colocar na boca deles Pergunta se alguém faz isso por mim?** [...] E eu estou aprendendo isso. Cada palestra que eu tenho na Coletiva... teve até uma muito boa que eu não esqueço, falando da metamorfose da borboleta. Ela colocou uma lagarta, o casulo e depois a borboleta e falou o que representava para cada um aquilo ali. Eu falei: **'Eu estou na fase do casulo, para me desabrochar, me transformar numa borboleta, porque eu estou no meu processo de transformação.** [...] **Vai fazer dez meses que a minha menina morreu. Vai fazer dois meses que os meninos foram embora, agora que eu estou aprendendo a cuidar de mim. Então eu ainda estou no processo ainda de aprender. Ainda tem dia que eu choro, ainda, de saudade da minha menina, das minhas netas.** [...] **Aí eu estou aprendendo. Essa palestra sobre metamorfose foi muito produtiva e cada dia eu lembro dela, cada pedacinho de coisa que eu consigo mudar, que eu consigo transformar. Eu lembro da metamorfose.** (Ana Davenga, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024, grifo nosso)*

Tais práticas produzem ainda um efeito de comunidade e apoio mútuo que combate a solidão do desamparo e do abandono, e potencializa a legitimidade e importância de uma solitude pautada pelo cuidado e reapropriação de si. O simples ato cotidiano de aprender a sentir-se bem consigo mesma, apropriar-se de seu próprio nome, corpo, identidade, em meio a um sistema estruturado de opressões que tentam desumanizar essas mulheres, não é algo banal, e pode ter um valor subjetivo e político imensos. *Agora eu consigo fazer isso. A me aceitar, aceitar o meu nome, coisa que eu não fazia.*

Essas práticas alertam para o fato de que adoecimento mental e o sofrimento social das mulheres negras periféricas não é algo meramente individual, mas sim, produzido por estruturas de poder. O compartilhamento de experiências e dores semelhantes e a promoção de encontros entre esses corpos-subjetividades evidenciam a potencialidade dos efeitos de um movimento político e coletivo produzido à margem das margens na busca pela transformação individual e coletiva das estruturas de opressão. Nesse contexto, os saberes acadêmicos da Psicologia Comunitária e do feminismo negro encontram os saberes e a intelectualidade corporificada dessas mulheres, produzindo efeitos mútuos e potentes.

Cuidar não é apenas algo central na trajetória de Ana Davenga, mas também uma marca que constitui sua identidade e subjetividade, de certa forma é o ponto de referência a partir do qual se situa no mundo. O cuidado é o fio condutor da narrativa de sua vida. Ela fala da sua função exaustiva e por vezes também prazerosa, de cuidar de muitas crianças ao longo de sua vida, em meio a condições bastante precárias. Fala da dor da perda de pessoas cujas relações e afetos se estabeleceram a partir do cuidado. Conta da descoberta do cuidado de si, impulsionado pela solidão característica da fase de sua vida e pela relação com as práticas da Coletiva Mulheres da Quebrada. A busca de Ana Davenga pela cura em meio ao luto e ao adoecimento mental e pela reapropriação de si a partir do cuidado passam por um agenciamento cotidiano do corpo, pela realização de exames médicos pela aceitação do cabelo crespo natural, pelo estabelecimento de limites e aprender a dizer não. Negar fornecer cuidados e ajudas também pode ser uma forma de se voltar ao cuidado de si. A busca pela reparação da vida está relacionada ao movimento de reocupação da vida em sua própria casa, marcada por memórias dolorosas, mas também de momentos bons, a uma ressignificação do *estar só*, que sai de um lugar de inutilidade ou sensação de abandono, mas passa a significar também autonomia, liberdade, emancipação. *Assistir ao que se quer na televisão, escolher a hora de sair e chegar em casa, tomar um banho demorado.* A experiência de cuidados coletivos se insere em um processo amplo agenciado por Ana Davenga, de recuperação da própria vida, reconfiguração de sua identidade e lugar no mundo.

4.3. O ativismo de Luamanda pela libertação de si de outras mulheres

“Mulheres da Quebrada é a família que eu escolhi...”

Luamanda é uma mulher de 28 anos, se identifica como parda, é mãe de 3 filhos, uma menina de seis anos e dois meninos gêmeos, de dois anos de idade. Ela nasceu no interior de Minas Gerais, em uma pequena cidade no Vale do Mucuri. Tem 12 irmãos, sendo seis irmãs por parte da mãe, que ainda vivem no interior, e seis por parte do pai, já falecido. Não tem muito contato com os irmãos paternos. Vive em Belo Horizonte com o marido há dez anos e algumas de suas irmãs também vivem na capital. Chegaram ao Aglomerado da Serra por indicação de um parente que já morava lá, e resolveram sair do interior em busca de melhores oportunidades de emprego e sustento para a família. Luamanda é de religião evangélica, mas diz que está afastada da igreja há algum tempo. É casada com o pai de seus três filhos desde os 16 anos de idade, e conta que o marido a apoia bastante em tudo, e eles mantêm uma boa relação. Ele trabalha fora por muitas horas por dia e ela cuida sozinha das crianças e da casa, sendo esta sua principal ocupação atualmente. Luamanda conta que há pouco tempo fazia um curso técnico de padeira, além de ter iniciado curso técnico de enfermagem. Trabalhava em uma padaria no bairro Serra, mas teve que deixar o emprego e os cursos quando engravidou dos gêmeos. Atualmente, por indicação das lideranças da Coletiva, faz um curso semanal sobre democracia e combate a notícias falsas, no Centro Regional da Juventude, em Belo Horizonte, ministrado por uma organização não governamental.

Após contatos telefônicos para agendamento da entrevista, combinei de buscá-la em uma rua próxima ao beco onde mora. No caminho, ela falou sobre os gêmeos, que ficaram em casa dormindo sob os cuidados de familiares, e que era bom poder sair de casa e da rotina cansativa de cuidar das crianças, para fazer outras coisas. Falávamos também sobre o calor acima da média que fazia naquele ano. Logo no início da entrevista, ao se apresentar, Luamanda destaca que gosta muito de ficar em casa com seus filhos e não costuma manter muitas relações de amizade com vizinhas e outras pessoas para além de sua família. Diz que, por outro lado, *sempre gostou muito de falar*, e encontrou na Coletiva um lugar de *acolhimento* onde ela *pode falar à vontade*, um lugar onde também encontra *afeto, abraço, escuta, atenção*.

Assim como diversas mulheres mães periféricas, Luamanda enfrenta grandes dificuldades com as dinâmicas de cuidados com três crianças pequenas, o que envolve acompanhar em consultas médicas, preparar alimentação, fazer compras, limpar a casa, cuidar da higiene das crianças, além da rotina complexa de levar e buscar na escola, pautada pela *correria* e pelos “arranjos de cuidado” (Fazzioni, 2021) possíveis em cada período. Sua filha mais velha está em uma escola de ensino fundamental, diferente dos gêmeos, que ainda estão na creche, e, além da distância, as duas instituições possuem horários de entrada e saída bastante distintos. Conta com o apoio de uma vizinha, a quem paga algum dinheiro para ajudar a levar os gêmeos até à escola, mas no caminho de volta é preciso fazer tudo sozinha, carregando as crianças e seus pertences pelas ruas. A rotina de Luamanda remete às dinâmicas de correrias e virações (Fernandes, 2018) comuns em territórios de favela, com responsabilidades que recaem principalmente sobre as mulheres, muitas vezes fortemente acompanhadas da culpabilização delas, a qualquer signo interpretado como falta de cuidados ou como maus cuidados.

É, fia, correria. [...] Porque, querendo ou não, tudo cai nas costas da mãe. E eu acho, assim, que não deveria. Porque a gente já recebe muita carga. Se o filho vai mal na escola: 'Culpa da mãe'. Seu filho fala uma palavra errada: 'Culpa da mãe que não ensina'. Mas as coisas não funcionam só com a mãe. Pois que tem muitas mães, eu mesmo falo com o meu esposo, hoje eu sei porque muitas mães deixam seus filhos, porque acho que nem todas nasceram para ser mãe e não aguentam esse baque que a gente tem que tá tomando todo dia, uma surra que a gente toma da vida todo dia. [...] o problema é que é todo dia, se fosse uma vez na semana.... Mas é todo dia, e você não tem hora para começar, nem para terminar. Então é muito cansativo. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Ao analisar as experiências de mulheres periféricas que, diante da falta de vagas em escolas públicas, e para conciliarem as demandas por cuidados e trabalho remunerado, estudos ou lazer, recorrem a “casas de tomar conta” de crianças, Camila Fernandes (2021) destaca a necessidade de se trabalhar a partir da lógica das ajudas e das redes de apoio, que podem ou não ser remuneradas, para dar conta da correria e da insuficiência no fornecimento dos serviços públicos por parte do Estado. Nesses territórios, “confianças, favores e solidariedades devem ser construídas e sustentadas a todo o momento” por vizinhos, mesmo diante de situações de conflito pessoal (Fernandes, 2021, p. 9). No caso de Luamanda, a relação estabelecida com a vizinhança é, segundo ela, menos pautada na amizade, e mais no apoio mútuo, sobretudo em situações de crises, riscos ou violências. Ela relata que não conversa muito com as vizinhas, mas que “*são muito unidas*” quando precisam de ajuda, inclusive se juntando para “*se intrrometer*” em casos de violência doméstica.

Luamanda conta que chegou à Coletiva Mulheres da Quebrada há cerca de dois anos, por indicação de uma vizinha, pouco depois do nascimento de seus filhos gêmeos. No início, ficou apreensiva, sem saber se deveria ir, sem entender muito bem do que se tratava.

Quem me indicou a Coletiva foi uma vizinha minha. Aí eu fiquei meio assim, eu vou ou não vou? E por incrível que pareça, o dia que eu marquei de ir choveu. E eu não gosto de sair em época de chuva. Aí eu falei, eu vou ou não vou? Mas eu fui. Cheguei lá, nossa, as meninas tem um carinho com a gente. Não perguntam quem você é. Já chega e te acolhe, te abraça, pergunta se está tudo bem, se necessita de alguma coisa. Ah, e lá é um lugar maravilhoso. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Naquele período, ela passava por uma depressão bastante grave, da qual ainda trata com remédios, e havia tentado suicídio quando os gêmeos tinham um mês de vida. Luamanda diz que os encontros da Coletiva tiveram um efeito muito grande sobre seu processo de recuperação. Além do acolhimento e do conteúdo terapêutico dos encontros, destaca a importância de ter um lugar aonde ir, onde pode encontrar outras mulheres e ter a possibilidade de simplesmente *falar*, o que para ela é algo fundante de sua identidade e subjetividade. *Sair de casa e falar*, além de poder apoiar outras mulheres em situações difíceis, para ela, é parte do processo de cura de seus adoecimentos emocionais, impulsionados pelo isolamento que marca a vida de muitas mães de crianças pequenas.

*Eu gosto muito da Coletiva. Ele mudou bastante a minha vida. Voltei a falar de novo, porque eu tive uma paradinha sobre conversar, porque eu converso muito. Estava ficando mais em casa, paradinha. [...] **Eu comecei depressão, estou no tratamento até hoje, então a Coletiva me salvou. Tentei suicídio, minhas crianças estavam com um mês de vida. Então, a Coletiva me resgatou, me tirou de lá de baixo. E sempre quando eu estou nas reuniões, eu paro e me pergunto se tivesse acontecido o que eu tinha planejado.** Eu já não estava aqui ajudando muitas pessoas, porque às vezes eu dou muito apoio pra outras mulheres, sabe? Eu não entendo muito não, mas o pouco que eu vejo, eu consigo ajudar e auxiliar as pessoas que necessitam de um cuidado. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)*

Das atividades da Coletiva, Luamanda diz que apenas consegue ir aos encontros de quinta-feira à noite, mediados pelas psicólogas do *Gotas de Cuidado*. Ela trata esses encontros como um *compromisso*, do qual não pode faltar, e compara ao emprego do marido. Diz que tem um combinado de que às quintas-feiras, ele fica em casa com as crianças, e ela vai na Coletiva com a irmã e uma amiga. “*Da mesma forma que eu aceito e respeito ele ir para o serviço, a Coletiva para mim se torna isso. É um serviço. Um compromisso*”. Segundo ela, esse é o

“*sextou*⁵⁷ na quinta” delas, pois depois do encontro elas costumam ter um tempo de lazer na rua, tomam uma cerveja, conversam um pouco mais, antes de voltarem para casa.

Nossa senhora, eu fico doida para dar na quinta-feira. Ai eu já falo para o meu marido: 'Ó, você chega cedo, porque quinta feira eu saio'. Eu tenho meu lazer quinta feira, portanto nem lá, lá não se torna um apoio, não sei, acho que lá virou o meu lazer. Virou minha diversão, diversão que eu falo assim, de se sentir bem, solto num lugar. Igual quando a gente sai com as colegas, pra ir num certo canto, a gente se sente solta, livre, libertador. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Luamanda ressalta o caráter dos encontros em roda da Coletiva como “*lugar seguro*”, onde cada mulher pode falar livremente, “*ser do seu próprio jeito*”, “*sem julgamentos*”, um “*lugar que é pra todo mundo, não importa quem seja*”, uma *rede de apoio independente de quem for*, onde “*não perguntam quem você é*”, onde o acolhimento é imediato. Ela diz que sempre convida outras mulheres para os encontros, assim como foi convidada, o que evidencia o efeito multiplicador do movimento. “*A minha amiga me levou e eu levei minha irmã. Depois eu levei minha vizinha e todo mundo que eu encontro eu vou chamando.*” As falas de Luamanda também trazem aspectos da humanização de quem chega ali, a partir do afeto, mas também de serem reconhecidas e tratadas como elas são, através de uma perspectiva da singularização dessas mulheres, de suas histórias, trajetórias, dores, desejos, alegrias, personalidade. Ali elas são tratadas como sujeitos complexos, respeitadas em suas particularidades. Essas práticas ressaltam uma recusa ao lugar de homogeneização ou objetificação. Ao contrário, há a humanização pelo afeto, pela atenção, pela escuta e pelo cuidado.

É por esse motivo que eu indico a Coletiva, porque eles não te colocam... não te tratam como todo mundo. Cada uma tem um sisteminha, a forminha de falar com a pessoa e o gostoso de lá, é isso aí. Elas conversam com você, da forma que você é... tem gente que já fala estrondando e tal, e a gente entra na conversa, conversa da mesma forma, sabe? E é muito bom esse momento com elas, porque isso trata a gente de cada um do jeito que a pessoa merece. Isso vai cativando e trazendo mais gente para o nosso lado. E fora a amizade, gente. Eu fiz tanta amizade, nossa! Antes, eu falava que não tinha amigos. Hoje eu já falo, não, eu tenho um monte de amigos, eu tenho uma Coletiva. E se torna amigo, porque... na verdade é família, mais família, porque a família hoje em dia é que a gente escolhe, né? Então ali para mim formou uma família. Se eu mandar mensagem, 'estou precisando disso, me ajuda', já vem o socorro, de todos os lugares. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

⁵⁷ *Sextou* é uma expressão comumente utilizada para se referir ao fim da jornada de trabalho, na sexta-feira à tarde, e início do fim de semana, tempo de descanso.

A Coletiva cria laços e relações em diferentes níveis. Embora o lema repetido em alguns encontros seja de que “*não precisamos ser amigas, mas precisamos ser parceiras*”, relações de amizade também se formam ali, a partir de afinidades, convivência, cumplicidade em situações boas e ruins, e a partir do apoio em situações de necessidade. Luamanda relata casos graves como o de uma mulher transgênero ameaçada por alguns homens do tráfico, o que desencadeou uma mobilização das mulheres da Coletiva a partir do grupo *Parças* no acolhimento e proteção dessa mulher, até que estivesse segura e fora do território. O estabelecimento de um espaço seguro de fala e escuta entre mulheres supre, em certa medida, o déficit de cuidados e afetos vivenciados elas. Luamanda, ao dizer sobre o que faz com que ela continue frequentando a Coletiva e levando outras mulheres, afirma que é porque ali podem encontrar acolhimento e afeto.

Afeto. Afeto. Tá precisando de um carinho, um abraço, porque hoje em dia é muito difícil ver as pessoas se abraçarem, porque hoje a conversa, o contato, mais por telefone, né? Então é raridade você ganhar um abraço, a não ser de seu marido, até da família fica difícil de ter esse contato. Então sempre quando eu chamo eu falo, gente, é o melhor lugar para estar. O melhor lugar para você estar é uma Coletiva, além de ser só de mulheres, você pode expressar o seu sentimento que está ali. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Luamanda conta que já presenciou inúmeros casos de violência doméstica ao longo de sua vida, contra a própria mãe, contra irmãs, vizinhas e amigas. A vida dela é marcada pela observação atenta dessas violências, desde quando tinha oito anos de idade e presenciou a mãe apanhando do padrasto. Ela diz que naquele momento, decidiu que nunca passaria por isso em sua vida, e faria o possível para ajudar outras mulheres.

Meu pai morreu, eu tinha acho que 2 ou 3 anos, se eu não me engano. E daí minha mãe já foi e relacionou com esse homem. Ele sempre agredia ela com palavras e tal e foi indo, né? Quando nós mudamos para outra cidade, ele começou a beber e ficar violento. Ele começou a bater nela, e ela começou na depressão, porque estava sempre sendo agredida, ouvindo palavras de baixo calão. Infelizmente, a gente fica muito mais triste e chega numa depressão até severa. Depois que ela viu que isso estava afetando a nós, filhas... porque nós somos todas mulheres, por parte de mãe, somos todas mulheres. Como ela viu que estava afetando a nós, ela começou a reagir. Então a última vez que me lembro que tentou bater nela, ela pegou um canecão, desses de ferro, e sentou na cabeça dele. Que aí viu o sangue descendo e que nunca mais... Ele não chegou nem a conversar. Ele encontra ela na rua e fala com aquele todo respeito que antes não tinha. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Luamanda diz ter *encontrado o amor-próprio* aos 15 anos, ao terminar com o primeiro namorado por não aceitar se submeter aos desejos dele em detrimento dos seus, impostos sobre seu corpo e suas escolhas. “*Como eu vi isso acontecendo com a minha mãe, eu pus para mim*

que eu tinha que me amar, me respeitar em primeiro e, depois ir fazendo um caminho entre um relacionamento, por bem, porque por mal não precisa de ninguém, já que tem gente na rua que já faz.” (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024). Ela conta diversas situações em que presencia a violência, intervém, acolhe e tem na Coletiva um lugar de apoio para levar as mulheres nessa situação. Seus agenciamentos cotidianos diante da violência dizem sobre uma postura de ativismo de alguém que escolheu não ser subjugada e violentada e estimula outras mulheres a saírem de situações de violência.

*Foi o que aconteceu com essa moça lá.... a menina dela ainda estava com poucos dias, e ele (o ex-companheiro) tentou matar ela. E aí, ela conseguiu tomar um facão, cortou o braço dele, teve que levar um monte de ponto. Agora, ele só saiu de casa porque a polícia interveio, porque senão estava até hoje passando por esse mesmo sofrimento. [...] ela é minha vizinha. Ela continuou na casa dela e ele teve que sair. Teve outro caso da mulher, que eu levei para a Coletiva também, foi a mesma coisa, sofria por mão de homem, já entrei até no meio, assim, de chegar no meio da briga e me colocar mesmo. Porque eu acho que a gente não merece estar apanhando, não. Por mais errado que a gente seja, todo mundo erra. [...] Aí essa ou outra teve que sair de casa, porque já não estava aguentando ficar na casa mais. E como ele não sai porque fala que a casa é dele, ela que saiu. Passou vários apertos, assim que ela saiu, ela quebrou os dois pés. Aí veio aquele aperto, e ela trabalha meio período e a carteira dela é assinada, 600 reais, o aluguel é 400. Então ali foi um aperto. [...] Foi aí que eu levei ela pra Mulheres da Quebrada. Assim que ela saiu da casa dela, que ela foi morar em outro lugar, eu levei ela para Mulheres da Quebrada. Que ela começou... Ela mesmo fala lá na reunião, que se não fosse nós que tivesse levado, eu já não sabia que ia estar ali. **Porque a Mulheres da Quebrada foi libertador. Eles não olham o que você está passando, eles não olham quem você é. [...] você se sente acolhida, você vê o seu valor ali.** E através das Mulheres da Quebrada, essa pessoa está hoje conosco. Porque ela já sofreu muito na mão do ex-marido dela. **Ela mesma fala que a Mulheres da Quebrada foi libertador. Foi uma cura.** [...] se não fosse a Mulheres da Quebrada, ela não estaria mais aqui hoje, porque ela passou por muitas coisas, o marido dela já machucou muito, ela quase morreu, ele deu uma facada no ouvido ela já se viu à beira da morte. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)*

Ao longo da vida, a partir da observação da violência sofrida por outras mulheres, Luamanda desenvolveu um acurado senso crítico em relação às desigualdades e opressões de gênero, e atua em sua vida cotidiana e relações mais próximas, em defesa das mulheres diante de situações de violência e apoio para que consigam sair dessas situações. Na Coletiva, ela encontra uma forma de potencializar o que já fazia a partir de sua experiência de vida, reverberando estratégias e práticas de emancipação de mulheres e libertação subjetiva, política, corporal, relacional. Essa experiência aponta para o fato de que, em alguns contextos em que faltam direitos básicos, como educação, saúde, emprego, contextos marcados pela violência de estado, de mercado, pelo racismo e pela colonialidade, os efeitos em cadeia da violência são mais intensos, e recaem de modo mais acentuado sobre as mulheres. Estas, diante da vulnerabilização de seus corpos e suas subjetividades, e da falta de proteção social e do estado,

precisam agenciar entre si, formas de resistência e enfrentamento da violência. Dentre essas estratégias, estão os processos de empoderamento entre mulheres e o fortalecimento em torno de suas subjetividades, descentralizando-as da figura de objetificação e subjugação.

Então é se impor. Eu mesmo falo com elas: 'É só você saber se impor, começa a falar não. [...] Foi o caso também, que minha irmã também sofreu agressão. Eu sou o tipo de pessoa que eu mesmo falo: 'Nossa, se eu fosse vida louca, eu já tinha matado gente demais'. Sério, porque esse trem de agressão comigo, isso não dá certo, gente. Não, não dá certo. Jamais. Eu não consigo ficar fora. Eu entro no meio. [...] Minha irmã teve que acionar a polícia e tudo, porque ele queria matar ela. É umas coisas que a gente vai vendo... Aí a pessoa fala assim: 'Mas você é tão nova e já sabe tanta coisa'. Eu falo: 'Não é que eu sei, gente. É que a gente vai vendo, vai vivenciando e a gente vai aprendendo o que você não pode fazer', né? [...] Tem gente que fala assim: 'É só a idade mesmo para fazer a gente crescer'. Eu mesma, infelizmente, acho que a idade não me fez crescer, acho que foi a convivência com as pessoas que me fizeram evoluir, crescer mais mentalmente. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Luamanda diz estar enfrentando muitas crises de ansiedade e que tem tomado remédios. Em seu processo de cura emocional, ela diz que prefere os encontros em roda à terapia individualizada, porque acha que a terapia a faria lembrar de muitas coisas que ela não quer lidar, e sofrer por isso. Ela diz que prefere os encontros em roda porque

às vezes você vai com um problema que está te sufocando, daí você chega lá e ouve os problemas de outras pessoas e acaba esquecendo os seus. Quando você fala, e tenta ajudar outra mulher que está passando por um problema, você acaba encontrando respostas e soluções para os seus problemas, e sai de lá melhor do que você entrou. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

Diz que a Coletiva tem um papel fundamental em seu processo de cura, assim como a possibilidade de agenciar ajudas a outras mulheres em situações de vulnerabilidade.

E ali pela forma que eu sou acolhida, pela forma que eu fui acolhida e a forma que elas acolheram as pessoas que eu levei. É, foi maravilhoso. Eu não troco ali por nada. Toda quinta, se der, eu estou lá dentro, junto com elas, junto, garrado, grudado, todas as formas. E sempre precisa também eu estou junto, pra o que for e eu tiver podendo, eu estou indo. Eu falo até pro meu marido: 'Você não me segura não, o que me segura ajudar qualquer outra pessoa são os meus filhos, porque se eu tiver com eles não tem como eu sair'. Aí eu tenho que falar com ele, para ele faltar no serviço, pra eu resolver. As Mulheres da Quebrada ali, é qualquer momento precisar, que elas me ajudaram muito, muito, muito. Eu tive um apoio que eu não tive da minha família, entendeu? E o apoio que eu não tive da minha família, por ser sangue, eu tive por essa, que é uma família que eu escolhi, que são eles... (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

As palavras “abraço”, “carinho”, “acolhimento” e “afeto” aparecem incontáveis vezes ao longo da entrevista com Luamanda e parecem refletir sobre um dos fatores que motivam muitas mulheres a estarem semanalmente nesse lugar seguro de cuidados coletivos. Esse espaço de fala e escuta livres tem efeitos sobre a saúde mental, sobre a constituição de identidade e subjetividade dessas mulheres e na constituição de outras experiências. O afeto que acompanha esse cuidado em saúde mental em grupo tem efeitos políticos, individuais e coletivos e se diferencia de outras práticas de cuidado agenciadas em outros espaços. Como indaga a psicóloga da Coletiva, Karla Carvalho, em entrevista, “*quando você vai abraçar sua psicóloga do centro de saúde?*”. A humanização pelo afeto, enunciada pela Coletiva, relaciona-se com o ato de produzir um efeito em comunidade, em que as pessoas se enxergam em suas complexidades, e subvertem o lugar da desumanização, da violência e da subjugação características da sociedade racista e heteropatriarcal. Na lógica da medicina tradicional, por exemplo, o que essas mulheres experimentam sistematicamente é a violência e a desumanização. O fator afetivo é importante na produção de saúde mental nesse contexto, com efeito de produzir relações sociais, redes de apoio e parcerias.

Luamanda reflete sobre um movimento constante entre rir e chorar na Coletiva e que ambos são *libertadores e curativos*. Ela diz que todas as mulheres que chegam ali têm seu momento de chorar, geralmente no primeiro dia, quando chegam, são mais tocadas nas dores, mas que ao longo do tempo, para ela, vai se tornando um espaço de leveza e risos.

Quando eu saio, que eu chego nas Mulheres da Quebrada, a gente mais ri que chora. E mesmo assim, quando chora não é de tristeza, é de emoção por ver a evolução de cada uma ali. Vai contando a história de como era e como está. Agora, de tristeza ali, minha filha, é só o primeiro dia, que você chega e conta essa história, né? Que, querendo ou não, cada um tem o seu momentinho triste, né? Que a gente passa, infelizmente, passa por umas poucas e boas, mas eu falo para vocês, chega ali e acabou. A gente esquece até das coisas ruins que existem no mundo. Eu mesma esqueço. (Luamanda, entrevista concedida em 25 de janeiro de 2024)

A produção de uma sociabilidade positiva por meio das práticas de cuidados entre mulheres periféricas tem efeitos individuais, coletivos, territoriais, políticos, e almejamos, estruturais. Quando Scheylla Bacellar fala, em diversas reuniões da Coletiva e discursos públicos, que “*não queremos apenas sobreviver, queremos viver bem*”, sinaliza para a necessidade de um olhar integral e não segmentado da vida, para um processo de constituição de saúde, cuidados, corporalidades, territorialidade que (re)agregam os diversos elementos que compõem e experiência das mulheres negras e periféricas, inventando outras formas de viver

bem a vida cotidiana, ainda que lidem todos os dias com um sistema de opressão e violências estruturais.

4.4. Zaíta e sua análise crítica sobre as estruturas de opressão do povo periférico

“Eu não existia, eu só tinha que ser uma mulher forte, eu só tinha que sobreviver”

Zaíta é uma mulher de 50 anos, se identifica como parda, tem cabelos curtos cacheados e olhos esverdeados. É servidora pública municipal, trabalha como auxiliar administrativo escolar. Mora desde os quatro anos de idade no Aglomerado da Serra, quando se mudou com os pais do interior de Minas Gerais. Seu pai cresceu trabalhando em uma fazenda⁵⁸ no município de Aimorés, região do Vale do Rio Doce, próximo à divisa com Espírito Santo, e sua mãe nasceu em Itamarandiba, região do Vale do Jequitinhonha. A família inicialmente morou de aluguel em um bairro de classe média baixa nas imediações da região central de Belo Horizonte, mas não foi possível sustentar, já que o pai ganhava muito pouco dinheiro e a mãe *“trabalhava em casa de família, praticamente em troca de comida, e só de vez em quando recebia um dinheirinho, que mandava para os pais no interior, pois viviam muito mal na roça”*. Eles ocuparam então um terreno na vila Santana do Cafezal, no Aglomerado da Serra e construíram uma casa de dois cômodos, feita de *madeirite*⁵⁹ e com o chão de terra. Havia um quarto para os pais e os filhos, e uma cozinha, *“o banheiro era uma fossa do lado de fora da casa”*. Naquela época o território não era tão densamente ocupado e provavelmente sua família fez parte do processo de intensificação da ocupação das vilas do aglomerado na década de 1970. Segundo ela, havia *muito mato* e áreas não ocupadas. Não havia infraestrutura de fornecimento de água ou tratamento de esgoto e quando era criança, Zaíta ajudava a mãe buscando água na parte mais baixa do território, onde também lavavam as roupas. Com o tempo e o adensamento populacional, algumas melhorias estruturais foram sendo feitas ou conquistadas pelos

⁵⁸ Segundo Zaíta, os donos da fazenda pegaram o garoto para criar e morar na fazenda, trabalhando em troca de alimento e moradia, uma condição de vida análoga à escravidão. *“Então ele viveu assim, igual um bicho, uma criança, enfim, era uma criança que trabalhava. Os fazendeiros não pegaram ele como filho, pegaram ele para trabalhar e criar. Criaram, ele sobreviveu, mas ele trabalhou para isso.”* (Zaíta, 2024)

⁵⁹ O madeirite é um material de baixo custo, feito à base de madeira compensada, bastante comum em situações em que se precisa suprir com urgência as necessidades de abrigo. As casas de madeirite geralmente são feitas manualmente pelos próprios moradores. Para ver citação sobre a história da chegada da família de Zaíta ao Aglomerado da Serra, conferir cap. 1.

moradores. Zaíta não se casou, nem teve filhos. Tem seis irmãos de mesmo pai e mãe, e mais seis irmãos apenas por parte de pai, com os quais não mantém contato. Cuidou dos pais doentes por muitos anos, ambos faleceram recentemente. Teve alguns relacionamentos amorosos, mas em quase todos, lidou com situações de abuso ou violência e atualmente está só.

Ao longo de toda a entrevista, faz uma leitura crítica bastante elaborada sobre como as dinâmicas sociais que envolvem classe e território, estruturam o lugar social e a trajetória de vida a ser trilhada pelas pessoas periféricas. Segundo ela, essas estruturas de opressão relegam aos moradores de favelas, o lugar da falta, da ausência, da negação do acesso, da submissão. Determinam, de certa forma, uma espécie de roteiro de vida, onde trabalhar, onde estudar (se estudar), quais os lugares da cidade acessar (até mesmo os gratuitos). Em sua análise, o território periférico produz sujeitos sociais e lugares sociais impregnados subjetivamente pelas marcas da *inferioridade*, de *menor valor*. Para ela, tem sido necessário muito esforço e tratamento psicológico para subverter essas marcas profundas. Seu pai era analfabeto e sua mãe estudou até a quarta série. Quando Zaíta disse que queria estudar, seu pai disse que “*pobre não estuda, trabalha*”. Para ela, trata-se de uma *lógica introjetada*, de que pessoas como eles não poderiam nem almejar o acesso à educação.

o quanto que esse território mexe com a gente, do quanto que nos deixa tão submissa, o tanto que nos deixa tão nesse sentido, se sentindo capaz ou não, o quanto que a gente não sai dessa roda, desse subemprego e a gente olha assim para as capacidades das pessoas, o quanto elas podem mais. E não sai, porque isso está amarrado, de que esse é o espaço seu, esse é o seu lugar. Então é esse território, as periferias estão impregnadas do ruim, do menos valor e tirar isso da gente é difícil, porque isso está na gente. Isso não é a um preço barato, isso é a um preço caro, é para a gente ficar aqui, nessa submissão e nesse subemprego. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Com o auxílio de políticas públicas de acesso ao ensino superior, através de cotas socioeconômicas, Zaíta se graduou em Terapia Ocupacional na UFMG em 2010, mas reflete sobre suas condições discrepantes de vida em relação aos colegas de universidade.

Quando eu saí da faculdade eu estava deprimida. E eu não tinha vida social porque eu trabalhava à noite, estudava de manhã, e os meus horários de intervalo, meus horários nos finais de semana eram para estudar. E mesmo assim, mesmo fazendo o máximo, eu ainda recebia uma nota muito baixa. Então, assim, eu não sei se você fala assim, “não, não sou, não sou boa, não sou o bastante para essa faculdade”. Aí você se avalia dentro daqueles... e diz “Eu não estou preparada para esse mercado, porque eu estou muito abaixo de todas as pessoas que saíram desse lugar”. E aí foi à base de muita terapia que eu estou me sentindo capaz de estar em outro lugar. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Mesmo depois de se formar, Zaíta diz que continua em *subempregos*, e não atua em sua área de formação. Ainda que seja funcionária pública municipal, a remuneração é baixa e as condições de trabalho são precárias. Ela reflete sobre como a favela trabalha para sustentar a “*sociedade dos ricos*”, com trabalhos subvalorizados, serviços domésticos, trabalhos braçais, sem os quais não sustentaria tamanho privilégio. Mas, além da leitura social da desigualdade de classes e exploração da força de trabalho, que Zaíta traz de suas vivências em movimentos sociais, políticos⁶⁰ e acadêmicos, ela traz outro elemento relevante para nossa análise: o quanto o lugar da *ausência*, da *falta*, do *não acesso* e da *submissão*, ficado impregnado, moldando as constituições de subjetividade das pessoas pobres e moradoras de favelas. E o quanto é difícil superar isso no campo da subjetividade. “*A gente já cresce com essa cultura de menos, de não valor, isso para mim é violento. A nossa sociedade é muito violenta*” [...] *Querer alguma coisa além é um trajeto que não é fácil*”. Trata-se de uma lógica de dominação e produção subjetiva de inferioridade que é transmitida por gerações:

E viver dentro deste lugar, com outra perspectiva, você tem que desconstruir essa perspectiva que você foi domesticado, anos, anos luz. Desde que você nasceu. E pensando nisso, a gente vai pensar aqui. Os nossos pais nos criaram nessa lógica de inferioridade, dominação de falta. Falta, entendeu? E parece que isso é o comum. É o ideal. Porque eles vieram, de uma exploração muito pior, de uma escravidão, de uma, de uma colonização, sabe?” [...] Então, assim, a gente percebe que a gente é sempre uma mão de obra a uso de rico. Parece que é meio assim, doentio se a gente fala assim.... outro dia eu estava pensando nisso, “nossa, que mente doentia de perseguição” ... mas não é isso. É triste. É horrível pensar nisso. E sair disso é horrível, porque está impregnado em você. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024)

Zaíta adentra na questão da saúde mental de homens e mulheres da periferia, atribuindo os adoecimentos mentais às estruturas criadas pela “*sociedade dos ricos*”, que produzem sofrimento social e violências sobre esses sujeitos, ao passo que não fornecem serviços de saúde pública e de cuidados para essas pessoas. O campo da saúde mental como um direito é pautado por ela o tempo todo como uma ausência de estado, que grupos como a Coletiva tentam suprir e colocar em foco nos territórios periféricos.

Quando eu estava falando da saúde mental periférica, ela não é uma saúde mental atendida. A política pública que tem para o povo periférico, principalmente para mulheres, ou seja, um psicólogo, quando você está lá em sofrimento... Porque a gente vive várias violências. Porque a pobreza, a miséria, a violência do machismo mesmo, a violência desse território que se aprende, que tudo é a poder de violência, de bater, de matar. Porque o território já é violentado de diversas formas e esse povo parece que só tem essa linha. [...]

⁶⁰ Em outras oportunidades, conversamos brevemente sobre sua relação com movimentos sociais de esquerda e com o PT, Partido dos Trabalhadores. Na entrevista, esses elementos não apareceram de forma direta.

Hoje, por exemplo, tem um psiquiatra para 2 vilas. Tem uma psicóloga para atender, não sei quantas pessoas. Não é viável e não é para ter serviço. Se não é viável, é para não ter serviço. É só aquela coisa superficial. Não tem política pública! não tem! Quando a gente não tem a capacidade que precisa para atender toda a população, então não tem serviço de saúde mental para esse povo. E esse povo adocece muito mentalmente. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024)

Zaíta participa dos encontros da Coletiva Mulheres da Quebrada desde 2019, na *fase do projeto cultural*, a convite de duas fundadoras, suas conhecidas desde a adolescência, quando participavam juntas do grupo de jovens da Igreja Católica. Ela compreende esse movimento de mulheres como a potência da “*sociedade, quando se junta para fazer o que o poder público não faz*”. O que é bom, por um lado, pois há uma movimentação social de mulheres com efeitos muito positivos, mas por outro lado, reflete apenas a ausência brutal do que, em sua leitura, deveria ser fornecido pelo Estado. Para ela, as violências, tão comuns no território, não são naturais, mas sim produzidas, pois o próprio território e seus habitantes são violentados cotidianamente. A violência dos homens sobre as mulheres, muitas vezes é a reprodução de outras violências sofridas historicamente. Movimentações sociais como a Coletiva, vêm trazer outros significados para esse território e seus sujeitos, transformando de certa forma, as “*imagens de controle*” (Collins, 2016) produzidas sobre as pessoas da favela e suas relações.

A gente vai percebendo que tem outras vertentes. Que é possível resolver os conflitos de outras formas. Não é todo mundo que só briga, que só vai na violência, mas isso é uma coisa muito forte. E isso não vem do povo, vem da questão do território, dessa sociedade que violenta esse território toda hora, da polícia, da ação da polícia, da ação do estado de não atender esse território, e se não atender esse território é uma coisa providencial dentro dessa estrutura maléfica, porque se eu não atendo, não dou condição para esse povo, ele vai ficar nessa submissão e nesse status quo. (Zaíta, 2024)

Para Zaíta, a Coletiva além de começar a pautar o debate e a proporcionar o direito à saúde mental de qualidade para as mulheres do território, resgata formas organizativas ancestrais e comunitárias de apoio mútuo em meio a condições precárias.

E a Coletiva vem nessa estrutura social, das pessoas se ajudarem, das mulheres se ajudarem, se acolherem, ter um apoio umas nas outras, ter um apoio conjunto, então parece que ela reestrutura essa coisa, uma primeira organização pelas pessoas, de um território, de uma localização. Se a gente pensar na roça, as pessoas viviam se ajudando mais, porque era o que tinha. Uma forma de sobrevivência. A gente volta lá para aquele básico, do que é sobrevivência, do que é estrutura social quando não existe serviço público, são as pessoas que se organizam e vão vendo o que se pode fazer em comum, o que a gente pode fazer um para o outro para se ajudar, para ser menos pior. Então eu acho que isso é uma coisa bem forte de que a Coletiva vem para cuidar da saúde mental, principalmente da mulher. E ela vem fazendo serviço que é social, que estrutura a sociedade, que uma estrutura lá atrás da sociedade, enquanto organização, né? Que a as pessoas se organizam, se juntam e se organizam para

construir algo pra melhorar a vida delas. Então é a Coletiva veio fazer isso. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Zaíta contou com atendimento psicológico individualizado do *Gotas de Cuidado* durante a pandemia, e recebia cestas básicas da Coletiva, quando cuidava dos pais doentes e se viu em profundo adoecimento mental. Atualmente frequenta os encontros em roda, que ela destaca como algo muito importante no processo de cura baseado na escuta mútua e na desconstrução de padrões de cuidado, onde a mulher tem que ser forte e cuidar de todos o tempo todo. As rodas propiciam um formato diferente de cuidados e de tratamento em saúde mental, onde há uma produção coletiva de cuidados, reconfigurando noções dualistas, onde há uma pessoa que cuida e outra que recebe cuidados. Ali, todas estão falando, ouvindo, compartilhando, acolhendo, produzindo e recebendo cuidados.

E aí a Coletiva vem dizer, “olha, vamos nos cuidar, vamos cuidar da gente, porque se a gente não cuidar da gente, a gente não dá conta”. A gente não está dando conta. E eu acho que as rodas vieram para a gente se fortalecer com a escuta da outra, com a fala da outra, com o jeito de responder, de lidar com os nossos sofrimentos e as nossas violências. É falando ouvindo a outra, ouvindo a outra como a outra lida com aquilo, e chorando também, cuidando e sendo suporte para essa outra mulher. Tem horas que sou eu que estou muito ruim, tem horas que é a outra que está muito ruim. E isso vem fortalecendo essas mulheres. Quando a gente percebe o quão é rica essa escuta, essa escuta de uma mulher que não é escutada nunca. Essa escuta dessa mulher que é violentada de diversas formas, em diversos espaços. Essa escuta dos sentimentos, essa escuta do choro, essa é a escuta da minha dor, esse acolhimento, esse acolher. É isso que a gente nem encontra vezes, no espaço familiar, ou no serviço público. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Zaíta reflete sobre o quanto ela e outras mulheres estão exaustas com as demandas da vida cotidiana, sem tempo para si, sem tempo de descanso. As atividades da Coletiva se tornam, para muitas delas, um dos únicos tempos de descanso e de cuidar de si, uma temporalidade construída por fora do tempo das correrias e demandas de cuidados por outros. Tempo em que elas aprendem, reaprendem, se autorizam a olhar para si, desacelerar, descansar, acessar outros lugares, o que pode ter efeitos terapêuticos integrais, alcançando melhorias em seu estado de saúde física e mental.

*Essas mulheres, às vezes tem um sofrimento tão grande que já está na doença mental. Já acessou uma depressão, já passou da depressão para dor no corpo e outras doenças. E toda a família está sofrendo, porque ela também não está dando conta de cuidar de toda essa família porque ela está sobrecarregada. É o trabalho, é os meninos, é a casa, é tudo. Então, ela está ali, sendo pedida e ela não tem tempo para ela. **Então a Coletiva também é o tempo para ela, a Coletiva é o tempo para mim. Eu preciso cuidar de mim. Eu preciso olhar para mim, eu preciso escutar, eu preciso chorar. Eu preciso viver as minhas dores, as minhas perdas. Eu preciso ter força para enfrentar uma violência. [...]***

Eu acho que o forte da coletiva para mim são as rodas. Esse serviço das rodas é muito rico, de fazer essa escuta, de ver no outro que está vivendo as mesmas coisas que eu, parecidas, ou muito próximas. E que vezes é eu que estou aos pedaços, às vezes é a outra, vezes a outra já melhorou e pode dizer algo para ajudar. A Coletiva para mim foi isso, foi esse lugar que eu olhei para mim e que eu vi que eu precisava muito disso, que eu não precisava ser a mulher forte, que isso inclusive é humanamente impossível também, ser tão forte. (Zaita, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)

Para Zaíta, a Coletiva é um lugar onde aprendeu a olhar para o território de uma outra forma, a partir de uma perspectiva mais crítica, potencializando anseios, angústias e uma postura política crítica que já era uma de suas marcas pessoais. Há uma transformação nas noções estigmatizantes sobre a favela e seus habitantes, a naturalização das violências e mazelas, da pobreza e da desvalorização desses sujeitos. Há uma transformação na forma de entender a si mesma como pertencente a esse território, o que não precisa estar atrelado a significados negativos e inferiorizantes.

Acho que hoje eu já olho para esse território de uma forma mais consciente de que ele tem tudo isso impregnado, essa coisa de menos, de desvalor, de não acesso, de inferioridade. Hoje eu vejo com um olhar crítico, de uma estrutura social, e vejo que as pessoas que estão lá não são isso. As pessoas que são estão lá, elas têm muito valor. E elas são muito mais do que esse sistema quer para elas. Porque isso é o que eles [aqueles que controlam o sistema] querem. O que eles querem a gente pode dizer não e não aceitar, e ser o que a gente quiser. Lógico que, esse “ser o que a gente quiser” não é simples. Porque você tem que se extrapolar, você tem que se superar muito. Um correr atrás diário. (Zaita, 26 de janeiro de 2024)

A narrativa de Zaíta evidencia um processo de aprendizado a partir das práticas da Coletiva, de que é possível viver para além das experiências de sobrecarga, dor e sofrimento, e que isso deve ser possível tanto através da luta pela transformação das estruturas sociais, quanto pela produção de estratégias cotidianas de viver bem, de reparação da vida, de (re)habitar o mundo, ainda que sistematicamente violentado, precarizado, vulnerabilizado. É possível criar outras perspectivas, materiais, simbólicas e (inter)subjetivas para que se viva bem nesses territórios.

E não tem como, na periferia a gente tem que encontrar formas de sobreviver, porque se a gente ficar tão triste por tudo que acontece com a gente todos os dias, a gente não anda, a gente não vive, a gente não sorri. Então a gente é precisa encontrar formas de sorrir. Precisa encontrar formas de descansar, precisa encontrar formas de falar o que que está sentindo, sabe? Então, a Coletiva é me ensinou isso. (Zaíta, 26 de janeiro de 2024)

A experiência na Coletiva, para Zaíta, atua como algo que faz emergir um outro sujeito, no lugar da suposta “mulher forte que dá conta de tudo o tempo todo”, e que se limita com a

mera sobrevivência. Passa a ser possível o surgimento do eu a partir da *fragilidade* que humaniza esse sujeito. Possibilita a ressignificação da existência cotidiana, no mesmo corpo, no mesmo território, mas a partir de uma outra perspectiva sobre si e sobre o mundo.

*Então, eu acho que não olhava para mim, não existia isso na minha vida. Eu não existia, eu só tinha que ser uma mulher forte, eu só tinha que sobreviver. Porque as experiências de todo o dia, é uma batalha todo dia. São tantas dificuldades que você tem que passar, que eu não vou tendo mais força de brigar. Eu não estou dando conta mais. Esse lugar, é dessa mulher que não dá conta mais de brigar, que às vezes não faz nada. E aí eu adoço por isso, por não fazer nada, mas eu adoço também, porque não aguento tantas violências sim. **E a Coletiva, é aquele descanso, é aquele lugar onde você pode ser humana, onde você pode chorar, onde você pode “não dar conta”, onde você pode ser frágil, e está tudo bem ser frágil.** Não aquele frágil de que mulher é mais fraca, **mas aquele frágil, de ser humana.** Não dou conta de tudo, e não tem que dar conta de tudo. Eu sou humana, eu tenho sentimentos, eu tenho dor, eu estou exausta. Então eu posso olhar para mim, eu posso fazer alguma coisa para o meu corpo e para minha mente, para o meu sentimento. **Eu aprendi isso, a olhar para o meu corpo, olhar para minha mente, olhar para esse meu sentimento. Isso me dá forças.** E quando estamos na roda é muito bom, porque, por mais que a gente sofra, tem o acolhimento de tantas, e aquele aproximar, aquilo também dá força para gente. É ver você na outra, e isso é muito importante. (Zaita, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)*

Os efeitos terapêuticos dos cuidados produzidos nas rodas reverberam em outros espaços, relações e movimentações dos sujeitos.

*A Coletiva me dá esse descanso que eu preciso, esse olhar para mim, quando eu tenho esse cuidado comigo, com os meus sentimentos, com meu corpo, **eu consigo estar melhor em qualquer outro espaço.** Se eu tenho uma escuta destes meus sentimentos, sejam eles quais forem, seja uma perda, seja de uma violência, seja de qualquer situação, até mesmo familiar, eu tenho essa escuta. **Quando eu falo, quando eu choro, quando eu tenho um cuidado com meu corpo, nesse espaço, eu saio de lá melhor para a vida. Eu saio de lá com mais energia, saio de lá com menos dor, eu saio de lá mais preparada, energizada, porque eu já cuidei daquilo, eu já me ouvi.** Então, eu saio melhor daquele lugar nesse sentido. **Eu consigo estar melhor em qualquer outro espaço porque eu já cuidei de mim, teve alguém para me ouvir, teve alguém para falar comigo.** Teve alguém para essa escuta que eu acho tão importante. (Zaita, 26 de janeiro de 2024, grifo nosso)*

4.5. A inquietação de Duzu-Querença na construção de práticas éticas de cuidados

“eu estou quietinha assim, mas estou borbulhando por dentro, eu sou um vulcão”

Duzu-Querença é mulher negra de 65 anos, técnica em enfermagem, aposentada. Já nos conhecíamos de muitas atividades da Coletiva, e combinamos nossa entrevista por telefone. O local escolhido por Duzu-Querença foi a sede da Coletiva, na parte inferior do prédio, onde acontecem os encontros em roda, confraternizações e o bazar. Ela tem as chaves da Coletiva e é a principal responsável pela organização do bazar de roupas e acessórios, atividade voltada à arrecadação de fundos para as atividades da Coletiva, além de fornecer opções de vestuário com preço acessível às mulheres do Aglomerado da Serra. Duzu-Querença se diz *“meio mineira, meio baiana, meio capixaba”*. Nasceu em Nanuque, interior de Minas Gerais, no Vale do Mucuri, e de lá, veio para Belo Horizonte, com vinte anos de idade. Nunca se casou e não tem filhos, por questões de saúde, segundo ela. Tem dois irmãos, com os quais não mantém muito contato. Vive há cerca de 45 anos no Aglomerado da Serra, na Vila Cafezal, em casa própria onde já morou com pai e irmãos, e hoje vive sozinha. Duzu-Querença se mudou para a capital em busca de emprego, já que em sua pequena cidade natal, não encontrava muitas oportunidades. Ao longo dessas décadas, teve que retornar algumas vezes ao interior para cuidar dos pais adoentados. Primeiro foi a mãe. Fazia dois anos que morava em Belo Horizonte, e sua mãe teve um câncer de estômago, e Duzu-Querença voltou a Nanuque para cuidar dela. Ela chegou a trazê-la para Belo Horizonte por um tempo, para fazer tratamentos médicos. Mas a mãe preferiu voltar ao interior, já que sua doença não tinha cura e os tratamentos eram apenas paliativos. Quando a mãe faleceu, Duzu-Querença voltou à capital para trabalhar e juntar algum dinheiro para trazer seu pai e seus irmãos.

Não dava para deixá-lo lá. E a minha mãe, antes de morrer, o que ela mais pedia: ‘Aonde você for, você leva seu pai, você não deixa ele aqui’. Eu também sou uma mulher de luta, sabe? Eu cuidei de muita gente. Pai, irmão... e o meu pai era alcoólatra. Ele trabalhou a vida inteira, nunca deixou faltar nada em casa, mas o fim de semana dele era de chegar em casa carregado mesmo, de tanto que ele bebia. E a minha mãe sofreu muito por causa disso. E a preocupação dela era de eu voltar para cá e deixar ele lá. Porque se eu deixasse meu pai, ele teria morrido, teria virado um mendigo de rua. Porque ele era daquelas pessoas que, se alguém não tivesse em cima para cuidar dele, ele ficava lá jogado. Ai três anos depois, veio um irmão para cá comigo e ficou morando aqui na Serra. Meu irmão morava comigo, o outro irmão ficou lá cuidando do meu pai. Meus irmãos também ajudaram a cuidar dele, ficou um lá cuidando dele, trabalhando, e o outro veio comigo para cá.? Depois de um certo tempo, depois que eu me estabilizei, que arrumei um lugar de morar, porque antes a gente não tinha casa, eu morava de aluguel, aí eu trouxe meu pai e meu outro irmão,

e nós ficamos morando aqui. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

A relação com o pai era um pouco difícil e Duzu-Querença tinha que cuidar dele e trabalhar fora para manter as despesas da casa, enquanto o alcoolismo do pai piorava, sem trabalhar dentro ou fora de casa, por vezes agredindo-a verbalmente e reclamando da casa, da favela, da cidade. Nesse tempo, Duzu-Querença fez um curso de técnica em enfermagem e começou a trabalhar na Santa Casa.

*E nesse meio tempo, de tanto beber, meu pai teve um AVC. Olha que situação. Ficou com o lado esquerdo meio sem força. [...] Ainda bem que Deus teve misericórdia de mim, que meu pai só ficou com uma sequela do lado esquerdo, assim, ele conseguia mexer pouco o movimento com a mão, mas andava mancando. Tinha uma bengalhinha para andar. **Ele ficou desse jeito e eu cuidando, cuidando, cuidando dele.** Um dia apareceu com um caroço no pescoço dele. Eu já estava trabalhando na área de saúde. Era um caroço que se movimentava. Ele fez exames, biópsia e meu pai estava com câncer de garganta... olha a minha vida! [...] essa doença é muito triste, **adoece a pessoa e a família também, porque a gente sofre e eu falo que não é só a pessoa que adoce, mas a gente também, porque a gente está cuidando... Eu não sei quem sofre mais, quem cuida ou quem está doente.** Porque eu já tinha cuidado da minha mãe, que teve câncer de estômago. Depois vem o meu pai com essa doença na garganta. E a minha sorte ainda foi que eu, como eu trabalhava no hospital, já facilitava meio mundo.* (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

Algum tempo depois do falecimento do seu pai, Duzu-Querença começou a cuidar de uma tia, irmã de sua mãe, que também teve câncer de estômago. Conciliou o trabalho no hospital com os cuidados dos parentes durante décadas. Seu trabalho facilitava algumas coisas, pois dava suporte e atendimento a familiares de funcionários. Duzu-Querença narra essa saga de cuidar ciclicamente de pessoas doentes ao longo de sua vida logo no início da entrevista, como uma marca de sua história de vida e uma referência na constituição de sua identidade. Realizava esse tipo de cuidados tanto profissionalmente quanto com familiares, amigos e vizinhos. Era sempre procurada por pessoas doentes, em busca de apoio.

Minha vida é um sofrimento. Cuidei de muita gente. Muito, muito, muito. Fora o hospital que a gente já está, porque a nossa função é cuidar, cuidar, cuidar, o tempo todo das pessoas. Todo mundo que está na área da saúde, independentemente de ser da enfermagem, ser médico... Entrou ali, todo mundo cuida, né? Que a função de todo mundo na área de saúde é cuidar mesmo, independente da função que está lá dentro. É uma equipe que trabalha para cuidar das pessoas. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

Quando saiu da Santa Casa, foi trabalhar no Hospital das Clínicas, e depois de um tempo se aposentou. Sua narrativa correlaciona muitas vezes o ato de cuidar com sofrer, tanto na

experiência familiar de cuidados não remunerados quanto na experiência profissional, trabalhando em hospitais.

eu aposentei e depois não quis voltar para a área de saúde de novo. É sofrimento demais, assim. Eu acho que as pessoas que estão nessa área são pessoas iluminadas que veio aqui para cumprir uma missão, porque não é fácil. Hoje em dia eu não quero mais trabalhar na saúde. A não ser que eu tenha alguém que precise dar um apoio. Mas é difícil, porque a gente sofre também. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

Ela faz uma diferenciação analítica entre os cuidados da técnica médica, do cuidado que envolve a escuta, atenção, mas também afetação e sofrimento por parte de quem cuida. Segundo ela, esses tipos de cuidados, podem ou não caminhar juntos. Faz ainda uma análise importante sobre os cuidados pautados em uma observação e atenção ao sujeito de forma integral, sua história e processos emocionais que levam aos adoecimentos físicos. Para ela, estar no lugar de produzir cuidados como técnica de enfermagem, com uma postura de escuta e afetação, permite que veja não apenas a doença e o tratamento clínico, mas o que está por trás da doença, suas possíveis causas e outras possibilidades de cura.

pra mim, assim, não é só o cuidado de o médico prescrever lá, todos os processos que têm que fazer com paciente, a gente executar, não, estou falando do cuidado da escuta. De escutar a pessoa, de conversar, de observar, de ver o que ele está sentindo. Eu falo nesse contexto, assim, que por trás de uma doença também tem alguma coisa por trás disso. Algum sofrimento. É muita coisa emocional que tem por trás disso. [...] E a medicina não vê. A gente que está cuidando, a gente vê... A medicina não vê, ela está cuidando da causa clínica. É assim... mas o que está por trás de tudo isso? (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

Depois que se aposentou, Duzu-Querença sentia uma inquietação. Fazia *uma coisinha aqui, outra coisinha ali*, às vezes acompanhava amigas e vizinhas em atividades em instituições de saúde e assistência social, dentre outras coisas. Ela diz que gosta muito de cultura, e frequentava atividades dos centros culturais no território, ia a peças de teatro, apresentações musicais, concertos de orquestra e outras atividades culturais no centro da cidade. *Não perdia uma atividade, oficina, eventos, participava de tudo.*

you olha para mim assim, eu estou quietinha aqui, mas assim, eu estou borbulhando por dentro. Eu sou um vulcão. Eu não sou calma. Nada visível. 'Ah, mas você é tão calma'. Não sou não. Eu já fiz muito trabalho comigo mesma para eu ficar mais quieta, mais assim, eu sou é chutada. Eu gosto de trabalhar, gosto de fazer alguma coisa. Eu não sou aquela pessoa que fica lá dentro de casa, dormindo, vendo televisão, não sei o que, nada. Não consigo. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

E foi assim que chegou à Coletiva, ou, melhor, que a Coletiva chegou até ela, em 2019, quando ainda era o projeto cultural Mulheres da Quebrada, fazendo suas primeiras reuniões e experimentações. “*Nesse meio, assim, de ficar buscando um monte de coisa, eu vejo lá [no posto de saúde] um cartaz falando de uma reunião com mulheres que ia ter no CRAS. Eu falei assim: ‘vou lá ver o que é isso’. Ver qual é, o que que está acontecendo.*”. Chegando no CRAS, encontrou várias pessoas conhecidas, vizinhas, amigas de infância, a trancista que cuidava de seu cabelo.

Eu vim na primeira reunião, vim na segunda e fiquei vindo nas reuniões. Nessa reunião já tinha uma pessoa que trançava o cabelo, ela já chegou com a proposta das mulheres ficarem bonitas, assim: ‘Ah, vamos trançar o cabelo, vamos fazer um penteado’. Toda semana era uma coisa. A semana ela já veio e já fazia o penteado. Aí já veio uma outra que trabalhava com maquiagem, já fizeram maquiagem. Aí já veio a moça do projeto do Roots Ativa falar sobre as ervas medicinais. Depois já entrou as meninas da psicologia para falar das nossas carências, dos nossos desafetos, dos nossos medos, e foi por aí. Cada semana era uma pessoa falando de alguma coisa. Às vezes elas faziam alguma dinâmica, outro dia era uma roda de conversa mesmo, assim, sem pretensão nenhuma, e cada uma falava o que queria. Toda semana acontecia uma atividade diferente. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

Depois desse primeiro momento, veio a finalização do projeto, a pandemia e a paralisação dos presenciais da Coletiva. Com a retomada dos encontros, no final de 2021, Duzu-Querença passou a frequentar às quintas feiras, as rodas do *Gotas de Cuidado*. Logo percebeu, em suas inquietações e busca de *algo mais* para fazer e ajudar, a necessidade de apoio da equipe de gestão da Coletiva com a organização das doações de cestas básicas e roupas. “*Quando eu ia pra reuniões, eu entrei também para ajudar mesmo, a receber cesta básica, quando eu estava disponível, porque eu também faço um monte de coisa, eu vinha, ajudava a descarregar, ajudava a organizar, a distribuir as cestas*”. Um dia surge uma demanda por apoio na organização de um grande volume de roupas doadas à Coletiva, que seriam expostas em uma barraca em um evento. Duzu-Querença se disponibiliza a ajudar, e desde então a se envolver com o bazar mensal da Coletiva, tornando-se a principal responsável por essas atividades. “*Eu entrei no bazar, assim, sem querer... Elas falaram assim: ‘Ah, mas a “Duzu-Querença” é responsável pelo bazar’, sabe quando você está dentro do negócio? Quando eu vi já estava dentro.*”

Sua função inquieta e ativa no apoio às atividades da Coletiva se entrelaçam com a busca por suporte emocional nesse espaço, principalmente nos encontros em roda, que se tornam um lugar de escuta e produção de sociabilidade entre mulheres. Muitas delas estão em uma fase da vida que passaram a enfrentar a solidão após décadas rodeadas de pessoas das quais cuidavam

cotidianamente. Para Duzu-Querença, estar ativa nas atividades da Coletiva, *ajudando*, é uma forma de agenciamento, é parte de sua constituição de identidade e subjetividade, de sua localização no mundo, de dar vazão ao *vulcão* que se movimenta por dentro. Ao encontrar *apoio, companhia, parceria*, também estabelece vínculos profundos, que assemelha a uma ideia de família.

A coletiva também para mim é um apoio. Não é porque eu estou aqui, ajudando, que não preciso também [de ajuda]. Porque a gente precisa. Eu preciso dessa parceria, eu preciso da companhia das meninas, porque eu moro sozinha. Então a Coletiva para mim também é como se fosse uma família, como se fosse um parente, eu acho que começou a fazer parte da família. Então, assim, é um lugar importante para mim, porque ao mesmo tempo que eu estou aqui ajudando as meninas, as meninas também me ajudam se eu precisar de conversar... Às vezes a gente sai junto, de vez em quando. A Coletiva para mim é como se fosse uma família. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

Duzu-Querença diz que aprende muito sobre cuidado de si a partir da escuta e do reconhecimento das experiências de outras mulheres. No efeito de espelhamento que se produz nas rodas, é possível se enxergar nas histórias e nas dores de outras mulheres, mesmo que as experiências sejam distintas. É possível ver a si mesma não apenas como sujeito individual, mas como um sujeito coletivo, cuja corporalidade carrega marcadores sociais que produzem opressões, mesmo que esses marcadores encontrem contingências e particularidades em cada trajetória de vida. Enxerga-se como sujeito passível da mesma dor da violência sofrida pela outra, ainda que ela própria não tenha vivenciado tal violência, e entende que o único caminho possível é a luta pela transformação das estruturas de dominação. Compreende que as causas da violência, do sofrimento e dos adoecimentos não são naturais e nem uma fraqueza. Há um movimento de acolhimento e de fortalecimento mútuo. A partir das ‘pedagogias coletivas de cuidado’, há a construção de reflexões e críticas políticas e sociais bastante contundentes em torno do lugar social das mulheres negras e periféricas. Há também a construção de estratégias coletivas de luta e emancipação.

Quando eu vejo essas mulheres que sofrem abuso, muitas vezes, a pessoa cuida tanto do outro que nem percebe que está sendo abusada. Muitas mulheres que chegam aqui [na Coletiva] [...] Eu nunca sofri violência doméstica com homem, nem nada, mas a gente está conversando aqui e a mulher: ‘Ah, porque o marido me mandou para aquele lugar e me xingou’. Pera aí, mas o que eu estou fazendo comigo? Por que eu estou permitindo que a pessoa faça isso comigo? Então, assim, quando eu estou nessa roda de conversa, eu também percebo que, esse cuidado, a gente tem que ter com a gente mesmo. Perceber que a gente também tem que ser cuidada e que não tem que ser abusada. Que a mulher tem o seu valor. Porque a gente está tão acostumada a ficar cuidando, cuidando, cuidando.

[nas rodas] a gente aprende a observar mais, julgar menos. Porque a gente até julga sem saber o que está por trás daquilo ali. [...] Por que que essa mulher está nessa situação? Não é fácil da pessoa sair de casa e abandonar tudo. Eu aprendo,

assim, é uma forma da gente tentar entender. [...] Porque, muitas vezes, quando as mulheres chegam aqui, falam: 'Puxa vida, eu apanhei'. Por que que ela não pica o pé e vai embora? Mas, espera aí, ela tem que se estruturar para sair dessa situação, porque, de vez em quando, a gente julga... Por que ela está se sujeitando a isso? A gente não sabe o que está por trás disso. Então, assim, é uma forma da gente começar a entender o que está por trás da situação que a pessoa está vivendo. Eu estou aprendendo muito isso aqui. (Duzu-Querença, entrevista concedida em 01 de fevereiro de 2024)

4.6. (Re)definições de si e da vida cotidiana a partir dos cuidados

Em uma conferência intitulada “o pessoal e o político”, em 1979, Audre Lorde (2019) faz uma crítica contundente ao apagamento das diferenças entre mulheres e o consequente apagamento de mulheres negras das cenas artística, intelectual, acadêmica. Além de defender uma evidenciação das diferenças no sentido de reconhecer e combater opressões e estabelecer alianças de luta, Lorde afirma que o cuidado e o afeto produzido por, entre e para mulheres - fora de uma lógica patriarcal de cuidados centrados apenas na maternidade - não deve ser patologizado, mas considerado como algo a partir do qual o “verdadeiro poder” de mulheres subjugadas - negras, pobres, lésbicas, velhas - “é redescoberto” (Lorde, 2019, p. 136). Para ela, “a interdependência entre mulheres é o caminho para uma liberdade que permita que o Eu seja, não para ser usado, mas para ser criativo. Essa é a diferença entre um estar passivo e um ser ativo” (p. 136). A autora defende que sejam traçadas estratégias fora do eixo das estruturas de dominação para promover transformações sociais, pois

as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande. Elas podem possibilitar que os vençamos em seu próprio jogo durante certo tempo, mas nunca permitirão que provoquemos uma mudança autêntica. E isso só é ameaçador para aquelas mulheres que ainda consideram a casa-grande como sua única fonte de apoio. (Lorde, 2019, p. 137)

Nesse sentido, as construções coletivas e autodefinidas de mulheres negras e periféricas em torno do cuidado, do afeto, da emancipação, do empoderamento a partir de uma perspectiva política e territorializada, podem produzir efeitos importantes em esferas individuais e coletivas, entrelaçadas. As (re)definições e (re)descobertas de si tem a ver com uma tomada de consciência e reapropriação dos sentidos da própria voz, do próprio corpo e do mundo ao redor. Veena Das (2020) sugere que a “a autocriação no registro do cotidiano é uma cuidadosa reagregação da vida – um engajamento concreto com as tarefas de refazer que está consciente dos dois termos da expressão composta: o cotidiano e a vida” (p. 289). Refazer a si, ou reparar

o mundo desde o ordinário, é parte importante de uma noção ampla de cuidado, que torna possível habitar e reabitar mundos, ainda que fragmentados ou devastados pela violência, pela aflição, pelo sofrimento social, pelo luto, pela dor persistente. O simples ato de (re)engajar-se com a vida ordinária pode ser um ato de cuidado, parte do processo de reparar relações consigo e com os outros, tornando a vida mais possível, ou tão boa quanto possível.

Patricia Hill Collins (2016) faz uma leitura social a partir de produções em diversas linguagens artísticas de mulheres negras, apontando para uma noção de empoderamento individual e coletivo e de processos independentes de autodefinição que produzem uma “consciência transformada”. Para a autora, as transformações sociais começam no campo da subjetividade, da linguagem, do autoconhecimento, do ato de nomear a vida cotidiana e redefinir a si a partir de um ponto de vista coletivo de mulheres negras. Nomear, para Collins (2016), “se torna um modo de transcender as limitações das opressões que se interseccionam” (p. 31), e assim, abrir possibilidades de transformações de si e do mundo, “mesmo em condições que limitam severamente a habilidade de agir” (p. 31). A autora conecta assim o empoderamento individual e o coletivo a partir da voz, em uma mutualidade de forças que se retroalimentam e produzem efeitos nos contextos sociais. Uma voz que emerge do encontro de subjetividades que narram suas dores e opressões, mas também enunciam suas lutas e desejos de transformação social e política.

As práticas produzidas na Coletiva vêm mobilizando elementos de transformação de consciência e de perspectiva na vida das mulheres que ali se encontram. A partir de processos autodefinidos que passam pela narrativa, pela corporalidade, pelos afetos, podemos observar movimentos de emancipação desses sujeitos, em nível subjetivo e nas relações cotidianas, cujos efeitos podem ser lidos sob perspectivas políticas e estruturais. Essas experiências, centradas em uma noção política de cuidado, entrelaçadas a trajetórias de mulheres diversas, vem transformando ainda os sentidos da noção de cuidado para cada uma delas. Ao refletirem sobre essas (re)definições do cuidar a partir das experiências compartilhadas na Coletiva, algumas interlocutoras trazem elementos que remetem ao aprendizado cotidiano do cuidado como um retorno a si mesmas. Aprender a cuidar de si, para elas, relaciona-se com o ato de olhar para si como sujeito de autoamor, como sujeitos de descanso, de prazer. Cuidar de si, muitas vezes também pode implicar uma escolha por não dar conta de tudo, de não cuidar de todos, o tempo todo.

Cuidado é comer uma comida que você gosta, tomar um banho relaxante, dormir uma noite sossegada. Esse seria o meu cuidado, nesse momento. (Ana Davenga, 2024)

Cuidado é saber como é que eu estou. É olhar para mim e saber como que eu estou. É olhar para mim e permitir sentir. (Zaita, 2024)

Cuidado, hoje em dia, é se amar. Acho que se amar é o cuidado. Porque através do amor vem muitas outras coisas. Acho que o cuidado hoje, para mim, é se amar. Amor-próprio. (Luamanda, 2024)

Cuidado é aprender que a gente também precisa de cuidar da gente e não deixar o outro abusar da gente. (Duzu-Querença, 2024)

Essas noções de cuidado ressignificadas na experiência cotidiana de cada uma dessas mulheres, a partir de uma reconfiguração de perspectivas, autodefinidas e coletivas, caminham no sentido de ampliar as compreensões sobre os cuidados e suas práticas. Dão concretude à ideia de uma politização do cuidado a partir das/nas margens, entendendo-o como um direito social cujas condições para sua efetivação devem ser garantidas em conjunto pelas estruturas políticas de Estado, mas também pode ser agenciado a partir de práticas coletivas, políticas, pedagógicas que visem a uma transformação política e estrutural ainda maior, pois parte da emancipação dos sujeitos.

Os saberes produzidos pelas mulheres da Coletiva reforçam a multiplicidade e ambivalência do cuidado que pode tanto sobrecarregar quanto aliviar a sobrecarga. Quando produzido em uma perspectiva do reconhecimento da interdependência e reciprocidade, em uma lógica de mutualidade que quebra dualismos entre cuidador-pessoa cuidada, o cuidado encontra sua potencialidade de transcender o lugar de *meramente sobreviver* e proporcionar um *viver bem*. Toma a interdependência, como sugere Lorde (2019), não como fator de subjugação, mas sim de libertação de mulheres. A Coletiva, na análise de Sandra Sawilza, ajuda a entender esse caráter diverso e contingente dos cuidados e dos afetos, dentro das estruturas e possibilidades existentes. Entender que, em cada contexto ou história, o cuidado e o afeto se apresentam sob uma forma diferente.

A minha experiência de cuidado é muito diferente da minha mãe e muito diferente da minha irmã, que é só um ano diferente de mim. Eu sou cuidada até hoje [...] Mas eu acho que então, o cuidado para mim que está no lugar do afeto, que é como elas [minha mãe e irmã] me dizem que me amam, que é a linguagem de amor delas, que é o cuidado, eu experienciei isso, mas a minha irmã não, que é um ano diferente de mim. E isso significa que se eu estava sendo cuidada, alguém não estava. Então ela teve outra experiência. E aí, olhando para ela, vendo o tanto que ela cuidou de mim, eu tentei retornar as coisas muito para ela, mas a minha mãe não foi. E aí, eu acho que a partir da Coletiva eu comecei a compreender a minha mãe. [...] E aí, se eu não compreendo esse mundo da minha Mãe, se eu não respeito isso, como é que eu quero falar de cuidado? Como é que eu quero falar que eu entendo o que é ser cuidado? [...] e eu acho que hoje, escutar outras mulheres, escutar outras vivências, me fez entender o que é cuidado. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

O retorno a si como uma prática de cuidado transformadora de subjetividades e coletividades pode ser compreendido na ideia de tornar-se *território próprio*, um convite à reapropriação de si, da própria voz, história, corpo, linguagem, identidade, por sujeitos situados territorial e historicamente, mas que não devem ser definidas a partir de suas opressões e violências. A tomada de consciência de sua localização social no mundo é importante para construir outros caminhos possíveis. A territorialização e coletivização dos cuidados, podem ser entendidas como formas de orientação no mundo, que pode promover transformações subjetivas, sociais, políticas.

Nós precisamos saber onde estamos, onde pisamos, de onde viemos, e para onde nós queremos ir. Isso para mim é fundamental. Porque a vida, o dia a dia oferece muitas opções. E aí, se nós nos identificamos enquanto mulher, com seu território próprio, nós podemos ao mesmo tempo destruir tudo, e com esse processo de destruição, reconstruir, e com essa reconstrução, avançar. E o mais legal nesse avançar, é que não sou eu, não é fulano, beltrano, cicrano, somos todas. Todas as mulheres. (Eliane, 2021⁶¹)

Para Zaíta, a frase “*ser mulher, ser território próprio*” remete à construção coletiva e territorializada de um lugar voltado exclusivamente a mulheres periféricas, onde podem construir e consolidar consciências, entendimentos, demandas. “*Porque quando a mulher periférica fala, nesse espaço, eu vejo a vida dela na minha. Eu me vejo*” (Zaíta, 2024). Remete à apropriação de sua própria voz e de seu próprio corpo, localizado e organizado territorialmente e politicamente junto a outras mulheres que compartilham experiências semelhantes. Se conecta à reapropriação do próprio desejo e construção coletiva de outras perspectivas de futuro e de sociedade. “*Eu acho que isso vem de uma conquista da gente olhar, de como a gente quer ser enquanto mulher. De como a gente quer ou não quer ser. A gente é dona, a gente quer ficar presa num homem? Estar presa nessa sociedade machista?*” (Zaíta, 2024). Trata-se de uma enunciação política e construção de outras formas possíveis de viver, que não sejam ligadas ao lugar de submissão ou subjugação, centrados em seus corpos e suas funções voltadas apenas para o trabalho e para o cuidado a partir de uma lógica utilitarista e exploratória. Isso se faz possível, para Zaíta, no ato de mulheres periféricas se juntarem,

⁶¹ Coletiva Mulheres da Quebrada. Ser Mulher, Ser Território Próprio. 2021. Documentário, 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada Acesso em: 30 mar. 2024.

reconhecerem seu valor e sua potência, no fortalecimento das subjetividades individualmente e na construção de uma identidade coletiva.

Aprender a ser território próprio também pode ser aprender a estar só, entender que a solidão e o cuidado de si podem ser muitas vezes melhores do que estar rodeada de pessoas demandando cuidados ou violentando essas mulheres. *Ser território próprio* é ser sujeito da própria história de vida, é entender quem se é, sentir o que se quer o que não se quer. Colocar limites na ação dos outros sobre o próprio corpo. É deixar de se enxergar apenas a partir de uma função utilitarista no mundo, e passar a ver a si mesma como sujeito que pensa, que produz conhecimento, cuida de si, tem desejos, sonhos, sexualidade, precisa descansar, que pode dizer não e escolher seus próprios caminhos. É se apropriar de si mesmas, de sua vida, de seu tempo, de seus nomes, de seu corpo, subverter as lógicas de violência e dominação, em nome de uma emancipação, que se faz individualmente e coletivamente.

A Coletiva como um movimento de mulheres periféricas traz a todo tempo a ideia do fortalecimento no encontro, na coletividade, sem diluir as particularidades de cada uma que constrói esse processo. Cada mulher que se junta, traz consigo uma história única, está ali por uma razão, permanece por um tempo, se afasta por suas possibilidades e motivos. Nessa construção coletiva, há um entendimento de que é possível ser uma e ser muitas, ao mesmo tempo. As afetações produzidas por esse movimento coletivo, tocam em lugares subjetivos e profundos, transformam a forma com que cada uma se relaciona consigo e isso reverbera em outras relações e movimentações.

E aí eu percebo que eu estou tomando posse de mim, inconscientemente, porque eu estou, na verdade, aqui, junto com a outra, enquanto eu estou dando força para a outra, algo está acontecendo comigo também, uma transformação, e aí aquela Sandra também já não existe mais, e nenhuma das mulheres acreditam, e hoje você vê no relato da maioria das mulheres, que não existe mais, aquelas mulheres de antes. Hoje em dia, elas têm outros lugares, outra construção. Tem pelo menos um incomodozinho aqui. É como se tivesse tirado uma venda. É isso. Não tem como você colocar a venda de novo e seguir. Não tem como. (Sandra Sawilza, entrevista concedida em 29 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A Coletiva evidencia a potencialidade das práticas de cuidado sob uma perspectiva política, pedagógica e emancipatória, produzidas por, entre e para mulheres. Essa produção de cuidados na Coletiva não é totalmente espontânea, pois passa por mediações e processos organizativos, trabalho de gestão, de equipes que planejam e executam atividades. Mas essa gestão não se propõe a dar conta de tudo. Atua sobretudo na produção de condições e de bases para o encontro e para as trocas sociais, corporais, narrativas e afetivas entre essas mulheres.

Propiciam um ambiente parcialmente mediado, em que é possível se apropriar da própria voz, do próprio corpo, enxergar-se em uma espécie de espelho coletivo, um caleidoscópio complexo e mutável, que também evidencia as particularidades e complexidades de cada sujeito.

Joan Tronto (1997) afirma que “cuidar afeta tanto quem cuida como quem está sendo cuidado. Afeta a pessoa que cuida porque ela precisa se envolver com o outro; e afeta a pessoa cuidada porque suas necessidades são atendidas e porque ela deve, de alguma forma, responder ao cuidado oferecido e aceitá-lo.” (p. 196). Para a autora, a autonomia não é algo dado nos sujeitos, e todos somos em diferentes momentos e de distintas formas, vulneráveis e interdependentes. À luz das experiências de cuidados produzidos coletivamente a partir de referenciais de interdependência e reciprocidade como fatores emancipatórios, podemos complexificar essa rede de afetações emaranhadas nas relações de cuidado, entendendo que os cuidados podem ser produzidos simultaneamente, em rede, cuidando juntas. Há uma possibilidade de fratura nas lógicas e posicionalidade dualistas entre quem cuida e quem recebe cuidados, há um caminho na construção de mutualidade e intercambialidade nessa produção de cuidados. Todos os sujeitos envolvidos afetam e são afetados de alguma maneira nesse processo, transformados pelo ato de cuidar (de si, de outros) e receber cuidados (de si, de outros). As histórias que permeiam a Coletiva Mulheres da Quebrada nos mostram que é possível criar ambientes cuidadores, territórios de cuidados, onde as relações podem se dar de forma mais orgânica e circular. Trata-se de uma circulação de cuidados a partir da fala, da escuta, do acolhimento, da emancipação dos sujeitos, da transformação das consciências, da reapropriação da voz, do corpo, linguagem, do fortalecimento mútuo, da partilha de dores, sonhos e alegrias, da autocriação individual e coletiva que repara o mundo a partir da vida ordinária.

*Cuidado é você olhar de maneira humanizada para as coisas, para as pessoas, para o território, é ter empatia, afeto, carinho, responsabilidade ética. Assim, sem ética é um pouco complicado. Principalmente porque a gente está em um lugar onde todas as pessoas se conhecem. Cuidar da ética ali de cada encontro, ser ética com as mulheres, orientar essas mulheres ali com relação à ética, para mim é cuidado, sabe? Quando você doa o seu tempo e o seu conhecimento, mesmo que de maneira rasa, você está sendo cuidadosa ali com essas pessoas. Nossa! **Nó, cuidado é uma palavra muito grande...** (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024, grifo nosso)*

A Coletiva é um lugar de múltiplas histórias, narradas sob diferentes perspectivas, e que confluem em histórias compartilhadas pelas mulheres que ali se encontram. Além de contar histórias, a Coletiva também ajuda na criação novas histórias pelas mulheres que ali se

encontram. Ajuda na escrita, reescrita e ressignificação de experiências e subjetividades de vida de mulheres do Aglomerado da Serra. Coloca mulheres comuns em foco, no centro da crítica política e social e da luta por transformações estruturais, materiais e simbólicas, (inter)subjetivas. A luta é pela subversão do lugar de opressão a partir do cuidado, pela reestruturação da lógica desigual e relações desequilibradas. Traz à cena o cuidado de si e o cuidado coletivo como algo emancipatório, que cura, que estabelece outros tipos de relações, que provocam transformações tão sutis quanto profundas. Estabelece dinâmicas outras de cuidado, reverberando vozes de feministas e estudiosas das éticas práticas de cuidados, mostrando que é possível produzir (prover, receber, multiplicar) cuidados simultaneamente, coletivamente. Acentua a crítica social na articulação de opressões de raça, classe, gênero e território e assim complexifica o debate e a construção de estratégias de combate a essas opressões. Arrisco dizer que a transformação propiciada por essa experiência territorializada, política, pedagógica e coletiva de cuidados é lenta e profunda, e como raízes se espalham, alcançam outras raízes, se multiplicam. Por isso elas dizem que *não tem volta, é como uma venda* retirada dos olhos dessas mulheres e não tem como colocar de volta.

A intenção deste capítulo foi capturar partes de trajetórias de vida de mulheres que se afetam pelo encontro com a Coletiva Mulheres da Quebrada e quais os efeitos que essas práticas políticas e pedagógicas de cuidado na Coletiva Mulheres da Quebrada possuem sobre essas trajetórias e vivências cotidianas. Tais efeitos não são fixos, mas estão inscritos em uma temporalidade, em contingências históricas e particulares da vida dessas mulheres. Há muitos outros fatores que permeiam essas trajetórias de vida e esses cuidados coletivos não conseguem resolver tudo. Muitas vezes não é possível continuar, “manter-se juntas” (Fazzioni, 2023). Algumas pessoas acabam desistindo, da terapia individualizada, dos encontros em roda, dos cuidados coletivos, por muitas razões. Uma mulher que frequentava a coletiva, que perdeu a irmã por feminicídio de forma brutal, e se afastou dos encontros. Outras que se afastam por falta de tempo devido às muitas demandas de trabalho e cuidados, ou por conflitos entre as próprias mulheres. Obviamente, esse espaço não é livre de conflitos, ambivalências, tensionamentos. Minha intenção não foi romantizar as práticas da Coletiva nem das mulheres que constituem esse movimento, embora reconheça que minha própria implicação afetiva, pessoal como pesquisadora-parceira-mulher nesse emaranhado de práticas, possa produzir um viés a partir de um lugar de admiração e valorização positiva. Mais que isso, importa dizer que, em contextos sociais como as favelas, marcados pela evidência ininterrupta de representações, símbolos e imagens de violência, dor, sofrimento, conflito, rupturas e

abandono, escolho ressaltar o que vejo ali, a partir dessa experiência etnográfica, que são processos de resistência, aprendizagem, cura, cuidado, afeto e reparação da vida. Na minha perspectiva analítica, após quase quatro anos de pesquisa-parceria, posso dizer, sem dúvidas que as práticas de cuidados coletivos mencionadas nesta tese, de diversas formas, tornam o mundo da vida dessas mulheres mais habitáveis, produzem saúde, bem-estar, bem viver, ainda que não seja possível dar conta de tudo. A luta contra a desumanização é incessante (Lorde, 2019).

4.7. A gente toca e é tocada por esse movimento

Importa dizer ainda sobre os efeitos produzidos em minha própria subjetividade e trajetória enquanto mulher que, na condição de pesquisadora e parceira, encontra esse movimento coletivo. A Coletiva agrega muitas histórias e subjetividades. Estar ali, como parte de uma equipe, contribuindo com algumas escolhas e planejamentos, apoiando e participando na realização de encontros, celebrações, oficinas, sessões de cinema, passeios no parque, é colocar minha história na confluência com outras, muitas vezes tão distintas. É afetar e me deixar afetar pelo encontro com outras mulheres, e isso certamente reverbera em minha escrita, em minhas construções intelectuais, em minhas relações e vida cotidiana. A Coletiva certamente me toca ao ensinar sobre política, cuidados, estruturas de opressão, relações marcadas por gênero, raça, classe, território, geração, que são atravessadas por violências, mas também por formas de resistência, autodefinições e reparações a partir da vida cotidiana. Me ensina também a questionar a todo tempo as categorias e predefinições que carregamos de construções acadêmicas, políticas, e do próprio feminismo. Me ajuda a compreender que as lutas sociais não são fixas e quando se trata da luta das mulheres negras nas favelas, as estratégias nunca serão as mesmas de mulheres de outros contextos sociais. Ecoando as palavras de Fabiana, psicóloga na Coletiva, a construção na Coletiva nos ajuda a nomear nossa própria história, questionar padrões e encontrar respostas em uma voz coletiva.

Todos os dias a gente encontra um pouco mais do que a gente não sabia nomear na trajetória de vida das mulheres. E isso marca muito a minha vida. [...] Quando a gente começa a compreender que na vida a gente precisa de ter perguntas para a gente encontrar na gente mesma as respostas. Isso não é algo que veio, especificamente, da gente, fomos nós que juntas acabamos encontrando isso nas mulheres. (Fabiana Matias, entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2024, grifo nosso)

A Coletiva afeta a perspectiva pela qual vejo minha própria história, me ensina a nomear como violência experiências que até então eram uma sombra no meu passado. A etnografia junto às mulheres da Coletiva é uma busca por um conhecimento que se abre à dor do outro (Das, 2020), e que também, se abre a ressignificações da minha própria dor. Uma etnografia que lida com violências estruturais latentes, mas que também está aberta ao prazer, alegrias, desejos de viver bem, desse corpo coletivo que se constrói e se movimenta. Uma antropologia que busca “dar um lar às palavras” (Das, 2020, p. 292), combatendo o apagamento histórico, os silenciamentos, os “esquecimentos” de uma história que raramente é narrada por mulheres como as minhas interlocutoras de pesquisa. A etnografia junto à Coletiva me ensina que não é possível lutar pela transformação do mundo sem primeiro voltar para si, se observar, sentir e acolher, a partir do cuidado e então, formar alianças na busca pela transformação do silêncio em linguagem e ação (Lorde, 2019).

É assim que vejo o papel público da antropologia: agindo sobre o duplo registro em que oferecemos evidências que contradizem a amnésia oficial e os atos sistemáticos de fazer desaparecer as evidências, mas também testemunhando a descida ao cotidiano por meio do qual as vítimas e os sobreviventes afirmam a possibilidade da vida removendo-a da circulação de palavras que se tornaram selvagens – dando um lar às palavras. (Das, 2020, p. 292)



Figura 17: Equipe da Coletiva Mulheres da Quebrada, em encontro de autocuidado. 2023. Fonte: Instagram.
Foto: Coletiva Mulheres da Quebrada

Considerações finais

Em 18 de abril de 2016 a revista *Veja*⁶² publicava a icônica capa estampada com a foto da esposa do então vice-presidente do Brasil, Michel Temer e a manchete “Marcela Temer: Bela, recatada e “do lar””. O título era complementado pela imagem da mulher jovem, branca, rica, e o subtítulo: “a quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”. Essa matéria foi escrita em meio a um processo que culminaria no golpe de Estado contra a presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff e ressaltava os valores hegemônicos de feminilidade e do lugar da mulher na sociedade. A narrativa contrastava com a posição assumida por Dilma, a primeira mulher presidenta do Brasil, que desafiou as bases históricas de gênero do sistema político brasileiro. Dilma foi deposta no meio de seu segundo mandato, no dia 31 de agosto de 2016, em um golpe de Estado banhado à misoginia articulado pelas correntes políticas neoconservadoras do Brasil, televisionado em um circo midiático, em que homens - velhos, brancos, ricos - bradavam palavras de ordem que enalteciam valores supostamente cristãos enquanto atacavam a democracia brasileira na figura de uma mulher eleita pelo povo. Homenagearam torturadores e cuspiram outros absurdos muito bem documentados e ainda vivos na memória de quem estava no Brasil naquele período. Após o término do mandato golpista de Michel Temer, houve a eleição e o tenebroso mandato de quatro anos do presidente de extrema direita Jair Bolsonaro e sua queda, nas eleições de 2022. A partir de uma ampla articulação de correntes políticas de esquerda e movimentos sociais, assistimos ao retorno, em 2023, do Partido dos Trabalhadores e de Luiz Inácio Lula da Silva ao Poder Executivo. A eleição de Lula refletiu os anseios de boa parte da sociedade brasileira, que viam ameaçados direitos humanos básicos e a própria ideia de democracia. Porém, temos atualmente uma composição do poder legislativo muito parecida em termos de valores conservadores e misóginos com aquele que depôs Dilma e fragilizou a democracia brasileira. Enquanto escrevo esse texto, em julho de 2024, um grupo de deputados federais aprova a urgência na votação⁶³ que equipara o aborto após 22 semanas de gestão ao crime de homicídio. Vejo ainda uma reflexão nas redes sociais sobre perfis de mulheres influenciadoras digitais elitizadas, jovens e adequadas aos padrões hegemônicos de beleza, que defendem uma espécie de retorno à

⁶² Linhares, Juliana. Bela, Recatada e do lar. Revista *Veja*. 18 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar> Acesso em: 01 ago. 2024

⁶³ Carta Capital. “Lira faz votação relâmpago e Câmara aprova urgência para projeto que equipara aborto a homicídio.” (Matéria de jornal). Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/lira-faz-votacao-relampago-e-camara-aprova-urgencia-para-projeto-que-equipara-aborto-a-homicidio/> Acesso em 10 ago. 2024

feminilidade retratada pela figura da esposa dona-de-casa de classe média dos anos 1950. Belas, recatadas e do lar. Essas mulheres fazem parte de uma corrente denominada “esposas tradicionais” (do inglês, *tradwives*), que ganhou força com as redes sociais virtuais nos últimos anos. Possuem discursos que, ainda que sejam pautados na narrativa da escolha e do livre-arbítrio, se contrapõem às lutas e pautas feministas históricas, reafirmando e romantizando papéis sociais binaristas de gênero, devidamente adequadas aos padrões hegemônicos de raça e classe. Essas tendências e acontecimentos históricos brevemente descritas nesse recorte, parecem ser parte de uma onda neoconservadora que atravessa nosso tempo, e cuja vitalidade ainda desconhecemos. Vivemos um período de intensas crises sociais, políticas e econômicas em nível global, em que forças neofascistas ganham força, valendo-se de notícias falsas, discursos negacionistas, propagação de medo e terror para justificar genocídios (na Palestina, nas favelas) e garantir que o poder político e o econômico permaneçam nas mesmas velhas mãos. São tempos de fragilização de direitos em uma sociedade marcada por polarizações bastante centradas em pautas morais, orientadas por uma lógica de manutenção de privilégios brancos e heteropatriarcais.

Mas há também outras movimentações no campo político-institucional em nosso tempo. No mesmo mês de julho de 2024 o Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Cuidados⁶⁴ será enviado pelo presidente Lula ao Congresso Nacional, após um ano e meio de construção por um grupo de trabalho interministerial – o GTI Cuidados. O grupo realizou um diagnóstico que reforça o argumento teórico de que há na sociedade uma relação desequilibrada entre produção e recebimento de cuidados, atravessado pelos marcadores de gênero, classe e raça. O diagnóstico aponta que cerca de 30% das mulheres brasileiras estão fora do mercado de trabalho pela impossibilidade de conciliação do trabalho de cuidados não remunerado com ocupações remuneradas. “E mesmo aquelas que estão no mercado de trabalho, muitas vezes elas estão em trabalhos intermitentes, sem nenhum tipo de proteção social, exatamente para dar conta dessas várias demandas” (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024). De acordo com a matéria, a Política Nacional de Cuidados terá a missão de garantir os direitos tanto de pessoas que cuidam e quanto daquelas que precisam de cuidados, atentando para marcadores de raça, gênero, etnia e território, buscando uma divisão mais igualitária do trabalho de cuidados por famílias e outras instituições. Essa movimentação

⁶⁴ Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Política Nacional de Cuidados é enviada ao Congresso nesta quarta-feira (03.07). Matéria Publicada pela Assessoria de Comunicação em 02 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/politica-nacional-de-cuidados-e-enviada-ao-congresso-nesta-quarta-feira> Acesso em 13/08/2024

coaduna com ideias defendidas há décadas por teóricas feministas, de uma “democratização dos cuidados”, trazendo o debate para a esfera pública, buscando uma redistribuição equitativa de responsabilidades e tarefas de cuidar entre famílias, grupos sociais e Estado (Tronto, 2002). Ainda no processo de escrita deste trabalho, a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte aprovou em primeiro turno o Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Cuidados, a partir de iniciativa de um grupo de parlamentares de esquerda, engajadas com pautas feministas e antirracistas. Observamos alguns avanços, importantes em meio a tantos retrocessos sociais, mas que acontecem a passos lentos, um ritmo destoante das urgências da vida concreta dos sujeitos que vivenciam na pele a sobrecarga das desigualdades e violências que atravessam o cuidar.

Embora a luta pelos direitos das mulheres absolutamente não seja nenhuma novidade nesses territórios, percebemos que nas últimas décadas há nas periferias uma maior reverberação de pautas feministas. Ainda que seja a vertente neoliberal do feminismo aquela que vem ganhando mais espaço nas redes sociais virtuais, observo, sobretudo entre as minhas interlocutoras, um posicionamento político baseado em críticas radicais às dinâmicas estruturais de opressão articuladas, com referências aos feminismos negros e decoloniais, mas principalmente aos saberes ancorados em suas experiências práticas e ancestrais. O feminismo hegemônico, apesar de ter raízes em lutas concretas de mulheres diversas, historicamente orienta suas ações a partir das demandas específicas de um grupo social e racial: as mulheres brancas elitizadas. Enquanto estas lutavam pelo direito ao voto e a trabalhar fora de casa, mulheres pobres e racializadas eram exploradas trabalhando exaustivamente para homens e mulheres das elites, tendo roubados muitas vezes o direito ao tempo, ao próprio corpo, ao exercício da maternidade e à própria família, comunidade, cultura e religiosidade. O caminho até que parte dos debates feministas na academia e nas esferas políticas reconhecessem desigualdades e opressões entre as próprias mulheres foi árduo e longo, fruto de muita luta.

Movimentos como a Coletiva Mulheres da Quebrada partem da compreensão de que a luta das mulheres negras periféricas é a um só tempo contra o sexismo, o racismo, o capitalismo neoliberal exploratório. Apontam para a importância da construção de estratégias autodefinidas de transformação social, a partir das margens, articulando nos marcadores de gênero, raça, classe e território a questão do cuidado como elemento central na busca por essa transformação estrutural. Compreende que a emancipação e a autodeterminação pessoal só são possíveis a partir de articulações coletivas. As práticas de cuidados coletivos, descritas e analisadas ao longo deste trabalho etnográfico chamam a atenção para uma gama diversa de insurgências

políticas e epistêmicas contracoloniais de mulheres negras, nas/a partir das margens, que desafiam as estruturas normativas de poder e opressão. Tais insurgências sempre aconteceram em diferentes tempos históricos a partir do ativismo em movimentos organizados e de resistências cotidianas, voltadas à sobrevivência de suas famílias e comunidades. A lógica do compartilhamento de cuidados sempre sustentou a vida nos territórios periféricos e as mulheres negras das/nas quebradas, operando como “viga mestra de suas comunidades” (Gonzalez, 2020), certamente são protagonistas na luta pela vida de seu povo. Movimentos como esse demonstram a centralidade dos cuidados nas formas de resistir e seguir engajando-se com a busca pelo bem viver, em meio a mundos precários e contextos de violências. Contribuem assim para a racialização e territorialização do debate em torno de gênero e cuidados, atentando para a inseparabilidade entre a noção de cuidado e as relações e práticas dos sujeitos históricos que o realizam. Possibilita ainda um olhar para as contradições dos cuidados, que pode tanto sobrecarregar quanto tornar-se um fator de emancipação. Se as opressões passam pelos corpos e subjetividades dessas mulheres, é nesse sentido que elas buscam construir coletivamente lugares de resistência.

As estratégias, metodologias e práticas da Coletiva configuram um espaço político e pedagógico cujos efeitos inserem-se na vida cotidiana dessas mulheres, entrelaçando-se a trajetórias marcadas por violências e resistências, produzindo novas experiências, reconfigurando subjetividades e identidades individuais e coletivas. Essas práticas, baseadas na produção de formas de ‘cuidar junto’, questionam as estruturas desiguais de poder que estabelecem e organizam posições daqueles que devem cuidar e aqueles que podem receber cuidados. Convida as mulheres a construir entre si um território de cuidados coletivizados, feitos a partir da promoção da saúde física e mental, da constituição de espaços de fala e escuta, do estímulo ao movimento e das corporalidades, da produção de sociabilidade e reflexões políticas críticas, da mobilização articulada das noções de cuidado e afeto como direitos.

Esta etnografia buscou alinhar narrativas e ecoar vozes dessas mulheres diversas que constituem a Coletiva Mulheres da Quebrada, colocando a prática e a vida cotidiana na teoria, compreendendo que os processos políticos e pedagógicos enraizados nas experiências concretas são inseparáveis da produção científica, que por sua vez deve buscar aprender, desaprender e reaprender, articulando reflexão e ação. Propõe, a partir de práticas e saberes localizados, um alargamento das noções de cuidado. As pedagogias de cuidados coletivos aqui descritas e analisadas reiteram a urgência da politização e da democratização dos cuidados, a partir de ações concretas, corporificadas e perspectivas críticas interseccionais e territorializadas.

Reconhece a interdependência e reciprocidade entre os sujeitos como formas de enfrentamento a crises sociais. Reforçam a importância de um recorte analítico e crítico sobre as inter-relações entre as práticas de cuidado e as estruturas de poder e opressão interseccionais de raça, classe e gênero em circuitos globais e locais de cuidado. Propõe um olhar crítico sobre o sistema social e econômico vigente, que organiza o trabalho de cuidar em circuitos, remunerados ou não, que exploram e precarizam as experiências de mulheres negras. Apontam para a relevância da produção intelectual, epistemológica e prática de mulheres negras periféricas a partir de suas metodologias e estratégias políticas, seus posicionamentos e movimentações sociais. Nos convida a lançar outros olhares para o cuidado como algo que também pode ser revolucionário.

Finalizo retomando a frase-título que escolhi para abrir os caminhos desta tese, dita por Sandra Sawilza em uma entrevista: *“Sozinha eu não vou, mas juntas nós vamos!”*. Lembro do percurso nada linear, mas circular como a nossa vida, que essas linhas tortas tentaram alcançar, misturando muito da minha vida-voz com a das mulheres junto às quais escrevo. Por vezes é difícil levar ao ponto final palavras que parecem inacabadas, que dizem sobre trajetórias potentes, que suscitam também indagações e incertezas. Espero que essas linhas sejam menos um fechamento e mais uma abertura a novas histórias, perguntas, inquietações. Vimos que incômodos podem gerar grandes movimentos... Revisito com o olhar um pedaço de papel no meu mural na parede onde escrevi há alguns anos, logo no início do meu processo de pesquisa, para sempre ter em mente, uma citação da militante indígena Lilla Watson: *“Se vocês vieram para me ajudar, estão perdendo seu tempo. Mas se vieram porque a libertação de vocês está ligada à minha, então trabalhemos juntas”*. (Vergés, 2020, p. 46). Que bom que vamos juntas, e não seguimos sós!

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019. (pp. 57-115)
- ALMEIDA, Miguel Vale de. O manifesto do corpo. *Revista Manifesto*, 5. 17-35. 2004
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229, jan. 2000. ISSN 1806-9584.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. *Da Ética do Cuidado à Interseccionalidade: Caminhos e Desafios para a Compreensão do Trabalho de Cuidado. Dossiê Gênero, cuidado e famílias. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 23 N. 3, P.43-69, SET.-DEZ. 2018*
- ARRUZA, C., BHATTACHARYA, T., FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto; tradução Heci Regina Candiani*. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.
- BARRAGÁN, A.; LANG, M.; CHÁVEZ, D.; SANTILLANA, A.. Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BERTH, Joice. *Empoderamento*. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRAGE, Eugenia. El trabajo “duro” de sostener la vida: reflexiones a partir de una etnografía con mujeres (cis) bolivianas. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*, Brasília, v. 30, n. 65, ago. 2022, p. 33-56
- BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cad. Pagu [online]. 2006, n.26, pp.329-376. ISSN 1809-4449.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA. Ser Mulher, Ser Território Próprio. 2021. Documentário, 30 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eNK6uYio9Og&ab_channel=MulheresdaQuebrada Acesso em: 30 mar. 2024.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e apolítica do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Whittin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol 31, n. 1, jan/abr 2016, p. 99-126

COLLINS, Patricia Hill. *O poder da auto-definição*. In: *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais para além do humano. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2014, vol.22, n.3

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e “bem viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: Buarque de Holanda, Heloisa (Org) *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CRAPANZANO, Vincent. *The life history in anthropological fieldwork*. *Anthropology and Humanism Quarterly*, n. 02-03, 1977, p. 03-07. Tradução, estritamente para uso didático, por Leandro de Oliveira (Belo Horizonte: FAFICH, 2021). Versão preliminar/ sujeita a revisão.

CRENSHAW, Kimberlé. 2002. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Estudos feministas, pp.171-188

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. In: *Primer Coloquio Latinoamericano sobre praxis y pensamiento feminista*, Buenos Aires, 2009.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Buarque de Holanda, Heloisa (Org) *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Org.. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DA GRAÇA COSTA, Maria Agroecologia, ecofeminismo e bem viver: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DAS, V; KLEINMAN, A.; LOCK, M. 1996. *Introduction*. *Daedalus . Special Issue on Social Suffering*, 125(1): XI-XX

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University Press. 1998.

DAS, Veena. *Affliction: Health, Disease, Poverty*. New York: Fordham University Press. 2015. 256 pp.

DAS, Veena. *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp, 2020. 312 p.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM

DEBERT, Guita. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 256.

DEBERT, Guita; PULHEZ, Mariana (org.). *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2017.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. “Pesquisadora-mãe”: articulações e praticidades em uma pesquisa sobre cuidado. *Anuário Antropológico*, v. 48, n. 1, 2023.

DIAZ-BENITEZ, Maria Elvira. Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão. In: Buarque de Holanda, Heloisa (Org) *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Org.. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DROTBOHM, Heike. *O cuidado além do reparo*. MANA 28(1): 1-23, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a206> . Acesso em 15 abr. 2023

EVARISTO, Conceição. *Olhos D'Água*. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016

FAZZIONI, Natália Helou. *Nascer e morrer no Complexo do Alemão: políticas de saúde e arranjos de cuidado*. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FAZZIONI, Natália Helou. Nem bom, nem mau: reflexões sobre “arranjos de cuidado” materno em dois contextos de pesquisa. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 18-27, 2021.

FAZZIONI, Natália Helou Manter-nos juntos: casa, corpo e cuidado em diferentes arranjos, *Anuário Antropológico [Online]*, v.48 n.1 | 2023, posto online no dia 20 abril 2023, consultado o 02 maio 2023. URL: <http://journals.openedition.org/aa/10625> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/aa.10625>

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. O feminismo e a política dos comuns. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade In: *(Des)prazer da norma / Organizadores Everton Rangel, Camila Fernandes, Fátima Lima*. - Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. *Revista de Antropologia*. (São Paulo, Online) | v. 64 n. 3: e189648 | USP, 2021

FIETZ, Helena Moura; MELLO, Anahi Guedes de. A Multiplicidade do Cuidado na Experiência da Deficiência. *Revista AntHropológicas*, [S.l.], abr. 2019. ISSN 2525-5223. DOI:<https://doi.org/10.51359/2525-5223.2018.238990>.

FIETZ, Helena. *Habitando Incertezas: reflexões sobre deficiência e práticas de cuidado na luta moradias assistida*. Mediações, vol. 23, n. 3, dez. 2018, pp. 103-131.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata a Judith Butler. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

FINAMORI, Sabrina e FERREIRA, Flávio. *Gênero, Cuidado e Famílias: Tramas e Interseções*. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 23 N. 3, P.11-42, DEZ. 2018

FISHER, Berenice; TRONTO, Joan. **Toward a Feminist Theory of Caring**. In: ABEL, Emily K.; NELSON, Margaret K. (Ed.). *Circles of Care: Work and Identity in Women's Lives*. Albany: SUNY Press, 1990.

FONSECA, Claudia. *Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros*. Psicologia USP, v. 13, n. 2, p. 49-68, 2002

FONSECA, Claudia. *O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'*. Teoria e Cultura, Juiz de Fora v.2/n.1 e 2, jan/dez 2008

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, Natal, v. 27, n. 53, maio - ago. 2020

FREIRE, Paulo. *El grito manso*. México: Siglo XXI. 2003

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987

GEORGES, Isabel Garcia. O cuidado como 'quase-conceito': por que está pegando? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente". In: DEBERT, G; PULHEZ, M. (org.). *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2017.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar; CARVALHO, Karla de Paula; SOUZA, Grazielle Karen Silva. Psicologia feminista e antirracista: uma experiência de extensão universitária junto à Coletiva Mulheres da Quebrada. *Revista da ABPN*, v. 16, Edição Especial, set. 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização: Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Nadya. *Os circuitos do cuidado: reflexões a partir do caso brasileiro*. Prepared for delivery at the 2019 Congress of the Latin American Studies Association - LASA Boston, USA, May 24 - May 27, 2019

GUIMARÃES, Nadya e VIEIRA, Priscila. As "ajudas": o cuidado que não diz seu nome. *ESTUDOS AVANÇADOS*, 34 (98), 2020

HARAWAY, D. (2009). *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

HIRATA H. **Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado**. Cad Pagu [Internet]. 2016 Jan;(46):151–63. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460151>. Acesso em 20 fev. 2021.

HOCHSCHILD, Arlie R. Amor e ouro. In: DEBERT, G.G. e PULHEZ, M.M. (orgs) *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. 2.ed.--Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2019.152p.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. *Vivendo de amor*. Portal Geledés, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 17/06/2024

HUGHES et al. Trabalhos de amor perdidos? Feminismo, Movimento de Pessoas com Deficiência e éticas do cuidado. In: DEBERT, Guita; PULHEZ, Mariana (org.). *Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2017.

KILOMBA, Grada. *Quem pode falar? Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, pp.- 47-70

LACERDA, Paula. *Estado, gênero e COVID-19: trânsitos de mulheres por setores da administração pública em tempos de pandemia*. Mana, v. 28, n. 1, p. 1-33, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n1a205>. Acesso em: 13/08/2024

LEITE, Márcia Pereira. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. Rio de Janeiro. Reflexões na Pandemia, 2020 – pp. 1-16

LIMA, Antónia Pedrosa de. *O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais*. Cad. Pagu [online]. 2016, n.46 , pp.79-105

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão, em: *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença, em *Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais*. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, jan. 2015.

MARCUS, G. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*. Vol. 24 (1995), pp. 95-117

MOL, Annemarie. *Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol*. Interface. 2018.

MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn & POLS, Jeanette. Cuidado: Colocando a prática na teoria, *NOVOS DEBATES*, 9(1): E9101, 2023

MOL, Annemarie, e LAW, John. 2007. Embodied action, enacted bodies: The example of hypoglycaemia. In *Biomedicine as Culture: Instrumental Practices, Technoscientific Knowledge, and New Modes of Life*, editado por Regula Valérie Burri e Joseph Dumit, 6–87. New York: Routledge.

MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs). *Cuidado e Cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012, pp. 29-43.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, Interseccionalidade e Feminismo. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*, v. 26, n.1, 2014, pp. 129-145.

OLIVEIRA, Leandro de. Uma espécie de prefácio: saberes localizados sobre violência, gênero e sexualidade. In: GOMES FILHO, A. S; SILVA, L. M; DUARTE, S. M (orgs). *Violência de Gênero: resistência em tempos de crise no Brasil*. Ideia Editora: João Pessoa/PB, 2017

PACHECO, Ana Claudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador. EDUFBA 2013.

PAREDES, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Org. Heloisa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PAREDES, Julieta. Entrevista. <https://apublica.org/2020/05/temos-que-construir-a-utopia-no-dia-a-dia-diz-a-boliviana-julieta-paredes>. Acesso em 28/05/2024

PUIG DE LA BELLACASA, Maria, Ana Gretel Echazú Böschemeier, Cíntia Engel, Lucrecia Raquel Greco, e Helena Fietz. O Pensamento Disruptivo Do Cuidado. *Anuário Antropológico*, 2023 48 (1):108-33. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.10539>. Acesso em 10 mar. 2023

PUIG DE LA BELLACASA, Maria. 2010. Matters of care in technoscience: Assembling neglected things. *Social Studies of Science* 41, nº 1: 85–106.

REZENDE, Claudia Barcellos e COELHO, Maria Cláudia. 2010. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Editora FGV. (Capítulo 1 - *Emoções: biológicas ou culturais* – pág. 19-42)]

SCOTT, Joan. *A invisibilidade da experiência*. Projeto História, n. 16, fev. 1998

STENGERS, Isabelle. *No Tempo das Catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015 Cap. 6 e 7

SOARES, Angelo. As emoções do care. In: HIRATA, H. e GUIMARÃES, N. *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Ed.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, 2007.

TRONTO, Joan. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. Routledge. New York, 2009.

VIGH, Henrik. *Crisis and Chronicity: Anthropological perspectives on continuous conflict and decline*. *Ethnos*, V.73:1, p.5-24, March 2008.

VERGÉS, Fraçoise. *Um feminismo decolonial*. Traduzido por Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 pp.

VIANNA, Adriana e LOWEKRON, Laura. *O duplo fazer do gênero e do estado*. *cadernos pagu* (51), 2017

WALSH, Catherine. *Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos*. 1. ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013.

OUTRAS REFERÊNCIAS:

COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA. Portifólio. (Documento) 2022

COLETIVA MULHERES DA QUEBRADA. Currículo. (Documento) 2023

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. Serrão Berço de Cultura. 2021. Episódio 1: “Mulheres que Inspiram” (32 min.) Episódio 2: “Artivismo e resistência” (32 min.). Documentário (2 episódios). Direção Coletiva: Maira Neiva, Pablo Xavier, Negona Dance e Simone Sigale. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zMysN4sOcwM>>. Acesso em: 30 de março de 2024.

SAWILZA, Sandra. *Parceria da UFMG com a Coletiva Mulheres da Quebrada leva psicologia comunitária à periferia de BH*. Entrevista concedida à Alessandra Dantas. Rádio UFMG Educativa, Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://soundcloud.com/radioufmgeducativa/parceria-da-ufmg-com-a-coletiva-mulheres-da-quebrada-leva-psicologia-comunitaria-a-periferia-de-bh> . Acesso em 10 de março de 2024

GONZAGA, Paula. *Parceria da UFMG com a Coletiva Mulheres da Quebrada leva psicologia comunitária à periferia de BH*. Entrevista concedida à Alessandra Dantas. Rádio UFMG Educativa, Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://soundcloud.com/radioufmgeducativa/parceria-da-ufmg-com-a-coletiva-mulheres-da-quebrada-leva-psicologia-comunitaria-a-periferia-de-bh> . Acesso em 10 de março de 2024

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *O impacto da pandemia na vida das mulheres – quem cuida de quem cuida?* (live). Youtube, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g8mxVpnmPJs> Acesso em: 02 abr. 2024.

LACERDA, Nara. *Na TV, Bolsonaro faz pouco caso do coronavírus e pede volta à normalidade*. (Matéria de Jornal). Brasil de Fato, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/na-tv-bolsonaro-faz-pouco-caso-do-coronavirus-e-pede-volta-a-normalidade> Acesso em: 18 ago. 2024.

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG. *Guia afetivo do Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte, 2018. Disponível em https://issuu.com/projetocircuitoserra/docs/guia_afetivo_do_aglomerado_da_serra Acesso em 10 mai. 2024

VASCONCELOS, Ana Carolina. *Escola do Aglomerado da Serra, maior favela de BH, pode ganhar prêmio de melhor do mundo*. Brasil de Fato (matéria de jornal). 28 set. 2023. Disponível em <https://www.brasildefatomg.com.br/2023/09/28/escola-do-aglomerado-da-serra-maior-favela-de-bh-pode-ganhar-premio-de-melhor-do-mundo> Acesso em 11 ago. 2024.